



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
Centro de Estudos Gerais
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia
Departamento de Ciência Política
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

DOUTORADO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Jacqueline Ventapane Freitas

As controvérsias das elites na imprensa e as questões de política externa no processo da transição brasileira (1974-1985): o reconhecimento da independência de Angola e a questão palestina nas páginas de VEJA.

Tese de Doutorado em Ciência Política.

Área de concentração: Estado e Sociedade

Linha temática de pesquisa: Participação, controle democrático e cidadania no mundo contemporâneo

Orientador – Prof. Dr. Claudio de Farias Augusto

Co-orientadora - Profa. Dra. Beatriz Juana Isabel Bissio Starico Neiva Moreira

Rio de Janeiro

2015

JACQUELINE VENTAPANE FREITAS

As controvérsias das elites na imprensa e as questões de política externa no processo da transição brasileira (1974-1985): o reconhecimento da independência de Angola e a questão palestina nas páginas de VEJA.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense para a obtenção do título de Doutora em Ciência Política.

Orientador: **Prof. Dr. Claudio de Farias Augusto**

Co-orientadora: **Profa. Dra. Beatriz Juana Isabel Bissio Starico Neiva Moreira**

Rio de Janeiro

2015

JACQUELINE VENTAPANE FREITAS

As controvérsias das elites na imprensa e as questões de política externa no processo da transição brasileira (1974-1985): o reconhecimento da independência de Angola e a questão palestina nas páginas de VEJA.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense para a obtenção do título de Doutora em Ciência Política.

Aprovação em 22 de janeiro de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Cláudio de Farias Augusto (orientador)
UFF – Universidade Federal Fluminense

Profa. Dra. Beatriz Juana Isabel Bissio Starico Neiva Moreira (co-orientadora)
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Carlos Sávio Gomes Teixeira UFF –
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Marcial Alécio Garcia Suarez
UFF – Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Ricardo Antônio Souza Mendes
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Rafael Affonso de Miranda Alonso
UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

*Para minha filha Beatriz e
minha mãe Yara.*

AGRADECIMENTOS

A elaboração de uma tese de doutoramento é um processo solitário, mas não sozinho. E, por essa razão, desejo expressar meus sinceros agradecimentos a essas pessoas, não em ordem de importância, pois cada uma tem seu espaço especial nessa minha jornada.

Ao Professor Cláudio de Farias Augusto, que aceitou a empreitada de orientar uma pesquisa já em andamento, uma mudança sempre difícil. Mas o fez sem hesitar em nenhum instante, confiando que o trabalho tinha a qualidade necessária para seguir adiante e permitindo que eu pudesse aproveitar de sua competência, disponibilidade e, principalmente, de sua generosidade. Sua confiança foi fundamental para me trazer a tranquilidade em um momento chave dessa empreitada.

À Professora Beatriz Bissio, minha co-orientadora, mais do que isso, uma amiga de tantos anos e, como costume dizer, minha inspiração. Minha decisão de enfrentar um tema tão espinhoso, minhas reflexões, a atenção para evitar o lugar comum, em grande parte, veio do que ela representa no panorama da imprensa em todo o mundo, não apenas no Brasil, e desse convívio que usufruo há tanto tempo. Sempre carinhosa, atenta, me auxiliou nos muitos momentos difíceis. Uma amizade rara.

À Professora Edna Maria dos Santos, minha coordenadora na UERJ, mais que isso, a amiga que me acolheu como a uma filha, que aceitou minhas ausências por tantas vezes, que abriu muitas e muitas portas profissionais, serena, tranquila, sem nunca me deixar angustiada com as muitas tarefas que nem sempre conseguia realizar como gostaria. E aos meus amigos de trabalho, Professora Angela Roberti e Professor Washington Dener, que acompanharam uma boa parte deste caminho.

Ao Professor Ricardo Mendes, grande amigo, sempre generoso e, também, um companheiro nos caminhos de um tema em comum, no aprendizado que é constante, na atenção às minhas dúvidas. E aos membros da banca, os professores Rafael Alonso, Marcial Suarez e Carlos Sávio, que tão generosamente aceitaram participar da avaliação de meu trabalho. Tenho certeza da contribuição que trazem para que eu possa corrigir, ainda que futuramente, os problemas que, certamente, estão presentes na tese. Ao coordenador do Programa, professor Carlos Henrique Aguiar Serra, que foi extremamente atencioso quando da minha mudança de área, tirando o peso da angústia que uma situação desta causa. Também faço um agradecimento à Professora Mônica Lessa, presente em minha defesa do projeto, em sua insistência para que, mesmo mudando um pouco os rumos, não desistisse da minha proposta.

Ao Professor Adriano de Freixo, amigo de longa data, quando ainda frequentando a mesma sala na graduação como colegas de turma, parceiro em tantos trabalhos e em conversas, coisas que só amigos fazem, e que foi fundamental para que eu viesse para a Ciência Política da UFF.

Dois dos agradecimentos, infelizmente, não chegarão até aqueles a quem se destinam, mas faço questão de mencioná-los: ao professor Antonio Carlos Pinto Peixoto, meu primeiro professor de Ciência Política, ainda na graduação, quem me incentivou a mudar os rumos de uma formação; e à professora Marilena Barboza, minha orientadora de mestrado no curso de História, mas também minha amiga, que deu os fundamentos essenciais para que eu me tornasse pesquisadora. Duas faltas muito sentidas por mim. Tenho certeza que, estejam onde estiverem, devem estar olhando para ver se tudo saiu certo ou se me puxariam as orelhas.

Aos meus amigos, que me apoiaram sempre, a cada dia, perguntando como as coisas estavam indo e preocupando-se porque eu vivia em uma quase clausura, ficando felizes todas as vezes em que eu dizia ter dado mais um passo. Valéria Medeiros, Ana Cristina Almeida, Gisele Sobral, Zuleika Sarout, Gilberto Catão, André de Oliveira e Ricardo Zentgraf. Quantas e quantas vezes suportaram meu desespero e, com palavras de carinho, conseguiram fazer com que eu enxergasse o quanto era querida e o quanto eu sabia que poderia contar com eles. Uma outra lista inclui os amigos que ficaram na torcida, uma lista grande, meus amigos do CEFET e da UERJ, que esperam, ainda pacientemente, que eu tenha tempo para reencontrá-los. Ao Carlos, o amigo que as circunstâncias afastaram, mas que foi quem me incentivou a entrar para o doutorado e a correr atrás de meus sonhos sempre.

Entram na lista, como não poderia deixar de ser, os amigos da turma dos “Doutorandos de Platão”, uma turma *sui generis*, considerando não ser algo tão comum uma camaradagem em uma turma de doutorado. Em especial, ao Fumiaki, que muito me ajudou nessa jornada e a quem, não importam os desvios que a vida faz, serei sempre grata por ter me apoiado nos momentos mais difíceis. Duvido que o PPGCP da UFF esqueça essa turma e seus cafezinhos e biscoitos. Bom quando a vida nos dá bons amigos de presente. Seria ainda melhor se ela pudesse mantê-los ao nosso lado.

E como não poderia deixar de fazer, os agradecimentos a uma turma muito especial: meus estagiários. Em especial, a três deles: Elmiro Maia, Douglas Vaz e Fernando Pimentel, que me auxiliaram, diretamente, no levantamento de dados para a tese. Mas, também, os agradecimentos a Amanda Assiz, Evelyn Merlo, Edson Silva, Rafael Bezerra, Osmar Nascimento, Gisele Krauss, Renata Silva, Ana Paula Klippel, que tantas trocas fizeram comigo, ouvindo minhas explicações, talvez excessivamente entusiasmadas, mas absorvendo, com olhos brilhando, o pouco ensinamento que eu procurava passar. O tempo todo me fizeram lembrar o quanto gosto da profissão de ensinar.

E, finalmente, agradeço aquela que é a minha base: minha família. Uma família de sangue italiano, português, brasileiro, uma mistura que gerou um grupo unido, presente, que formou meu caráter. Mãe, o pai que já se foi, filha, irmãos, cunhados, tias, primos, sobrinhos, namorados e esposas de sobrinhos, sogros dos irmãos e primos, enfim, uma família que não é unida pelo sangue, mas pelo sentido mais pleno de família. Aos seus membros devo muito mais do que apenas a torcida que fizeram em todos esses anos e a preocupação com meu cansaço. Devo o amor que é presente até mesmo quando não estamos na presença uns dos outros.

E, nessa lista de agradecimentos, destaco algumas pessoas. À minha irmã Denize. Por tantas vezes, segurou as pontas dos problemas com nossa mãe e com minha filha para que eu pudesse ter um pouco de paz para fazer o que tinha que fazer. O amor em cada gesto, em cada mensagem, o apoio em momentos muito, muito difíceis. E ao meu irmão Danilo, que nunca deixou de se preocupar comigo, também um dos pilares dessa família.

Minha mãe Yara, minha base primeira. O cuidado e a preocupação que só uma mãe maravilhosa tem, escondendo, muitas vezes, as dores que sentia, a saúde debilitada, para cuidar de mim, trazer meu lanche, aqueles mimos de mãe, a preocupação por dormir pouco todas as noites, cuidar de minha filha para que eu tivesse tempo para estudar e escrever. Se eu não a tivesse a meu lado, tenho certeza que seria muito difícil chegar ao final dessa empreitada com sucesso.

E o meu maior agradecimento, ainda que todos sejam importantes: minha filha, minha Beatriz. Foi crescendo junto, tornando-se uma jovem linda, maravilhosa, minha companheira, minha amiga. Em sua ainda pouca idade, ela me deu colo nos momentos em que me senti fraca, cansada. Ela me fez rir com suas graças. Ela me deu força, inclusive no pior momento que tive em toda minha vida. E, quando digo que faço esta tese por ela, me responde que não, que devo fazer por mim. A maturidade de uma adolescente... Mas, é por ela sim. Para que tenha o exemplo, mais do que somente as palavras. Para que lute por seus sonhos, assim como fiz com os meus e que compreenda, também, que devemos tentar tornar o mundo melhor. Que procure sempre aprender, não importa a idade, porque a vida é um aprendizado eterno. Ela é meu amor supremo, pleno. E peço desculpas por todo o tempo que não dei atenção às suas necessidades. Meu coração se apertava. Que eu possa ter feito valer a pena.

Enfim, uma lista grande de agradecimentos que, certamente, deixa de fora muitos nomes que gostaria de citar. Mas, mesmo que não o faça, não estão esquecidos no sentimento de gratidão.

Mais uma vez, os meus sinceros agradecimentos a todos.

*Desconfiai do mais trivial,
na aparência singelo.
E examinai, sobretudo, o que parece habitual.
Suplicamos expressamente:
não aceiteis o que é de hábito como coisa natural,
pois em tempo de desordem sangrenta,
de confusão organizada, de arbitrariedade consciente,
de humanidade desumanizada,
nada deve parecer natural,
nada deve parecer impossível de mudar.*

Bertolt Brecht

*Os meios de comunicação são a entidade mais
poderosa da Terra. Eles têm o poder de fazer
culpado o inocente e fazer o inocente culpado, e
isso é poder. Porque controla as mentes das
massas.*

Malcolm X

RESUMO

O objetivo central desta tese consiste em analisar as relações entre a imprensa escrita e a política externa durante os últimos governos militares da ditadura brasileira – Ernesto Geisel e João Baptista de Figueiredo -, a partir dos contextos envolvendo dois eventos internacionais que tiveram reflexos importantes no campo doméstico: o reconhecimento da independência de Angola e a continuidade das relações com o país independente; e o envolvimento brasileiro com a questão palestina, especialmente com o problema do petróleo. Esses eventos apresentaram os pontos de conflito que se estabeleceram entre as decisões tomadas pelo governo e as elites, especialmente empresariais e políticas, ao mesmo tempo em que tiveram importantes impactos políticos domésticos no sentido de busca de um desenvolvimento autônomo para o país. A partir de uma metodologia referenciada na *Análise Crítica dos Discursos*, buscou-se situar esses eventos nos limites das controvérsias que se deram entre os consensos e dissenso das elites, na perspectiva de uma interação imprensa-política. A imprensa aparece na memória sobre a transição política do país como um de seus principais atores políticos, ao mesmo tempo em que representou um dos espaços da expressão das demandas da sociedade civil e dos movimentos sociais que ganhavam força com a *liberalização*. No entanto, essa memória de resistência obscurece o papel importante dos meios de comunicação na representação dos interesses de setores das elites, eles próprios em suas condições de membros das *elites simbólicas*, não apenas como proprietários das empresas de comunicação, mas em seu envolvimento como produtores da notícia. A revista *VEJA* atuou, desde seu início, na defesa de interesses que nem sempre estavam de acordo com aqueles do regime, mas no compartilhamento de valores das elites, inserindo-se nas disputas para consolidação de um projeto político com um discurso que naturalizava esse projeto como opção geral da sociedade, ao mesmo tempo em que via a necessidade de controle dos crescentes movimentos sociais. Essa ambivalência pode ser percebida nas disputas em torno das decisões da política externa envolvendo os dois casos e a defesa de uma transição *moderada* para o país. A opção por este estudo sobre a revista levou em consideração as características desse veículo na tipologia gramsciana de *Revistas-tipo*, ao atingir um grande público na formação de um “senso comum”, atuando, ao mesmo tempo, no sentido de disseminar um projeto liberal que veio a se consolidar nos anos 1990, quando a democracia institucional se estabeleceu com a posse do primeiro presidente eleito pelo voto direto após os anos da ditadura. Desta forma, esta tese percebe a imprensa como um ator político doméstico com a intenção de influenciar políticas públicas – nos campos interno e externo - de acordo com interesses de setores das elites e na defesa de um projeto político para o país nem sempre inclusivo e democrático.

Palavras-chave: imprensa, revista *VEJA*, elites, transição política, política externa.

ABSTRACT

The main objective of this thesis is to analyze the relationship between the press and foreign policy during the past military governments of the Brazilian dictatorship – Ernesto Geisel and João Baptista de Figueiredo, from contexts involving two international events that had important reflections on the domestic field: the recognition of the independence of Angola and the continuity of relations with the independent country; and the Brazilian involvement with the Palestinian cause, especially the problem of petroleum. These events had presented the points of conflict that settled between the decisions taken by the Government and the elites, especially political and business, with important domestic political impacts in the searching for the country's development. From a methodology referred to *Critical Discourses Analysis*, sought to situate these events within the limits of the controversies that have taken place between the consensus and dissent of the elites, from the perspective of a press-political interaction. The press appears in memory on the political transition in the country as one of its main political actors, representing the space of the expression of demands from civil society and social movements that gained strength with the liberalization. However, this memory of resistance obscures the important role of the media in representing the interests of the sectors elites, in their own condition as members of the symbolic elites, not just as owners of the companies, but in their involvement as news producers. The VEJA magazine has served, since its inception, in the defense of interests that were not always in accordance with those of the regime, sharing values of the elites, inserted in the disputes for consolidation of a political project with a speech that naturalizes this project as a option of society. While at the same time, saw the need for control of the social movements. This ambivalence could be perceive in the disputes surrounding the decisions of foreign policy involving the two cases and the defense of a moderate transition to the country. The option for a study of this magazine took into account the characteristics of this vehicle in Gramscian typology of Magazine-type, reaching a large audience in the formation of a "common sense" and acting in order to disseminate a liberal project that came to consolidate in the years 1990, when institutional democracy was established with ownership of first President elected by direct vote after years of dictatorship. In this way, this thesis perceive the press as a domestic political actor with the intention of influencing public policies - in the internal and external fields - according to interests of elites' sectors and in the defense of a political project for the country not always inclusive and democratic.

Keywords: *press, VEJA magazine, elites, political transition, foreign policy.*

LISTA DE FIGURAS, QUADROS E GRÁFICOS

FIGURA 1	
Síntese da interação público, líderes e meios de comunicação segundo a literatura	80
FIGURA 2	
Quadro tridimensional de Análise do Discurso segundo Fairclough (2001)	184
QUADRO 1	
Modelo de interação mídia-política de Robinson	89
QUADRO 2	
Análise dos primeiros parágrafos das matérias das edições 314, 367 e 599	199
QUADRO 3	
Síntese da valoração dos temas publicados na <i>VEJA</i> em relação aos eventos da política exterior	208
QUADRO 4	
Relações da <i>VEJA</i> com os governos Geisel e Figueiredo segundo modelo de Robinson	220
QUADRO 5	
Valoração dos temas publicados na <i>VEJA</i> em relação aos eventos da política exterior	248
GRÁFICO 1	
Tiragem média anual de março de 1974 a março de 1985	189

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AERP – Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República
AI- 5 – Ato Institucional nº 5
ARENA – Aliança
ARP – Assessoria de Relações Públicas
CACEX - Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S.A
CIA – Central Intelligence Agency (Agência Central de Inteligência)
COBRASMA – Companhia Brasileira de Materiais Ferroviários
CONCLAP – Conferência Nacional das Classes Produtoras
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
DEDOC-Abril – Departamento de Documentação da Editora Abril
DOI-CODI – Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna
FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola
II PND – II Plano Nacional de Desenvolvimento
IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
LSN – Lei de Segurança Nacional
MDB – Movimento Democrático Brasileira
MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola
MRE – Ministério das Relações Exteriores
OEA – Organização dos Estados Americanos
OLP – Organização para a Libertação da Palestina
ONU – Organização das Nações Unidas
OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo
SIGAB - Serviço de Informação do Gabinete
SNI – Serviço Nacional de Informações
SWAPO – South-West Africa People's Organisations (Organização do Povo do Sudoeste Africano)
UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1	
IMPrensa E POLÍTICA EM UMA RELAÇÃO ENTRE AS ELITES	41
1.1 Quem detém o poder? Elites políticas, econômicas, sociais e simbólicas	45
1.1.1 Imprensa como elite simbólica e a formação do consenso	53
1.2 Imprensa como instituição: os princípios de Wolfsfeld da relação imprensa/política na esfera das elites	62
1.3 Aspectos teóricos da imprensa no quadro da política exterior em uma relação entre as elites	76
CAPÍTULO 2	
IMPrensa NA TRANSIÇÃO “PACTUADA” BRASILEIRA: A VEJA NO QUADRO DAS ELITES SIMBÓLICAS	92
2.1 Aspectos teóricos sobre os processos das transições políticas e de liberalização da imprensa	95
2.2 Imprensa e controle na ditadura militar: relações políticas, legais e econômicas	110
2.2.1 A censura na VEJA	122
2.3 VEJA em seu papel como <i>elite simbólica</i>	125
CAPÍTULO 3	
IMPrensa E POLÍTICA EXTERNA: RELAÇÕES DO GOVERNO BRASILEIRO COM ANGOLA E COM A QUESTÃO PALESTINA NAS PÁGINAS DE VEJA	134
3.1 VEJA e as políticas do <i>Pragmatismo Responsável</i> e da <i>Diplomacia do Universalismo</i>	143
3.2 O reconhecimento da independência de Angola com Geisel e o desenrolar das relações com o país no governo Figueiredo conforme VEJA	152
3.3 Os investimentos dos petrodólares para a superação da crise econômica: a difícil questão palestina e os nexos com as nações árabes e africanas produtoras de petróleo	164

CAPÍTULO 4	
UMA ANÁLISE DISCURSIVA DAS <i>CONTROVÉRSIAS</i> SOBRE A POLÍTICA EXTERNA PRESENTES NAS PÁGINAS DA <i>VEJA</i>	175
4.1 Alguns dos conceitos básicos das ACD	180
4.2 Identificação do <i>corpus</i>	187
4.3 Análise quantitativa e qualitativa dos dados	194
4.4 A interação entre imprensa e política nos quadros dos consensos e dissensos sobre política externa da transição expressas em <i>VEJA</i>	205
CONCLUSÕES	209
REFERÊNCIAS	224
Referências complementares	238
ANEXOS	
ANEXO 1	247
Principais marcos legais e institucionais da censura à imprensa durante a ditadura militar	
ANEXO 2	248
Valoração dos temas publicados na <i>VEJA</i> em relação aos eventos da política exterior	
ANEXO 3	251
Telegrama do Chanceler Antônio Francisco Azeredo da Silveira ao Embaixador Ítalo Zappa sobre a Representação Especial em Angola	
ANEXO 4	253
Telegrama do Embaixador Ovído de Andrade Melo ao Itamaraty sobre a presença de cubanos em Angola	
ANEXO 5	257
Análise do Departamento de Estado Norte-Americano sobre o reconhecimento de Angola pelo governo brasileiro	
ANEXO 6	
Algumas capas e reportagens do <i>corpus</i>	259

INTRODUÇÃO

Por fim, não é demasiado observar a imensa importância dos órgãos de comunicação na formação da opinião pública. Se ficarem largados a si mesmos, podem destruir uma Nação. Podem também alimentar com novo dinamismo a força intrínseca da “abertura”, a tal ponto que, afinal, ela supere qualquer controle e chegue a destruir governos, ante eleições livres convocadas expressamente, e julgar todo o Movimento de 1964 como ilegítimo.

Informe 209/CIE, de 16 de junho de 1975

No ano de 1964, dentro de um contexto internacional marcado pela polarização da Guerra Fria e em meio aos conflitos políticos e ideológicos entre as elites nacionais e os setores populares organizados que ocorriam no plano interno, um golpe orquestrado por setores militares e civis da sociedade brasileira levou à deposição do presidente João Goulart, que havia assumido a condução do país com a renúncia de Jânio Quadros três anos antes.¹ Segundo Fico (2004), os militares e as elites que apoiaram o golpe construíram uma “utopia autoritária” baseada em um discurso ético-moral em torno de uma superioridade dos militares no que se referia aos valores morais da sociedade e ao conhecimento da realidade brasileira, gestando um projeto político repressivo em que aquilo que caracterizaria o período anterior – a corrupção, a subversão e o comunismo – , de acordo com esse mesmo discurso, era identificado como um entrave para se chegar ao verdadeiro destino grandioso do país.² E esse mesmo destino grandioso almejado pelos militares incluía projetar uma posição de maior proeminência do Brasil no quadro mundial, no atendimento às suas necessidades de desenvolvimento interno.

¹ Existe uma ampla discussão, na historiografia, sobre ter sido a ditadura “militar” ou “civil-militar”. Na opção desta tese, compreende-se que, ainda que tenha sido um movimento levado à frente por forças militares que se mantiveram à frente da condução do Estado, setores da sociedade civil participaram não apenas do golpe que destituiu João Goulart, como permaneceram como atores políticos ativos do regime posterior.

² Em seu manifesto de 30 de março de 1964, o ainda chefe do Estado-Maior do Exército de João Goulart, general Castelo Branco, dizia que o novo regime a ser implantado tinha por objetivos principais “*frustrar o plano comunista de conquista do poder*” e “*restabelecer a ordem de modo que pudessem executar reformas legais*” (MUNTEAL, FREIXO e FREITAS, 2008, p. 15).

Dentre os atores que participaram do golpe, os grandes meios de comunicação brasileiros, associados ao capital internacional, fizeram parte do quadro dos responsáveis civis pela deposição de Jango, como foi identificado no trabalho de Dreifuss (1981). A relação com a imprensa foi tensa na maior parte do tempo de seu governo, assim como havia sido durante o governo de Getúlio Vargas.³ Exceto o jornal *Última Hora*, de Samuel Wainer, que se manteve ao lado de João Goulart, todos os demais pregaram, abertamente, a ruptura institucional.⁴ Os proprietários dos veículos de comunicação que apoiaram o golpe encampavam as ideias liberais econômicas e viram as restrições ao capital estrangeiro e a suspeita de um “estatismo de características comunistas” do governo Jango como uma grande ameaça. Para garantir seus interesses, segundo Abreu (2003), dentro desses ideais do liberalismo econômico, abriram mão de seu liberalismo político, aceitando a centralização do poder nas mãos dos militares. Lideranças da sociedade civil e os próprios proprietários dos meios de comunicação utilizavam os veículos de imprensa como instrumento de divulgação de suas ideias para o grande público contra o governo Goulart, com uma retórica que se baseava no fantasma do comunismo⁵ e do “caos administrativo” que estaria ocorrendo na administração do país, de forma a consolidar a ideia da necessidade de restabelecimento da ordem por uma “intervenção militar”.⁶

³ Nesse período, os jornais impressos eram os veículos de comunicação de maior visibilidade, ao lado do rádio, que tinha um grande alcance em vários pontos do país. Mas, eram os jornais, e bem menos, as revistas, que buscavam consolidar e influir na formação da opinião pública.

⁴ É sempre oportuno lembrar dos famosos editoriais do jornal *Correio da Manhã*, “Basta!”, de 31 de março de 1964, e “Fora!”, publicado no dia seguinte ao golpe. As manchetes e os editoriais dos diversos jornais na continuidade àquele momento buscavam afirmar que, na realidade, naquele momento estaria sendo “restaurada” a democracia.

⁵ Uma retórica permanente durante todo o período da ditadura, como se vê na proibição encaminhada pela Polícia Federal, em 15 de abril de 1971, à imprensa brasileira: “*De ordem superior, fica terminantemente proibida, por qualquer meio de comunicação, rádio, televisão e jornais, até o dia 5 de maio do corrente ano, de notícias relacionadas com o aniversário de Lenin ou qualquer divulgação relativa à Cortina de Ferro*” (MARCONI, 1980, p. 13).

⁶ De outubro de 1963 a março de 1964, três dos principais jornais do país – *O Jornal*, da rede dos Diários Associados de Assis Chateaubriand, o *Jornal do Brasil* e *O GLOBO* – inspirados na Rede da Legalidade, criada por Leonel Brizola, em 1961, criam uma Rede da Democracia, de caráter conservador. Defendendo o nacionalismo contra o comunismo, criticando a falta de legitimidade e a ineficiência do presidente João Goulart, bem como o perigo dos movimentos populares que encontravam receptividade junto ao governo, os veículos publicavam, diariamente, além de veicularem em suas emissoras de rádio, uma campanha antiGoulart, que durou até a posse de Castelo Branco no início de abril de 1964. Cf. CARVALHO, 2010.

Essas relações estabelecidas entre os proprietários dos meios de comunicação e os novos donos do poder durante os anos da ditadura brasileira que se seguiram ao golpe podem ser compreendidas na perspectiva daquilo que Gentili (2008) afirma ser um *aparente paradoxo*. Apesar da caracterização de um processo de afastamento gradual dos grupos civis que auxiliaram na orquestração e deflagração da deposição do presidente João Goulart, bem como da intensificação da censura que se abateu sobre a imprensa que levou a questionamentos ao modelo político ditatorial, a sintonia entre os governantes militares e os proprietários dos veículos de comunicação foi constante durante todo período da ditadura no país, até mesmo depois da implantação do Ato Institucional nº 5, em 13 de dezembro de 1968. Nesse *paradoxo*, ressalta-se que o desenvolvimento das estruturas do sistema midiático brasileiro teve um importante facilitador e impulsionador nos próprios controles discricionários, seja pela coibição ao surgimento ou crescimento de novos veículos ou pela facilitação econômica que foi dada aos donos da grande mídia.

Decorridos os dez anos do golpe, tomava posse o novo governo de Ernesto Geisel (1974-1979), iniciando a longa fase de transição para a democracia do país, concebida, nas próprias palavras do presidente, para ser uma “*abertura lenta, gradual e segura*”. Anunciada como uma das primeiras medidas da distensão, a liberalização da imprensa brasileira foi um processo paulatino, variando entre medidas que afrouxavam, em alguns momentos, o mecanismo da censura e, em outros, acentuavam o seu caráter repressivo.⁷ Além disso, a liberalização gradual de setores da imprensa serviu a dois propósitos do próprio governo: uma reaproximação de elementos da sociedade civil e, também, como instrumento de intimidação da chamada “linha-dura” que se constituía em um poder paralelo, principalmente, com o recrudescimento da violência dos anos anteriores (KUCINSKI, 1998).

Nesse contexto da transição política do regime militar brasileiro para a redemocratização do país, não apenas a *liberalização* da imprensa foi uma das primeiras medidas tomadas, conforme mencionado anteriormente, como passou a ser apresentada

⁷ “O governo Geisel segurava a bandeira do fim da Censura com uma mão e aumentava a máquina censória com a outra” (KUSHNIR, 2004, p.204).

como um dos principais pontos estratégicos do projeto de distensão conduzido pelo governo. No entanto, é importante destacar que, em seu discurso de 29 de agosto de 1974, feito aos dirigentes da ARENA, Geisel deixava claro que, apesar da liberalização da imprensa ser um dos principais aspectos para a redemocratização do país, todo o processo de abertura seguiria dentro dos mesmos mecanismos de controle e repressão instituídos pela ditadura militar.⁸ Mais do que uma proposta que fazia parte do escopo de medidas para recuperação dos direitos civis suspensos ao longo do regime, esse era um movimento que também se constituía em uma disputa que ocorria entre as elites (DUARTE, 1983). A aproximação com a imprensa abriu espaço para a publicação de desvios e corrupção nos órgãos de segurança e na administração pública, frequentes e “invisíveis” aos olhos de uma imprensa censurada, em uma queda de braço com os militares que se opunham à abertura política.

Porém, no outro lado dessa proposta de controle, a progressiva liberdade de imprensa foi abrindo espaços para manifestações internas contrárias ao regime, na ambivalência dos movimentos de liberalização e cerceamento que conduziu todo o processo. Movimentos sociais que retornavam à arena política depois de um período de repressão mais intensa e, especialmente, as elites afastadas do processo decisório, manifestavam seu descontentamento com o regime por intermédio dos meios de comunicação, diante da pressão menor da censura, inserida naquela ambivalência mencionada. Esse panorama acabou por influir nos rumos que a redemocratização foi assumindo, interferindo no molde previsto pelos condutores da proposta inicial, ainda que muitos aspectos de uma democratização plena, que não interessava aos que a elaboraram, não tenham sido incorporados pelo projeto final.⁹

⁸ Reafirmava os princípios apresentados em discursos anteriores, como o da primeira reunião ministerial de 19 de março de 1974. Disponíveis em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/ernesto-geisel/>.

⁹ Conforme Gunther e Mughan (2000, p. 413), o relaxamento dos controles estatais sobre a mídia tem, como resultados da condução do processo, algumas “*consequências inesperadas*” com importantes reflexos na democracia que se estabelece ao final desse trajeto, em uma linha de interpretação próxima ao conceito de *path dependence*. Dobry (2000) analisa o que denominou de “transitologia da *path dependente*” surgida nos estudos sobre as transições, que atribui um poder explicativo aos caminhos pelos quais as sociedades seguiram na passagem de um regime autoritário para outro democrático, cujos efeitos da trajetória teriam relação direta sobre os problemas enfrentados na fase da consolidação das instituições democráticas. Ainda que não haja uma relação direta, alguns desses

Em seus estudos sobre a atuação da imprensa na ditadura brasileira, Dassin (1984) apontou para a perspectiva de que as múltiplas conexões entre a imprensa e a transição política para a redemocratização do país não foram examinadas em todos os seus detalhes. Uma visão mais complexa do processo político brasileiro permitiria explicar as mudanças nas posições entre o Estado e a imprensa durante os anos do regime militar e os caminhos dessa relação na democracia estabelecida após sua dissolução. Ainda para aquela autora, há uma idealização do papel da imprensa ao se pensar que esta sempre contestava as práticas autoritárias do regime, até mesmo ao se considerar as limitações da censura, fosse ela externa ou interna, de autocensura. No outro extremo, seria também simplista assumir que quaisquer dos veículos de comunicação de massa seriam, apenas, instrumentos ideológicos a serviço do Estado. Para além desse simplismo, compreende-se a imprensa como uma instituição que reflete as ligações complexas que se estabelecem entre os setores dominantes e os setores dominados da sociedade em todos os níveis de relações entre o Estado, o público e os proprietários e funcionários das organizações de mídia.

Nesse quadro, destaca-se a revista semanal de informações *VEJA*, da Editora Abril, cuja criação deu-se logo após à instauração do AI-5 e que foi, ao longo dos anos, assumindo o papel de principal fonte informativa dentre as revistas de gênero semelhante, em termos de circulação e, portanto, de alcance de público. Apesar de uma memória que a identifica como ator político de luta pela redemocratização do país, a revista tinha um perfil editorial que se aproximou, desde seu início, dos grupos que representavam as elites política e empresarial do país, ao mesmo tempo em que buscava atingir outras camadas da sociedade brasileira na construção de um consenso hegemônico tendo por base os interesses daquelas elites, dentro de uma proposta liberal e de *democracia relativa*.¹⁰

efeitos podem ser percebidos no modelo democrático brasileiro posterior aos anos da ditadura.

¹⁰ Muitas dissertações e teses sobre a *VEJA* podem ser encontradas na base de dados da CAPES, na grande maioria, na área de Comunicação e Informação e na de Linguística. Apesar de muitos elementos dessas teses terem sido vistos como referências, algumas delas foram especialmente importantes para esta pesquisa. A tese de Carla Luciana Silva, que foi publicada posteriormente, que traz um extenso e rico trabalho sobre o projeto político liberal defendido pela revista durante os anos de 1989 a 2002, em relação ao sistema de ampliação e reprodução do capital. Apesar de já apresentar a consolidação desse projeto neoliberal, iniciado com a eleição de Collor e indo até os anos do governo

Segundo Pinto (2002), a mídia impressa utiliza diversas técnicas com a intenção de definir posições enunciativas e participar da luta pela hegemonia da fala, em última instância, na consolidação de um projeto político.¹¹ Essa linha editorial da revista tinha bem clara a defesa de um modelo econômico defendido pelas elites, calcado no livre mercado e na iniciativa privada, e de um projeto de democracia nele fundamentado. O projeto defendido pela revista, especialmente durante o longo período de transição, acabou por representar aquele modelo que foi vitorioso ao fim da ditadura militar.¹²

Analisar esse projeto, desta forma, possibilita identificar alguns dos parâmetros da relação entre a imprensa, como ator político, e o Estado, tanto em momentos de fechamento dos regimes, como nas negociações e lutas por seu retorno à democracia. As relações estabelecidas no processo de transição daqueles anos entre o governo e os diversos projetos políticos na definição da democracia pós-ditadura tiveram, na imprensa, um importante espaço em que se constituíram os processos de lutas que evitavam a inserção de modelos democráticos efetivamente inclusivos. Em 16 de junho de 1975, o Centro de Informações do Exército (CIE) produziu o Informe 209¹³, chamando a atenção para a necessidade de uma *liberalização controlada da imprensa* e enfatizando que a liberdade que se permitia nos meios de comunicação deveria ocorrer

de Fernando Henrique Cardoso e na figura de um de seus agentes – o Fórum Nacional, sua pesquisa tem muitos pontos de contato com a presente tese. Outra importante pesquisa, também na área de História, é a dissertação de Edina Rautenberg, sobre a relação da revista com as empresas da construção civil, que vieram a ser as principais financiadoras do veículo e que tiveram um papel importante nas relações econômicas do país com o Oriente Médio. Também o trabalho de Almeida (2009) sobre a censura na revista foi fundamental.

¹¹ Conforme esse autor, “*definir os discursos como práticas sociais implica que a linguagem verbal e as outras semióticas com que se constroem os textos são partes integrantes do contexto sócio-histórico e não alguma coisa de caráter puramente instrumental, externa às pressões sociais. Tem assim papel fundamental na reprodução, manutenção ou transformação das representações que as pessoas fazem e das relações e identidades com que se definem numa sociedade, pois é por meio dos textos que se travam as batalhas que, no nosso dia-a-dia, levam os participantes de um processo comunicacional a procurar ‘dar a última palavra’, isto é, a ter reconhecido pelos receptores o aspecto hegemônico do seu discurso*” (PINTO, 2002, p. 28).

¹² “*Predominam verdadeiros latifúndios estabelecidos na mídia brasileira, alguns deles consolidados pela ditadura militar imposta a partir de 1964. A Editora Abril não é uma exceção e, nela, a revista Veja passou, após um breve período inicial no qual procurou manter um perfil menos autocrático, a desempenhar papel primordial como agência aglutinadora de diferentes setores das classes dominantes em torno de necessidades formuladas por um setor específico, exatamente o mais próximo às grandes corporações internacionais. A tarefa de Veja, cumprida à risca por seus editores, é a de disseminar e difundir os projetos e perspectivas desses setores, apresentados como se traduzissem os anseios e as necessidades do conjunto do país*” (SILVA, 2009, p. 16-17).

¹³ Este documento, produzido como uma crítica ao processo de redemocratização, é reproduzido, na íntegra, em Baffa (1989, p. 51-65).

sob *severa vigilância*, pelo risco de se perder o controle do processo de transição política que se iniciava no país.¹⁴ E quase um ano depois, em 3 de junho de 1976, um coronel da Polícia Federal informava que não seria mais preciso enviar a *VEJA* para avaliação do censor. Para avisar aos leitores quanto à saída da censura da revista, a edição 405, de 9 de junho, na seção *Carta ao Leitor*, informava que não mais seriam publicadas as árvores-símbolo da Editora Abril no lugar dos trechos censurados.¹⁵ Nesse texto, ressaltava a importância da livre circulação de informações como o pressuposto para uma sociedade democrática. No entanto, os editores também deixaram claro que a revista não representava um veículo de oposição ou de contestação ao regime militar, tampouco seria portadora de qualquer “*missão ideológica*” contrária à ordem constituída.

Percebe-se que, especialmente nos momentos de transição de um regime autoritário para outro democrático, estabelece-se uma relação que se constitui a partir de dois movimentos resultantes do processo de *liberalização*¹⁶: a mídia facilita a democratização de diversas maneiras, mas, também, pode perpetuar a influência da elite autoritária no poder. No caso brasileiro, a imprensa teve um importante papel na disseminação do discurso de desenvolvimento autoritário levado à frente por essa mesma elite, ora no apoio direto, ora nas críticas, especialmente quando a estatização atingia os interesses de outros setores das elites, mas que não atingiu, diretamente, a estrutura autoritária do poder.

No primeiro dos governos da transição, de Ernesto Geisel, durante a chamada *distensão*, ela mesma surgindo emoldurada sob fortes divergências internas, alguns dos parâmetros dessa relação entre o Estado ditatorial e as elites empresariais se deram a partir dos embates entre as demandas domésticas e a política exterior. Pressões de

¹⁴ Um dos documentos produzidos pelos Grupos de Trabalho da Comissão Nacional da Verdade fala da “obsessão” da ditadura pela censura.

Disponível em http://www.cnv.gov.br/images/pdf/publicacoes/claudio/VI_obcecado_censura_VE.pdf.

¹⁵ Todo o acervo da revista *VEJA* encontra-se digitalizado.

Disponível em: <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>

¹⁶ A liberalização se traduz em uma das fases do processo de transição, segundo O’Donnell e Schmitter (1988), que envolve o fim da censura prévia, a aproximação com alguns setores da sociedade civil, o restabelecimento de alguns dos direitos civis, especialmente, o direito ao *habeas corpus*, e outras medidas que, apesar de restaurar algumas das liberdades perdidas durante o regime militar, não configura como o estabelecimento de uma plena democracia.

setores do empresariado nacional pela manutenção dos índices de crescimento contribuíram para que a política exterior do país tivesse as questões da política econômica do cenário doméstico como um de suas variáveis, assim como a oposição de setores da chamada linha-dura, que tinham fortes rejeições à redemocratização que se pretendia, questionavam esse novo direcionamento no campo político.¹⁷ Além disso, a questão energética nacional, que se tornou crítica com o primeiro choque do petróleo, em 1973, surgiu no cenário como um dos importantes entraves para o projeto de desenvolvimento que se estabelecera. No entanto, apesar do perfil menos ideológico que caracterizou a condução da política externa “pragmática” e “ecumênica” estabelecida pelo governo Geisel – o *Pragmatismo Ecumênico e Responsável* –, a própria perspectiva de ser uma política “responsável” denotava um caráter conservador da política doméstica, onde as mudanças políticas e econômicas para o país não significariam, em contrapartida, mudanças sociais abrangentes no campo interno.

O governo seguinte de Figueiredo, de *abertura* do regime, por sua vez, iniciou-se em meio à crise em que estava imersa a economia brasileira, que havia se tornando crescente no decorrer do governo Geisel, além de enfrentar uma segunda crise internacional do petróleo, em 1979. Se o governo anterior começara angariando os resultados dos anos do *milagre econômico* brasileiro, que se apresentou entre os anos 1969/1973, o último presidente militar encontrou um quadro que sinalizava para o risco de recessão e de recuo no crescimento que, até então, tornara-se a tônica do regime. Ao longo desse período, essa crise se instaurou em definitivo e restringiu a capacidade de ação da política econômica, com reflexos na condução do processo de redemocratização do país e nos caminhos de sua política exterior.

Vizentini (1998) aponta para os aspectos em que as decisões da política externa são defendidas por alguns setores hegemônicos do bloco do poder que dá suporte ao governo, mas não pelo seu conjunto, onde, também, grupos de interesse conseguem influir em determinadas áreas da política exterior. Isso transforma a articulação entre a política externa e a doméstica como um processo complexo e não linear, que ocorre em

¹⁷ São conhecidas as manifestações do general Sylvio Frota, exonerado por Geisel, em 1977, aos novos movimentos da política externa do país (FROTA, 2006).

uma *relação dialética* (VIZENTINI, 1998). Nessa perspectiva, podemos identificar algumas questões significativas no contexto das relações interno-externo dos dois governos, que tiveram seus reflexos no processo de redemocratização do país e onde a imprensa apareceu como um importante ator político, mais do que apenas uma vitrine onde esses conflitos se apresentavam.

O problema energético e do comércio exterior se estabeleceram como eixo da diplomacia nacional, mas interesses e conflitos domésticos assumiram um papel ativo no sentido de buscarem influenciar os rumos das decisões tomadas pelo governo, tanto em seu aspecto político, como econômico, nos assuntos externos. Algumas das áreas em que os conflitos ficaram evidentes incluíram a relação do Brasil com a África, mais especificamente, o reconhecimento da independência da ex-colônia portuguesa de Angola; e a relação do Brasil com o problema do petróleo e com os negócios com os países produtores, que teve o eixo de seus movimentos em torno da questão palestina. Permeando ambos aspectos, as aproximações e os distanciamentos do Brasil diante das posições dos Estados Unidos sobre essas questões surgem como variáveis importantes de análise.

Hill (2003) afirma que interno e externo são os dois extremos de um *continuum*, em que a política externa de um país responde ao nível de restrições impostas pela sociedade doméstica aos decisores, já que, mesmo fazendo dos assuntos internacionais uma prioridade, acabam sendo “puxados pelo elástico” que os conectam à sua base interna. Esse ambiente doméstico é constituído por diferentes atores e tipos atividades, definidos pelos parâmetros que o autor denominou de *4Ps* – o parlamento (*parliament*), a opinião pública (*public opinion*), grupos de pressão (*pressure groups*) e a imprensa (*press*), inserindo a política externa como decorrente, principalmente, de uma base nacional, cujos resultados podem ser restringidos por esses atores e fatores domésticos, mas onde o confronto, seja suave ou direto, emerge como uma questão de disputa intrainstitucional.

No quadro das relações entre o doméstico e o externo, especialmente no período da transição política brasileira, a imprensa buscou os espaços de influência junto a outros grupos de pressão, para além de uma alternativa à censura que sofria em relação

às questões da política interna do Estado ditatorial. Principalmente no período inicial de distensão de Geisel, construiu-se um quadro complexo que envolveu a aproximação com os setores das elites, notadamente, a elite empresarial, como estratégia do projeto de “transição pelo alto”, proposto pelo próprio regime.¹⁸ Os proprietários dos órgãos de comunicação do país, como elites simbólicas e ligados às elites empresariais, participaram da implantação desse projeto gradual de normalização democrática não inclusiva de todas as camadas sociais.

Nesse período de mudança política do país¹⁹, os meios de comunicação aparecem como ator político ativo do processo, mas, principalmente, assumem relevância nas novas condições da democracia construída a partir do fim do regime militar. Mais ainda, como afirma Lohn (2013, p. 76), “*a proeminência da narrativa da redemocratização coube à imprensa*”, que abriu seus espaços em matérias investigativas, informações de bastidores e outras análises para que governo e oposição estabelecessem um diálogo público, levando a uma interpretação consensual dessa redemocratização, porém, dentro ainda de uma negociação entre as elites.

Na visão de Abreu (2003, p. 14), a ação da mídia permitiu a abertura para uma “*política mais transparente e mais democrática*”.²⁰ Jornalistas teriam utilizado estratégias diversas para acelerar o processo de democratização, depois de um longo período de intervenção dos militares nos meios de comunicação. Apesar da mídia ter

¹⁸ Em 1975, o general Golbery do Couto e Silva, então ministro-chefe da Casa Civil e um dos principais articuladores da abertura política do país, chamou um grupo de jornalistas para colaborar com o processo (KUCINSKI, 1998, p.64).

¹⁹ Existem diversas divisões temporais do regime que se constituiu a partir de 1964, especialmente, no que concerne à transição para a normalização democrática. No caso desta tese, está sendo acompanhada a divisão de cinco estágios principais feita por Codato (2005): o primeiro, caracterizado pela constituição da ditadura como regime político, correspondendo aos governos de Castelo Branco e Costa e Silva e das instaurações dos principais atos discricionários que deram o arcabouço legal do autoritarismo; o segundo, de consolidação do regime, correspondendo ao governo Médici e ao período mais violento da repressão; o terceiro, do governo Ernesto Geisel, identificado como “*transformação do regime*”; seguido do quarto, o estágio de dissolução do regime militar durante o governo Figueiredo; finalmente, o estágio para o regime democrático-liberal de José Sarney.

²⁰ Essa visão reforça a autoexaltação da imprensa como artífice do processo de redemocratização do país, mesmo que tenha sido uma das principais articuladoras do golpe que derrubou Jango e que manteve um distanciamento relativo da ditadura, é percebida na matéria publicada no jornal *Folha de S.Paulo*, no dia 23 de março de 2014, dentro das reportagens que foram feitas sobre os 50 anos do golpe de 1964, intitulada “*Imprensa apoiou a ditadura antes de ajudar a derrubá-la*”. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/157543-imprensa-apoiou-ditadura-antes-de-ajudar-a-derruba-la.shtml>>. Acesso em 23 de março de 2014.

seguido um percurso de “*racionalização de meios e de ações*”, dentro das regras do mercado, a atuação dos jornalistas seria autônoma em relação aos interesses dos empresários da comunicação e teria sido elemento essencial da luta pela redemocratização no país. Nessa perspectiva, a imprensa escrita passou a atuar, especialmente a partir do governo Geisel, como mediadora entre a sociedade civil e os dirigentes militares, ao possibilitar a expansão das “*vozes dissonantes do regime*” e desempenhar o papel de “*catalisador[a] das reivindicações*” dos diversos atores sociais empenhados na volta à democracia (ABREU, 2004, p. 77). Contudo, devemos ressaltar que, ainda que apresentando divergências em relação ao sistema político vigente, essa imprensa não discordava, em profundidade, do modelo econômico implementado pelos governos militares e mesmo das propostas de redemocratização não abrangente que se estruturava pelo grupo do poder.

No quadro da ditadura que fora imposta ao país, para justificar a estrutura coerciva que se criava com a tomada do poder pelos militares, reforçava-se uma concepção de democracia que não inviabilizava os atos de exceção, onde a falta de liberdade era vista como única maneira de proteger a liberdade verdadeira.²¹ Todo um conjunto de leis, decretos-leis e atos institucionais, implementados logo a partir do golpe, foi um eficiente instrumento da luta contra o “inimigo interno” e de concretização dos princípios contidos na Doutrina de Segurança Nacional²² (DSN) para manutenção do *status quo* autoritário e que permaneceu como suporte ao próprio projeto posterior de redemocratização do país. Essa relação foi estendida à imprensa, que foi percebida pelos detentores do poder a partir da mesma ótica da segurança

²¹ Agamben (2004) chama atenção para o fato de que a utilização de decretos-lei tornou-se uma prática recorrente em governos democráticos ocidentais. No caso dos governos ditatoriais brasileiros, utilizava-se dessa mesma prática, tendo como justificativa a necessidade de combater a “guerra interna” para a decretação de vários atos legais de exceção, dando o caráter de legalidade a atos que não tinham respaldo legítimo, na busca de caracterizar o regime como “democrático”. Cf: REZENDE (2001).

²² A DSN tinha como seus principais conceitos: *os objetivos nacionais permanentes e atuais, o poder nacional, a estratégia nacional e a segurança nacional*. Originada do *National War College* e traduzida, no Brasil, pela Escola Superior de Guerra, considerava a restrição da ação civil fundamental para a concentração dos poderes e funções do Estado nas mãos do Executivo, que seria o único caminho para a normalização do país diante da estrutura política, econômica e social desordenada do governo anterior.

nacional e absorvida pelos grandes proprietários dos meios de comunicação como um “mal necessário” à sua sobrevivência.

Essa trajetória da atuação da imprensa na história recente da política brasileira, na perspectiva da apontada ambiguidade do processo de liberalização do regime, levou ao interesse em desenvolver a presente tese, que tem o objetivo principal de analisar as relações entre a imprensa escrita, como ator político e como elite simbólica, e o poder político instituído no período da transição da ditadura militar, nos governos de Ernesto Geisel (1974-1979) e João Baptista de Figueiredo (1979-1985), conforme a periodização proposta por Codato (2005), com um recorte das mesmas em seu envolvimento com as questões da política exterior publicadas nas páginas de um dos principais veículos de comunicação daqueles anos: a revista *VEJA*. Esse período encontrou, no espaço das controvérsias que giraram em torno das decisões da política externa, os pontos de interface, em seus consensos e conflitos, entre os diferentes projetos para a redemocratização futura, permeados pela busca de um desenvolvimento autônomo para o país, em que a imprensa aparece como uma das peças mais importantes dentro do jogo político dos interesses das elites.

De modo geral, as discussões sobre a temática da *imprensa* giram em torno a duas questões básicas: sua responsabilidade frente à sociedade, definindo uma atividade jornalística pautada no conceito de liberdade, historicamente ligado à construção de regimes democráticos, ou a sua convivência próxima com o poder. Tangenciando esse debate, reforça-se o discurso, quase sempre autogestado, que define a atividade da imprensa como porta-voz da realidade e da veracidade, nesse caso, em uma perspectiva mais próxima àquela primeira visão de artífice da democracia.

Ampliando o escopo das discussões para o alcance da mídia no campo da ação política, fazendo seu recorte no que tange às abordagens sobre a atuação da imprensa em relação aos temas das questões exteriores, em sua maioria, essas inserem os meios de comunicação como “atores secundários”, sem uma agenda própria, ou mesmo agindo, no máximo, como “correias” ao transmitirem as agendas de atores individuais, especialmente, políticos e empresários, em espaços estanques, separados, entre as questões domésticas e externas. E, no período da ditadura brasileira, sua relação com as

questões de política exterior é apresentada como uma alternativa de luta democrática, diante da censura pelo qual passava internamente, que encontrava sua “válvula de escape” no noticiário externo, distante das questões internas. Novamente, assume-se o papel da imprensa como ator eminentemente democrático.

No entanto, mais do que ser um espaço que a imprensa encontrou para “fugir” do cerceamento daqueles anos, pode-se pensar esta relação na perspectiva de que uma decisão de política exterior consiste em uma decisão de política pública e não um assunto distante do campo doméstico. Conforme afirmam Milani e Pinheiro (2013, p. 24),

(...) ao assumirmos a política externa como uma política pública, estamos trazendo a política externa para o terreno da *politics*, ou seja, reconhecendo que sua formulação e implementação se inserem na dinâmica das escolhas de governo que, por sua vez, resultam de coalizões, barganhas, disputas, acordos entre representantes de interesses diversos, que expressam, enfim, a própria dinâmica da política. Em decorrência, estamos retirando a política externa de uma condição inercial associada a supostos interesses nacionais autoevidentes e/ou permanentes, protegidos das injunções conjunturais de natureza político-partidária. Estamos, portanto, despindo a política externa das características geralmente atribuídas ao que se chama de política de Estado, que nos levava a lhe imputar uma condição de extrema singularidade frente às demais políticas públicas do governo.

Baczko (1985, p. 313) nos diz que “*os meios de comunicação de massa garantem a um único emissor a possibilidade de atingir simultaneamente uma audiência enorme*”, acrescentando a isso o fato de que os novos circuitos e meios técnicos amplificam extraordinariamente as funções performativas dos discursos difundidos e, nomeadamente, dos imaginários sociais que eles veiculam. De um modo geral, os princípios da comunicação de massa são vistos como fenômenos exclusivamente modernos, principalmente, por aquilo que representa a ampliação das transmissões das informações para um público maior, que seu deu a partir do desenvolvimento de dispositivos tecnológicos, em substituição ao sistema de comunicação direta face a face do período pré-industrial. Recuperar, em parte, o percurso da imprensa, permite perceber as influências que moldam os meios de comunicação, no passado e no presente, na sua relação política, apesar das muitas narrativas que contam sua história.

Dentro do quadro de disputas internas e externas que transcorriam naqueles anos da ditadura, os meios de comunicação no Brasil, ao mesmo tempo em que se constituíram no *espaço* em que as elites se manifestavam sobre o processo de transição e exerciam pressões com o intuito de garantir seus interesses econômicos, também podem ser identificados como *atores políticos* que buscavam influenciar o próprio projeto da democracia que se pretendia estabelecer no país. Conforme Van Dijk (2012), é importante perceber os meios de comunicação não apenas como porta-vozes da elite, já que, também, fazem parte da estrutura do poder social, administrando sua dimensão simbólica, exercendo um papel fundamental na reprodução da estrutura social. Neste sentido, é possível acentuar a atuação da imprensa, no período, como um ajustamento aos novos tempos, mais caracterizado pelo afastamento do modelo do regime que caminhava para a exaustão, do que pela defesa pura de valores democráticos.²³

Por outro lado, como mencionado, esse período foi também caracterizado pelo crescimento dos movimentos sociais e das reivindicações da sociedade civil pelo retorno ao regime democrático, que surgiam como ameaças ao projeto que estava sendo construído pelas elites. Baczko (1985, p. 300, 309-310) afirma que as situações de conflito entre poderes concorrentes estimulam a “*invenção de novas técnicas de combate no domínio do imaginário*” - em dois movimentos opostos de representação engrandecedora de seu próprio poder e de desvalorização do adversário - e “*intensifica a produção de imaginários sociais concorrentes e antagonistas, e em que as representações de uma nova legitimidade e de um futuro diferente proliferam e ganham difusão e agressividade*”. Dentro desta perspectiva, o período de transição pode ser visto como a disputa por uma nova hegemonia, em que o discurso de democratização dividia-se em diversos outros discursos, inclusive em alternativas políticas não democráticas.

É importante ressaltar que não se está tratando, especificamente nesta tese, da ação individual de jornalistas, muitos dos quais enfrentaram, diretamente, a repressão dos anos da ditadura, em prejuízo de seus empregos e mesmo de suas vidas. Outros,

²³ Segundo Lessa (1989, p. 165), a transição brasileira caracterizou-se pela “*maximização da coextensividade entre polis e governo, sem a criação de canais alternativos de integração entre esses dois domínios e o demos*”.

ainda que não tivessem o enfrentamento direto, buscaram alternativas para chamar a atenção da sociedade para a situação política do país naqueles anos, nos espaços da chamada *imprensa alternativa*. A censura atingira a imprensa de muitas maneiras e alcance, em quase toda sua maioria, seja pela ação direta, seja pela autocensura imposta pelos donos dos veículos, tudo em nome da *responsabilidade* e da *liberdade concedida* (e vigiada). Mas, em termos mais evidentes, muitos jornalistas foram os atores individuais que sofreram seus impactos mais diretos.²⁴

Considerando as discussões apontadas, esta tese parte da **hipótese** de que o comportamento da imprensa nos regimes democráticos que se seguem a períodos de regimes não democráticos segue em consonância com o modelo de transição política que se constitui, em sua singularidade, e com a atuação de seus diversos atores políticos, incluindo a própria imprensa, na sua condução, não sendo, necessariamente, um comportamento democrático inclusivo. No caso da transição brasileira, o pacto definido para a redemocratização envolveu a participação de elementos das elites militares e civis, em um projeto que buscava restringir a atuação dos movimentos sociais. Nesta perspectiva, como hipótese secundária, consequente da questão principal, tem-se que as interações da mídia e do poder político, no caso da transição brasileira, apontam para uma atuação da grande imprensa nos limites dos conflitos entre as elites, onde as manifestações críticas correspondem às mudanças limitadas e controladas por essas elites, para além da ideia de um poder autônomo, fiscalizador e democrático da mídia, tendo, no espaço de debates sobre as decisões da política externa, o campo pouco percebido em que esses conflitos se expressam.

Para Hallin (1989), a cobertura dos fenômenos políticos na imprensa se dá em conformidade com os interesses das elites a partir de sua ação em três esferas: a *esfera do consenso*, a *esfera da controvérsia legítima* e a *esfera de desvio*. Partindo dessa perspectiva teórica, a atuação da imprensa brasileira do período de transição poderia ser inserida na *esfera da controvérsia legítima*, em que os conflitos entre o grupo no poder

²⁴ De acordo com Hallin (1989, p. 10), especialmente, nas situações em que o consenso político prevalece, os jornalistas tendem a se tornarem membros “responsáveis” do *establishment* político. Este discurso vem acompanhado, normalmente, da ideia da *profissionalização* e *objetividade* da imprensa.

e as outras elites apareciam em reportagens que propunham o retorno da democracia no país, sem, contudo, como mencionado anteriormente, significar uma ruptura do modelo econômico e social da ditadura.

Aprofundando esse modelo, Robinson (2001; 2002) afirma que esses consensos e dissensos estabelecem seus parâmetros a partir do grau de *certeza* ou *incerteza política* que existe nos governos. Considerando os períodos das transições - especialmente as que ocorrem dentro do modelo de um *pacto* entre as elites - como momentos de disputas por novas hegemonias, a instabilidade decorrente da divisão que ocorre entre os diversos grupos que participam do processo acaba por ampliar a “*incerteza política*” e modular as relações que a imprensa estabelece com o poder político. No caso brasileiro, essa relação da *(in)certeza política* e as controvérsias que se estabeleceram entre as elites encontrou o espaço sobre as decisões da política exterior do país nas páginas da *VEJA* um fórum privilegiado de análise, diante do posicionamento que a revista possui no quadro das elites simbólicas. Até mesmo naquilo que silencia, ao ignorar importantes decisões políticas do governo.

Apesar de reconhecer o papel que os meios de comunicação desempenham na construção da democracia, existem lacunas sobre a permanência de dois interesses, aparentemente conflitantes, nessa relação: a institucionalização de uma democracia política e a defesa dos interesses políticos e econômicos das elites, que, no caso brasileiro, não consolidaram um espaço midiático plenamente democrático nos anos posteriores à transição. Como afirma Schiller (1993, p. 22),

A expectativa de proporcionar comunicações que estejam livres de interesses econômicos e políticos nega as origens sociais de toda a comunicação. A comunicação, em seu caráter mais elementar e fundamental, é parte inseparável de qualquer que seja a ordem econômica, política e cultural predominante. A comunicação, fora do mundo material de interesses e poder, não existe e nem pode existir. Hoje, para onde quer que olhemos, em qualquer local, a comunicação é um processo (às vezes invisível) que serve ao poder estabelecido.

Considerando isso, um estudo sobre a atuação da imprensa em um período de transição política pode dar subsídios para identificar os limites em que, de maneira mais

evidente, a controvérsia expressa por intermédio dos meios de comunicação é vista como aceitável e qual a interferência possível de ter no processo político. E, para atingir os objetivos propostos, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre os principais aspectos que envolvem a relação *mídia e política*, especialmente, no que tange ao caso específico do processo da redemocratização brasileira, no cotejamento com os estudos sobre a atuação da mídia no campo da política externa, um tema ainda pouco estudado no Brasil. Em sua grande maioria, essa bibliografia sobre o papel da imprensa nos processos decisórios da política exterior envolve os regimes democráticos, com alguns poucos trabalhos que tratam dessas relações em regimes não democráticos, voltados, preferencialmente, para os aspectos dos impactos que ocorrem na opinião pública.

A opção de um estudo tendo por base as revistas, excluindo os demais meios de comunicação, como o rádio, a televisão e mesmo os jornais diários, leva em consideração as características definidas por Gramsci (2006), a partir do conceito de *Revistas-tipo*, de que essas se constituem como veículos criados para reforçar as instituições culturais. No caso da *VEJA*, sua tipologia insere-se como de *tipo geral*, pertencentes à esfera do “senso comum”. A atuação dessa revista, como formadora de opinião pública, serviu para a disseminação de um projeto, não revolucionário, como no pensamento gramsciano, mas de perfil liberal, que veio a se consolidar nos anos 1990, em que a democracia institucional se estabeleceu, em definitivo, com a posse do primeiro presidente eleito pelo voto direto após os anos do regime militar. As reportagens que foram selecionadas evidenciaram a criação de consensos e dissensos em torno de projetos específicos que se desenvolveram concomitantes ao retorno da democracia institucional no país.

Para a realização da pesquisa, foram vistos os artigos, reportagens, notas e entrevistas sobre os eventos selecionados, publicados na revista, a partir de uma análise textual com base nos pressupostos das *Análises Críticas do Discurso*, ou *Estudos Críticos dos Discursos*, desenvolvidos por Van Dijk (2012) e Fairclough (2001), que incluem, ainda, outros elementos que envolvem suas condições de produção, especialmente, o lugar que esse veículo ocupa no universo das elites nacionais. Além disso, foram considerados, também, os aspectos retóricos, conforme afirma Barthes (1970, p. 173), que assumem importância na análise dos discursos por assegurarem a

“propriedade da fala” para as classes dirigentes, na disputa pela hegemonia discursiva na sociedade. Essa análise serviu de instrumental metodológico para a compreensão da interação mídia-política, dentro do quadro proposto por Hallin (1989) e aprofundado por Robinson (2001; 2002), como mencionado.

É importante ressaltar que o significado de discurso, nesta tese, não remete ao texto formatado em seu aspecto linguístico. O discurso é visto como um fenômeno inerentemente social, através do qual os indivíduos, as sociedades e os estados dão sentido a si mesmos ou aos seus modos de vida e do mundo que os rodeia, sendo a análise do discurso um método qualitativo que permite identificar algumas das formas pelas quais atores ou grupos representam suas ações no mundo social e político (VROMEN, 2010). E o discurso da mídia é uma das principais fontes de conhecimento das atitudes e ideologias, tanto das elites, como das classes populares, sendo um meio eficiente de influenciar o público, assim como se constitui um instrumento de influência política.

Aqui, o discurso da imprensa é observado em suas características de luta por espaços de hegemonia, através da busca da construção de uma opinião pública, da qual diz representar.²⁵ A intenção principal é perceber os resultados da produção da notícia na sua relação com os interesses políticos e econômicos dos atores envolvidos e nos significados de seus enquadramentos. Assim, essencialmente, é visto como um *discurso de poder*, na medida em que pretende impor uma verdade, sob a premissa de uma objetividade.²⁶ Gramsci, ao tratar do tipo geral de revistas, afirma que “*sua finalidade é modificar a opinião média de uma determinada sociedade*”, introduzindo “*novos lugares-comuns*”, exercendo uma profunda influência nessa mudança de opinião (GRAMSCI, 2006, p. 208). Pode-se dizer que, até os dias atuais, a revista *VEJA* tem

²⁵ Os discursos são os “*atos de linguagem que circulam no mundo social e que testemunham, eles próprios, aquilo que são os universos de pensamento e de valores que se impõem em um tempo histórico dado*” e uma de suas características “*é circular no interior dos grupos que o constituem, depois se exportar e atravessar outros grupos que frequentemente dele se apropriam ao preço de uma alteração*” (CHARAUDEAU, 2013, p. 37,42). O discurso da imprensa caracteriza-se por incorporar e mediar discursos outros, o que o torna um espaço privilegiado de confrontos de interesses de diversos processos sociais e atores que desejam publicizar suas concepções de mundo.

²⁶ Para Van Dijk (2012, p. 9), uma análise dos discursos busca investigar “*uma gama de (...) propriedades semióticas do discurso, [que] se relacionam a algo tão abstrato e geral como as relações de poder na sociedade*”.

um poder sobre uma camada da sociedade na construção do mesmo modelo que fora defendido desde quando começou a circular. Muitos dos chamados EPM, ou os *Escândalos Políticos-Midiáticos*²⁷, que acabaram por efetivar mudanças no quadro político do país, tiveram sua origem em suas páginas, como denúncias que mobilizaram a sociedade.

As notícias que serviram de fontes de análise para a tese foram selecionadas a partir dos eventos da política externa dos dois governos, em suas continuidades e distanciamentos no delineamento das ações políticas, que apresentaram pontos de conflitos entre as elites, especialmente empresarial, e as decisões tomadas pelo governo sobre os assuntos da política exterior. Essa seleção, em sua relação com os movimentos da política doméstica nos dois governos, procurou os pontos de contato para desenvolver alguma compreensão sobre a relação entre a ditadura e a imprensa durante duas fases do processo de redemocratização: em um primeiro momento, ainda sob os efeitos de uma legislação de exceção e, no seguinte, mesmo que permanecendo sob o regime ditatorial, onde deixam de vigorar os mecanismos legais da censura e do AI-5.

Além disso, a seleção desses eventos, apesar de apontar para uma opção metodológica por estudos de casos, está levando em consideração não somente o percurso dos acontecimentos em si, mas a forma como são utilizados dentro do espaço da imprensa e sua relação com as elites políticas e econômicas. O procedimento adotado na delimitação da escolha aproxima-se do que foi desenvolvido por Hewitt (1974), ao identificar as principais questões políticas do período delimitado, considerando os impactos das crises e das respostas que são dadas a elas, as ações e decisões tomadas pelas elites políticas e os acontecimentos que estão subjacentes ou as controvérsias discutidas por essas elites, mesmo que decisões não tenham sido tomadas.

Mais do que o evento histórico em si, um caso define um episódio histórico que se caracteriza por uma série de eventos. Segundo George e Bennett (2005), muitas

²⁷ “Escândalo político midiático, portanto, é o evento que implica a revelação, através da mídia, de atividades previamente ocultadas e moralmente desonrosas, desencadeando uma sequência de ocorrências posteriores. O controle e a dinâmica de todo o processo deslocam-se dos atores inicialmente envolvidos para os jornalistas e para a mídia” (LIMA, 2006, p. 13). A mais conhecida das denúncias da VEJA levou ao impeachment do então presidente Fernando Collor.

variáveis são difíceis de mensurar, como os conceitos de democracia e poder, o que leva o pesquisador a procurar abordar fenômenos analiticamente equivalentes, em diferentes contextos.²⁸ Diante disto, os instrumentos metodológicos empregados levam em consideração as condições de produção dos discursos veiculados nas revistas nas suas perspectivas histórica e política, a partir da identificação dos diversos posicionamentos sobre os eventos selecionados. Isto remete a que esta tese não se aprofunde na discussão teórica sobre a constituição de uma *opinião pública*, privilegiando mais os aspectos dos efeitos dos discursos no sentido de mobilização na direção de uma política a partir de uma relação de interesses.²⁹

Para atingir o objetivo geral da pesquisa, optou-se pela divisão dos capítulos considerando duas partes abrangentes. A primeira envolveu os elementos teóricos que deram suporte à tese, centrada na revisão bibliográfica sobre imprensa e política, em seus campos doméstico e externo, com ênfase no papel das elites nas relações de influência, partindo para a análise da atuação da imprensa nos fenômenos políticos especialmente nos contextos das transições. Perissinotto (2009) ressalta a importância do estudo sobre as elites em períodos de profundas mudanças na estrutura social, como nas transições de um regime para outro. Nesses processos, novas instituições dão lugar às do regime anterior e a situação política se estabiliza e torna-se rotineira, como o resultado do processo de disputas por novas hegemonias.

A segunda parte da tese tratou da análise empírica, a partir dos casos selecionados e dos dados coletados nas reportagens da revista, na sua correspondência com o quadro da política exterior do país naquele período. Essa parte buscou compreender como se constituiu a atuação da imprensa no processo específico da

²⁸ Na perspectiva discursiva, significantes como liberdade, democracia e justiça assumem significados diferentes em lugares e momentos históricos diferentes, variando, também, de acordo com o sujeito que os produz em função do espaço de representação social que esse sujeito ocupa.

²⁹ O conceito de opinião pública como opinião de um público, em si mesmo, envolve a complexidade da dialética do privado e do público. Na definição de Manzur (2000, p. 21), a “*opinião pública é o conjunto das correntes de pensamento expressas em um país em um determinado período. Com isso, engloba a expressão de grupos definidos politicamente (como, por exemplo, o Parlamento, ou os partidos políticos), economicamente (as elites, as camadas populares) e socialmente (os movimentos sociais, dentre os quais associações, grupos religiosos, militares), naquilo que apresenta um consenso, uma unidade em torno de posições definidas. Muito relevante na construção desse conceito é também o papel da imprensa, que tanto espelha quanto induz a formação de opiniões e tendências*”.

transição política brasileira, com base nesses elementos, inserindo os dados na sua estrutura contextual de mudanças na política do país, de maneira a comprovar a hipótese inicial.

Em termos específicos, as partes foram divididas em 4 capítulos, além desta introdução e da conclusão final. Assim, no primeiro capítulo, foram abordadas questões teóricas que envolvem a imprensa como uma instituição de formação de consenso, em sua inserção nas esferas das elites, como *elite simbólica*, tal qual o conceito definido por Van Dijk (2012). Sua construção decorreu do entendimento que as relações que se estabelecem entre os meios de comunicação, a sociedade civil e o Estado envolvem, da mesma maneira, os vínculos entre os atores individuais da mídia e o papel das próprias instituições de comunicação no plano da política. O eixo principal foi a compreensão de que a comunicação que ocorre nesse espaço intraelites é um dos instrumentos para a sustentação do poder político e do poder econômico na sociedade, que procuram manter as negociações do processo decisório fora da esfera pública.

Desta forma, viu-se como necessário referenciar os elementos teóricos que envolvem a questão do poder, especialmente sobre *quem o detém*, no que tange à sua definição de *influência* e do papel das elites. E, em função disso, compreender, também, como essas elites podem representar os interesses de uma classe, principalmente, ao relacionar a atuação da imprensa brasileira daquele período na perspectiva gramsciana de reforço da ideologia burguesa. Dessa discussão teórica mais abrangente sobre a localização dos meios de comunicação no quadro das elites e do que representaria nas relações de poder, buscou-se compreender a imprensa como uma instituição e os modos em que seria estabelecida sua relação com a política, de acordo com os princípios constituídos por Wolfsfeld (2011), que busca situar o funcionamento da imprensa dentro dos quadros delimitados por aquela relação.

Partindo desse quadro mais abrangente, segue-se para a especificidade dessas relações no âmbito da política externa, especialmente, nos aspectos relacionados à sua aproximação nas esferas das elites, com ênfase nas chamadas interpretações *elitistas* e *pluralistas* e nas interações imprensa-política desenvolvidas por Robinson (2001; 2002), a partir das *controvérsias* de Hallin (1989). Esses dois autores definem a atuação da

imprensa e da política, em seu aspecto amplo, interno e externo, a partir de espaços constituídos em esferas concêntricas de delimitação de uma relação entre imprensa e elites, dentro do quadro de *incertezas políticas*.

Assim, tendo como referencial o pressuposto de que os meios de comunicação se constituem como elementos das *elites simbólicas*, o objetivo principal desse capítulo foi perceber a imprensa não apenas como espaço em que atuam os atores políticos, mas ela mesma como um ator que busca influenciar a política para tentar mudar crenças e preferências na busca de seus interesses, dentro dessa disputa por uma nova hegemonia que ocorre no movimento das transições políticas.

O segundo capítulo, por sua vez, foi construído dentro da perspectiva da importância do contexto, como definido por Wolfsfeld (2011), em que a compreensão do papel da mídia na política deve se iniciar pelo reconhecimento e entendimento do contexto político em que os meios de comunicação estão operando. Nesse sentido, foram trazidos os elementos históricos que situam a imprensa no processo ditatorial brasileiro, na qual a transição é uma de suas faces. Considerando a mídia como uma variável do processo de redemocratização do país, torna-se importante identificar os atores que participam desse projeto e os seus projetos políticos que acabaram por se estabelecer na democracia posterior.

Para tanto, um primeiro aspecto que se viu como importante na construção do capítulo foi apresentar algumas das discussões teóricas sobre o próprio processo de transição, notadamente, as que envolvem esse processo como uma relação entre as elites, em que a ideia do *pacto* se sobressai. No caso do período de transição, as fissuras da base de sustentação do regime militar e a ascensão dos movimentos sociais, dentro de um quadro de incertezas políticas no campo internacional, encontraram o espaço na própria reorganização da imprensa e de seus interesses.

Sendo assim, procurou-se situar a imprensa no quadro da transição do país, porém, reconhecendo que essa análise somente seria possível se fossem identificados os mecanismos das relações que a imprensa estabeleceu com o poder político durante todo o período da ditadura, os mecanismos legais e informais de cerceamento e os elos

construídos pelas diferentes elites, em que a mídia assumiu a ambiguidade de ser um *espaço* de transmissão de ideologias e *ator político*, em seu papel de elite simbólica, na busca de influenciar os processos decisórios. Especialmente nesse capítulo, são apresentados o surgimento e as relações que a revista *VEJA* estabeleceu no panorama do regime militar.

Tendo construído o referencial teórico e o contexto que envolve o processo da transição política brasileira, a segunda parte desta tese procura o diálogo desses aspectos teóricos com o material empírico. Ressalta-se, aqui, que o material da revista foi analisado em conjunto com alguns documentos oficiais, como discursos dos presidentes e dos chanceleres, e documentos liberados pelo governo dos Estados Unidos, disponíveis na internet, sobre as questões que envolviam os eventos. No terceiro capítulo, é traçado o panorama histórico da política externa dos dois períodos analisados e os contextos que envolvem os eventos selecionados, na discussão com a própria revista.

Considerando o *Pragmatismo Responsável* e a *Diplomacia Universal*, respectivamente, os delineamentos das políticas exteriores dos dois governos, como alguns dos espaços das controvérsias que se desenvolveram no processo de transição, buscou-se identificar como essas apareciam no discurso que se apresentava nas páginas da *VEJA*. Conforme Oliveira (2005), a política externa brasileira constituiu-se em um instrumento atrelado à política nacional de desenvolvimento a partir dos anos 1960, condicionada por uma interação entre fatores internos e externos. Dois conjuntos de decisões na política externa daqueles governos foram acompanhados de intensas divergências internas entre as elites nacionais, estabelecendo, ainda, elos com o movimento da redemocratização do país, e tiveram importantes repercussões nos veículos de comunicação: o reconhecimento da independência de Angola sob o comando de um poder de base marxista, ainda que somente tenha assumido essa postura, oficialmente, alguns anos depois, e as questões envolvendo a causa palestina, em seus elos com o problema energético, ambas, ainda, com importantes reflexos nas relações do Brasil com os Estados Unidos.

Na aproximação com Robinson (2001; 2002), esses consensos e dissensos entre as elites em relação às políticas externas possibilitam avaliar o grau de *certeza política* do governo, além de delimitar alguns espaços das disputas hegemônicas que se estabeleceram no período da transição do país. Nesse contexto, a *VEJA*, mais do que assumir o papel de um *espaço autônomo* de expressão de demandas, atuava como *ator* na defesa de interesses nem sempre coadunados com os do governo, mas também não aproximados com os movimentos sociais mais combativos, partilhando valores com setores das elites e se inserindo nas disputas sobre o projeto de país que se pretendia com o fim da ditadura. Desta forma, o objetivo principal desse capítulo foi apresentar o contexto que envolve os eventos selecionados, mas buscando identificar as relações de forças do ambiente interno do país.

O quarto capítulo apresenta a coleta dos dados de pesquisa, a partir do material da revista, seguindo duas linhas principais para a identificação e busca desses elementos: (1) a localização da revista dentro da categoria gramsciana de *revista-tipo* e (2) o reconhecimento que os discursos apresentam uma *força societal*, como uma manifestação do poder da classe ou do grupo, considerando os meios de comunicação como elementos das *elites simbólicas*, conforme argumentação de Van Dijk (2012). Nesse sentido, partiu-se do entendimento de que um estudo que trate da relação entre política - em seus aspectos internos e externos - e imprensa requer, necessariamente, uma compreensão do discurso construído e as redes de poder que o envolve. Assim, nesse capítulo, viu-se a importância de se aprofundar a metodologia utilizada, no sentido de trazer os elos dessas relações e os componentes das análises, especialmente, os referenciais que balizaram as interpretações dos dados.

O último capítulo consiste, na realidade, na conclusão da tese, com a reunião das sínteses e das inferências parciais dos demais capítulos e sua consolidação diante dos objetivos definidos e das conclusões retiradas das análises empíricas. A partir da análise da imprensa brasileira em relação ao poder político durante aquele período específico, pretendeu-se situar sua ação dentro das esferas limitadas de atuação das elites, conforme tese de Hallin (1989), e no quadro da *incerteza que* caracteriza os momentos de transição política, conforme Robinson (2001; 2002), mas, também, na luta por uma outra hegemonia que se buscava implantar na nova etapa política do país.

Pode-se ressaltar a importância deste estudo recuperando aquilo que afirma Nye (2011) de que o político, o econômico e o militar são pilares fundamentais do jogo de poder, mas que, ao lado desses, a informação aparece como um importante instrumento de conquista, ampliação e conservação desse poder. Desta forma, é preciso explorar a interação entre imprensa e política, considerando que a mídia exerce influência sobre um conjunto de questões políticas e sociais, seja como instrumento para promover a legitimidade de um regime a partir de interesses específicos ou influenciar a opinião pública na determinação desses interesses, seja como fiscalizadora do desempenho dos governantes.

Quase 37 anos depois do fim da censura na *VEJA*, o jornal *O GLOBO* publicou uma página inteira dedicada à questão da regulamentação da mídia no Brasil e à discussão sobre a relação da imprensa com a democracia.³⁰ Logo no início de um dos diversos artigos publicados na página³¹, o jornal reconhece a importância da liberdade dos meios de comunicação em regimes democráticos, mas, ao mesmo tempo, ressalta a “preocupante” politização do tema no país. Novamente, um veículo de imprensa exalta a importância de uma liberdade na ausência de conflitos como o perfil desejável de uma democracia. Como se percebe nos posicionamentos desses dois veículos da grande imprensa - *VEJA* e *O GLOBO* -, publicados em momentos políticos bastante diferenciados, a oposição entre uma imprensa livre nos regimes democráticos e uma imprensa subordinada em regimes autoritários ou totalitários não se apresenta de uma maneira direta e linear.

Mais ainda, a associação direta entre imprensa e democracia tem aspectos contraditórios, conforme já mencionado anteriormente, que precisam ser avaliados. Moraes (2010) afirma que ideia de que a comunicação é essencialmente democrática caminha ao lado de uma perspectiva que incorpora uma realidade onde o liberalismo econômico permite o surgimento de um sistema midiático que estimula a formação de grandes conglomerados de comunicação, englobando diferentes mídias e veículos, cujo acesso, antes de ser democrático, é controlado pelos estados ou pelas próprias

³⁰ Edição de 21 de março de 2013, página 8.

³¹ “*Debate sobre imprensa no país é politizado*”.

empresas.³² E determina-se, a partir desse controle dos meios de comunicação, um consenso que passa a ser confundido com unanimidade, em que a criação de uma esfera pública de opiniões discordantes e/ou antagônicas passa a ser vista como sinal de ignorância e atraso (CHAUÍ, 2010).³³

³² O que, segundo análise de Ramonet (2003), desconstrói a perspectiva de um Quarto Poder democrático da imprensa.

³³ O artigo de O GLOBO citado é a comprovação desse discurso.

CAPÍTULO 1

IMPrensa E POLÍTICA EM UMA RELAÇÃO ENTRE AS ELITES

Este capítulo pretende apontar alguns dos parâmetros pelos quais os meios de comunicação de massa constroem sua relação com o mundo da política, partindo de pressupostos que dão ênfase a essas relações na esfera das elites. Desta forma, são abordadas questões teóricas que envolvem a imprensa como uma instituição de formação de consenso, tendo como base, porém, sua própria constituição como parte dessas elites.

Uma primeira observação diz respeito ao fato de que a imprensa tem, há muito tempo, uma conexão próxima com os processos políticos. Os estudos no campo da História sobre a imprensa, que tiveram uma mudança importante em seus paradigmas a partir dos anos 1970, principalmente, no quadro de uma renovação da História Política, passaram a conceber sua importância não apenas como “fonte confirmadora” dos acontecimentos, mas, também, como objeto de pesquisa em que as disputas de poder estavam ligadas, intrinsecamente, à própria produção da notícia (LUCA, 2005, p. 118).

Conforme Habermas (2003), no século XIX, estados com sistemas políticos representativos controlavam jornais que serviram como vozes de partidos ou de governos, fosse nos restritos espaços locais ou nos mais amplos dos governos centrais. Desde seus primeiros tempos, essa difusão da informação que se deu por intermédio desses materiais, que não tinham o mesmo formato atual, propiciou o estabelecimento de uma esfera pública burguesa que passou a se organizar em torno de interesses privados e de um Estado expandido, afetando o processo do fazer político. Esses jornais, que nasceram no século XVII como parte do material trocado nas correspondências privadas sobre os intercâmbios de mercadorias, ou seja, com uma função de caráter econômico mais que político, com o passar do tempo, tornaram-se úteis aos interesses do poder administrativo, tornando mais complexo o próprio fazer da notícia.

Tem sido uma das afirmações mais defendidas que as sociedades democráticas são democráticas exatamente devido ao fato de terem eleições regulares e uma mídia livre, independente do controle por parte de qualquer poder. Para Miguel (2002), no entanto, não há imparcialidade dos meios de comunicação no debate político e não se pode ignorar as mais diversas forças da sociedade que se apresentam nesse diálogo - queira-se silenciá-las ou não. Segundo ele,

(...) parte dos problemas que a mídia coloca é, na verdade, própria da democracia de massas: a junção entre um *demos* heterogêneo, dividido por interesses contraditórios e portanto sempre em estado de conflito potencial, e a necessidade, comum a todas as sociedades, de manter um mínimo de unidade entre seus integrantes. Se, na Grécia antiga, mulheres, escravos e metecos tivessem acesso à cidadania, suas instituições precisariam estar melhor posicionadas para lidar com a dissensão. Da mesma forma, a idealização promovida por Habermas, em sua reconstituição dos inícios da opinião pública, é possível porque a esfera pública burguesa do século XVIII era franqueada a uma parcela relativamente restrita e homogênea da população. Ao contrário do que Habermas deixa transparecer, a exclusão de trabalhadores braçais e mulheres não era algo contingente, mas um traço crucial da realidade que descreve.

(MIGUEL, 2002, p. 160)

Quando a análise sobre a imprensa parte do pensamento liberal, argumenta-se que o processo de democratização em que se constituíram os estados modernos foi reforçado, em grande medida, pelo desenvolvimento dos meios de comunicação, principalmente, na sua independência em relação aos governos, construindo uma narrativa que acentua o caráter de que a mídia livre – subentende-se aí, fora dos domínios do poder do Estado - é o instrumento, por excelência, de poder do povo (CURRAN, 2002). Porém, alguns dos componentes das relações que se estabelecem entre os meios de comunicação, o Estado e a sociedade, sejam elas conflitantes ou convergentes, envolvem, também, os vínculos dos atores individuais da mídia e o papel das próprias instituições de comunicação no plano da política, para além de uma ideia de autonomia da imprensa. Como afirma Jeanneney (2003), é importante prestar atenção ao “conjunto dos produtores” da informação, em seus múltiplos vínculos e solidariedades distintas para que se possa compreender o funcionamento dessa relação.

Antes de assegurar que uma imprensa é livre tendo como parâmetro o fato de não se submeter ao poder constituído, dois aspectos principais se fazem presentes nas

análises sobre o exercício do poder e o papel dos meios de comunicação, segundo Chauí (2010): a questão econômica e a questão ideológica. No que tange ao econômico, ressalta-se o fato de que as organizações de comunicação de massa são, em quase sua totalidade, empresas privadas, mesmo que as concessões sejam dadas pelo Estado, cujo funcionamento é regido “*pelos imperativos do capital*”, com forte concentração e vinculação com outros setores econômicos sem tradição na área da mídia, como bancos, indústria de armamentos, eletrônicas, metalurgia e outras.³⁴ Em seu aspecto ideológico, esse poder também não se diferencia do poder econômico que se localiza “*nos proprietários das empresas da indústria de comunicação*”, porém “*é o poder ilocalizado do capital*”, pois “*as representações ou imagens que constituem a ideologia aparecem desprovidas de localização, embora estejam precisamente localizadas nos centros emissores da comunicação*” (CHAUI, 2010, p. 72-74). Desta forma, sua representatividade está menos voltada para ser um poder emanado do povo e mais na representação dos interesses do capital.

Nesse mesmo caminho, Schudson (2002) afirma que a mídia estabelece uma relação com setores das elites, construindo uma independência relativamente limitada, na medida em que existe uma dependência mútua entre poder político, em sua base jurídica, e poder econômico, que fornece sua ideologia legitimadora, que se reflete nas relações que esses dois poderes estabelecem com os meios de comunicação. E essas relações se dão tanto nas formas democráticas, como ditatoriais de governo. Em ambas, proprietários dos meios de comunicação, como aliados de diferentes facções das elites, usam suas próprias posições para protegerem e favorecerem a posição de seus aliados. Além disso, o posicionamento dos donos das organizações de mídia na defesa de seus interesses, na combinação com a defesa dos interesses dos políticos no controle da informação e no interesse dos próprios jornalistas de fornecerem uma informação independente, cria um conjunto de tensões e distorções decorrentes desses tantos interesses díspares que dão a conformação a um modelo que contraria a visão de uma mídia livre.

³⁴ Os estudos de Bagdikian (1993), Wolin (2008) e McChesney (1999) dão a dimensão dessas relações econômicas nacionais e transnacionais.

Se a imprensa brasileira, durante a ditadura militar, caracterizou-se pelo seu cerceamento diante da censura por parte do governo, o quadro posterior da redemocratização ocorrida no país trouxe à tona esses mesmos conflitos que têm seus reflexos no modelo atual de mídia. A própria atuação da revista *VEJA*, naquele contexto, permite vislumbrar a defesa de uma democracia de molde liberal, que via os movimentos sociais como ameaças ao projeto redemocratizante elaborado pelo governo com o apoio de setores das elites. Com a ascensão do modelo neoliberal que veio na esteira desse projeto, os conflitos que caracterizam uma mídia não-livre, onde sobressaem os interesses de setores da sociedade, tornaram-se mais evidentes nas páginas da revista, como as diversas reportagens contrárias aos movimentos grevistas de finais da década de 1970 e nos anos 1980.³⁵

De modo geral, identificam-se algumas abordagens sobre as organizações de mídia que buscam compreender e explicar seu conteúdo dentro do pressuposto que seriam, até certo ponto, independentes em sua influência sobre o mundo, afetando a opinião pública ou tendo um papel no jogo político interno, em uma posição *sobre* e não *dentro* desse jogo, reforçando a perspectiva liberal que define a imprensa em uma função de *juiz* desse jogo. Contudo, outra perspectiva de interpretação, da qual esta tese mais se aproxima, compreende a imprensa, mais especificamente, a chamada “grande imprensa”, como um espaço de comunicação que se dá intraelites, mais do que uma relação dialógica com a *massa*, reforçando “*entendimentos políticos que são, na verdade, visões das elites políticas*”, conforme a afirmação de Schudson (2002, p. 253).

Esse caminho identifica que o modelo de comunicação que ocorre entre as elites é um dos instrumentos para a sustentação do poder político e do poder econômico na sociedade, considerando que os meios de comunicação participam dos espaços das negociações visando à tomada de decisão, porém, contribuindo para manter essas negociações fora da esfera pública e fora da referência à massa de consumidores-cidadãos (BIROLI e MIGUEL, 2012). Segundo Capelato e Prado (1980, p. XIX), a

³⁵ Sobre essa relação, o trabalho recente de Tostes (2012) apresenta a posição da revista frente aos movimentos crescentes da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores (PT) no período da chamada “Nova República”, especialmente, na descaracterização dessas greves e na defesa de um discurso que as via como ameaça ao próprio modelo econômico do país.

mídia é “(...) *fundamentalmente instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social*”, uma instituição em que “(...) *se mesclam o público e o privado*”, em um amálgama dos direitos dos cidadãos com os interesses dos donos dos veículos de comunicação, sendo, também, um eficiente instrumento para a inculcação de ideias junto aos grupos estratégicos de formadores e reprodutores de opinião, tornando-se ela mesma um pólo de poder.

1.1 Quem detém o poder? Elites políticas, econômicas, sociais e simbólicas

Mas, qual tipo de poder a imprensa representa? De acordo com Perissinoto (2008, p. 29-30), a discussão sobre o conceito de poder divide-se em dois grandes campos conceituais, sendo um deles centrado na concepção de que as relações de poder são “*relações hierárquicas, baseadas no predomínio e no conflito*”.³⁶ Esse próprio campo conceitual tem outra subdivisão, em que, por um lado, o poder sobressai como “*uma interação entre atores conscientes dos seus interesses e do caráter antagônico de suas preferências*” e, por outro lado, aparece como uma relação social institucionalizada, em que os recursos, sejam eles econômicos, sociais, simbólicos ou políticos, são distribuídos de maneira desigual, sem que os atores tenham consciência disto e cujas preferências são moldadas com base em um “consenso ilusório”. Esse consenso nada mais é do que a “*cristalização das posições vencedoras*” que escamoteia os “*conflitos entre visões de mundo diversas e antagônicas*” que resultam “*na derrota sistemática de alguns e na vitória permanente de outros*” (PERISSINOTTO, 2008, p. 46).³⁷

Assim, para se deter o poder, é necessário ter o acesso a uma gama de recursos socialmente compartilhados para exercê-lo, bem como ter a capacidade de converter os

³⁶ Bobbio (1998, p.76-77) diz que toda teoria política parte “*de uma definição de ‘poder’ e de uma análise do fenômeno do poder*”. Conceito que possui uma multiplicidade de definições, muitas delas justapostas, o poder é um fenômeno presente em todas as relações sociais, que “*experimentamos [...] em nossas vidas diárias e sentimos seus reais efeitos, a despeito de nossa inabilidade em medi-lo com precisão*”, podendo ser definido como a capacidade de fazer coisas e influenciar os outros para obter os resultados que se quer (NYE, 2011, p.5-6). Tradução livre da autora.

³⁷ Para Van Dijk (2012), sob determinadas condições históricas, econômicas ou culturais específicas, é possível o exercício de um contrapoder, de resistência a um único domínio.

recursos em poder, ainda que, tal como afirma Weber (1999), o controle de um determinado recurso somente leve à *probabilidade* de que se exerça o poder sobre o outro, caso queira, mas não se define em si mesmo como poder. Esses recursos compartilhados caracterizam-se por diversos atributos culturalmente valorizados, como bens econômicos, status, habilidade, autoridade, conhecimento e outros. E, segundo Bobbio (1998, p. 385), o controle do “*poder de tomar e impor decisões válidas para todos os membros do grupo, mesmo que tenha de recorrer à força, em última instância*”, está nas mãos do extrato da sociedade dessa minoria que se denomina como elite política. Esse poder se dá, contudo, também por intermédio de outras formas que não somente a força, mas cujos recursos permanecem, da mesma maneira, de posse de alguns poucos grupos na sociedade.³⁸

Nessa perspectiva, considera-se que o poder político, que tem sua fonte nas instituições do Estado, “*é somente uma forma mais especializada de poder*” e é exercido, em muitos contextos, por indivíduos ou grupos que “*que ocupam diferentes posições nos campos de interação*” (THOMPSON, 2011, p. 38).³⁹ Por sua vez, Van Dijk (2012) afirma que o alcance dos “*agentes do poder*” pode ser limitado a apenas um domínio social, o que, também, limita o controle social nas sociedades contemporâneas devido a essa extensão do poder dos agentes e de suas ações.

De maneira geral, o termo *elite* acaba sendo utilizado para descrever as posições de liderança em organizações ou instituições, como as elites políticas, as elites sociais e as não-elites, estas, contudo, subordinadas às elites de mando. Mosca (1989), precursor da concepção clássica sobre o conceito de elite, defendeu que, em todas as sociedades, existem duas classes de pessoas: a dos governantes – classe política ou dirigente, menos numerosa, mas que goza de vantagens exclusivas, detendo as funções públicas e o poder

³⁸ “(...) os modos específicos pelos quais os recursos podem ser usados para exercer o poder, ou seja, os modos de exercício do poder, são múltiplos: da persuasão à manipulação, da ameaça de uma punição à promessa de uma recompensa. Alguns autores preferem falar de poder só quando a determinação do comportamento alheio se funda sobre a coação” (STOPPINO, 1998, p. 938).

³⁹ A ideia de “campos de interação” utilizada por Thompson é retirada da noção de campo político de Bourdieu (1989), definindo que os indivíduos agem dentro de um conjunto de circunstâncias previamente dadas. Os indivíduos se situam em diferentes posições dentro destes campos, dependendo do tipo e da quantidade de recursos disponíveis para eles e a posição que um indivíduo ocupa dentro de um campo é estreitamente ligada ao poder que possui.

– e a dos governados – as massas que seriam conduzidas pela primeira, fornecendo-lhe sustentação. A classe dos governantes teria uma unidade de pensamento e coesão de grupos característicos de uma classe, ainda que essa elite não se apresente totalmente homogênea, em face de uma estratificação presente em quase todas as elites. O controle da autoridade política seria sempre revezado por grupos minoritários dominantes, que, tendo a posse dos recursos econômicos, garantiria, também, o poder político e a influência cultural sobre a maioria mal organizada (PERISSINOTO, 2009; HOLANDA, 2011).

Contudo, diferente dessa leitura, Gramsci afirma que a política é um “*organismo em desenvolvimento*”, uma construção histórica, cuja relação entre governantes e governados não se fixa como um fenômeno natural, eterno, mas como uma consequência do “*conjunto das relações sociais historicamente determinadas*” (GRAMSCI, 1991, p. 9; COUTINHO, 2003, p. 72-74). E, para o autor sardo, a compreensão da formação de grupos dirigentes está nas relações estabelecidas entre as classes sociais, o Estado e o papel dos intelectuais, envolvendo os conceitos de *força* e *consenso*. A classe dominante cria intelectuais que agem na sociedade civil com o propósito de obter o consenso “espontâneo” das grandes massas segundo a orientação dada pelo grupo dominante à vida social. Esse consenso é obtido “historicamente” da confiança que o grupo dominante obtém em decorrência de sua posição e função no mundo da produção. Essa camada de intelectuais dá homogeneidade e consciência à própria função do grupo social, no campo econômico, político e social. No pensamento gramsciano, todo homem desenvolve uma atividade intelectual qualquer, participando de uma concepção do mundo. No entanto, nem todos exercem a função de intelectual. Historicamente, formam-se “*categorias especializadas para o exercício da função intelectual; [...] em conexão com todos os grupos sociais, mas sobretudo em conexão com os grupos sociais mais importantes*” (GRAMSCI, 2006, p. 18). O intelectual é aquele que *age*, mas não é independente dos grupos dominantes, ao contrário, é um dos instrumentos do exercício de hegemonia.⁴⁰

⁴⁰ Segundo Schlesener (2007), Gramsci compreendia a teoria das elites como uma tentativa de interpretação do fenômeno histórico dos intelectuais e, também, como uma maneira de explicitar o

Também outro autor clássico nos estudos sobre as elites, Charles Wright Mills (2000) identificava uma complexidade muito maior nessa relação, especialmente, em uma crítica a junção de classe social e elite em um único conceito, tal qual afirmava Mosca. Para Mills, as elites associam-se para formar uma unidade de poder que domina a sociedade, mas sem formar uma “classe”, a partir de laços diversos, como o que ocorre entre as elites políticas e econômicas, mas que traduz, para a elite dominante, um interesse comum: a manutenção do *status quo*. O autor aponta três características compartilhadas entre esses membros: a unidade psicológica ao fazerem uso dos mesmos valores, a comunhão de interesses coerentes e a unidade institucional, constituindo um conjunto homogêneo, coeso em seus valores, detentor de poder, com capacidade de afetar a “sociedade de massas”, termo elaborado pelo autor que definia a maioria das pessoas em uma relação passiva com a elite do poder, representando uma das causas fundamentais do autoritarismo até mesmo em democracias constituídas.⁴¹

No diálogo para a compreensão de que grupo se compõe a elite e qual o alcance do poder que possui, Rocher (1971) traz uma distinção que é especialmente importante no que se refere à atuação da imprensa. Em suas análises, considerou que os estudos clássicos das teorias das elites, desenvolvidos por Pareto, Mosca, Wright Mills, apontariam para uma ambiguidade entre as ideias de autoridade e poder, ao perceberem as elites compostas, exclusivamente, por pessoas ou por grupos nas posições de mando, ainda que Pareto tenha feito uma distinção entre “elite governamental” e “elite não governamental”. Apesar de não estar à frente do poder político, essa elite não

processo de cooptação dos líderes da classe operária. Durante seu cárcere, Gramsci dedicou-se em estudar, em profundidade, o pensamento dos autores clássicos da Teoria das Elites, como Robert Michels, Mosca e Pareto.

⁴¹ Dentro ainda da linha clássica, Vilfredo Pareto ressaltou que nem sempre as minorias pertencentes ao grupo dominante apresentam vocação para a atividade política. Em sua concepção teórica, as elites seriam formadas por aqueles que, graças às suas aptidões pessoais, conseguem alçar a um patamar superior à média dos outros homens e podem ser divididas em grupos: as elites políticas, as elites econômicas e as elites intelectuais. Essas qualidades, que não necessariamente seriam passadas de pai para filho, dariam poder e prestígio. E seria justamente por não haver uma transmissão direta dessas qualidades, que haveria uma substituição das antigas elites por novas elites, essas provenientes de camadas inferiores da sociedade, gerando o que Pareto conceituou como uma “circulação das elites”, que implicaria, também, na circulação de ideias (PARETO, 1991). Um outro prisma desse mecanismo de “movimentação das elites” foi definido a partir dos estudos sobre os “processos de recrutamento”, que analisam o elo fundamental entre as elites e a estrutura de classe, dentro do que Giddens (1974) chamou de “*mediação institucional do poder*”, ou seja, a maneira pela qual são reproduzidas ou modificadas as oportunidades políticas e econômicas de quem pode ascender às posições de elites entre as gerações.

governamental exerce poder em outros setores, como a economia, mas também em seu aspecto simbólico. Para Rocher, haveria uma distinção entre as *elites do poder* e as *elites de influência*, distinção esta necessária ao se considerar a existência daqueles que, mesmo sem ocuparem cargos de autoridade ou terem poder reconhecido, fazem parte das elites da mesma maneira, em decorrência da influência que exercem. Partindo dessa perspectiva, pode-se pensar nas elites, incluindo-se, neste caso, os proprietários dos meios de comunicação e produtores de notícias, não apenas em função de possuírem o *poder*, mas também pela *influência* que exercem em suas posições nas decisões políticas, em que interesses privados tornam-se interesses públicos.

Na realidade, para o autor, existe uma pluralidade de elites, com classificações distintas. Essas podem ser: (1) elites tradicionais, que gozam de autoridade ou de influência em decorrência de suas estruturas sociais, baseadas, essencialmente, na tradição; (2) elites tecnocráticas, compostas pela categoria superior de administradores que se encontram no governo e em grandes corporações, inscritas em uma estrutura legal ou burocrática – a autoridade racional-legal weberiana -, cuja autoridade se assenta no fato de terem sido escolhidas de acordo com leis estabelecidas e por lhes ser atribuída uma certa importância; (3) elites de propriedade ou elites econômicas, investidas do poder em decorrência dos bens e capitais que possuem, inclusive com capacidade de exercer pressão sobre as elites tradicionais ou tecnocráticas, influenciando tanto a economia, como a política e a vida social, com um importante papel, inclusive, na desmobilização de mudanças sociais profundas; (4) elites carismáticas, dentro de um tipo ideal weberiano, aquelas a que se atribuem certos carismas; (5) elites ideológicas, que podem ser influentes, mas sem a autoridade oficial, podendo até mesmo se constituírem em uma “contra-elite”, uma elite de oposição, que contraria aquela que está no poder e tem a capacidade de propor mudanças mais profundas; e (6) elites simbólicas (ROCHER, 1971, p. 17-18).

Algumas elites exercem sua *influência* sobre o conjunto do processo de tomada de decisões políticas, onde esse *poder* torna-se mais nítido, seja na proposta de uma mudança social ou como resistência à mudança. Esse jogo de dominação, segundo

Charaudeau (2013), é resultante do movimento dialético do “debate de ideias” no espaço público com o “fazer político” no campo restrito do espaço político.⁴² E, nesse jogo, luta-se pela *legitimidade* construída por meio da conquista de opiniões, ao mesmo tempo em que se exerce o poder de agir por uma *autoridade* que se faz por uma dominação baseada na regulamentação e na sanção. Esse movimento de legitimidade pode ser visto na capacidade de influenciar as ações e crenças a partir das instituições que tem papel fundamental na acumulação dos meios de informação e comunicação, como a imprensa.

Em aspecto mais específico, para se definir *influência*, que, segundo Dahl (1988, p. 36-37), pode ser *manifesta* ou *implícita*⁴³, é preciso que se saiba qual o domínio, ou seja, o “conjunto de outros atores que recebem sua influência”, e o escopo, ou os “assuntos em que tal influência se faz sentir”. Neste sentido, a imprensa se constitui *locus* importante para a compreensão dessas relações de influência. Em comum nas mais diferentes visões teóricas, pode-se compreender a imprensa dentro de parâmetros da atuação política e na intermediação das relações sociais entre os mais diversos grupos. Assim, uma perspectiva de análise da relação mídia-política deve buscar compreender quais são os atores políticos que influenciam as decisões políticas e qual o alcance da influência da mídia nos processos de tomada de decisão. Tal análise parte do pressuposto de que as elites são componentes dessa relação, tanto influenciadas pela campanha midiática, quanto influenciando nas situações em que se disponibilizam como fontes, em que visam não a massa de consumidores-cidadãos, mas outras elites rivais, e

⁴² Rémond (2003, p. 443-450) procura as aproximações do significado do político, que leva, na realidade, a definições abstratas, naquilo que se relaciona com a conquista, exercício e prática do poder, constituindo “a totalidade dos indivíduos que habitam um espaço delimitado por fronteiras que chamamos precisamente de políticas”. Bobbio (2000, p. 160-161) vê esta aproximação ao definir a política como práxis humana expressa nas relações “entre governantes e governados, entre soberanos e súditos, entre Estado e cidadãos, entre comando e obediência”, ligada, intrinsecamente, ao conceito de poder em sua definição “como uma relação entre dois sujeitos, na qual um impõe ao outro a própria vontade.”

⁴³ Na primeira, os termos se dão no caso de “A deseja o resultado X; se A age com a intenção de causar o comportamento de B no sentido de realizar X; e, se como resultado da ação de A, B procura realizar X, neste caso, A exerce uma influência manifesta sobre B”. Já a influência implícita resulta de uma expectativa, onde “se A deseja o resultado X, então, mesmo que A não aja com a intenção de causar o comportamento de B de modo a realizar X, estará exercendo uma influência implícita sobre B se seu desejo de que X se realize causar atos de B no sentido de realização de X” (DAHL, 1988, p. 37).

considerando ainda que as empresas de mídia representam, elas mesmas, interesses econômicos.

Aproximando-nos do pensamento gramsciano, a legitimidade se dá pelo *consenso*, condição indispensável à dominação e que é construído pela atuação dos aparelhos privados de hegemonia, situados na esfera da sociedade civil.⁴⁴ Na construção do consenso, em que a coerção cede lugar à sedução, persuasão e manipulação do público, o *poder simbólico* aparece como uma das formas de poder, representando o acesso preferencial ou o controle sobre o discurso público que caracteriza o poder social das classes e organizações. E a opinião pública, dentro ainda do pensamento gramsciano, que tem seu espaço, especialmente, por intermédio dos aparelhos privados de comunicação, ou seja, os aparelhos privados de hegemonia, seria o elemento de contato entre a sociedade civil e a sociedade política, entre o consenso e a coerção.

Bourdieu (1989) defende a existência de um poder simbólico como o poder de construção da realidade que busca uma concordância homogênea do sentido do mundo social, contribuindo para a reprodução da ordem social dominante. O poder simbólico, ou cultural, produtor, transmissor e receptor do significado das formas simbólicas, tem a capacidade de influenciar as ações e crenças no sentido de construir uma legitimidade. As classes dominantes são beneficiárias de um capital simbólico, que é disseminado e reproduzido por meio de instituições e práticas sociais, que lhes permite exercer o poder. O poder simbólico opera a partir de onde o poder coercitivo não pode se estender em toda sua capacidade.

O modo de produção e articulação do discurso por intermédio do qual se exerce uma *influência* é, assim, controlado por grupos que exercem o poder com base no “capital simbólico”, tal como definiu Bourdieu, com relativo poder para determinar o que se apresenta ou não, e de que forma, nesse discurso ao público. Esses grupos constituem as *elites simbólicas*, das quais fazem parte os proprietários dos meios de

⁴⁴ A sociedade civil consiste, conforme Gramsci (2006, p. 20), no “conjunto de organismos designados vulgarmente como privados”, local privilegiado da luta de classes e o lócus onde operam, especialmente, os intelectuais. Segundo Coutinho (1999, p. 54-55), os “aparelhos privados de hegemonia são organismos sociais privados, o que significa que a adesão aos mesmos é voluntária e não coercitiva, tornando-se assim relativamente autônomos em face do Estado em sentido estrito”.

comunicação e os jornalistas, dentre outros que exercem o poder a partir dessa base, e que se definem como “*fabricantes do conhecimento, dos padrões morais, das crenças, das atitudes, das normas, das ideologias e dos valores públicos*” (VAN DIJK, 2012, p. 45).

As elites simbólicas, junto às elites política, econômica e militar, desempenham a função de sustentar um aparato ideológico para o exercício contínuo do poder e para sua manutenção, também elas, na sua função de intelectual a serviço de uma classe como um dos instrumentos do exercício de hegemonia, tal qual o pensamento gramsciano. Através do controle do acesso ao discurso, controlar-se-iam as mentes, o que levaria, por sua vez, a controlar a ação, que, mesmo possibilitando uma resistência à manipulação, serviria como instrumento para a manutenção da ideologia dominante (VAN DIJK, 2012). As formas de dominação, que, por sua vez, constituem um exercício de poder, sustentam-se mediante mecanismos de legitimação, como a manipulação.

A manipulação é um *abuso discursivo de poder*, em que um manipulador exerce controle sobre outras pessoas, mesmo contra os interesses ou vontades delas. Ela é uma forma de “*influência deslegitimada por meio do discurso*”, exercida por suportes diversos, que ocorre mesmo em sociedades democráticas, reproduzindo as condições sociais de desigualdade.

Nesses termos, então, as elites simbólicas hoje, tais como políticos, jornalistas, escritores, professores, advogados, burocratas e todos os outros que tem acesso especial ao discurso público, ou os diretores empresariais que indiretamente controlam tal acesso, por exemplo, como donos de impérios de mídia, são os que devem ser definidos como poderosos segundo esse critério.
(VAN DIJK, 2012, p. 23)

Essa concepção de poder evidencia os aspectos da ideologia no estabelecimento e na manutenção da dominação, em que a mídia assume uma posição especial como um recurso *simbólico*, pelo seu potencial em controlar as mentes do público, ainda que não

diretamente suas ações (DIJK, 2012).⁴⁵ Mas, como afirma Zizek (2010, p. 11), “*a ideologia nada tem a ver como a ‘ilusão’, com a representação equivocada e distorcida de seu conteúdo social*”.

Considerando-se que quem detém o poder pretende que ele se incorpore ao senso comum, ao ser visto como fenômeno natural pelos grupos dominados e deixar de ser visto como uma *coação* ideológica, esse poder torna-se hegemônico, em que a visão de mundo constituída passa a ser considerada como única e verdadeira, abafando aquelas visões de resistência que o contrarie. Eagleton (1997) considera que hegemonia não é apenas um tipo bem-sucedido de ideologia, mas ela estende seu poder de ação sob as mais variadas dimensões da vida cotidiana, seja atuando como mecanismo ideológico de dominação, ou como instância de negociação e de resistência.

1.1.1 Imprensa como elite simbólica e a formação do consenso

Partindo do quadro anteriormente apresentado, compreendendo o poder da imprensa na perspectiva da *influência*, este não pode ser visto apenas em seus efeitos diretos, mas deve partir de “*uma base seletiva de conhecimento, metas, normas e valores, compartilhada socialmente, além de moldes de interpretação baseados nela*” (VAN DIJK, 2012, p. 77-78). E desempenhando um papel essencial na correlação de forças, ao lado das elites políticas e sociais, as *elites simbólicas*, nas quais se inserem os proprietários dos meios de comunicação e os demais atores da imprensa, influenciam a agenda da discussão pública, controlando a quantidade de informação e sustentando o aparato ideológico do exercício e manutenção do poder, especialmente, em uma sociedade envolvida em uma rede de informação e comunicação global.⁴⁶

No entanto, essas elites simbólicas não são independentes dos grupos de poder econômicos e políticos, que buscam, também, controlar a produção simbólica, tal qual

⁴⁵ Van Dijk (2012) define o poder, que identifica como poder social, como uma relação que se manifesta na interação, agindo por meio das “mentes” das pessoas.

⁴⁶ “*A dependência das elites é tipicamente escondida em termos ideológicos por meio dos vários valores, normas e códigos profissionais, por exemplo, por meio da crença disseminada na ‘liberdade de expressão’ nos meios de comunicação*” (VAN DIJK, 2012, p. 46).

afirmou Gramsci em relação ao papel dos intelectuais. Segundo Bagdikian (1993), as corporações que dominam o sistema midiático também participam do mundo das finanças internacionais, com grande força no mercado acionário em outros campos de atuação, até mesmo na indústria de defesa. Da mesma forma, McChesny (1999) vê essa interdependência entre as elites ligadas à mídia, que construíram um império globalizado de informação e entretenimento, dentro da perspectiva de um paradoxo, em que, uma mídia rica produz uma democracia pobre, uniformizando o pensamento e construindo um consenso em que o debate de ideias perde espaço para o consumo de mercadorias, incluindo a própria informação. O sistema de mídia faz parte, intrinsecamente, do sistema capitalista, seja através dos proprietários dos meios de comunicação, seja nas suas relações com os anunciantes, seja nas relações entre patrões e empregados, seja no alcance de seus investimentos.

Para superar essa hegemonia das classes dominantes, Gramsci (2006, p. 235) afirma a necessidade de um jornalismo qualificado e dotado “*de uma completa independência*”, oferecendo “*ao público informações e julgamentos não ligados a interesses particulares*”. Para ele, a imprensa, instrumento na disputa da direção moral e intelectual da sociedade, representa o lugar de competição entre forças sociais e não apenas o veículo das ideias das classes dominantes, em uma relação que se estabelece dialeticamente. Ela é “*a parte mais dinâmica*” da superestrutura ideológica e “*a organização material voltada para manter, defender e desenvolver a frente teórica ou ideológica*”, suporte ideológico do bloco hegemônico (ibid., p. 32).⁴⁷

Para o autor, (...) *o elemento fundamental para o êxito de um periódico é o ideológico, isto é, o fato de que satisfaça ou não determinadas necessidades político-intelectuais*” (ibid., p. 249). Ainda que a imprensa não apareça no pensamento gramsciano em sua relação com a base econômica da sociedade, estando mais

⁴⁷ Moraes (2010, p. 54), que fundamenta seus estudos a partir do pensamento gramsciano, afirma que o conceito de hegemonia ajuda a compreender as disputas entre consenso e dissenso “*que atravessam e condicionam a produção simbólica nos meios de comunicação, interferindo na conformação do imaginário social e nas disputas de sentido de poder na contemporaneidade*”. A compreensão do papel da imprensa, desta maneira, está diretamente ligada ao entendimento desse conceito, que envolve, além dos aspectos relacionados às estruturas econômica e política, os modos na busca da naturalização dessas representações como forma de assumir a direção ético-política da sociedade. Hegemonia não pode ser vista como ação coerciva pura, mas sim como a conjugação da força material do poder e as estratégias de persuasão e interpretações convincentes sobre o quadro social.

frequentemente relacionada à luta pela hegemonia, Gramsci identificava que o sistema midiático consistia, também, na composição de capital privado, levando a que assuma sua função de aparelho privado de hegemonia na disputa pela direção política e ideológica em um quadro, também, de hegemonia econômica, com relações estreitas com as decisões políticas do Estado (ALMEIDA, 2011).

Ele percebia que o ideológico não poderia ser descolado do econômico, até mesmo porque as organizações de mídia são empresas capitalistas, que atuam, também, como atores políticos. Essa relação tem sua visibilidade no próprio papel dos leitores, que

devem ser considerados de dois pontos de vista principais: 1) como elementos ideológicos “transformáveis” filosoficamente, capazes, dúcteis, maleáveis à transformação; 2) como elementos “econômicos”, capazes de adquirir as publicações e de fazê-las adquirir por outros. Os dois elementos, na realidade, nem sempre são separáveis, na medida em que o elemento ideológico é um estímulo ao ato econômico da aquisição e da divulgação.

(GRAMSCI, 2006, p. 246)

Contudo, Gramsci destacava que as classes subalternas poderiam conseguir a separação de aparelhos ideológicos, tornando-as agências privadas de hegemonia sob sua direção, em um exercício de contra-hegemonia. Isto leva à importância na constituição de uma imprensa revolucionária, que não apenas atenda aos interesses da classe burguesa, mas que possa expandir a dimensão cultural da luta de classes, por meio de ações pedagógicas que denunciem as estruturas de dominação da sociedade capitalista e que auxiliem no aprofundamento da consciência dos trabalhadores e na transformação das relações sociais de produção. Nesse sentido, ao se considerarem essas duas forças opostas de hegemonia e contra-hegemonia, pode-se visualizar os meios de comunicação, também, como um *espaço* de disputas e conflitos que ocorrem na sociedade da qual fazem parte, em uma relação complexa, onde vários interesses se apresentam.

O aspecto ideológico, na grande imprensa e mesmo em todos os demais veículos de mídia, é percebido, principalmente, nos editoriais, mas também se apresenta diluído em todo o corpo do veículo, como a representação que é feita, pelo jornal ou revista, da

realidade social. Ainda que o processo de produção envolva uma série de funções e pessoas, a hierarquia que existe nos órgãos de comunicação aponta para o fato de que essa complexidade de seu processo não retira o controle daqueles que se encontram no topo da escala - os proprietários das empresas de comunicação. Essa relação ideológica e econômica das organizações de comunicação também foi apontada por Weber (2005), em seu texto apresentado no Primeiro Congresso de Sociologia, em Frankfurt, no ano de 1919, em que afirmava que a imprensa estabelece diferentes relações de poder, principalmente em sua capacidade de moldar a opinião pública, como uma empresa capitalista e privada com dois tipos diferenciados de clientes: os compradores de jornal e os anunciantes.

Para Perissinotto e Codato (2009), uma classe pode estar “representada” por uma minoria politicamente ativa – uma *elite* – agindo na cena política, mesmo que não a seu mando, em uma “representação subjetiva” que se dá através de instituições e organizações que falam em seu nome no campo político e institucional. Para que se possa identificar a “representação subjetiva de classe” por uma elite, de forma que se possa apreender se, efetivamente, age de acordo com os interesses da classe que representa, é preciso que se faça, entre outras, a análise de suas produções discursivas. Essa análise envolve, segundo os autores,

[...]o estudo de toda manifestação, escrita ou falada, em defesa explícita dos interesses de classe: os artigos de jornais, as intervenções em periódicos especializados, as publicações de entidades de classe, os discursos parlamentares. A investigação dessas tomadas de posição em defesa clara e franca de determinados interesses permite estabelecer com bastante segurança relações de representação entre uma classe e determinada “elite de classe”.

(PERISSINOTTO e CODATO, 2009, p. 263)

Esta conexão da imprensa como representação de uma classe é possível de ser percebida na medida em que se identifica o sistema de mídia como a composição de capital privado, com relações próximas com outros segmentos empresariais, conforme referido anteriormente, em que os proprietários dos meios de comunicação encontram-

se representados como membros de uma mesma classe.⁴⁸ Dois exemplos de textos, publicados na revista *VEJA*, caminham nessa direção: o editorial de dez anos da revista, escrito por José Roberto Guzzo, que assumia o lugar na sociedade que o veículo pretendia ocupar, como “liberais” na defesa de valores da “ordem” e da propriedade privada, e as reportagens reproduzindo as posições do empresariado nacional frente ao governo.⁴⁹

Na edição 479, voltada para apresentar o pensamento dos empresários brasileiros manifestado na IV Conferência Nacional das Classes Produtoras – CONCLAP, a própria revista assumia seu papel político ativo, ao ter a iniciativa de realizar a sondagem de opinião entre os participantes da conferência. O editorial, assinado por José Roberto Guzzo, afirmava que

Nesse clima marcado a fundo pela vontade de participar, a *VEJA* procurou ir além de seu trabalho de reportagem – e organizou, junto ao plenário da IV Conclap, uma sondagem sobre as aspirações atuais do empresário brasileiro, incluindo questões que vão da estatização da economia ao direito de greve, do capital estrangeiro à próxima sucessão presidencial.

Com uma análise abrangente dos dados obtidos por intermédio dos questionários, a *VEJA* acentuou as “*divergências e conflitos dos mais variados matizes*” entre os empresários, mas com um elo comum na reivindicação de uma maior participação na “*formulação do destino político do Brasil, a começar pela crítica, em diversos tons, do atual modelo político-econômico*”. No entanto, essas reivindicações, apesar de assumirem a necessária mudança no regime político ditatorial, reforçavam o caráter de uma democracia limitada, como se percebe na defesa de um dos “*cinco expressivos representantes da iniciativa privada*”, Gileno de Carli, de que era justo “*proceder a uma revisão dos processos políticos*”, porém que, “*a bem da garantia da tranquilidade social, a anistia ampla não seria desejável*”. A defesa dessa democracia “*possível*” estava presente, e era ressaltada pela revista, nas falas de outros empresários,

⁴⁸ De acordo com Costa (2012, p. 29), a elite empresarial se define como aquela que “*possui ou controla diversos tipos de capital*”.

⁴⁹ (Edição 523, de 13 de setembro de 1978, p. 18-19; e Edição 479, de 9 de novembro de 1977, p. 128-136, respectivamente).

onde o restabelecimento de direitos dos trabalhadores, como a greve e a livre negociação de salários, não encontrava seu eco na liberdade de organização sindical como elemento da redemocratização do país.

A principal reivindicação do empresariado presente na conferência era a diminuição da interferência do Estado ditatorial brasileiro na economia, apesar de reconhecer que sua ação é benéfica “*em certas circunstâncias*”, e uma maior participação política dos empresários, possível, apenas, com uma maior abertura do sistema político, mas que, por sua vez, não poderia abrir o leque para a participação do movimento sindical.

E, assumindo-se como parte do mesmo pensamento que conduzia essa elite empresarial do país, a edição 523 da *VEJA*, no seu editorial de dez anos de existência, deixava clara a defesa dos mesmos ideais:

Para começarmos, queremos afirmar que nos consideramos liberais. Muito se tem discutido, com variados graus de sofisticação, sobre se estas velhas e tradicionais definições ainda são válidas. Para nós são. E ser liberal, para nós, é querer o progresso com ordem, a mudança pela evolução e a manutenção da liberdade e da iniciativa individual como pedra angular do funcionamento da sociedade. Acreditamos, assim, no capitalismo democrático e estamos convencidos de que a livre iniciativa é o meio mais eficiente para se promover o progresso social.

Assumindo sua posição, mais do que reproduzindo tão somente o discurso das elites empresariais, a revista se situa no mesmo espectro de pensamento e, portanto, como parte dessa elite. Como afirma Costa (2012, p. 29),

A elite não significa uma relação de autenticidade ou de fidelidade com a classe, mas sim a forma como concretamente esta classe está se expressando, ou seja, se representando, o que pode ser verificado pelo analista. Esta elite, por sua vez, seria localizada pelo critério posicional, ou seja, aqueles que ocupam as principais posições nas duas frentes mais importantes da ação, ou seja, a econômica e a política. O vínculo da elite à classe se dá, em primeiro lugar e principalmente, pelo exercício das atividades econômicas que caracterizam o grupo, o que pode ser verificado sem maiores problemas. Por exemplo, a condição de proprietários e controladores dos meios de produção e, em segundo lugar, pelo exercício da atividade política, ou seja, a intervenção nos processos decisórios, nos seus diversos âmbitos em torno das questões relacionadas a esta atividade. Os que atuam nas grandes empresas certamente têm que enfrentar as questões políticas e aqueles que ocupam cargos de direção de entidades de representação não deixam de desenvolver

as atividades e compartilhar as características do coletivo da classe, no caso, aquelas derivadas da propriedade e o controle dos meios de produção.

Segundo Miliband (1972), há uma pluralidade de elites na composição da classe dominante das sociedades capitalistas avançadas, definindo os membros da elite estatal como os agentes do poder econômico privado, ou seja, eles também como parte da classe dominante.⁵⁰ Para este autor,

[N]as condições do capitalismo contemporâneo, o poder econômico – significando, com efeito, o controle do poder corporativo – e o poder estatal – significando o controle dos meios de administração e coerção do Estado – são institucionalmente separados, conquanto os vínculos entre as duas formas de poder sejam numerosos e estreitos. Em decorrência dessa separação institucional, aquilo que aqui (tomado de empréstimo a C. Wright Mills) será chamado de ‘elite do poder’ das sociedades capitalistas avançadas se compõe de dois elementos. Por um lado, há as pessoas que controlam as poucas centenas de grandes empresas industriais, financeiras e comerciais no setor privado da economia, **as quais se pode acrescentar as que controlam as indústrias dos meios de comunicação do setor privado** (e que podem, naturalmente, incluir algumas pessoas que controlem outros setores capitalistas). Por outro lado, há as pessoas que controlam as posições de comando do sistema estatal (...) e esse elemento inclui também as pessoas que controlam as empresas públicas ou estatais e a mídia no setor público.⁵¹

(MILIBAND, 1999, p. 477-478).

Nesse sentido, uma perspectiva de análise da relação mídia-política deve buscar compreender quais são os atores políticos que influenciam as decisões políticas e qual o alcance da influência da mídia nos processos de tomada de decisão, dentro do pressuposto de que as elites são componentes dessa relação, em que os meios de comunicação ocupam um espaço importante como elites simbólicas. Conforme

⁵⁰ Também Bottomore (1974, p. 43) defende o uso dos conceitos de “elite política” e “classe dominante”, reconhecendo que eles podem ser complementares, referindo-se a tipos diferentes de sistemas políticos ou a aspectos de um mesmo sistema, possibilitando que se possa, segundo sua análise, “*distinguir entre sociedades nas quais exista uma classe dominante e ao mesmo tempo elites que representem aspectos particulares de seus interesses; sociedades em que não exista uma classe dominante, mas uma elite política que baseie seu poder no controle da administração ou da força militar, e não na posse e herança em si; e sociedades nas quais exista uma multiplicidade de elites entre as quais não se consiga distinguir nenhum grupo coeso ou duradouro de indivíduos ou famílias poderosas*”. Para esse autor, não é a origem social dos membros da classe dominante que lhes dá o poder político, que estaria associado mais ao grau de coesão ou divisão das elites do que ao acúmulo do poder econômico.

⁵¹ Grifo da autora desta tese.

Schudson (2002, p. 263), “a mídia sempre foi um fórum mais importante para comunicação entre as elites (e de algumas elites mais do que outras) do que da população em geral”. Exatamente por essa posição de influência, que Thompson (2011) afirma que os meios de comunicação são elementos fundamentais de quase todo contexto político, pela possibilidade de ampliar a visibilidade dos governantes para um público de até milhões de pessoas, os atores políticos veem a mídia como instrumento eficaz para mobilizar apoios da sociedade para sua causa.

Se em Althusser (1985) e Gramsci (2006), os meios de comunicação aparecem como *aparelhos* que buscam a hegemonia das classes dominantes⁵², nas leituras liberais que identificam a mídia com um poder fiscalizador, essa relação ocorre por sua capacidade de influir na formação das agendas políticas e influenciar a opinião pública, na perspectiva de responder, positiva ou negativamente, aos resultados das políticas públicas. No entanto, apresenta-se como uma tarefa complexa medir a influência da mídia sobre a opinião pública, uma instituição em si mesma tratada de maneira mais ou menos homogênea.⁵³

Na vertente teórica liberal dos estudos sobre imprensa, a partir de uma premissa democrática baseada no princípio da liberdade de expressão e que tem sua referência na concepção pluralista de poder, tornou-se crescente a ideia da mídia como um “Quarto Poder”, ao lado dos três poderes constituídos – Executivo, Legislativo e Judiciário -, com funções de garantir que o governo seja responsabilizado por suas ações. Termo forjado por Thomas B. Macaulay e Thomas Carlyle⁵⁴, em 1828, tinha o entendimento de que os meios de informação - naquele tempo, apenas a imprensa escrita - teriam

⁵² Cf: BUCI-GLUCKMANN, 1980, p. 88-95. É importante destacar que o conceito de AIE não se confunde com o conceito de aparelho privado de hegemonia, considerando que a perspectiva gramsciana inclui uma autonomia dos aparelhos privados em relação ao Estado e, conseqüentemente, a possibilidade de construção de uma contra-hegemonia (MORAES, 2010).

⁵³ Bourdieu (2003), em artigo que já deixa explícito seu questionamento crítico sobre a homogeneidade da opinião pública, argumenta que o inquérito que se faz para reconhecer uma opinião pública leva a produzir o “efeito de consenso”, buscando “constituir a ideia de que existe uma opinião pública unânime, e portanto legítima uma política e reforça as relações de força que a fundam ou a tornam possível”, um “consenso ilusório”. Opinião pública constitui-se, na verdade, em uma expressão polissêmica e polêmica, que tanto legitima posições políticas, como pode se constituir em instrumento simbólico que visa transformar algumas demandas setoriais numa vontade geral.

⁵⁴ Thomas Babington Macaulay foi parlamentar, historiador e literato *whig* do Parlamento inglês no século XIX, um dos dois representantes da Escócia. Thomas Carlyle, também historiador escocês e reitor da Universidade de Edimburgo, na verdade, não tinha uma boa relação com Macaulay.

papel fundamental como guardiões dos cidadãos na proteção contra o abuso de poder dos governantes e como veículos de informação para dar ferramentas essenciais no exercício de seus direitos. Localizado fora do aparelho do Estado, esse quarto poder teria a função de vigiar os interesses da sociedade. No entanto, a autonomia desse poder esbarra nas “*circunstâncias intrínsecas às organizações de comunicação*”, em seu caráter de agências privadas que visam ao lucro, enquanto, ao mesmo tempo, “*vendem um serviço de utilidade pública – a notícia*” (KUSHNIR, 2004, p. 349-350).

Dentro dessa linha de pensamento, a mídia constitui-se em uma categoria de ator político relevante por sua função no processo de *accountability*.⁵⁵ Para Lattman-Weltman (2003), no que se refere ao papel da mídia, esse processo de *accountability* envolve uma relativamente ampla e diversificada oferta de canais de acesso ao mercado dos discursos públicos, a qual é diretamente dependente de uma distribuição razoavelmente equilibrada do poder de agenda entre os veículos de comunicação, algo que, em última análise, é função da estruturação econômica e da divisão do mercado de informação. Diz respeito, portanto, à penetração dos veículos, ao prestígio de cada um deles e de seus discursos e à consequente distribuição, no conjunto da mídia, de capacidades de definição dos temas, personagens e principais linhas de interpretação dos enredos contingentes que definem a agenda política em suas mutações.

Assim, ao mesmo tempo em que assume o papel fiscalizador, a mídia é, também, portadora de interesses e visões de mundo próprios das organizações que a compõem e das elites que representam. Ainda como afirma Lattman-Weltman (2003, p. 161), os investimentos discursivos da estrutura da mídia poliárquica, a qual se relaciona a questão de *accountability*, conduzem “*a resultados que sejam particularmente adequados aos próprios interesses dos meios de comunicação*”. Essas empresas da notícia perseguem objetivos políticos próprios das mais diversas maneiras, seja influenciando candidatos e funcionários públicos para obterem políticas de interesse especial para eles próprios - por meio de contribuições, favores ou *lobby*, tal qual outros grupos de interesse -, ou pela abordagem indireta para mudar as crenças e preferências políticas das massas e/ou das elites, que irão influenciar a formação de políticas (PAGE,

⁵⁵ Pela definição de Secchi (2010, p. 118), *accountability* é a “*capacidade de imprimir transparência, controlar e responsabilizar o agente por suas ações e omissões*”.

1996).⁵⁶ Desta maneira, portanto, a imprensa situa seu poder fiscalizador na esfera de seus interesses privados das elites mais do que em seu papel essencialmente público.

Não há um diálogo e nem troca nessa conformação da opinião pública. Desta forma, a imprensa não apenas tece uma construção ideológica da realidade, como cumpre a função política de moldar uma segunda natureza desta realidade, reproduzindo os parâmetros ideológicos daqueles que produzem os fatos na perspectiva de interesses privados. Isso representa que aquele que está no poder tende a apoiar-se na comunicação como um meio de preservar esse mesmo poder, procurando estar alerta em relação ao outro (no caso, uma outra elite) que poderia ter acesso à informação e afetar o *status quo* (LASSWELL, 1978, p. 111-112). A imprensa que se consolida na sociedade capitalista é uma instituição que perde seu caráter de veículo de utilidade pública com a tarefa de informar e transforma-se em porta-voz dos interesses de grupos poderosos, recriando um mundo de acordo com esses interesses (MORAES, 2010).⁵⁷

1.2 Imprensa como instituição: os princípios de Wolfsfeld da relação imprensa/política na esfera das elites

Os meios de comunicação podem ser vistos como uma instituição, ao pensarmos em sua constituição com padrões de comportamento e rotinas, que são naturalizados e que fazem parte da política. Contudo, aparecem como instituições políticas intermediárias, assumindo as funções de *partidos políticos*, tal qual afirma Gramsci, buscando representar os valores e interesses de segmentos da sociedade, mesmo que não tenham o mandato para tal. Ao mesmo tempo, são instituições que devem ser consideradas partes das elites, incluindo-se aí, empresas e os profissionais que delas fazem parte, ao se submeterem às rotinas e regras acordadas. A imprensa, assim, apresenta-se, na sua própria constituição, como uma das instituições de poder, tal qual

⁵⁶ Charaudeau (2013, p. 35) afirma que o mundo político serve-se dos meios de difusão da palavra política, com estratégias de emprego dessas palavras, dirigindo-se a uma opinião pública, ao mesmo tempo, “*informe e múltipla e que deve ser mantida a seu favor*”. Recuperando Bourdieu (1989), não há homogeneidade nesse consenso construído através da opinião pública.

⁵⁷ Segundo van Dijk (2012, p. 44), o poder não aparece apenas “*nos*” ou “*por meio dos*” discursos, mas como força societal “*por detrás*” dos discursos, como uma manifestação direta do poder da classe.

afirma Wolfsfeld (2011). Assumindo a perspectiva da imprensa como uma instituição política, este autor definiu cinco princípios básicos que regem a relação que se deu entre os dois campos: a política e os meios de comunicação. São princípios de funcionamento dessa relação que permitem que estes últimos sejam vistos como atores políticos e não apenas como “transmissores” neutros de interesses que não se caracterizariam como próprios.⁵⁸

O primeiro desses princípios afirma que “*o poder político, geralmente, pode ser traduzido para poder sobre os meios de comunicação*” (WOLFSFELD, 2011, p. 9). Isto se reflete na relação simbiótica que existe entre jornalistas e líderes políticos, em que cada parte depende da outra para alcançar seus objetivos: publicidade para os líderes e informações interessantes para os jornalistas. Essa simbiose - em que os políticos procuram promover as causas que defendem, mesmo que não revelem todas as informações que as envolvem, e os jornalistas que procuram acesso à informação, porém, tentando não estabelecer, necessariamente, uma convivência direta - também é reforçada pelos aspectos comerciais da mídia, onde as relações são envoltas em interesses econômicos. Nessa relação, instaura-se um jogo de manipulação e pressões entre os meios e as fontes, em que parte dessas fontes utilizadas pelos jornalistas transmite os conteúdos a partir de seus interesses, realçando aqueles aspectos que atentem para conseguir uma cobertura mais positiva da imprensa.⁵⁹ Em termos evidentes, pode-se dizer a imprensa utiliza seus espaços em uma negociação de interesses mais privados que públicos.

Desta maneira, o pressuposto que costuma definir a atuação da mídia agindo como *watchdogs*⁶⁰ abre possibilidade para que isto ocorra dentro de determinados

⁵⁸ Ainda que suas referências sejam a partir de países democráticos, nesta tese, será buscada a relação desses princípios em regimes de transição política, no caso específico, durante o período da redemocratização brasileira.

⁵⁹ Davis (2009), no estudo que realizou sobre jornalistas e políticos britânicos, verificou que existia uma relação de troca entre os dois grupos, apesar dos conflitos e da pouca confiança entre as partes que poderia levar a uma cobertura amigável ou crítica, definindo a atuação dos jornalistas dentro da própria esfera política.

⁶⁰ A expressão *watchdogs* tem uma relação bem próxima com a idealização da profissão jornalística e da imprensa como instrumento de confiabilidade e neutralidade, ao assumirem a função de “cães de guarda” da sociedade para fiscalização do poder político, também aproximada ao conceito de *accountability*. Mesmo Marx (2006, p. 103) afirma que “*a função da imprensa é ser o cão de guarda público, o denunciador incansável dos dirigentes, o olho onipresente, a boca onipresente do espírito do povo que guarda com ciúme sua liberdade*”.

limites que estabeleçam uma relação positiva dos meios de comunicação com as elites políticas para que não se inviabilize o acesso à informação que elas possibilitam. Por sua vez, o outro lado dessa relação – as elites políticas -, mesmo tentando influenciar a cobertura da imprensa por um viés positivo às suas pretensões, têm o cuidado em não entrarem em zonas de conflito com os meios de comunicação. Neste quadro, de um modo geral, as coberturas tornam-se mais positivas para as elites mais poderosas, não necessariamente apenas políticas, e as perspectivas e controvérsias acabam por serem reduzidas, diante dos arranjos que se fazem entre os interesses das elites e os jornalistas.

Podemos identificar esse princípio, dentre outros casos concretos, quando da saída de Mino Carta da editoria da *VEJA*, em 22 de janeiro de 1976. A Editora Abril necessitava da liberação de um empréstimo de alto valor pela Caixa Econômica Federal, que foi condicionada à saída de Carta, que tinha posições um pouco mais críticas em seus editoriais contra o governo. Fazendo uma análise superficial das capas das edições de dezembro de 1976, ainda sob o comando de Mino Carta, e as capas dos dois meses seguintes, verifica-se que aquelas primeiras tinham um teor de crítica ao modelo econômico da ditadura, acentuando a crise. Com chamadas: “A crise e os economistas perplexos”, “Corrida contra a crise”, “A classe média brasileira” (a matéria desta edição acentuando os problemas para a classe média advindos da crise) e “os reapertos no modelo econômico”, questionava-se os caminhos seguidos pela ditadura, especialmente, em seus aspectos de intervencionismo estatal. Somente uma das capas, de 24 de dezembro, a edição 381, não abordou a questão, diante da crise argentina que ocorrera naquele momento, mas que teve o devido esclarecimento quanto à mudança.⁶¹ Em janeiro, Carta entra de férias e as manchetes já não são mais destacavam os problemas econômicos, mas voltaram-se para temas culturais, como o voo do Concorde entre o Brasil e a França. A saída de Mino Carta somente seria informada na edição 389, de 18 de fevereiro de 1976, ainda que ele tenha saído no dia 22 do mês anterior, com elogios de Victor Civita e de José Roberto Guzzo, que viria substituí-lo. Se as manchetes já haviam modificado seu perfil durante as férias, o modelo permaneceria por um bom tempo, ainda que as divergências com interesses das elites não deixassem de ser

⁶¹ Edições 378 a 382, dezembro de 1975.

apontadas. E as capas permaneceram “neutras” até a vinda de Kissinger ao Brasil, em abril de 1976.

Apesar dessa aparente harmonia de interesses, a imprensa acaba por situar-se em uma contradição. Está ligada ao mundo político, considerando que os jornalistas se tornam dependentes das fontes de informação, sejam elas oficiais ou não, mas, ao mesmo tempo, suprindo a imagem construída de *watchdog*, procura se distanciar desse poder político, revelando os subterrâneos e abrindo espaço para novas fontes “respeitáveis”, de maneira a provar que está imune à influência política (CHARAUDEAU, 2013). Van Dijk (2012) afirma que muitos detentores do poder tem uma cobertura rotineira da imprensa. A decisão sobre o que será notícia baseia-se em critérios que conferem acesso preferencial às elites, reconhecendo e legitimando seu poder. No quadro da ditadura militar brasileira, tal relação pode ser estabelecida como uma imposição diante da censura do governo sobre os meios de comunicação, que limitava até mesmo o acesso às fontes diversas. No entanto, acordos como o que envolveu aquele empréstimo da Caixa Econômica Federal à Editora Abril e que culminou com a saída de Mino Carta, barrado por suas posições de confronto com o governo, abriram espaços para uma posição mais favorável da revista ao poder central.

Bachrach e Baratz (1979, p. 44) argumentam que o poder também é exercido, na prática, na limitação da tomada de decisões às “questões seguras”, em que são manipulados valores e mitos nos procedimentos dominantes da sociedade e onde muitos fatores são levados em consideração, como *“a origem social, cultural, econômica e política dos participantes individuais; os valores do grupo encarregado das decisões”*, bem como *“as pressões exercidas sobre esse grupo, individual e coletivamente, por partes interessadas”*. Conforme os autores, ao se analisar o poder somente em situações de tomada de decisões, perde-se um de seus aspectos mais importantes, aquilo que os autores chamam de *“tomada de não-decisão”*. O processo de influência que se dá pela *não-decisão* aponta para o exercício do poder caber àquele que decide, mas por outro lado, também o ator que impede que uma decisão seja tomada também exerce uma forma de poder, ou ainda, cabe àquele que, controlando o processo de decisão de fora, impede que certas decisões sejam propostas ou tomadas, sendo a manipulação uma componente chave desta relação.

No caso dos meios de comunicação, o aspecto da não-decisão pode ser percebido quando da exclusão de fontes alternativas de informação e no controle exercido pelos governos e pelas empresas de comunicação sobre as publicações e sobre essas fontes alternativas ao poder dominante, limitando o próprio acesso da informação à sociedade. Um dos instrumentos mais importantes na constituição dessa *tomada de não-decisão* é, nesse caso da mídia, justamente, o enquadramento das notícias, que define aquilo que tem “noticiabilidade”, evidenciando os interesses que são passados ao público como de senso comum, mas que são os resultados das negociações que ocorrem fora da esfera pública.

Conforme Biroli e Miguel (2012), as escolhas sobre *quem* e o *que* estarão presentes nos noticiários nascem das próprias rotinas e perspectivas dos jornalistas, ainda que outras influências recaiam sobre essas escolhas, como os interesses empresariais e as influências do campo político. No entanto, é construído um reconhecimento disseminado em um discurso universalista de uma imparcialidade profissional do jornalista que dá ao jornalismo a posição de “fiador do pluralismo político”. Esse “profissionalismo” jornalístico tem, contudo, outra face que não se mostra ao “consumidor da informação”, onde fica-se mais evidenciado que não é apenas a censura, o controle estatal ou as questões do mercado midiático que dão as restrições a uma pluralização discursiva na mídia, mas o próprio fazer do profissional que define aquelas escolhas.

A construção dos discursos, aquele que é dito e o que se faz silenciado, está presente nas democracias liberais contemporâneas, quanto nos regimes autoritários, construindo o mesmo jogo de interesses e de negociações (BIROLI e MIGUEL, 2012). Os meios de comunicação podem ser vistos como porta-vozes das elites, sejam elas políticas ou não, mas tornam-se, também, parte da estrutura do poder societal, ao considerarmos a dependência de fontes disponíveis e confiáveis da informação e os aspectos que envolvem a “*produção textual que favorecem as histórias sobre pessoas, os grupos ou as instituições mais poderosas da sociedade*”, em seu próprio papel como elites simbólicas (VAN DIJK, 2012, p. 74). Ao mesmo tempo, se constituem em espaços de disputas por hegemonias que ocorrem dentre essas elites e a partir de forças contra-hegemônicas

Ainda na definição das relações entre a mídia, como instituição, e a política, Wolfsfeld diz que um segundo princípio desta relação consiste no fato de que, “*quando as autoridades perdem o controle sobre o ambiente político, também perdem o controle sobre a notícia*” (WOLFSFELD, 2011, p. 23). Mesmo considerando que aqueles que detêm o poder têm vantagens sobre seus adversários, não se tem uma relação direta de que este controle total e permanente recaia da mesma forma sobre a mídia, em decorrência, principalmente, do que o autor chama de “ambiente político”. Este refere-se a tudo aquilo que envolve o que as pessoas estão pensando, fazendo e dizendo sobre um problema, em um determinado lugar e tempo e que gira em torno de três componentes: o nível de controle das autoridades sobre os eventos, o controle sobre o fluxo das informações relevantes e sua capacidade em manter um alto nível de consenso entre as elites em torno de suas políticas.

Para Wolfsfeld, é importante pensar no ambiente político como um ciclo, a que denominou *PMPMP (Política-Mídia-Política-Mídia-Política)*, ou seja: as mudanças políticas levam a mudanças na forma como os meios de comunicação abordam questões que levarão a promover uma nova mudança política, em um processo contínuo, onde os atores políticos e os jornalistas alimentam-se um ao outro, em cada uma das fases. Se as elites políticas tiverem o controle dos acontecimentos, terão, também, o controle sobre a formação do fluxo de informações e conseguirão mobilizar o alto grau de consenso entre as elites no apoio de suas políticas, o que permitirá manter o controle sobre a notícia e, conseqüentemente, buscar a mobilização da sociedade na direção de seus interesses. Assim como no primeiro princípio definido por Wolfsfeld, o aspecto da simbiose desta relação define a atuação da imprensa dentro de limites da negociação entre as elites.

Este princípio pode ser especialmente observado nos processos de transição política. No caso específico ocorrido no Brasil, pode-se perceber que, na primeira fase da distensão de Geisel, esse controle foi mais efetivo, pela permanência de mecanismos ainda de censura e outros controles discricionários sobre a imprensa. Por sua vez, quando foi necessário que o governo utilizasse os meios de comunicação nas denúncias de corrupção e contra as ações da chamada linha-dura, esse espaço foi aberto na imprensa com a anuência do próprio governo. Contudo, já o período seguinte da abertura de Figueiredo, em que os mecanismos de repressão deixaram de vigorar e

outras forças políticas ganhavam espaço, esta relação apresentou alguns conflitos e variações no ciclo que poderiam representar um menor controle do governo no processo de abertura e, conseqüentemente, sobre o fluxo das notícias e onde as disputas por novas hegemonias ficaram mais evidentes.

O terceiro princípio estabelecido por Wolfsfeld (2011, p. 47) consiste em reconhecer que *“não há jornalismo objetivo”*, o que caracteriza que toda notícia é parcial. O próprio fato de que os jornalistas escolhem relatar algumas informações em detrimento de outras já denota que são feitos julgamentos subjetivos sobre o que as pessoas precisam saber e sobre o que pode ser ignorado, algumas vezes, em função não apenas de sua audiência, mas de interesses políticos e econômicos. Em alguns casos, para que isto ocorra, reduz-se o nível das discussões públicas e os debates sobre os problemas do país em detrimento de um sensacionalismo que visa garantir esse público maior.

Hallin (1989) afirma que a questão da “objetividade” é um elemento central para a compreensão política da notícia veiculada pelos meios de comunicação, mas essa ideologia, que dá o caráter de “profissionalismo” do jornalista, é ambígua e contraditória. Além disso, essa ideia do jornalista como profissional constitui-se aspectos importantes de uma “falsa consciência”, ao se considerar que esse julgamento da notícia como politicamente neutro, na realidade, esconde o processo pelo qual a notícia toma forma politicamente. No entanto, mais que representar uma mera “ilusão” ou “mentira”, tal consciência estaria profundamente enraizada tanto na estrutura das empresas de comunicação, como na prática diária do jornalista. Acompanhando, nesse sentido, o pensamento de Thompson (2011), não se trata de uma consciência “falsa” ou “verdadeira”, mas aquela que deve ser reconhecida, em si mesma, como *“uma parte desse processo”* (HALLIN, 1989, p. 23).

Essa compreensão sobre o papel da “objetividade” na relação entre mídia e a política foi aprofundada pelo próprio Hallin em seu trabalho com Mancini (2007), em que construíram o conceito que denominaram de “paralelismo político” como uma das dimensões da análise comparativa dos sistemas midiáticos ocidentais. Este conceito define-se a partir da *“percepção de uma convergência de objetivos, meios, enfoques e públicos entre determinados jornais e determinados partidos políticos”* (ALBUQUERQUE, 2012, p. 10). Os autores identificaram cinco elementos associados

ao paralelismo político da mídia, que surgem, na verdade, como um produto de circunstâncias específicas a serem considerados nas diferentes sociedades e não um elemento dado: (1) as conexões organizacionais; (2) o caráter partidário da audiência; (3) o conteúdo dos meios de comunicação; (4) a tendência dos jornalistas e proprietários dos meios em se envolverem com a política; e (5) a concepção do papel do jornalista como sendo um “publicista”, mais do que aquele que proporciona a informação neutra (HALLIN e MANCINI, 2007; ALBUQUERQUE, 2012).

No caso do sistema midiático brasileiro, este estaria inserido no modelo do Pluralismo Polarizado, em que esse paralelismo político seria relativamente alto.⁶² Este simbolismo discursivo de uma imprensa *objetiva* e *neutra* ganhou ainda mais força, no Brasil, a partir dos anos 1950, dentro do quadro de modernização que se viu naqueles anos. Idealizando seu lugar através de um discurso construído com base na modernização e sua consequente isenção, a imprensa construiu para si a imagem de um jornalismo novo, diferente dos momentos anteriores de sua história. Por sua vez, principalmente após 1964, as relações da imprensa com a política se deram a partir da censura, mas, também, da constituição ainda mais forte de um sistema midiático empresarial e da construção de elos políticos com as elites, em que a *objetividade* e a *neutralidade* surgem como aquela prática discursiva que obscurecem esses elos.

Conforme Biroli e Miguel (2012, p. 59), os três lemas do jornalismo – a imparcialidade, neutralidade e objetividade – servem como “valor-guia” de uma “*pretensa capacidade de expor o mundo ‘tal qual ele é’ a seus leitores, ouvintes ou espectadores*”, que se constituem, também, na formação da autoimagem e de construção de um referencial ético compartilhado pelos próprios jornalistas. Essa formação dos jornalistas remete ao conceito de *habitus*, definido por Bourdieu (1989), e que os campos sociais político e jornalístico

exercem um efeito homogeneizante, impondo uma matriz de comportamentos e formas de apreender o mundo (o *habitus*) que é condição para o ingresso em si e exclui maneiras alternativas de agir e pensar. Por mais que, como o próprio Bourdieu indica, os integrantes do campo ajam de forma estratégica para reconfigurá-lo, buscando torná-lo mais favorável à sua

⁶² Segundo Albuquerque (2012), este conceito foi elaborado, inicialmente por Seymour-Ure (1974), no artigo “*The Political Impact of Mass Media*”, e reelaborado por Blumler e Gurevitch (1995), no artigo “*The Crisis of Public Communication*”, mas ganhou relevância através dos trabalhos de Hallin e Mancini.

própria posição e trajetória, uma eventual pluralidade de perspectivas de origem sempre esbarrará na exigência uniformizadora da posse de um *habitus* adequado para a permanência naquele espaço.

(BIROLI e MIGUEL, 2012, p. 73)

Segundo, ainda, Biroli (2013), essa questão da objetividade afirmada pelo jornalismo como espaço distinto das disputas políticas não anula sua própria prática política. Essa imparcialidade é inatingível, pois é permeada pelas “*dinâmicas de opressão*”, onde ficam ocultados os “*lugares de enunciação dos discursos e das redes de diferenciação que os caracterizam*”, que, como a afirmação de Baczko (1985), já mencionada, trazem o combate para o imaginário de exaltação para um dos lados e no desmerecimento para o outro, correspondem a

dois conjuntos complexos de problemas: (1) as formas de distinção que constituem a relação entre competências legitimadas (as dos jornalistas, dos políticos, dos intelectuais) e discursos legítimos e (2) as redes de restrição que condenam determinados sujeitos ao silêncio, a uma presença estereotipada ou a um simulacro de vozes socialmente aceitas e valorizadas. Nos dois casos, há tensões que merecem ser destacadas: no primeiro, as competências socialmente legitimadas conferem relevância e credibilidade aos discursos ao mesmo tempo em que permitem que eles sejam apresentados como não situados – tecnicamente orientados, construídos segundo os parâmetros do aceitável e do justo; no segundo caso, a marginalidade social é reforçada pela percepção de que as experiências de determinados sujeitos têm pouco valor porque oscilam entre uma explicitação de seu lugar de fala (desvalorizado) e um esforço de adequação aos discursos.

(BIROLI e MIGUEL, 2012, p. 66).

Nesse caminho, Van Dijk (2012) afirma que o controle do conhecimento se exerce pela seleção restritiva de assuntos e pelas reconstruções das realidades sociais e políticas, em um processo dirigido por um sistema de valores e ideologias dos profissionais, direcionando o interesse para participantes das elites. E esse processo se faz a partir da ação de profissionais que se constituem nas elites simbólicas que controlam o conteúdo e o estilo do discurso da mídia e que são aquelas que detêm, também, o controle parcial sobre a reprodução ideológica da sociedade, com ligações com os grupos de poder político e econômico, privilegiando os temas que são de seus interesses. Além disto, estratégias econômicas, culturais e simbólicas levadas a cabo pelos grupos de poder, podem, a partir do papel desempenhado por essas elites, de

maneira paralela, criar mecanismos de “silenciamento” das oposições, mantendo os valores das ideologias dominantes, a dominância das elites e a consequente parcialidade do acesso às estruturas informativas da imprensa.⁶³

O quarto princípio da relação entre imprensa e política, segundo Wolfsfeld (2011, p. 72), a que o autor chamou de *infotainment*, se define a partir da ideia de que os meios de comunicação têm seu maior interesse em contar uma boa história e que tem mecanismos de silenciamento que se aproximam do princípio anterior. Procurando dar notícias que poderiam vir a ter um impacto importante sobre o processo político, a imprensa resvala, muitas vezes, da informação pura para o entretenimento.⁶⁴ Esse princípio entrelaça-se, também, com a simbiose estabelecida entre imprensa e política para atingir os objetivos econômicos das organizações de comunicação. Nesse caso, as prioridades dos jornalistas, mais do que influenciar uma agenda midiática e/ou a opinião pública, inserem-se no fenômeno da concorrência entre as empresas dentro da competição do mercado midiático. Participando deste jogo, os políticos aproveitam de sua posição privilegiada e vão em busca de obter ganhos próprios, enquanto a mídia, por sua vez, tendo acesso exclusivo às fontes, aumenta audiência e os ganhos com anunciantes. Para Benson e Hallin (2007), quando os jornais não conseguem fazer um trabalho investigativo das notícias fora dos acordos entre política e imprensa, adotam um estilo dramático e sensacionalista, tornando a cobertura política um jogo, com destaque nos escândalos, que ganham um protagonismo na busca pela audiência.

No Brasil, este princípio é bastante evidente. Desde os escândalos construídos no governo de Getúlio Vargas, a partir de 1951, principalmente, até mesmo na ditadura, quando foi utilizado como moeda de troca no jogo político da transição. Como já mencionado, durante o governo Geisel, as páginas dos jornais e revistas começaram a fazer diversas denúncias de corrupção em órgãos do poder federal. Mais do que a perda do controle da relação política-imprensa, foi uma estratégia do governo em controlar as forças de oposição que ganharam autonomia crescente e representavam uma ameaça a

⁶³ Uma ideia bem próxima à noção de “mobilização de viés” desenvolvida por Bachrach e Baratz (1979), que define que assunto tem maior interesse e relevância para os grupos de poder de um sistema político.

⁶⁴ Debord (2003), em seu livro *A sociedade do espetáculo*, escrito em 1967, afirmava que a sociedade vivia em um mundo em que a fantasia era maior que a realidade.

seu projeto de transição política, especialmente nos órgãos de repressão comandados pela “linha-dura”. Essa perspectiva continuou a ser vista na imprensa nos anos que se seguiram, onde os escândalos encontraram seus espaços mais pela midiaticização do jogo político, do que propriamente pela sua vertente “saneadora”.

Finalmente, o último princípio definido por Wolfsfeld (2011, p. 97-118) destaca que “os efeitos mais importantes dos meios de comunicação sobre os cidadãos tendem a ser não intencionais e são despercebidos”, geralmente porque os cidadãos não estão conscientes de estarem sendo influenciados. As pessoas são boas em se defender quando percebem que alguém tem interesse em persuadi-las, mas tornam-se mais suscetíveis à influência quando não estão prestando atenção. Este princípio aproxima-se da noção de *manipulação*, que define uma forma de interação que implica em poder e em abuso de poder, ou seja, dominação. A manipulação se diferencia da persuasão pelo fato de que os receptores, no primeiro caso, têm um papel mais passivo, em que se configuram como incapazes de entender as intenções reais ou perceber as consequências das ações defendidas por aquele que manipula. Tal qual afirma Van Dijk (2012, p. 234),

a manipulação implica o exercício de uma forma de influência deslegitimada por meio do discurso: os manipuladores fazem os outros acreditarem ou fazerem coisas que são do interesse do manipulador, e contra os interesses dos manipulados.

Muitos estudos sobre mídia e política, tanto na área da Comunicação, como na Ciência Política, tem como pressuposto que a imprensa exerce uma influência no pensamento das pessoas pela persuasão e pela manipulação.⁶⁵ Esses questionamentos são analisados à luz dos estudos sobre os efeitos da mídia, especialmente as teorias conhecidas como *framing*, *agenda setting* e *priming*. Esses conceitos indicam maneiras

⁶⁵ Existem várias teorias no campo da Comunicação que procuram compreender os mecanismos de influência, segundo Hohlfeldt (1997, p. 42): “teoria hipodérmica ou de manipulação, teorias empíricas de campo e experimentais, também denominadas de persuasão, teoria funcionalista, teoria estruturalista, teoria crítica – mais conhecida como da Escola de Frankfurt, com todos os seus desdobramentos – teorias culturológicas, cultural studies, teorias comunicativas (a teoria matemática, a semiótica em sentido estrito, devido a Umberto Eco, e as linguísticas), etc”.

de como a opinião pública pode ser moldada pelos meios de comunicação e dão elementos para compor o quadro da relação entre imprensa e política na esfera das elites.

O primeiro mencionado – *framing* ou *enquadramento* - refere-se à utilização de um tema para promover uma causa na forma em que a própria apresentação das notícias influencia a maneira como o público percebe questões específicas. A partir do uso da linguagem, da seleção de fatos e imagens e o grau de atenção que se dá a uma questão específica, uma notícia, aparentemente objetiva, transmite, na realidade, uma representação politizada e tendenciosa desta mesma questão. De acordo com Entman (2004), a possibilidade da mídia influenciar a opinião pública reside na sua capacidade para enquadrar as notícias de maneiras que possam favorecer a visão de um setor das elites em detrimento de outro. Pode ser identificado na estruturação de uma manchete em sua posição no veículo impresso ou mesmo na ordem de importância dada em jornais audio-visuais, na escolha das imagens que vai compor uma capa e até mesmo nas notícias paralelas. O silenciamento e a ausência constituem, da mesma forma, elementos de manipulação da informação que fazem parte do enquadramento da notícia e contrapõem-se à visão de objetividade e neutralidade pelas quais a própria imprensa define seu papel. É importante destacar que o fenômeno do silenciamento não se configura, apenas, na sua relação com a censura, mas com as próprias escolhas feitas na seleção das notícias, tornando-se fundamental avaliar a ausência de temas na pauta da discussão jornalística tanto quanto a análise dos textos que são apresentados ao público.

Uma das teorias mais conhecidas, a *agenda setting* tem a ver com a capacidade dos meios de comunicação em definirem as prioridades políticas do público, influenciando as questões a serem pensadas em um determinado tempo e lugar, selecionando aquelas em detrimento de outras questões que são tiradas da pauta da discussão pública. A origem dos estudos sobre o processo de *agenda setting* remonta ao início do século XX, principalmente, nas perspectivas dos trabalhos de Walter Lippmann, na década de 1920, que argumentava sobre a ideia de que os meios de comunicação de massa poderiam determinar aquilo que as pessoas considerariam importante. Anos mais tarde, Bernard Cohen (COHEN, 1963 *apud* SOROKA, 2003, p. 29) publicava aquele que seria considerado um lema para os autores desta corrente

investigativa da imprensa: a imprensa não pode ser bem-sucedida a maior parte do tempo em dizer às pessoas o que pensar, mas é espantosamente bem-sucedida em dizer aos seus leitores sobre o que pensar. No entanto, apenas na década de 1970 que a hipótese da *agenda setting* seria validada em pesquisas empíricas, a partir dos trabalhos de McCombs e Shaw (1972) sobre a comunidade de Chapel Hill, nos Estados Unidos, e a identificação que verificaram entre os temas que as pessoas consideravam importantes e sua proeminência na cobertura feita pela imprensa.

Contudo, a ideia de definição de agenda não se resume unicamente aos aspectos da mídia e tem relação com os processos políticos e institucionais de maneira abrangente, ao referir-se ao modo pelo qual algumas questões buscam a atenção do governo. No caso do debate sobre *agenda setting* na mídia, o centro da questão está em torno da própria noção de poder e de sua distribuição na sociedade, na perspectiva de que constrói a ideia de uma opinião pública uniforme em torno de temas e da maneira em que as tomadas de decisão são conduzidas. A capacidade de definição de agenda da mídia ocorre dentro da perspectiva apontada por Wolfsfeld (2011) no segundo princípio, ao se referir ao ambiente político no ciclo *PMPMP*. A construção de uma agenda midiática segue uma sequência temporal de eventos, em que as notícias são apresentadas e, a partir daí, busca-se influenciar as percepções da importância de sua transmissão, para influenciar, então, as escolhas políticas. A manutenção ou a perda do controle sobre o ciclo também definem a capacidade de controle sobre a agenda política que é construída ou reforçada pela mídia.

Por fim, o conceito de *priming* define o que seria a capacidade em preparar e dirigir o público para as questões pelas quais eles devem julgar os líderes políticos e as instituições. Esse é um efeito que pressupõe a ativação de um processo cognitivo pelo qual as informações são ativadas no cérebro, desencadeando um processo comportamental não consciente. Segundo Robinson (2008, p. 145), consiste em um efeito experimental, que corresponde à influência que um evento antecedente (*prime*) tem sobre o desempenho de um evento posterior, por meio de estímulos linguísticos e figurativos, ou auditivos, no caso de uma mídia televisiva/áudio. Para o autor, o *priming* vai além do estabelecimento da *agenda*, ao influenciar, também, os tipos de considerações que são usadas ao pensar uma determinada questão.

Trazendo para o campo jornalístico, o *priming* se refere às avaliações do público sobre os temas que são sugeridos pela mídia e que se definem, também, como paradigmas de avaliação da performance de governantes e das instituições políticas. Ele reforça os efeitos dos meios de comunicação ao oferecer quadros e referências de um contexto anterior para ser utilizado como instrumento para interpretar um fenômeno subsequente. Conceito formulado por Iyengar e Kinder (1987), seria uma extensão do conceito de *agenda-setting*, ao representar aquilo que o noticiário traz e que influencia as prioridades das pessoas a partir da associação aos diversos problemas de um país.

Partindo dessas cinco relações apontadas por Wolfsfeld, entre a atuação da imprensa como instituição e os elos políticos que estabelece para seu funcionamento, considera-se que, mesmo sendo a mídia um *espaço* em que a *influência* constitui um recurso evidente do poder, ela atua, da mesma forma, como um ator político, membro das *elites simbólicas*, segundo Van Dijk (2012), ainda que, em muitos momentos, seja identificada como “porta-voz” de outras elites. É preciso, no entanto, ressaltar outros pontos na definição da imprensa como *elite simbólica*, principalmente, levando em conta sua constituição, também, como um aparelho privado de hegemonia, ou seja, agindo nos interesses de uma *classe*.

Na realidade, a mídia se constitui em mais um dos diversos atores que buscam obter o atendimento de suas demandas na agenda política do governo. De acordo com Kucinski (1998), a definição da agenda pública de discussões inicia a construção do processo midiático do consenso, reforçando crenças existentes. Segundo ele, a imprensa brasileira atual tem, nos quatro grandes jornais de circulação nacional – *O GLOBO*, *Jornal do Brasil*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* -, a iniciativa pela definição da agenda política, especialmente ao se levar em conta suas raízes e relações com as elites nacionais, fazendo com que as manchetes e *layouts* sejam, quase sempre, idênticos.

Essa grande imprensa tem o grosso de sua circulação entre as elites, que exercem, ao mesmo tempo, os papéis de fontes, protagonistas e leitoras das notícias, excluindo a grande maioria da população da dimensão do espaço público dos meios de comunicação e reforçando o caráter excludente da agenda nacional. E um dos temas em

que mais se evidencia esse afastamento da pauta pública, mantendo na esfera restrita das elites, é, justamente, aquele que envolve os assuntos sobre a política externa de um país, em que haveria “pouca mobilização” da opinião pública, exceto em momentos que essa mesma elite busca o apoio às suas demandas e decisões.

1.3 Aspectos teóricos da imprensa no quadro da política exterior em uma relação entre as elites

Apesar dos crescentes trabalhos sobre as relações entre mídia e política, o debate sobre os possíveis efeitos que essas exercem no campo da política externa ainda não apresentou um consenso claro sobre *quais e como – e se* - esses efeitos influenciam as decisões políticas. Em seus anos iniciais, os estudos nesse campo estiveram focados, principalmente, nos efeitos sobre a opinião pública.⁶⁶ No entanto, grande parte dessa literatura centra seu objeto de análise dessa relação entre a mídia e a política externa nos regimes democráticos, com alguns poucos trabalhos relativos aos períodos autoritários e menos ainda nas transições políticas.

De acordo com Weeks (2008), argumenta-se que, nas democracias, os estados têm uma capacidade maior de sinalizar suas intenções no campo da política externa, principalmente nas situações de crise, considerando que os líderes têm que responder, internamente, aos custos cobrados pela opinião pública para suas ações. Nesse tipo de regime, os meios de comunicação aparecem como um espaço facilitador do debate aberto e amplo sobre questões importantes para a sociedade, além de exercerem uma função de “vigilância”, aquele papel de *watchdog*, já mencionado, controlando as ações do governo e representando a opinião pública.

No entanto, mesmo nas democracias, há uma vulnerabilidade dos meios de comunicação em relação ao controle da informação por parte do governo, especialmente nos temas envolvendo as políticas exteriores dos países. Nesse campo específico, seria

⁶⁶ Um dos trabalhos seminais foi o livro de Bernard Cohen, *The Press and Foreign Policy*, de 1963, em que o autor argumentava que a imprensa, particularmente quando aspira a um papel de “neutralidade”, facilmente, tornava-se um instrumento para os políticos que, são, na verdade, suas fontes primárias. Como mencionando anteriormente, Cohen conceituou a *agenda-setting*.

muito menos sentida a presença do eleitorado contestando as ações do governo, que, por sua vez, poderia empregar armas ideológicas de propaganda, como o discurso do “anticomunismo”, a demonização de um inimigo ou supostas ameaças à segurança nacional para manter o controle da mídia e criar um consenso na sociedade (HERMAN, 1993). Podemos recuperar um desses exemplos evidentes, no caso brasileiro, na retórica de ameaça comunista construída ao redor dos conceitos de “inimigo externo” e “inimigo interno”, que foi o elemento discursivo de justificativa do golpe que derrubou João Goulart, em 1964, e da manutenção dos instrumentos coercivos da ditadura militar brasileira que se manteve nos anos posteriores.

Por outro lado, nos regimes não democráticos, os líderes buscam apoio para suas ações, ainda que apresentem uma menor demanda da sociedade em comparação com os regimes democráticos. Nesse caso, para manterem o controle, os líderes e as elites atuam de maneira a impedir, explicitamente, a participação popular, em uma base de acordo de construção do consenso por parte dessas elites.

No quadro dos estudos das Relações Internacionais, a temática sobre o papel mobilizador da opinião pública e sua influência nos processos de tomada de decisão em política externa tem sido uma questão de disputa entre os paradigmas realista e liberal desde a Guerra Fria. Os realistas reforçam a ideia de que as decisões de política externa não são afetadas pela opinião pública, argumentando que os líderes, ou ignoram a opinião pública, ou levam a massa a apoiar sua posição. Em contraste, os liberais consideram que a opinião pública desempenha um papel construtivo na restrição à ação dos tomadores de decisão, acreditando que o apoio das massas é um fato necessário para uma bem-sucedida política exterior. Em termos gerais, pode-se dizer que, na escola realista, as variáveis mídia e opinião pública têm pouco peso na compreensão da política internacional, enquanto, na perspectiva liberal, ambas assumem um papel relevante que se associa ao fundamento de uma teoria pluralista de poder. Uma terceira linha interpretativa, a abordagem crítica, percebe a mídia como subserviente ao Estado e a opinião pública moldada pelos interesses das elites, ambas – opinião pública e mídia - como variáveis que assumiriam um papel secundário na estrutura política e social (ROBINSON, 2008).

A esses modelos correspondem duas perspectivas de análise do poder: o modelo pluralista, que assume que o poder está disperso por toda a sociedade, sustentando que a mídia e o público são independentes de influência política e, como tal, atuam como fortes constrangimentos sobre governos; e o modelo de elite, que assume que o poder está concentrado nas mãos de poucos, sustentando que tanto a mídia como a opinião pública são subservientes às elites. Segundo Robinson (2008), ainda, apesar da intensa pesquisa, não há um consenso sobre as perspectivas contrastantes dos modelos de elite e o pluralista.

Em quaisquer das opções, seja por um modelo ou por outro, torna-se fundamental recuperar a atuação de outra variável que se reflete nessa relação: os meios de comunicação. Naquele modelo pluralista, a opinião pública sobre a política externa é vista como relevante, mas são necessárias duas condições para que se tenha, efetivamente, essa independência: a mídia deve apresentar informações objetivas para o público e não apenas pontos de vistas definidos pelos responsáveis pela política exterior e o público deve ser capaz de consumir e processar a informação que recebe, para que possa formar sua opinião própria independente (ROBINSON, 2008).⁶⁷ Já no modelo de elite, ao contrário, pressupõe-se que os meios de comunicação são, junto com a opinião pública, irrelevantes para os decisores da política exterior, assumindo a função de apenas comunicarem os pontos de vistas desses decisores para o público, que os absorve passivamente.

Ainda que não seja um tema completamente ignorado, o papel que a opinião pública exerce nos processos decisórios, bem como aquele atribuído à mídia como uma variável dessa relação, encontra uma incidência maior no campo das análises sobre a política externa do que nos estudos das relações internacionais, considerando o reconhecimento do processo que ocorre no nível doméstico. Para Powlick e Katz (1998), a opinião pública estaria latente nas questões de política externa e os responsáveis pela tomada de decisão estariam preocupados, apenas, com a ativação do

⁶⁷ Nesse modelo, insere-se o trabalho pioneiro de Gabriel Almond e Sidney Verba (1989), *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*, onde afirmava que haveria dois tipos de público: um com conhecimentos suficientes sobre os assuntos externos e outro, o público em geral, “mal informado” e instável, na pior das hipóteses, sem ter uma posição em relação à política internacional.

potencial de interesse popular. Sua ausência, mais que tudo, representaria que estariam livres para tomar suas decisões. A mídia, nesta perspectiva, atua como elemento de ativação do público para as questões públicas, que se dá por intermédio da cobertura sobre os assuntos de política externa, normalmente, a partir do debate gerado pela elite. Contudo, mesmo a percepção que o impulso inicial parta de interesses específicos, há todo um complexo de pressões e influências atuando sobre a política exterior de um país, não sendo possível afirmar que as decisões venham a refletir, apenas, os interesses de uma classe social particular, já que tem que responder a grupos que podem ou não estar dentro da classe dominante.

Nos estudos feitos por Baum e Potter (2008) sobre as interpretações do papel da mídia e da opinião pública na política externa, sintetizado abaixo, a relação entre as variáveis da mídia e os diversos atores no campo do processo decisório da política exterior se dá de maneira complexa, em que não há uma independência e nem, tampouco, uma relação unilateral entre eles. Conforme o quadro, *a opinião pública influencia os decisores políticos, os decisores influenciam a opinião pública, os decisores influenciam os meios de comunicação, a política externa influencia a opinião pública, os decisores influenciam os acontecimentos e os meios de comunicação influencia a política externa*, em um mosaico que remete a que os meios de comunicação não apenas exerçam efeitos nos atores, mas que sofram, também, a influência da opinião pública dos acontecimentos e dos decisores políticos.⁶⁸

Nesse quadro complexo, os meios de comunicação de massa, como um terceiro ator no “mercado da informação”, segundo afirmam os autores, atuam como comerciantes da informação, em que, do lado da oferta, há um comprometimento com os líderes que fornecem grande parte do conteúdo da notícia, permitindo um enquadramento privilegiado das informações das elites; e, do outro, ocorre a procura por parte dos consumidores da informação, ou seja, o público. Desta maneira, na perspectiva de Baum e Potter, a mídia anda em uma linha tênue entre o acesso aos quadros das elites para manter suas fontes de informação e o seu afastamento relativo

⁶⁸ Tradução da autora.

para gerar e manter o interesse público na notícia, em um modelo bem próximo àquele primeiro princípio estabelecido por Wolfsfeld.

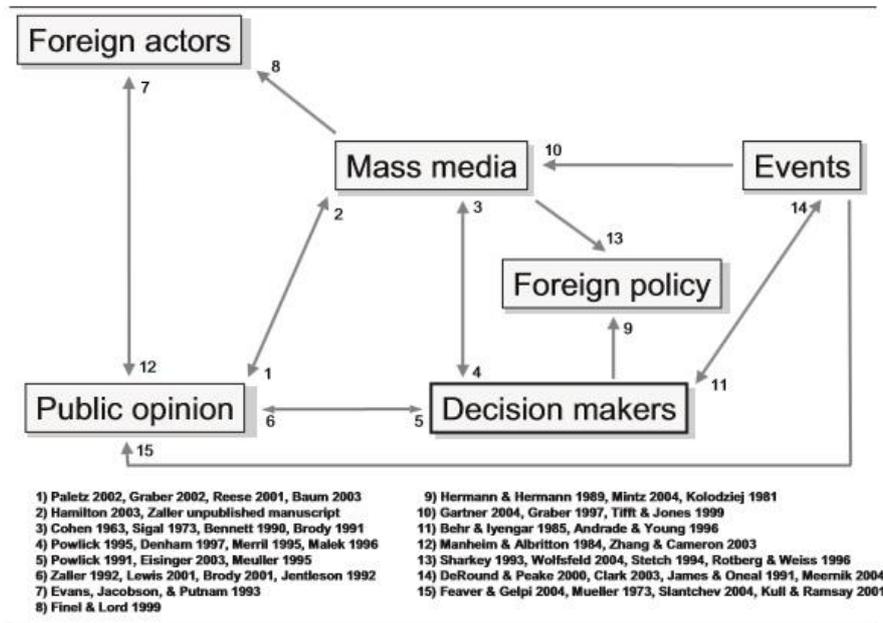


FIGURA 1 – SÍNTESE DAS INTERAÇÕES PÚBLICO, LÍDERES E MEIOS DE COMUNICAÇÃO SEGUNDO A LITERATURA⁶⁹

Nessas diversas linhas teóricas, podem-se destacar duas abordagens frequentemente utilizadas na literatura sobre as decisões em política externa, opinião pública e a mídia: o chamado *Manufacturing Consent*, ou “fabricação do consentimento”, definido, conceitualmente, por Herman e Chomsky (2002), e o *Efeito CNN*, uma resultante da crescente tecnologia nos meios de comunicação (ROBINSON, 1999). Porém, outros estudos somam-se às essas duas abordagens, bem como existem versões internas aos paradigmas construídos. De modo geral, quase todos os estudos que tratam das relações entre mídia e política externa partem desses paradigmas.

⁶⁹ Reproduzido de Bauman e Potter (2008, p. 41)

Talvez a mais conhecida das duas interpretações, o paradigma da *fabricação do consentimento*, elaborado por Herman e Chomsky (2002) em seu livro *Manufacturing Consent*, onde construíram o *modelo de propaganda* do meio de comunicações, foi complementado por Chomsky em outro livro de sua autoria - *Media Control. The Spectacular Achievements of Propaganda* (2002). Nessas obras, os autores argumentam que a mídia não tem influência ou poder sobre os tomadores de decisão, funcionando, na realidade, como uma ferramenta para mobilizar apoio para o Estado e para os poderosos interesses privados. Essas forças políticas e sociais teriam o poder de restringir e moldar os meios de comunicação e, assim, obterem a implementação de suas agendas e interesses através do público.

De acordo com Herman e Chomsky, essa função de propaganda não é a única dos meios de comunicação, mas é muito importante. O poder estabelecido, o governo ou os poderosos interesses privados tem a capacidade de enquadrar a notícia de forma a beneficiá-los, marginalizando forças contrárias. O modelo de propaganda é ativado por fatores estruturais que moldam a forma como as notícias estão sendo produzidas, a partir de três “filtros”: (1) as empresas de mídia, que são grandes empresas controladas por pessoas ricas, cujo principal objetivo é gerar lucro; além disso, os proprietários são, muitas vezes, ligados a outras corporações, limitando a cobertura da mídia sobre essas empresas; (2) os meios de comunicação, que dependem de publicidade e levam isso em conta quando procuram maximizar sua audiência; e (3) os meios de comunicação dependem de poderosas fontes oficiais, como funcionários do governo e empresários, que são consideradas fidedignas, além de mais fáceis e baratas para a mídia. Todos esses filtros permitem que as classes mais poderosas e ricas tenham o controle dos meios, tornando-os, assim, impotentes e sem influência na direção do poder estabelecido, apenas beneficiando os que estão no poder e as agendas políticas das classes dominantes.

Conforme Robinson (2001), o paradigma da *fabricação do consentimento*, por sua vez, tem duas versões: uma *executiva* e uma versão da *elite*. Na primeira versão, que tem, entre outros, os trabalhos dos próprios Chomsky e Herman, além de Lance Bennett (1990) e Robert Entman (2004), enfatiza-se que o conteúdo que é divulgado através dos meios de comunicação está em acordo com as agendas e os quadros de referências

oficiais, nesse caso, pertencentes ao executivo. De acordo com essa versão *executiva*, a mídia não tem a função de criticar ou desafiar as linhas políticas definidas pelo governo, o que impediria que tivesse influência qualquer nos processos decisórios.

A segunda versão - da *elite* - mantém os argumentos de que a cobertura da mídia é feita de acordo com os interesses das elites políticas em geral, seja executivo, legislativo ou judiciário, mas também por parte de qualquer outra elite que esteja em posição politicamente poderosa na sociedade. Dentro desse modelo, uma importante abordagem veio dos estudos de Daniel Hallin (1989) sobre a cobertura da imprensa estadunidense na guerra do Vietnã. Hallin questiona o fato, construído no senso comum, de que essa imprensa foi a principal responsável pela mudança dos rumos da guerra, por conta da cobertura de oposição à política dos Estados Unidos na região. Para o autor, o caso provavelmente mais citado como uma relação de influência da mídia sobre o governo é, na realidade, um caso em que a cobertura crítica das notícias foi apenas um reflexo das divisões das elites políticas. Da mesma maneira que afirmam Herman e Chomsky, a mídia, no caso, nos Estados Unidos, raramente produz cobertura de algum tema desviando dos pontos de vista expressos em Washington. A partir de sua análise dos jornais e a relação entre seus efeitos na opinião pública daquele país e o governo, observou que existe um modelo de atuação ou interpretação que afeta a própria ação da imprensa. Segundo o autor, estes modelos se dariam a partir de um divisão tripartite, representada por círculos concêntricos, cada uma delas regida por diferentes padrões jornalísticos (HALLIN, 1989, p.116).

A região central desse modelo é denominada *Esfera da Controvérsia Legítima*, aquela do “bom” jornalismo, espaço em que as diversas posições políticas são apresentadas e discutidas e, também, onde reinam a objetividade e o equilíbrio como virtudes supremas do campo jornalístico, que aparece, por sua vez, como um mediador e não um crítico ou defensor de uma das partes do debate político (HALLIN, 1989, p. 116). No âmbito da *controvérsia legítima*, porém, nem todas as controvérsias são, igualmente, legítimas, já que, não obstante as posições divergentes, as escolhas dos jornalistas são feitas acompanhando, de perto, a hierarquia da autoridade política formal ou de interesses de outras elites. Este ponto aproxima-se do primeiro princípio definido por Wolfsfeld (2011) de uma relação em que imprensa e líderes políticos atuam de

maneira simbiótica, onde as controvérsias acabam por serem reduzidas pela proximidade de interesses entre os jornalistas e suas fontes. Para Hallin (1989), o uso de fontes oficiais acaba sendo conveniente para os jornalistas, pelo fato do governo estar organizado para permitir um fluxo contínuo de informações para o jornalismo diário, sem contar que isto permite aos jornalistas assumirem o papel de “observadores desinteressados”, no qual evitariam de assumir o ônus de dar prioridade a uma versão em detrimento de outra porque lhe pareceria mais perto da verdade.

Delimitando o espaço central da Esfera da Controvérsia Legítima, encontra-se a região da *Esfera do Consenso*, que engloba os temas não considerados nem pelos jornalistas e nem pela maioria da sociedade como algo controverso. Nessa região, os jornalistas não se sentem compelidos a apresentar visões opostas e acabam por assumir um papel de defensores dos valores consensuais, invocado seu próprio pertencimento em oposição ao outro, muitas das vezes, em discursos que os distinguem dos “inimigos” da democracia e das sociedades livres (HALLIN, 1989, p. 116-117). Especialmente nos anos iniciais da ditadura brasileira, a imprensa se caracterizou neste perfil em relação ao poder político dos militares. De um momento anterior, em que a imprensa situa-se no confronto direto com João Goulart, passa a apoiar as medidas da ditadura e construir um consenso de sua necessidade para coibir os “inimigos da democracia”, representados, justamente, por aqueles que compunham o governo deposto.

E do lado externo da Esfera da Controversa Legítima, encontra-se a *Esfera do Desvio*, em que os atores políticos e os jornalistas rejeitam visões que desafiam o consenso político, com a imprensa passando diretamente a expor, condenar e excluir o que viola ou desafia esse consenso e onde a suposta neutralidade deixa de existir. Desta maneira, a imprensa contribui para manter o controle social e os limites do conflito político. Contudo, para Hallin (1989, p. 117-118), a imprensa raramente produziria uma cobertura dentro da esfera de *desvio*, tendendo ou para *consenso* entre as elites, onde seria improvável uma cobertura crítica imprensa, ou em direção a uma *controvérsia legítima*, mantendo, assim, os limites do conflito político aceitável.

Em suas análises das *esferas*, Hallin argumenta que a cobertura inicial da guerra por parte da imprensa dos Estados Unidos refletiu o consenso que existia entre a elite,

para, somente a partir dos debates internos sobre os custos da guerra, incluir posicionamentos mais críticos à sua continuidade. Aproximando ao segundo princípio de Wolfsfeld (2011), que diz que o controle do ambiente político traduz-se no controle sobre a notícia, assim como mantém o controle da agenda pública até mesmo pela retirada de temas da pauta, os governos dos Estados Unidos, em seus momentos de crises, tiveram a capacidade de manipular os símbolos que lhes garantiam a autoridade de agirem como representantes da nação, mais do que pela autoridade política. A imprensa, então, neste caso, tenderia a defender a perspectiva dominante da política, passando as opiniões das autoridades políticas como representantes da nação como um todo.

Hallin (1989) destaca, ainda, que cada esfera tem gradações internas e fronteiras difusas entre elas, relacionadas com clima político do país como um todo. Na existência de uma controvérsia legítima, ou do dissenso a respeito de uma questão, esse debate será refletido na mídia, que apresentará uma variedade de críticas e de apoios nessa cobertura, especialmente quando os políticos não conseguem controlar os eventos em sua totalidade e deixam de ter o consenso em torno de suas questões, perdendo o controle sobre o ambiente político e, conseqüentemente, sobre a imprensa, tal qual afirma Wolfsfeld (2011). Em proximidade com o conceito gramsciano de hegemonia, a *esfera da controvérsia legítima* aponta para a questão de que quadros que contradizem o poder hegemônico dificilmente encontram espaços nos meios de comunicação corporativos, mantendo a disputa por uma nova hegemonia no espaço de dominação da própria elite.

Inspirado no trabalho de Hallin, porém indo além, Lance Bennett apresentou sua *teoria da indexação*, no artigo publicado em 1990 com o título *Toward a Theory of Press-State Relations in the United States*. Em sua tese, Bennett afirma que as notícias e os editoriais refletem as diversas vozes e pontos de vista do governo em relação às questões exteriores, definindo uma imprensa que reflete, conseqüentemente, o pensamento das elites. Caso haja dissenso entre essas elites sobre um tema, isso será refletido na imprensa com uma cobertura crítica, mas, quando há um consenso entre elas, as vozes que se opõem a esse consenso são marginalizadas. Nesse perspectiva, a imprensa perde sua imagem de *cão de guarda*, de fiscalizadora do poder, já que a

cobertura tende a estar em conformidade com os interesses das elites, portanto, sendo improvável que tenha o poder de definir uma agenda ou influenciar uma decisão política. Em sua definição, nessa noção de jornalismo

a "democracia" iria florescer sempre que as elites, impulsionadas por interesses conflitantes ou incentivos eleitorais, abrissem um debate público sobre um dado problema. Inversamente, em outras áreas, a democracia pode murchar na palidez do consenso oficial forjado com pouca consideração ao interesse público ou sobre a opinião pública expressa. Através da interação de poder, as prioridades do Estado e as eleições nacionais, tal sistema pode funcionar razoavelmente bem naquilo que representa o sentimento popular em alguns aspectos (por exemplo, aborto), ao mesmo tempo em que ignora ou propaga opiniões populares em outras áreas (por exemplo, segurança nacional e política externa). A imprensa, neste sistema, pode ser vista que em um confortável papel de "guardião do registro oficial", enquanto abdica de seu mandato tradicional de criar um "voz do povo" independente.

(BENNETT, 1990, p. 106)⁷⁰

Ainda na esteira de buscar elementos para identificar a relação de influência entre mídia e política externa, outro trabalho importante foi desenvolvido por Wolfsfeld (1997), que definiu o modelo de *competição política*, onde enfatiza a importância dos enquadramentos e da influência da mídia ao escolher esses enquadramentos. Para o autor, a melhor maneira de entender o papel da mídia na política é na competição que se tem sobre as notícias, como parte de conflitos mais significativos entre políticos antagonistas pelo controle político, que acontece tanto sobre o acesso aos meios de comunicação, como pelos tipos de enquadramento (ibid., p. 3). Isso permitiria uma maior competição em relação às fontes que são baseadas nas elites, abrindo espaço nos meios de comunicação para que diferentes grupos possam afetar o enquadramento de conflitos determinados.

Apesar de inserido na perspectiva da visão da elite produzida pela *fabricação do consentimento*, este modelo facilita uma visão mais abrangente das maneiras em que a mídia pode ter um papel mais influente do que sugerido pelo próprio paradigma construído por Chomsky e Herman, ao procurar as condições sob as quais a cobertura feita pelos meios de comunicação desempenharia um papel mais ativo no debate

⁷⁰ Tradução livre da autora.

político. Tendo como objeto de preocupação as relações estabelecidas entre os grupos não pertencentes à elite com o governo, no sentido de promover uma mudança política, seu argumento central é que a mídia, apesar de refletir e mobilizar apoio na defesa dos pontos de vista dominantes da sociedade, algumas vezes, atende os interesses desses grupos marginalizados. A maneira como esses grupos “desafiantes” podem definir agendas e influenciar os resultados políticos tem relação com o grau de controle das autoridades sobre o controle da agenda. Esse argumento seria reforçado em sua obra posterior, discutida anteriormente. Nesse modelo de *competição política*, no entanto, Wolfsfeld não aprofundou a relação entre a cobertura feita e os resultados reais da decisão política (ROBINSON, 2002).

Essas análises sobre política externa e mídia têm se esforçado em salientar o fato de que a mídia pode se comportar como um ator estratégico, com seu poder baseado na sua capacidade de formar tanto os pontos de vista daqueles que são os tomadores de decisão, como da opinião pública. Esses pesquisadores construíram vários modelos teóricos buscando compreender essas intrincadas relações da mídia com o processo de tomada de decisões sobre a política externa, como se viu na Figura 1. Algumas dessas pesquisas apontam para uma influência mais incisiva nesses processos, como é o caso da abordagem do chamado *Efeito CNN*, o segundo paradigma das relações entre imprensa e política externa, que argumenta que as notícias transmitidas ao redor do mundo durante 24 horas acabam por ter um impacto significativo nas tomadas de decisões sobre o campo da política exterior de um país.

Com a crescente importância dos meios audiovisuais, em que a tecnologia passou a fornecer informações quase em tempo real para todo o mundo, começou a se formar, também, o interesse para se compreender como o fluxo internacional de informações poderia afetar as políticas exteriores dos estados. Isso se tornou ainda mais evidente com a atuação das redes de televisão na Guerra do Golfo de 1991, que lançou as bases para a crença de que a mídia global, atuando nesse tempo imediato, teria forte impacto sobre as decisões de política externa, particularmente nos eventos das muitas intervenções humanitárias da década de 1990 (ROBINSON, 1999). A cobertura crítica feita por conta de alguma ação ou inação política, com o aumento das tensões políticas e de incertezas, feita, especialmente, por parte desses canais de televisão com cobertura

ininterrupta, poderia causar mudanças nos processos decisórios, orientando a elaboração da política externa do país.

Robinson (2002, p. 37-40) afirma, ainda, que são vários os *Efeitos CNN*, identificados como *Efeito Forte (Strong CNN Effect)*, *Efeito Fraco (Weak CNN Effect)*, *Efeito Acelerador (Accelerant Effect)* e *Efeito Potencial (Potential Effect CNN)*. Nesse primeiro tipo, a cobertura da mídia, que acontece por vários dias sobre um determinado tema, é uma influência significativa sobre o processo político, desempenhando um papel fundamental no convencimento dos formadores na direção do resultado de uma determinada política. Isso não significa que, necessariamente, essa cobertura irá “forçar” um curso específico de ação, mas representa um fator significativo em influenciar as decisões dos responsáveis para a ação. O segundo tipo, o *Efeito Fraco*, implica que a cobertura da mídia não cria um imperativo político para os tomadores de decisão política, mas pode apontar uma direção a ser seguida, causando, na verdade, pouco efeito no âmbito político.

O *Efeito Acelerador*, por sua vez, pode ocorrer quando os meios de comunicação “aceleram” o processo de tomada de decisões diante da rapidez informativa que se encontra baseada no impacto das tecnologias de comunicação em tempo real. No entanto, apesar de uma aparente proximidade com o *Efeito Forte*, mantém-se como distinto deste, pois age menos como fator de influência e mais como uma advertência aos políticos dos potenciais problemas de suas decisões. E o último tipo, o *Efeito Potencial*, ocorre quando a cobertura dos meios de comunicação antecipam algo que, *potencialmente*, poderá vir a ocorrer, onde a influência será sentida no caso de que sua previsão venha a acontecer. O efeito potencial pode ser sentido quando os políticos têm a possibilidade de serem dissuadidos da intervenção diante da potencial cobertura negativa da mídia ou quando decidem intervir durante uma crise humanitária diante da possibilidade da cobertura positiva dos meios, em que poderão colher resultados em proveito político e eleitoral, ou mesmo porque acreditam que a inação poderá levar a uma publicidade negativa (ROBINSON, 2002, p. 38-40).

Existem, no entanto, diversos fatores envolvidos na maioria das decisões políticas que devem ser considerados e que abrem espaços para que esses modelos

possam ser pensados não apenas nos momentos democráticos, mas também nas transições políticas, especialmente, diante de suas características de serem momentos de incerteza política. Tanto na tipologia que construiu do *Efeito CNN*, como em outros trabalhos, Robinson (2001; 2002; 2005; 2008; 2011) desenvolveria um novo modelo de interação da mídia com a política – *policy-media interaction model* -, em que aplicou a teoria da indexação, com base, principalmente, nos consensos e dissensos conceituados por Hallin (1989), ao mesmo tempo em que percebia instâncias da mídia onde se poderiam ter efeitos nas decisões da política externa. De acordo com esse modelo, os jornalistas seguiriam mais as elites do que apenas se confrontariam com os políticos. Dois fatores moldariam o possível impacto da mídia nas políticas exteriores dos estados, restringindo ou apoiando as decisões: o que denominou de *certeza política* (*policy certainty*) e o *enquadramento da mídia*. Onde houvesse consenso entre as elites sobre uma questão política, em que a “certeza política” das ações do governo seria maior, a mídia iria operar dentro da “esfera do consenso”, tendo, como resultado, uma mídia acrítica e com menos influência diante da política oficial. No entanto, na presença de uma “incerteza política” dentro do governo, junto a um dissenso entre as elites, a mídia poderia influenciar os decisores (ROBINSON, 2001; 2002).

O modelo de interação mídia-política serve como uma medida do poder da mídia para testar as afirmações de que sua cobertura pode influenciar as decisões sobre uma intervenção. Sua chave consiste em observar a cobertura crítica ou empática sobre a ação ou inação do governo, combinada com a incerteza política ocorrida no âmbito do executivo, para determinar se esse foi um fator que influenciou um resultado político (ROBINSON, 2002, p. 41). Para ele, o conceito de *incerteza política* é pouco desenvolvido nas investigações sobre o Efeito CNN, o que torna difícil determinar os níveis de segurança política e, portanto, o escopo de influência da mídia na política externa. O indicativo de uma *incerteza política* pode ser dado a partir do conjunto de três tipos de política: (1) aquela política inconsistente ou indecisa, quando os subsistemas políticos estão em desacordo uns com os outros; (2) uma política que pode se apresentar como uma “não-política”, especialmente quando surgem crises inesperadas que ocorrem com frequência; ou (3) como último tipo, uma política

“vacilante”, quando existe uma falta de compromisso entre os subsistemas (ROBINSON, 2002, p. 27).

Esse modelo desenvolvido por Robinson pode ser sintetizado no quadro abaixo:

<i>Nível do consenso das elites</i>	<i>Relação mídia-governo</i>	<i>Papel da mídia</i>
Consenso entre as elites	A mídia opera dentro da “esfera do consenso” (Hallin)	A mídia “fabrica o consenso” em torno da política oficial
Dissenso entre as elites	A mídia opera na “esfera da controvérsia legítima” (Hallin)	A mídia reflete o dissenso entre as elites, conforme Hallin e Bennett
Dissenso entre as elites <i>mais</i> a incerteza política dentro do governo e o enquadramento crítico da cobertura da mídia	A mídia toma lado no debate político e se torna um participante ativo	Funções da mídia no sentido de influenciar a direção de uma política governamental

QUADRO 1 – MODELO DE INTERAÇÃO MÍDIA-POLÍTICA DE ROBINSON⁷¹

Em acordo com a teoria da *fabricação do consentimento* de Chomsky e Hermann, quando existe um consenso da elite sobre um determinado assunto, a mídia atua como porta-voz da política oficial, não fazendo coberturas que desafiem esse consenso. No entanto, para Robinson, quando existe um dissenso entre as elites sobre uma determinada questão, a cobertura da mídia irá refletir este debate, com críticas ou apoio, sendo o espaço potencial para ter um papel mais ativo e influente no debate político. E, no caso dos jornalistas refletirem os quadros de referência de apenas um dos lados dos debates entre as elites, a mídia pode assumir as preferências de uma determinada elite (ROBINSON, 2002, p. 30-32).

Em uma situação onde existe um elevado nível de certeza política dentro do governo, esse terá o controle sobre as informações e o dissenso poderá se dissipar. No entanto, se esse dissenso persistir, a cobertura crítica dos meios poderá afetar essa a certeza política dentro do executivo, ainda que não seja determinante a mudança do curso de uma ação política. A influência da mídia, nesse sentido, torna-se mais observável nos casos em que essa certeza política deixa de existir e onde o dissenso

⁷¹ Reproduzido a partir de Robinson (2002, p. 31).

entre as elites permanece.⁷² Desta forma, a relação entre a mídia e o poder decisório vai menos no sentido dos interesses da sociedade do que no atendimento dos interesses das elites.⁷³

Ao trazer esses modelos para o quadro brasileiro, no entanto, algumas ressalvas são importantes. Para Kucinski (1998), a mídia brasileira difere da que existe nos Estados Unidos em decorrência da ausência de pluralismo que se vislumbra em relação à imprensa estadunidense. Naquele país, o processo de consenso somente teria êxito em momentos excepcionais, normalmente, nos temas de política exterior, ainda que tenha fracassado no caso do Vietnã. É um processo sutil e nunca admitido, que segue determinados princípios de “fabricação do consentimento” (HERMAN E CHOMSKY, 2002). Já na imprensa brasileira, o consenso se realiza primeiro na esfera do poder, para somente então buscar o consenso na esfera pública, o que acaba por impor à mídia o padrão da cobertura jornalística. A diferença, conforme Kucinski (1998, p. 22), pode ser compreendida pelo fato de que, enquanto o processo de fabricação do consentimento para a imprensa americana é legitimado pela hegemonia da ideologia dominante, no Brasil, existe “*uma produção social do consenso sem raízes numa hegemonia social construída*”.

E, no caso de uma ditadura, de acordo com Sponholz (2010), de uma mesma maneira, podem ser impostos os limites de uma *controvérsia legítima*. Porém, é importante perceber que, mesmo em regimes democráticos, existem limites, sejam eles de ordem moral ou política, que definem os consensos. Como a autora afirma, as

⁷² Esses conflitos são especialmente percebidos nos momentos de transições políticas.

⁷³ Outra relação entre a possibilidade de a mídia intervir no processo de tomada de decisão na política externa dos estados, frente à velocidade da informação que decorre, principalmente, dos novos meios tecnológicos de difusão, não apenas a televisão, foi apontada, também, por Gilboa (2000; 2002). Para esse autor, no entanto, em muitos casos, a informação não vem configurada pelo reconhecimento do contexto e do significado dos acontecimentos que a envolvem, trazendo relatos, por vezes, incompletos ou distorcidos. Nesse quadro, Gilboa (2002., p. 733) fez uma taxonomia dos atores dessa relação entre mídia e política, onde a imprensa pode assumir quatro tipos diferenciados: (1) como ator controlador, que identifica que a influência da mídia permite a substituição dos atores políticos tradicionais por ela; (2) como ator constrangedor, postulando que a mídia é um dos atores a influenciar a formulação das políticas externas, ao levar constrangimento aos líderes políticos, que teriam que reorganizar suas prioridades; (3) como ator interventor, atribuindo aos jornalistas influentes a capacidade de mediação entre estados e organizações; e (4) como ator instrumental, atribuindo à mídia o papel de instrumento a que recorrem os demais atores internacionais, quando é preciso mobilizar o apoio público para uma determinada demanda.

“controvérsias se diferenciam de acordo com o conteúdo, com os atores, com o espaço e com a forma de participação do público” e, do ponto de vista midiático, uma controvérsia *“é um instrumento de condução de um conflito”* (SPONHOLZ, 2010, p. 166-167). Em momentos de ameaça de ruptura, o consenso, produzido externamente a ela mesma, leva à sua imposição como parte de uma decisão das classes proprietárias.

CAPÍTULO 2

IMPrensa NA TRANSIÇÃO “PACTUADA” BRASILEIRA: A VEJA NO QUADRO DAS ELITES SIMBÓLICAS

Os estudos sobre as relações que se estabeleceram entre imprensa e poder político, especialmente nas ditaduras militares que ocorreram na América Latina durante as décadas de 1970 e 1980, costumam apontar para dois pólos de análises. Por um lado, os meios de comunicação aparecem, nos regimes autoritários, em sua vertente como instrumentos de propaganda política quando apoiam esses governos, ou em seu silêncio quando estão sob censura, ou, então, são interpretados à luz de sua independência diante desses regimes, reafirmada por suas condições de propriedades privadas, atuando como ator ativo de luta para um retorno da democracia. A imprensa situa-se, nesse quadro de análises, em uma dicotomia em que, de um lado, constitui-se em porta-voz de interesses do poder, apenas uma “correia de transmissão”, e do outro, assume seu papel de artífice da democracia, na lógica do chamado Quarto Poder.

O outro pólo de análise, por sua vez, acentua o fato de que a grande imprensa comercial não se caracterizou por ser, essencialmente, uma oponente dos regimes autoritários, considerando que, em muitos momentos, ainda que se constituíssem em empresas privadas, ou mesmo por serem empresas privadas, somente fazia críticas suaves quando algo estivesse em desacordo com seus interesses ou até mesmo demonstrava seu apoio às medidas tomadas por esses governos, inclusive, aquelas antidemocráticas. Nesse quadro, em que a dicotomia censura/ditadura *versus* democracia deixaria de ser o elemento-chave de análise, a atuação da imprensa giraria em torno de projetos políticos notadamente na esfera das elites, em que a luta pelo retorno à democracia ficava condicionada à defesa desses interesses, nem sempre inclusivos.

Geddes e Zaller (1989) afirmam que todos os regimes autoritários tentam controlar as notícias e informações políticas dadas ao público, fornecendo um fluxo constante de mensagens pró-governo para os veículos de comunicação e abafando as críticas e as análises independentes, de maneira a moldar as atitudes políticas dos cidadãos. No caso brasileiro, a imprensa apresentava as realizações da ditadura de maneira enfática, exaltando o projeto de “Brasil Grande” dos militares, principalmente nos seus primeiros anos. A face pouco observada é que os meios de comunicação não somente exaltavam o regime, como, no caminho de uma estratégia de silenciamento, evitavam enfatizar seu lado antidemocrático, mesmo quando se publicavam algumas medidas nessa direção. Procurando não destacar o fato do veículo estar sob censura, negava-se espaço a qualquer visão que fosse contrária ao consenso estabelecido pelo grupo que estava no poder. Nesse modelo de atuação, os meios de comunicação defendiam uma postura que via os militares e suas políticas como necessários ao país, ainda mais diante do “caos” anterior, atuando, principalmente naqueles primeiros anos, na *esfera do consenso* definida por Hallin (1989).

Segundo Caparelli (1985, p. 237), a relação da ditadura brasileira com os meios de comunicação foi uma conjugação dos conflitos e das contradições das forças e interesses, nem sempre convergentes, e das diversas ideologias que envolveram essa relação, entre: (1) aquele que comunicava e que respondeu, de maneira mais direta e física, aos efeitos da censura – os próprios jornalistas; (2) os proprietários dos meios de comunicação, que viam um “bom negócio” nas ditaduras militares; e (3) os anunciantes, com interesse em vender seus produtos. Historicamente, o sistema midiático no Brasil se constituiu a partir da presença de grupos familiares na gestão das empresas de comunicação e na sua vinculação com as elites políticas, nacionais e locais.⁷⁴ Nesse sentido, é importante destacar que, ao se tratar dos “veículos de imprensa”, torna-se necessário incorporar a dimensão de sua constituição como empresa privada para estabelecer seus vínculos com o poder político. Segundo Kushnir (2004a, p. 80), essas empresas de comunicação “*podem ser vistas como clãs, feudos, oligarquias*”, incluindo

⁷⁴ O Projeto Donos da Mídia fez o levantamento com a identificação dos políticos que possuem participação direta em diversos veículos de comunicação, até o ano de 2009, bem como os principais grupos de comunicação, as redes, os locais, fornecendo um panorama completo do sistema de mídia no país, em suas conexões político-partidárias. Disponível em <http://donosdamidia.com.br/inicial>.

os principais jornais do eixo Rio/São Paulo e as editoras de livros e revistas, como Bloch e Abril, esta última proprietária da revista *VEJA*, em mãos da família Civita que não apenas era sua proprietária, como era a responsável pelo perfil ideológico que constituiu a revista e todas as demais publicações.

Mas, se é possível definir o lugar das relações entre as instituições de comunicações e o governo, por seu turno, o lugar do jornalista não se define sem conflitos. Ao lado da postura dos proprietários dos veículos, geralmente mais dispostos a acomodar-se às exigências dos grupos no poder, seja para preservarem suas propriedades ou pela concordância ideológica, os jornalistas, muitas vezes, assumiam uma oposição a esse comportamento e rejeitavam essa prática. Muitos acabaram por responder, diretamente, pelas consequências de sua oposição à linha defendida pelo veículo em que trabalhava. Como afirma Kushnir (2004), certamente, alguns jornalistas aceitaram as restrições colocadas sobre eles por razões ideológicas, outros simplesmente toleravam os inconvenientes por causa de seus empregos, alguns tomaram caminhos heroicos e desafiadores para os quais pagaram um preço alto, fosse a perda do emprego, a prisão, a tortura, o exílio ou até mesmo a morte, outros permaneceram no emprego em um jornal ou emissora colaboracionista enquanto trabalhavam na chamada imprensa alternativa.

Todas esses questionamentos enquadraram-se na perspectiva dos argumentos de Gunther e Mughan (2000) de que a visão tradicional dos estudos sobre os meios de comunicação nos regimes autoritários, que descrevem os veículos de imprensa como instrumentos poderosos de manipulação a serviço daqueles governos moldando as atitudes e comportamento do público ou em sua luta democrática, não abrange a complexidade dessa relação, considerando que, diferente do que se afirma, não há uma onipresença e onisciência dos mecanismos de controle nos regimes não democráticos⁷⁵, tampouco existe uma total liberdade de imprensa naqueles ditos democráticos. O controle estatal dos meios de comunicação em regimes não democráticos pode, por algum tempo, contribuir de forma importante para um manter o regime no poder. No entanto, apesar desse controle, a capacidade desses regimes em moldar as atitudes

⁷⁵ A imagem associada ao *Grande Irmão*, de Orwell.

políticas e orientações básicas das populações a eles sujeitas é limitada. E, em muitos momentos, inclusive, será nos regimes democráticos que a imprensa consegue estabelecer um controle mais efetivo na constituição de uma opinião pública favorável aos seus interesses.

Especialmente nos processos de transições políticas de um regime autoritário para outro democrático, em que se estabelece o conflito institucionalizado das oposições, os meios de comunicação surgem como instrumentos de socialização das novas regras do jogo democrático que vem a seguir, possibilitando que se amplie o espaço de comunicação entre a elite e o público. No entanto, ressalta-se o que afirma Boron (1994) de que essa *nova* democracia, no caso latinoamericano, manteve a persistência de um caráter autoritário. Para ele, essa permanência de mecanismos autoritários tem a perspectiva que o novo regime democrático enfrenta *uma ameaça constante de sabotagem por parte das classes sociais e economicamente dominantes*, compostas por amplos setores da burguesia, pelas “*forças armadas aditas ao pretorianismo*” e por uma grande imprensa comprometida, muitas vezes, com os negócios dos primeiros e que são, também, negociados pelos segundos (BORON, 1994, p. 26-27).

A partir de todo este quadro, torna-se fundamental considerar a imprensa como variável da transição política brasileira para redemocratização do país, a ser vista como um dos atores políticos a defender um projeto de democracia de acordo com interesses próprios. Esses projetos eram defendidos nos espaços de debates dos veículos de comunicação que foram possibilitados inclusive no quadro de controles da ditadura, ampliando a compreensão dos desenhos institucionais na democracia que se constituiu posteriormente, conforme afirma Lattman-Weltman (2004).

2.1 Aspectos teóricos sobre os processos das transições políticas e de liberalização da imprensa

Antes de tratar dos aspectos específicos da atuação da imprensa no período da redemocratização brasileira, serão recuperadas algumas das diferentes visões teóricas

sobre transições políticas, especialmente, no que se refere ao papel das elites no processo. Ainda que não discuta o tema em sua totalidade, esta proposta se justifica diante da perspectiva de Wolfsfeld (2011) de que a compreensão do papel da mídia na política deve se iniciar pelo reconhecimento e entendimento do contexto político em que os meios de comunicação estão operando, já que a imprensa constrói as notícias a partir de uma base firmemente enraizada em um determinado tempo, lugar, cultura e conjunto de circunstâncias políticas e não como um ente deslocado do espaço-tempo da História. Porém, a maneira pela qual esse contexto é desenhado tem como base, também, a perspectiva teórica que define o caminho pelo qual se optou para explicá-lo.

Segundo Diniz (1985), as análises sobre as transições políticas podem ser divididas em três categorias: (1) como fenômenos políticos iniciados pelo Estado, em sua capacidade de antecipação às pressões sociais; (2) as transições que se explicam pelas crises econômicas; e (3) aquelas que se iniciam pela mobilização social. No caso brasileiro da transição do regime militar para a democracia posterior, a maior parte dos estudos sobre o período define seu modelo como de uma transição *negociada* ou *pactuada* e construída pelo alto (O'DONNELL e SCHMITTER, 1988; LINZ e STEPAN, 1999; SHARE e MAINWARING, 1986). Nesse modelo, o governo autoritário assume o papel central no processo de redemocratização, estabelecendo a agenda da abertura e negociando, com a oposição, as regras do novo quadro político que se estabelece.

Por esse caminho, a literatura sobre o assunto promoveu parte de suas análises do processo de redemocratização como um produto da interação entre as elites. Na interpretação de Share e Mainwaring (1986), o controle das elites autoritárias sobre a transição deveu-se à presença de lideranças políticas hábeis que conduzem o processo de acordo com os interesses das elites dominantes.⁷⁶ Assim, partindo dessa perspectiva, as elites autoritárias, junto com as novas elites que vão ganhando espaço, buscaram o reordenamento político sem, contudo, uma ruptura da ordem anterior, mantendo o caráter moderado da transição. E, nesse processo, segundo Lessa (1989), no novo regime democrático que se constitui, há uma baixa renovação das elites políticas e um

⁷⁶ A transição *por transação*.

alto grau de continuidade das lideranças do regime anterior, ampliando o hiato entre *polis* e *demos*.

A liberalização, que se traduz em uma das fases das transições políticas, normalmente em seu início, define uma “*margem de pluralismo e de institucionalização da competição política, entre as elites que participam do processo político*”, mas ainda dentro dos limites estabelecidos de um padrão de dominância, que permanece o mesmo (LESSA, 1989, p. 90). E, se for considerado esse modelo endógeno e pactuado de transição, dois componentes mínimos fariam parte dos comportamentos das elites: (1) a introdução de inovações que geram maior competitividade política, porém, como mencionado, sem alterar os padrões da ordem do regime autoritário anterior; e (2) o surgimento de atores políticos que, mesmo não comprometidos com essa ordem autoritária, inserem suas práticas e interesses dentro das regras vigentes (ibid., p. 83-84).

Também nessa mesma linha da literatura que dá ênfase ao papel das elites como condutoras dos processos de transições políticas, Higley e Burton (1989) apontam para a conformação de compromissos firmados entre amplas facções dessas elites como uma pré-condição para a prática democrática representativa, que resultaria na estabilidade política, ainda que a competição, que ocorre internamente, esteja na definição desses pactos. Para os autores, as transições para a redemocratização – assim como a própria quebra de um regime democrático para outro autoritário – podem ser compreendidas pelo estudo das continuidades e das mudanças nas relações internas das elites nacionais, insistindo na necessidade de uma construção teórica sobre as transições na perspectiva que enfatiza o consenso e unidade das elites como o caminho mais adequado. Por outro lado, podemos considerar que essa linha de pensamento leva à uma despolitização da democracia em sua interpretação como ausência de conflitos, reforçando uma nova construção hegemônica comandada pelo alto.

Em outra análise dos mesmos autores, com a participação de Burton (1992), esse consenso entre as elites é apontado como resultado de uma cultura política não democrática. Para Soares (2014), porém, essas são “hipóteses tentadoras”, só que têm, intrinsecamente, o problema de não diferenciar a que elites se referem, sendo teses

construídas a partir de uma confusão entre as *elites* em seu termo abrangente e *elites políticas*, sem uma confirmação empírica que indique a união ou desunião entre elas. No caso da análise específica sobre as elites brasileiras, Bruneau (1992), por sua vez, considera que não existiu a consolidação de um consenso entre elas no processo de transição política, o que representaria, inclusive, uma ameaça à estabilidade da frágil democracia do país que se estabeleceu posteriormente. Segundo o autor, existiria “*certo grau de consenso e unidade [...] entre as elites brasileiras*”, mas esse consenso “*se baseia na oposição à entrada das massas*”, sendo “*um consenso antidemocrático*” (BRUNEAU, 1992, p.259).⁷⁷

É importante considerar, contudo, que, ainda que a ênfase das análises sobre as transições recaia sobre os aspectos voluntaristas da redemocratização, iniciada pelos interesses das elites, o resultado do processo em si foi decorrente da interação de duas dinâmicas que atuam no sistema político, que envolvem, conforme afirmam Diniz e Boschi (1989), as negociações das elites e as pressões da sociedade sobre o Estado ditatorial. Como afirmam alguns críticos às teorias das transições que se enquadram em um movimento *top-down*, ou seja, um movimento que vem a partir da decisão dos donos do poder, mesmo que os processos sejam desencadeados pelas elites oficiais, tanto as próprias divisões internas das facções do poder, como os interlocutores no campo das oposições, ampliaram a “*incerteza política*” que envolveu esse processo e, portanto, devem entrar como variáveis de análises.

Para além da afirmação das elites como condutoras dos processos de transição, existem duas importantes dimensões a serem consideradas nas análises: (1) “*o padrão de ruptura com o antigo regime*” e (2) “*os modos de integração entre demos, polis e governo, no decorrer do processo*” (LESSA, 1989, p. 81-82). Ambas dimensões mantêm, como fato político comum, a presença de uma “*espontaneidade social*” que persiste apesar dos esforços em controlar seu fluxo, contrariando o projeto autoritário de uma sociedade “*dócil e despolitizada*”. As “*consequências inesperadas*”, e indesejáveis,

⁷⁷ Essa afirmação pode ser vista no enquadramento dado pela revista *VEJA* às greves que foram se ampliando do final do governo Geisel e durante o governo seguinte de Figueiredo, onde as diversas reportagens defendiam que o movimento, menos que democrático, ameaçava a democracia.

resultantes das próprias transformações na sociedade levadas a cabo pela ordem autoritária (GUNTHER e MUGHAN, 2000).

Diante disso, é possível compreender as transições como períodos críticos de processos de disputas por novas hegemonias de quem detém o poder e a busca, por parte dos elementos que constituem a sociedade, de novas formas de relações políticas. Na disputa de poder que se trava nesses processos de transição, entram em consideração os recursos políticos, econômicos, sociais e simbólicos, na busca do consenso pelo modelo de democracia que se pretendia estabelecer. Ao considerarmos os meios de comunicação, em sua composição como atores políticos membros das elites simbólicas, sua atuação vai além de representarem um “fiel da balança” para o novo regime democrático.

Os diversos pontos de conflitos que envolvem os processos das transições políticas dos regimes militares na América Latina foram vistos por Schiller (1993, p. 18-19), a partir de duas vertentes de análise:

Na verdade, o que caracteriza de fato esta transição? É a criação de novas instituições que facilitam a inclusão dos milhões de pessoas até então excluídas? É direcionada a uma atividade econômica que objetiva satisfazer as necessidades básicas das pessoas, mas que rejeita os agrados do consumismo das corporações multinacionais, tendo como consequência a divisão inevitável entre aqueles que tem e muitos outros mais que não tem? Esta etapa tem como objetivo a redução da vasta lacuna nos padrões de vida que, no momento, marcam a América Latina (e a do Norte)?

Ou a transição democrática é uma oportunidade para uma liderança tecnocrática civil substituir uma liderança coerciva militar e aproveitar o momento para impulsionar as economias latinoamericanas mais rapidamente em direção à ordem das corporações, agora (temporariamente?) triunfante, mas geradora de crise?

Geddes (2001) aponta para uma das generalizações mais aceitas nas análises sobre transições políticas dos regimes militares latinoamericanos, cujos resultados remetem ao segundo questionamento feito por Schiller acima: que o início do processo pode ser encontrado nas divisões internas dos próprios governos militares junto com

interesses das elites econômicas e sociais.⁷⁸ Tais generalizações têm como base aquela afirmação de que a redemocratização é iniciada pelas elites governantes, não sendo a mobilização popular significativa em seu início, ainda que tenha alguma interferência em seus rumos, mas apenas quando os riscos da oposição já não são tão evidentes. Segundo a autora, alguns estudos sobre transições políticas trazem como fio condutor os pactos entre as elites – “*fórmulas de compartilhamento ou alternância no governo, distribuição dos despojos do governo e restrição das escolhas políticas em áreas de alta importância para os grupos envolvidos ao mesmo tempo em que excluem outros grupos desse arranjo*” - como facilitadores de uma democracia bem-sucedida (GEDDES, 2001, p. 227).⁷⁹

Mais do que paradigmas de estudos sobre os processos de democratização, essa é uma fórmula defendida nos discursos das próprias elites durante o processo. Sem aprofundar todas as questões sobre o que se configurou na chamada *transitologia*⁸⁰, é preciso identificar alguns pontos das discussões que ainda não conseguiram estabelecer um consenso e que tem relação, especialmente, com a dinâmica entre as negociações feitas pelas elites e as pressões da sociedade, apontada por Diniz (1986), e os atores que delas participam.

Uma dessas questões que desafia a construção de uma teoria geral das transições tem relação com a própria definição do tipo de regime, já que são diferentes os tipos de

⁷⁸ Para Oliveira (2005), a transformação da ditadura brasileira se daria a partir de uma iniciativa militar, ainda que não tivesse força para se apresentar como um projeto das forças armadas. As contradições existentes no meio da própria corporação, segundo o autor, inspiraram setores militares e civis a iniciarem o processo de redemocratização, buscando resguardar a própria autonomia militar.

⁷⁹ Segundo Dobry (2000), superestimar a racionalidade dos atores envolvidos no processo em detrimento às motivações sociais que levam a suas opções individuais, gera uma visão voluntarista da história das sociedades a que chamou de “ilusão heroica”, que alimenta confusão sobre o que é razoável inferir a partir da observação empírica de incerteza.

⁸⁰ Para a transitologia, a reinstauração de um regime democrático não depende de pré-requisitos, sendo relegados, a um segundo plano, os fatores sociais, econômicos e culturais, pela atenção voltada às “estratégias dos atores relevantes” e à conduta da mudança política (MONCLAIRE, 2001, p. 62). Como o período abordado nesta tese não compreende aquilo que seria a definitiva institucionalização das regras democráticas, não será discutido o outro conceito que acompanha a ideia de transitologia: o momento posterior que definiu-se como consolidação democrática, quando não existem alternativas aos procedimentos democráticos ao poder. No entanto, uma melhor definição é proposta por Monclaire, a partir de Dobry, que argumenta ser a consolidação a fase em que o valor dos recursos jurídicos proporcionados pelos arranjos institucionais nascidos da transição tem sua capacidade de assegurar uma ordem política socialmente aceitável por parte das diversas elites, não apenas política, e aos simples indivíduos, que passam a depositar sua confiança nas instituições.

autoritarismo, como diferem as próprias concepções de democracia. Ao se tratar dos regimes políticos modernos, três termos são mais empregados, vistos na perspectiva de uma tipologia ideal que abrange diversas nuances: a democracia, o totalitarismo e o autoritarismo. O modelo democrático, que, em si mesmo, não aponta para uma concordância conceitual, acaba sendo assumido como o ideal de regime a que todas as sociedades aspiram, independente de qual regime, efetivamente, esteja em curso e se faz presente nos discursos das transições.

É importante considerar que o conceito *democracia* foi assumindo conotações diversas ao longo do tempo, levando a uma despolitização que imobilizou mais do que se tornou condição para ação política: “*A política baseia-se em oposições. Quando algo passa a ser universal ou consensual, ou então inquestionável, deixa de pertencer ao campo da política*” (LEIS e ASSMAN, 2010, p. 117). Mas, não obstante a opção que se faça pelo modelo de análise das transições políticas, esse conceito de democracia surge como elemento que permeia todas as relações. Amplamente difundido nos discursos sustentados pela grande imprensa no caso brasileiro, o conceito de democracia serviu, também, como objeto de disputas na formação de um consenso em torno de uma transição limitada.

De acordo com Avritzer (1995), as teorias da transição procuram universalizar o conceito de democracia, que seria possível mesmo com o autoritarismo vigente. Essas teorias traduzem este conceito pela ausência de autoritarismo e pela retirada do poder de veto sobre as instituições políticas, o que pode ser visto como um dos problemas das teorias da transição: a ideia de que existe uma conexão imediata entre autoritarismo e democracia, já que o processo pode ser mais longo do que o suposto, ao se considerar que a democratização inclui a incorporação de valores democráticos no sistema político. Tendo como base a definição mínima de democracia, dois pressupostos simplificadores subjazem sua diferença em relação aos regimes autoritários: (1) eleições livres e a garantia de que irão assumir, efetivamente, o poder; e (2) a garantia de direitos civis pela Constituição. Da mesma maneira que Boron (1994), esse autor afirma que um processo de democratização tem, na sua constituição inicial, a disputa entre duas culturas políticas – uma democrática e outra tradicional – cujo conflito permanente entre continuidade e renovação se apresenta nas práticas dos atores políticos e sociais,

que se mantêm com a instauração de uma democracia apenas institucional relacionada à queda do poder de veto.

A democratização não se processa em um vácuo e a análise da democracia deve considerar, também, a cultura política anterior, em suas continuidades de práticas não-democráticas, não reduzindo a democracia apenas ao funcionamento das instituições políticas. Saindo da perspectiva da democratização como a ausência do poder de veto e partindo para incorporar uma cultura democrática pelos atores políticos e nas mudanças do repertório da ação social, o autor coloca o problema da democracia para a prática cotidiana, que extrapola os limites institucionais definidos na *transitologia* e na democratização institucional, e onde os conflitos, mais que a moderação, se fazem presentes (AVRITZER, 1995).

E, conforme Vitullo (2001, p. 29),

O fato de dedicar atenção e responsabilizar especialmente pelos processos de transição e democratização as ações ou projeções estratégicas, as condutas racionais, os talentos e a habilidade negociadora de certos indivíduos, traz atrelado um poderoso viés elitista. A necessidade de resgatar e dar maior atenção às variáveis estritamente políticas – antes não levadas em consideração – não pode autorizar que a democratização seja vista apenas como resultado de uma eleição, decisão ou rede de opções estratégicas das elites dirigentes nem como um fenômeno de mera negociação do afastamento dos atores autoritários do centro do cenário político. A positiva recuperação destas variáveis não deveria autorizar a omissão ou subordinação, na análise, das atitudes ou do papel desenvolvido pelo restante da sociedade, em especial pelos setores populares, nem o desconhecimento da própria história.

As próprias análises de Higley e Burton (1989), dentro da perspectiva da *transitologia* já referida, cuja adoção do compromisso entre as elites define-se como condição fundamental para uma transição democrática bem sucedida, um jogo controlado por um pequeno número de atores “confiáveis”, inserem-se na construção do “argumento de moderação”: *é preciso que haja moderação das demandas e dos comportamentos da mobilização popular para que a transição democrática, definida pelas escolhas das elites, não seja ameaçada*. Contudo, a *moderação*, discurso presente não apenas nas análises da *transitologia*, mas naqueles enfatizados pelos próprios

construtores dos processos de transição, não é um pré-requisito para a constituição de uma democracia.

Segundo Bermeo (1997), esse tipo de discurso fundamenta-se sobre as atitudes das elites e conduz o processo de maneira a não incluir demandas populares no novo modelo a ser implantado. Em uma das formas das projeções sobre os efeitos das mobilizações extremistas (ou populares), as elites centrais, definidas como aquelas que tem a capacidade de reverter a transição, ao projetarem que essas mobilizações terão efeitos perniciosos poderosos, prevêm que a democratização poderia levar ao triunfo desses grupos em seu próprio prejuízo. Uma crença deste tipo, se amplamente compartilhada, leva a que exista a probabilidade elevada de uma reação antidemocrática.⁸¹

Na segunda forma daquelas projeções, as elites estão convencidas de que a disputa democrática não será vencida por elas e, sob esta condição, a democracia se torna mais aceitável a partir de determinados ganhos. Dois cenários sobressaem dessas projeções: ao optarem pela democratização por reconhecerem que não têm capacidade de controlar uma oposição mais radicalizada, as elites cedem o controle aos atores moderados em uma democracia eleitoral; ou as elites optam pela democracia, apesar dos extremismos, porque prevêm que irão ganhar as eleições no processo de transição e a percebem como fórmula para sua própria legitimação (BERMEO, 1997, p. 315-316). De acordo com Conniff e McCann (1991, p. xvi-xvii), no caso da transição brasileira, as diferentes elites mantiveram a capacidade de defender e promover seus interesses para a opinião pública, gradualmente permitindo que as não-elites e opositores do regime operassem na arena política, mas mantiveram as características de uma sociedade autoritária.⁸²

⁸¹ Esse tipo de discurso encontra uma ressonância nas teses reativo-reacionárias que se repetem nos discursos conservadores e reacionários analisados por Hirschman (1991, p. 73-111), especialmente, a tese da ameaça, que vê “*que uma mudança proposta, ainda que talvez desejável em si, acarreta custos ou consequências inaceitáveis de um ou outro tipo*”, que procuram, acima de tudo, evitar mudanças sociais drásticas.

⁸² Para Pinheiro (1991, p. 47), “*em vez de transições [no caso brasileiro] temos uma extraordinária continuidade, podemos ter mudanças no quadro político institucional sem que a cultura política, por exemplo, seja afetada*”.

Reforçando essa perspectiva, Boron (1994, p. 27) afirma que,

No complicado xadrez político da transição e consolidação latino-americana é preciso recordar que um dos participantes – precisamente o jogador que representa a aliança das classes e corporações mais poderosas – tem dado reiteradas mostras de sua escassa afinidade com as ideias e práticas da democracia [...]. Não há como chamar-se a isso de engano: para a coalizão autoritária, a democracia é uma derrota política, que só é aceita ante a total ausência de qualquer outra alternativa⁸³.

Analisando, também, o aspecto da divisão interna dos atores envolvidos no processo, Geddes (2001) destaca a necessidade de incorporar as diferenças que se encontram nos regimes autoritários precedentes, cuja variação incide sobre as características e a forma como essa transição se produz. Classificando três tipos puros de autoritarismo – os regimes militares, os de partido único e os personalistas -, que diferenciam os procedimentos dos processos de tomada de decisão, bem como sua relação com a sociedade e a oposição, a autora encontra, de maneira mais frequente, a divisão interna no primeiro desses tipos. Os critérios utilizados para classificação dos regimes enfatizam o controle sobre o acesso ao poder e a influência exercida na sua condução (GEDDES, 2001).

No caso das transições nos regimes militares, essas se iniciam com divisões dentro da elite militar governante. Por sua vez, os regimes personalistas – aquele quando um indivíduo ganha a luta entre facções rivais, limitando a influência dos que o apoiaram nessa luta – e os de partido único tendem mais a serem derrubados por fatores exógenos, já que seriam relativamente imunes às divisões internas. Entre os exemplos do tipo de regime militar, enquadra-se a ditadura brasileira, em que o processo de escolha dos presidentes dava-se a partir da consulta de oficiais e poucos civis, dentro das regras especificadas por essas elites. Da mesma forma se daria o fim do regime, quando a preocupação com a sobrevivência das forças militares, a ameaça contra sua unidade e eficácia decorrente da divisão da elite que comandava o poder, fizeram com que a opção fosse o retorno aos quartéis, mantendo, assim, a coesão das forças militares. Isto levaria a se considerar que os regimes militares já contêm a essência de sua própria

⁸³ Tradução livre da autora.

dissolução, por terem mais fontes endógenas de instabilidade, constituindo uma provável transição negociada como solução para amenizar possíveis perdas.

A primazia dada à estratégia dos atores levou a que os transitólogos se ocupassem das mudanças mais recentes e menos violentas, com ênfase nas transições pactuadas, como as que definiriam o próprio caso da ditadura militar brasileira (MONCLAIRE, 2001). Nesse tipo de transição, endógena e moderada, que seria mais frequente na ótica dos estudos da transitologia, os atores estariam em dois campos subdivididos, por sua vez, em outros dois campos: os partidários do autoritarismo, cujo enfrentamento se dá entre aqueles que defendiam a liberalização e os que não viam com bons olhos a redemocratização; e a oposição, dividida entre os radicais e os moderados. E seria o equilíbrio entre os moderados de ambos os campos, que se alinhariam e fariam concessões mútuas, que determinaria o início e o prosseguimento da transição.⁸⁴

Em sua crítica, Monclaire afirma que essa linha de análise acumulou erros ao não se preocupar com a legitimação das situações derivadas dos pactos, isolando as elites e desconsiderando as influências externas, como as pressões internacionais, que se fazem presentes, em seus impactos, nos mecanismos de negociações domésticas. No caso da ditadura brasileira, fatores como as crises do petróleo de 1973 e 1979, a crise da dívida e outros eventos importantes, mesclaram-se às questões internas e às divisões que ocorreram no seio da própria elite na determinação do projeto de redemocratização do país. Assim, as transições podem ser entendidas como um período de ambiguidades nas mudanças de regime, concluídas por um arranjo institucional precário entre as elites, cujo desenrolar varia em função da disponibilidade e em função do novo valor dado aos recursos afetados por mobilizações que se localizam em diversas esferas de atividades.

Para Soares (2014), como visto, essas análises sobre as transições tendo a perspectiva das elites como elementos preponderantes enfrentam problemas conceituais e empíricos. Um dos problemas apontado pelo autor envolve a própria ideia de “acordo

⁸⁴ O'Donnel e Schmitter (1988, p. 67) argumentam que um pacto é um “*acordo explícito [...] nem sempre publicamente explicado ou justificado, entre um conjunto de atores, na busca de definir (ou redefinir) regras cujo sentido orienta seu comportamento político com base em garantias mútuas relativas aos 'interesses vitais' dos participantes no pacto*”.

político” entre as elites, já que é preciso que se identifique a relação necessária entre “elites” e partidos políticos. Finalmente, essa perspectiva das transições a partir de um pacto, “*por sua própria ênfase conceitual, pensa o mundo em termos de elites e massas*”, não abrangendo os setores médios que não se enquadram em nenhum dos dois pólos, além de, mesmo inserindo a massa como o elemento de oposição, subestima a contribuição das classes trabalhadoras nos processos de redemocratização (SOARES, 2014, p. 59-60).

Já na argumentação de Sallum Júnior (1994), a transição brasileira compreende, além da esfera político-institucional, as mudanças nas relações entre o poder político, a estrutura social e a economia. No processo de redemocratização do país, um dos primeiros movimentos do governo foi a *liberalização* da imprensa, considerado estratégico para o projeto que estava sendo levado adiante pelo próprio regime.⁸⁵ Menos caracterizado pela preocupação com a recuperação dos direitos civis perdidos durante os anos do regime, era uma proposta que buscava responder aos interesses de demandas de grupos específicos, atuando, também, no controle das forças de oposição ao grupo de poder e ao projeto de distensão, especialmente no primeiro momento da transição conduzida por Ernesto Geisel.⁸⁶ Por outro lado, como mencionado, essa progressiva liberdade da imprensa possibilitou que novos espaços de reivindicação pela volta da democracia ao país fossem surgindo, não apenas das elites civis que se viram atingidas pelo estatismo centralizador do governo Geisel, mas dos próprios movimentos sociais.

O aspecto de uma redemocratização pactuada e não violenta foi reforçado por uma memória histórica, autoafirmativa, que teve sua construção pela própria imprensa, acentuando o protagonismo de alguns atores, como ela mesma, no processo de superação da ditadura imposta ao país a partir de 1964. Em um primeiro olhar, esse processo restringiu-se à ênfase às normalizações dos mecanismos institucionais

⁸⁵ *Liberalização* não significava o fim da censura, nem tampouco o abrandamento de algumas das determinações sobre os limites de uma “liberdade de imprensa”. Na realidade, o fim da censura prévia na imprensa somente ocorreria, em definitivo, em 8 de junho de 1978.

⁸⁶ Como já mencionado anteriormente, o governo Geisel utilizou-se da imprensa para denunciar escândalos que ocorriam em órgãos do próprio governo, porém no intuito de controlar a chamada linha-dura e grupos de oposição ao projeto de transição levado adiante pelo grupo que estava no poder.

derivados dos acordos conduzidos entre setores das elites políticas brasileiras. No entanto, a imprensa construiu para si mesma uma memória de “voz privilegiada” dessa democratização, reforçando o discurso dos valores envolvidos no processo de normalização política, especialmente de um modelo de democracia que era, na verdade, limitada, e difundindo uma terminologia que moldaria a formação de um consenso em torno do projeto *moderado* de redemocratização.

A liberalização da imprensa, dentro do projeto da redemocratização brasileira, ao mesmo tempo em que ajudou a fortalecer o grupo do poder, em oposição às forças internas dos grupos filiados à chamada linha-dura, foi também um fator importante de rearticulação da sociedade civil. Dois processos distintos teriam efeitos na diminuição do controle direto sobre os meios de comunicação e do próprio apoio ao regime autoritário. O primeiro tem relação com as mudanças na estrutura do mercado midiático e com um maior desenvolvimento tecnológico do setor, que tiveram implicações significativas, mas não intencionais, em afetar o controle desses regimes, ao facilitar o desenvolvimento do pluralismo na expressão política.

Para Gunther e Mughan (2000), contudo, este seria um argumento insuficiente para explicar a liberalização política mais ampla, ao se considerar que, mesmo nas economias de mercado razoavelmente bem desenvolvidas, os jornalistas podem ser censurados e intimidados, sofrendo a ameaça de sanções punitivas. Muitos são os casos de jornalistas demitidos ou perseguidos ao se posicionarem contra os interesses dos proprietários dos veículos e das elites que eles apoiam. É possível considerar que a natureza dos controles utilizados sobre os meios de comunicação, seja ela mais sofisticada e eficiente, no que se refere à questão do mercado, seja mais bruta e, possivelmente, contraproducente, no caso de um regime autoritário, emerge como uma variável interveniente entre esse controle autoritário e a liberalização do mercado, levando ao relaxamento intencional dos controles políticos desses regimes.

Uma segunda consequência possível da liberalização da imprensa, seria sua contribuição para o desenvolvimento de um pluralismo de atitudes e crenças, permitindo alternativas visíveis e opções partidárias para as elites. Ainda para Gunther e Mughan (2000), esse processo tende a abrir espaço para os representantes da oposição

moderada, bem como das forças reformistas internas ao próprio regime, mas é um movimento que se estende para um leque maior de formadores de opinião, fomentando os tipos de pluralismos necessários ao funcionamento dos sistemas democráticos. Para os autores, as divergências podem contribuir para uma quebra do consenso e da colaboração dentro da elite dominante que desestabiliza, ainda mais, o regime autoritário, acelerando o processo de desintegração e ampliando as divergências entre as elites dominantes, podendo levar a um caminho diferente ao inicialmente pretendido – as “consequências inesperadas” do processo de liberalização (GUNTHER e MUGHAN, p. 2000, p. 415).

De acordo com Duarte (1983, p. 183), “*a liberalização da imprensa inscreve-se na própria gênese do processo de abertura política*”, atuando: (1) para dar “*credibilidade*” ao projeto através da nova base de legitimidade que pretende recuperar, apoiada no discurso da democracia; (2) como “*um importante canal de feedback*”, considerando que os demais canais ainda estavam controlados, caracterizando a imprensa como “*a principal caixa de ressonância da sociedade*”; (3) possibilitar ao governo acompanhar os realinhamentos políticos das oposições que começavam a se reapresentar no cenário, avaliando as possibilidades de alianças; (4) para preparar a sociedade frente aos tempos de crise econômica que se anunciavam; e (5) permitir o controle do processo de democratização por parte do governo, na medida em que abria espaço para dissidências e, ao mesmo tempo, controlava as forças contrárias ao processo de abertura política do país. Em relação a este último, a aproximação com a imprensa abriu espaço para a publicação de desvios e corrupção nos órgãos de segurança e na administração pública, frequentes e “invisíveis” aos olhos de uma imprensa censurada, em uma queda de braço com os militares que se opunham à abertura política.

Em sua conferência realizada em 1980, na Escola Superior de Guerra, o general Golbery destacou a proposta que envolveu a liberalização da imprensa na transição:

Não é de admirar-se que o esforço descentralizador, conscientizado, do Governo viesse a assumir o figurino de uma abertura política democratizante, desencadeada justamente através da liberação progressiva dos controles de censura, nem, tampouco, que esse estágio inaugural do processo exigisse, para que não escapasse a qualquer controle, prazo bastante longo e vigilância ativa. É que se impunha conter, desde logo, inevitáveis excessos, balizando-

se limites mais ou menos definidos à permissibilidade. E, por outro lado, ganhar, a despeito de inevitáveis recidivas do poder coercitivo, suficiente grau de credibilidade quanto às intenções próprias e, pois, ao futuro de todo o processo liberalizante.

(SILVA, 1981, p. 5)

Essa relação próxima entre o poder e a imprensa ganhou contornos mais críticos quando do assassinato de Vladimir Herzog, nas dependências do DOI-CODI paulista, em outubro de 1975. Além desse episódio, a proximidade dos proprietários dos veículos com os governantes levou ao expurgo de quatro dos principais editores do país, consequência de uma série de fatores, alguns individuais, mas que englobam a briga do poder de influência entre patrões, proprietários dos veículos e, em grande medida, as vozes das elites por eles representadas, e empregados. Tempos antes da morte de Herzog, Alberto Dines, que, segundo suas próprias memórias, já havia protagonizado alguns confrontos com o regime, como o caso da publicação da instauração do AI-5, em 1968, e a publicação da queda de Salvador Allende, em 1973, no *Jornal do Brasil*, contrariando as ordens da censura, foi demitido da empresa.⁸⁷ Mino Carta, criador e editor da *VEJA*, foi demitido em 1976, em meio uma crise que envolvia a Editora Abril e as negociações de financiamento solicitado ao governo, negado, exatamente, pela presença de Carta na direção da revista. Outro jornalista, Cláudio Abramo, foi afastado da *Folha de S. Paulo*, em 1977, enquanto Jânio de Freitas, que havia conduzido a reforma do *JB*, tornou-se colunista da *Folha*, sem posição de comando (KUCINSKI, 1989, p. 65).

⁸⁷ Segundo Amado (2008), no entanto, este papel “heroico” tem alguns aspectos pouco falados, como, por exemplo, a ordem dada para que se chamassem de “terroristas” aqueles que participavam de ações armadas contra o regime, que teria vindo do próprio Dines, que argumenta ter sido uma ordem “vinda de cima” para que assim procedesse. Na entrevista que Amado fez com Cláudio Mello e Souza (ibid., p. 83), este teria dito que “*Dines foi beneficiário da ditadura*”, adquirindo prestígio e poder em sua carreira a partir daqueles anos. A entrada de Dines no *Jornal do Brasil*, em 1962, teria levado, na verdade, a que o jornal assumisse uma inflexão política mais à direita, com a implantação de uma gestão mais empresarial e de acordo com os interesses patronais (AMADO, 2008, p. 164). Em seus depoimentos, porém, há uma memória predominantemente positiva, de combate, da sua presença no cenário da imprensa naqueles anos da ditadura, como na entrevista realizada com a autora desta tese para o projeto Memória da Imprensa Carioca, do Centro de Tecnologia Educacional da UERJ, em agosto de 2002. Disponível em: <<http://www.tvebrasil.com.br/observatorio/sobre-dines/memoria.htm>>.

Conforme Biroli e Miguel (2012, p. 33),

A especificidade da mídia, dentre outras instituições, pode ser entendida [...] como a capacidade de legitimar determinadas representações da realidade social. Quando consideramos que não existe um discurso hegemônico estável e estruturado de maneira permanente, o trabalho cotidiano dos jornalistas é o de lapidar consensos. Essa lapidação pode corresponder à acomodação dos conflitos entre segmentos (ou classes) sociais diferentes em representações do “bem comum”. Isto é, à sua organização em uma gramática moral comum que neutraliza os conflitos.

Pesquisas sobre os jornais brasileiros atuantes durante aqueles anos apontam que seus discursos voltados para as elites e as classes médias foram capazes de coexistir de maneira relativamente pacífica com a ditadura, ainda que esse apoio não se mostrasse tão evidente aos olhos do público consumidor. Mais ainda, veículos de comunicação foram usados, frequentemente, por esta ou aquela facção da elite militar para conduzirem as lutas internas contra outras facções no próprio governo.

2.2 Imprensa e controle na ditadura militar: relações políticas, legais e econômicas

Mas, para compreender a atuação da imprensa no processo de transição da ditadura brasileira para sua redemocratização, como afirma Ramos (1985), é preciso iniciar a discussão pelo seu papel no momento de ruptura democrática com o golpe. Segundo o autor, “*não se faz um ‘bom’ golpe militar sem se controlar de imediato os mecanismos de acesso direto à chamada ‘opinião pública’*” (ibid., p. 246). Indo mais além, Mattos (2005) argumenta que a compreensão do crescimento dos meios de comunicação nos países do então chamado Terceiro Mundo⁸⁸ passa, necessariamente, pela consideração do desenvolvimento desse processo inserido no contexto nacional em seus aspectos político, social e econômico, incluindo as questões envolvendo do controle e da censura que afetaram, diretamente, seu funcionamento.

⁸⁸ O mundo da Guerra Fria foi dividido entre: o Primeiro Mundo das nações capitalistas desenvolvidas; o Segundo Mundo das nações comunistas e/ou socialistas; e o Terceiro Mundo das nações pobres, em desenvolvimento ou subdesenvolvidas.

Retornando à ideia de que as empresas de comunicação são, também, empresas capitalistas, ao darem legitimidade e sustentação aos governos autoritários e aos seus métodos repressivos, essas empresas participaram do processo de concentração de renda e do modelo econômico. Desta forma, ao papel econômico que cumprem os meios de comunicação, também se mantém um papel político que legitima “*o regime que sustenta o modelo econômico imposto pela burguesia industrial e financeira associada ao capital internacional*” (HERZ, 1985, p. 83). Essa relação insere-se, ao mesmo tempo, na lógica contraditória dos interesses dos empresários de comunicação com o controle da ditadura, que ocorria a partir de três vertentes: pelos instrumentos, formais ou informais, de controle dos meios de comunicação, que envolvem a legislação, as ameaças e as pressões que exercem a ingerência política nos veículos, inclusive em seus conteúdos; pelo controle político e econômico; e pela censura explícita exercida pelo Estado (MATTOS, 2005).

Nos anos seguintes ao golpe de 1964, houve uma concentração ainda maior dos periódicos, até mesmo como um reflexo das relações que os órgãos de comunicação desenvolveram com as elites políticas. O contraponto a essa concentração foi o desaparecimento de vários jornais, alguns tradicionais, como o *Diário Carioca*, o *Correio da Manhã*, *O Jornal* e o *Diário de Notícias*, contraditoriamente, todos eles apoiadores do golpe no primeiro momento.⁸⁹ Também as revistas ilustradas semanais de circulação nacional, como *O Cruzeiro*, *Manchete* e *Fatos e Fotos*, começaram a sofrer uma séria erosão, que se caracterizou pelo deslocamento do eixo de produção das revistas do Rio de Janeiro para São Paulo.

Uma das empresas a perceber o potencial de São Paulo como eixo lucrativo de produção das revistas foi a Editora Abril, que deu uma nova orientação às suas publicações, criando uma revista semanal de informação que fizesse a complementação do informativo diário televisivo, com um resumo e a análise interpretativa dos acontecimentos – em 1968, surge a revista *VEJA*. Dois anos antes, a editora já havia

⁸⁹ Dos 22 jornais diários existentes no Rio de Janeiro na década de 1950, o número caiu para 16, na década seguinte, chegando a 7 nos anos de 1970. Em grande medida, a situação foi consequência da crise do petróleo de 1973, que afetou os preços do papel de jornal, que era cerca de 60% importado. O preço do papel de U\$ 171 a tonelada, em 1971, passou a U\$ 320 no ano de 1974 (ABREU, 2002, p. 17-18).

criado a revista *Realidade*, com uma proposta inovadora, mas que também tangenciou diversos confrontos com os governos militares. Além dessas, a Abril tinha as publicações populares, como a *Capricho*, e as revistas especializadas, como *Quatro Rodas* e *Claudia*, vindo a formar o maior complexo editorial e gráfico da América Latina nos anos 1980.

Os governos militares financiaram a modernização dos meios de comunicação, não apenas a mídia televisiva, apesar de ter sido alvo de maior interesse, dentro de sua proposta de integração nacional, uma estratégia ligada à própria ideologia de segurança nacional. O crescimento econômico que se viu nos anos do chamado *milagre* estimulou, também a modernização da imprensa escrita, com a construção de novas sedes e a compra e importação dos equipamentos feitos com financiamento público. A formação das grandes redes de comunicação exigia investimentos que foram incentivados pelos militares, levando à formação mais incisiva de oligopólios da informação com recursos obtidos junto ao governo (ABREU, 2002).

Principalmente após 1968, com a consolidação das instituições autoritárias no país⁹⁰, as relações da imprensa com o poder político se deram, de maneira mais direta, a partir da censura⁹¹ e, também, da constituição ainda mais forte de um sistema midiático empresarial, principalmente pela mídia televisiva, e da construção de elos políticos com as elites, em verdadeiras redes de influências mútuas.⁹² Esse processo de controle e

⁹⁰ Em 13 de dezembro de 1968, o governo do general-presidente Costa e Silva decretou aquele que pode ser considerado como o mais violento dos atos institucionais do regime até então – o AI-5 -, violento por suspender a garantia do *habeas corpus* em casos de crimes políticos contra a Segurança Nacional, a ordem econômica social e a economia popular, além de, diferente dos demais atos, não ter prazo de vigência. No entanto, essa estrutura já vinha sendo construída desde os primórdios do golpe, através de atos institucionais e outros documentos legais discricionários. A ideia do “golpe dentro do golpe” é mantida por diversos autores, que, mesmo reconhecendo o autoritarismo anterior à decretação do Ato Institucional 5, afirmam ter sido este o fundamento para o “fechamento” definitivo e violento do regime (MUNTEAL, FREIXO e FREITAS, 2008).

⁹¹ As pressões sobre os meios de comunicação para afastarem os jornalistas que contestassem o novo regime iniciaram-se logo após o golpe, através do recém-criado Serviço Nacional de Informações (SNI).

⁹² Cláudio Abramo afirma que houve uma aproximação real entre o regime ditatorial implantado no país e parte da imprensa, ao se considerarem as relações estabelecidas entre as classes dominantes, que incluem os proprietários dos órgãos de comunicação, e o poder. Segundo ele, “[N]ão é o governo que manda censurar um artigo, e sim o próprio dono do jornal. Como havia censura prévia durante o regime militar, para muitos jornalistas ingênuos ficou a impressão de que eles e o patrão tinham o mesmo interesse em combater a censura” (ABRAMO, 1988, p. 118).

cooptação dos meios de comunicação serviria, assim, para que o Estado militar pudesse exercer o próprio controle sobre a sociedade e implantasse o modelo de crescimento econômico profundamente desigual e dependente dos capitais internacionais, aumentando os desníveis econômicos e sociais do país, construindo, para isso, uma opinião pública que desse suporte a esse projeto.

Mattos (2005) considera que os veículos de comunicação, com acentuada ênfase na mídia televisiva, passaram a exercer o papel de difusores do modelo econômico que pregava o crescimento centralizado na rápida industrialização, baseado, também, na tecnologia importada e no capital externo. O Estado tornou-se o investidor direto de diversas empresas públicas, promoveu reformas bancárias, estabeleceu leis específicas, mantendo o controle legal e, com isto, ampliando sua capacidade de influenciar os meios de comunicação por intermédio de uma forte pressão econômica. No caso da imprensa escrita, os incentivos podem ser vistos na ajuda oficial para a importação de equipamentos de impressão de jornais e revistas, nas tarifas postais reduzidas, nos empréstimos e isenções de impostos, através do Grupo Executivo das Indústrias de Papel e Artes Gráficas (GEIPAG), com vinculação ao Ministério da Indústria e Comércio.⁹³

Contudo, isso gerou um sistema de pressões sobre os meios de comunicação na forma do controle da concessão da publicidade oficial, uma das principais fontes de renda dos veículos de comunicação no país. Aqueles veículos que não fossem simpáticos ao governo deixavam de ter as propagandas oficiais publicadas em suas páginas. Em outros casos, o governo induzia anunciantes favoráveis ao governo para que também deixassem de publicar seus anúncios no veículo que lhe fizesse oposição, com pressões sobre o próprio anunciante, caso o assim fizesse, levando a que qualquer campanha oposicionista representasse uma quebra nas finanças dos jornais ou revistas⁹⁴ (MARCONI, 1980). O governo era o maior cliente das empresas jornalísticas, beneficiando inúmeros jornais e revistas, não apenas pelo seu programa de

⁹³ Em termos tecnológicos, um dos resultados desses investimentos, foi a substituição do tradicional sistema de impressão e composição a quente pelo novo sistema em offset, além da importação e instalação de sistemas de composição a frio, com a utilização de computadores.

⁹⁴ Ver, também, Aquino (1999, p. 222).

modernização, mas pela facilitação que essa modernização trouxe na própria impressão, com a introdução de propagandas feitas em quatro cores, atraindo as agências de publicidade, trazendo, com isso, uma maior dependência dos veículos em relação aos governos militares. Além do investimento em si, a permissão para importação de papel e outros materiais para impressão em *offset* foi outro instrumento de controle utilizado pelo Estado.⁹⁵

Em relação aos demais aspectos do controle dos meios de comunicação durante o regime militar brasileiro - o aparato legal e institucional e a censura direta aos veículos, que atingiu, também, ou principalmente, aos jornalistas como atores individuais -, reforçam-se as leituras sobre os valores mais diretos do pensamento democrático e liberal. Por sua vez, especialmente por conta dessa mesma censura, um discurso de independência e de essência democrática é construído pela imprensa, que se situa como tendo um papel protagonista de um embate heroico, de guardião da liberdade democrática. No caso brasileiro, a imprensa, ao tratar do que seria sua luta contra a censura e pela defesa da liberdade de expressão, construiu imagens que, mais que heroicas, são “jocosas”, segundo Kushnir (2004, p. 51), como fica mais evidente na entrevista a revista *VEJA* (19 de março de 1980, edição 602, p. 28), do general Golbery do Couto e Silva, ao afirmar que não havia temor no levantamento da censura ao jornal *O Estado de S. Paulo*, porque não iria “*emergir um jornal de esquerda, nem hostil ao regime*”, pois o veículo permaneceria o mesmo jornal conservador que sempre foi.

A grande imprensa brasileira não apenas apoiou a deposição de João Goulart, como não teve, de início, uma reação de descontentamento com o fechamento que se avizinhava, com exceção do *Última Hora* e *Correio da Manhã* que assumiu uma posição crítica dias depois do golpe (ANDRADE, 1991). No entanto, segundo a maior parte da literatura sobre a atuação da imprensa no país durante esse período, do apoio inicial, ao se virem reféns da censura, os meios de comunicação afastariam-se do regime.

⁹⁵ Em 1973, a crise mundial do petróleo afetou, também, os preços do papel do jornal, causando sérios prejuízos à mídia imprensa e à indústria gráfica no país. A compensação viria no aumento dos anúncios publicitários que seguiam o *boom* econômico brasileiro dos anos do milagre econômico.

Soares (1989) afirma que não houve uma uniformidade no funcionamento da censura durante os anos da ditadura militar brasileira. Na verdade, ela acompanharia os diferentes graus de autoritarismo dos diferentes governos, tendo sido mais atuante no período logo a seguir do golpe, em 1964, com flutuações de acordo com os períodos de maior ou menor influência autoritária no poder. Apesar de ter sido mais efetiva nos anos mais duros que acompanharam o governo Médici, teve um relativo afrouxamento com a ascensão de Geisel, principalmente com o controle da chamada linha-dura, sem que os instrumentos de controle fossem extintos.

O regime militar brasileiro, apesar de censurar a imprensa, além de uma gama de atividades culturais, de maneira a evitar confrontos ao seu projeto ideológico autoritário, não instituiu instrumentos legais diretos de censura.⁹⁶ Diversas leis foram criadas para reger a política de comunicação no país durante os anos da ditadura, muitos desses instrumentos permanecendo até mesmo depois dela, como a Lei de Imprensa, que vigorou até 2009. Mas, ao mesmo tempo em que esses mecanismos discricionários não deixavam explícito o caráter de censura da imprensa em seus textos, a justificativa de assegurar a “liberdade de manifestação do pensamento” era utilizada para afirmar o caráter democrático do novo regime.

Em seu discurso, o regime reprimia a liberdade... em nome da liberdade.⁹⁷ A liberdade não poderia “subverter a ordem”. E a ideia de subversão da ordem passa a servir não apenas para o controle da liberdade de expressão e das atividades culturais que ferissem, exatamente, os “bons costumes”, como também servia como justificativa de concessão ou não de financiamentos públicos aos órgãos de comunicação. A censura da imprensa, conforme Fico (2004, p. 112), insere-se na dimensão saneadora da utopia autoritária, que visava, segundo sua própria concepção, “*curar o organismo social*” pela extirpação do “*câncer do comunismo*”.

⁹⁶ Exerceu, mais efetivamente, o controle, tal qual afirma Costa Lima (2009).

⁹⁷ “*O orador das cidades-Estado acredita identificar-se com Sièyes, através da observação burguesa: ‘A liberdade de imprensa é uma coisa maravilhosa, contanto que as más pessoas não se intrometam’*” (MARX, 2006, p.68).

Ainda que os atos institucionais promulgados não tratassem, especificamente, dos meios de comunicação, criavam uma série de restrições sobre os veículos impressos e as emissoras, que viviam sob o risco de terem suas atividades vistas como “propagandas subversivas”, confrontando o governo. Segundo Pieranti (2011), apesar dos instrumentos normativos não preverem, explicitamente, a possibilidade da censura, a não ser em casos muito específicos, houve um recrudescimento das penas atribuídas aos jornalistas e profissionais de comunicação, aqueles atores individuais que sofreram mais diretamente as ações repressoras. Fico (2004, p. 76) também afirma que o regime negava a existência da censura sobre a imprensa até 1973 e, principalmente após o Ato Institucional nº 5, essa era “*praticada de maneira algo confusa*”.

Já para Kushnir (2004), no entanto, a prática da censura era garantida por um tripé jurídico, baseado em três marcos legais: o decreto nº 20.493, de 1946, portanto, anterior ao regime, que aprovava o Regulamento do Serviço de Censura de Diversões Públicas do Departamento Federal de Segurança Pública⁹⁸, responsável por censurar anúncios, filmes, músicas e outras exposições culturais, mas que não incluía a imprensa; a Lei nº 5.536, de 1968, que dispõe sobre a censura de obras teatrais e cinematográficas, também sem nenhuma menção à censura das atividades da imprensa; e, finalmente, completando o tripé, o decreto-lei nº 1.077, de 1970, que regulamentava o artigo 153 da Emenda Constitucional de 1969, tratando da “*liberdade de manifestação e pensamento*” inserida nas questões da subversão da ordem, atribuindo funções ao Departamento de Polícia Federal para “verificar”, antes mesmo da publicação dos textos, quaisquer manifestações contra a moral e os bons costumes, cuja comprovação levaria à sua proibição e apreensão. Não era censura, era “verificação prévia”.

Em 29 de março de 1971, era publicado um decreto “secreto”⁹⁹ – 165-B – discriminando os dez temas cuja publicação pela imprensa era proibida: a campanha pela revogação dos atos institucionais; manifestações de inconformidade com a censura em diversões e espetáculos públicos, livros, periódicos e em rádio e TV; apreciações

⁹⁸ Que, depois, tornaria-se o Departamento de Polícia Federal.

⁹⁹ O Decreto nº 69.534, de 11 de novembro de 1970, autorizava o governo a editar decretos secretos, que dispunham sobre “*matéria de interesse da Segurança Nacional*”. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-69534-11-novembro-1971-417953-publicacaooriginal-1-pe.html>

que envolvessem contestações ao regime; divulgação de notícias sensacionalistas que viessem a prejudicar a imagem do país no exterior; divulgação de notícias com objetivo de insuflar os meios sindicais e estudantis; divulgação de notícias a respeito da existência da censura¹⁰⁰, salvo a de diversões públicas, assim como de prisões de natureza política; divulgação de notícias a respeito dos assaltos feitos pelos opositores ao regime; divulgação de notícias que viessem a criar tensões de natureza religiosa; divulgação de notícias contra a política econômica do governo; e a divulgação alarmista de movimentos subversivos em outros países, assim como a divulgação de notícias que viessem a indispor o Brasil contra nações amigas (KUSHNIR, 2004, p. 119-120).

Para Fico (2004, p. 89), diferente de Kushnir, esse decreto reservado não teria sido utilizado para regular a censura, mas seria uma “autorização” ao então ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, dada pelo presidente Médici, em resposta à solicitação daquele para que fosse feita a censura à imprensa, telecomunicações e diversões públicas, com base no AI-5, “*com a finalidade específica de impedir (...) campanhas contra atos, censura, contestações ao regime*” e os demais itens listados acima. Assim, o decreto tornava-se, na verdade, um ofício. O autor afirma que, o fato do Decreto-lei nº 1.077 ser voltado para a questão da “moral e dos bons costumes” não caracterizaria que a censura à imprensa tenha sido feita a partir de seus efeitos. Contudo, segundo ele, também a afirmação da ilegalidade da censura à imprensa esbarra na “*globalidade das ações repressivas*”, sendo essa censura, de caráter mais político que comportamental ou moral, apenas mais um instrumento repressivo implantado por intermédio de diretrizes sigilosas, fossem escritas ou não (FICO, 2004, p. 90-91).

A questão da legalidade ou não da censura é dividida em dois campos de análise. Por um lado, autores como Caparelli (1985), Smith¹⁰¹ (2000), Aquino (1999), consideram que a censura era ilegal, por não haver um documento claro que a definisse. Por outro lado, considerando o que estava disposto no Decreto-lei nº 1.077/70, mesmo que não explicitada claramente em seus termos, Marconi (1980), Kushnir (2004),

¹⁰⁰ A divulgação da censura era, também ela, censurada.

¹⁰¹ Em seu estudo, Anne-Marie Smith constatou, dentre outros, dois aspectos principais: o primeiro, que havia uma política de Estado em relação à censura e, o segundo, que houve, no caso da censura à imprensa, a colaboração dos patrões com o poder, que a aceitaram.

Kucinski (1998) e Mattos (2005) afirmam que a censura prévia, ainda que o regime militar não se anunciasse como seu executor, estava legalizada pelos diversos mecanismos legais correlatos. Segundo ainda Kushnir, os governos militares criaram jurisprudências que davam caráter legal às violações dos direitos civis e políticos. O fato de não constar a censura nos diversos instrumentos legais publicizados naquele período, encontra sua contraprova no decreto secreto, apresentado acima, que dava as direções a serem tomadas pelos censores.

Outra face de uma censura não explicitada, a autocensura foi, segundo Kucinski (1998, p. 51), um acerto entre jornalistas e os donos dos meios de comunicação, que *“determinou o padrão de informação durante quinze anos de regime autoritário, sendo os demais métodos, inclusive a censura prévia, acessórios e instrumentais à implantação da autocensura”*. A autocensura consiste, para o autor, em uma contradição insolúvel - *“ou se conspira ou se denuncia a conspiração”*:

A autocensura é mais danosa do que a censura exógena exercida pelo Estado, porque implica o envolvimento da vítima da repressão na proposta repressiva. O jornalista que se autocensura é a primeira e principal vítima da autocensura. A censura exógena do Estado impede o exercício da liberdade, sem necessariamente afetar sua dignidade de ser humano e sua personalidade de homem livre. Já a autocensura atinge diretamente a integridade do ser, porque ele aceita a restrição à sua liberdade e se torna, ao mesmo tempo, agente e objeto da repressão.

(KUCINSKI, 1998, p. 68)

Para o autor, até o AI-5, não havia a autocensura generalizada, pelo contrário, os jornalistas tinham um posicionamento mais crítico e criativo, com maior grau de autonomia em relação aos proprietários dos veículos de comunicação. No entanto, com o acirramento das lutas entre o governo e as organizações clandestinas, essa autonomia tornou-se inviável e surgiram os dois padrões de controle, já mencionados, de censura prévia e outros mecanismos de controle, inclusive, econômicos, e do pacto da autocensura feito com os donos da mídia. No período de maior repressão no país, e ainda no início da distensão, de 1972 a 1975, instaurou-se o sistema informal dos bilhetes e telefonemas dados por autoridades sem nome e sem recibo, que atingiam, mais diretamente, aos jornalistas que aos proprietários.

A lógica da autocensura tem um componente econômico, considerando que a censura prévia e os confiscos habituais de edições produzidas causavam prejuízos às empresas. Já o mecanismo da autocensura evitava a necessidade de modificar os conteúdos em tempo curto, o que costumava inviabilizar sua produção e venda das edições, encarecendo os custos. Era um modelo que atendia aos proprietários dos veículos por não afetar o modo de produção da grande imprensa. As empresas tinham, em seus quadros, jornalistas de confiança para manter os contatos com o Estado e este, por sua vez, eximia-se de assumir a responsabilidade de admitir que exercesse a censura, em um pacto não-escrito que passou a definir o padrão de controle da informação para o público (KUCINSCI, 1998).¹⁰²

De acordo com Pieranti (2011, p. 138), policiais e censores eram “*colegas de trabalho*”, reforçando o perfil policial da atividade da censura. Os responsáveis pela censura da imprensa foram absorvidos pelo Serviço de Informação do Gabinete (SIGAB), vinculado ao Ministério da Justiça, órgão não mencionado nos organogramas da administração federal. Kushnir (2004, p. 123) afirma que o órgão teria “*uma origem que muito se assemelha a da OBAN*”, a famosa Operação Bandeirantes¹⁰³, pelo seu caráter clandestino, sem embasamento dos instrumentos normativos. E não apenas o SIGAB, mas o próprio Departamento de Polícia Federal exercia atividades de censura. Outro braço de controle autoritário do regime era o Serviço Nacional de Informações, que, desde sua criação, analisava as publicações com o intuito de detectar temas

¹⁰² Como exemplo desse “pacto de responsabilidade”, o Jornal do Brasil, em uma circular interna do diretor do jornal José Sette Câmara para Alberto Dines, então seu editor-chefe, envia “*Instruções para o controle de qualidade e problemas políticos*”, no intuito de se definir um “*controle de qualidade*”, mas que não se trataria de “autocensura”, já que não haveria instrumentos normativos governamentais de censura, que proibissem a publicação de determinados assuntos. Haveria, na teoria, “*plena liberdade de expressão*”, mas que se expressava, “na prática”, pelo exercício da liberdade “pautado pelo bom senso e pela prudência” (KUSHNIR, 2004, p. 48-49). O controle assumia as formas de uma “racionalização”, inserida na criação de mecanismos organizacionais supostamente neutros. Como diz Barthes (2009), o mito naturaliza os valores burgueses e a racionalização administrativa é um dos grandes mitos da dominação burguesa.

¹⁰³ Em 2 de julho de 1969, foi criada a Operação Bandeirantes – OBAN, em São Paulo, então visto como principal centro de oposição ao governo ditatorial, financiada por empresas multinacionais, como a General Motors, Ford, Grupo Ultra e outras empresas. Sua composição era mista e participavam agentes das três forças armadas, do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), da Polícia Federal, da Polícia Civil, da Força Pública e da Guarda Civil. Sediada na Rua Tutóia, no bairro da Vila Mariana, a Operação Bandeirantes (Oban) serviu de modelo organizacional aos Centros de Operações de Defesa Interna e os Destacamentos de Operações de Informações (DOI-CODIs), criados em 1970, no mesmo âmbito de buscar a centralização da perseguição aos movimentos da esquerda armada.

polêmicos que viessem a atentar contra a ordem do regime.¹⁰⁴ Essa relação entre policiais e censores traduz um caráter que desmistifica, em parte, o papel heroico atribuído à imprensa e a seus jornalistas. Oficiosamente, também, jornalistas atuaram em parceria com os censores e os órgãos de repressão dentro das redações.¹⁰⁵ Em outros momentos da história do país, jornalistas e escritores foram absorvidos nas atividades de censura.¹⁰⁶

Do outro lado dessa estrutura camuflada de censura, o regime militar estimulava, e mesmo obrigava, a divulgação de propagandas favoráveis às suas ações. Nesse ponto, em particular, ganha destaque o papel da Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República (AERP), criada em janeiro de 1968, com a intenção de melhorar a imagem do então presidente Costa e Silva diante a opinião pública. Entendida como parte do projeto repressivo pelos críticos da ditadura, no entanto, para a chamada linha-dura, era vista como supérflua e tola, que deveria ser substituída por uma contrapropaganda ideológica, no perfil de uma guerra psicológica (FICO, 2004). Em 1976, seria o presidente Ernesto Geisel que criaria uma nova Assessoria de Relações Públicas – ARP, subordinada à Assessoria de Imprensa, com a missão de “*coordenar e orientar a política de comunicação social do governo*” (ABREU, 2004).

Nessa relação da imprensa com a censura governamental, apesar do que se afirma sobre os alertas dados pelos veículos de que estavam tratando de algum tema proibido, Soares (1989) destaca que a censura aos temas que envolviam a política econômica, incluindo as greves e as manifestações dos trabalhadores, era pouco enfatizada. Aquilo que classificou como a censura ao conteúdo que envolvesse a “proteção do Estado” – atividades repressivas, atividades da oposição, problemas políticos internos, como foi o caso dos processos sucessórios dos presidentes, problemas

¹⁰⁴ O Serviço Nacional de Informações (SNI) foi criado pela Lei nº 4.341, em 13 de junho de 1964, com status de ministério e tendo Golbery do Couto e Silva como seu primeiro chefe.

¹⁰⁵ Caso já conhecido da *Folha da Tarde*, de São Paulo. Documentos recentemente liberados para consulta no Arquivo do Estado de São Paulo apresentam o jornalista José Ramos como assíduo frequentador do DOPS e, segundo relatos, ele também participaria de prisões. Além disto, era comum a divulgação de mortes de prisioneiros pelo jornal antes mesmo delas terem ocorrido, como se fossem fugas, e o empréstimo de veículos para transporte de presos.

¹⁰⁶ Um desses exemplos foi Vinicius de Moraes, que trabalhou como censor no Ministério da Educação e Saúde no governo Getúlio Vargas, em 1936. Foi, também, representante do Itamaraty na Comissão de Censura Cinematográfica.

sociais e problemas econômicos – foi a que ocupou maior espaço no catálogo das proibições até 1978.

Porém, apesar dessas variações, de acordo com Aquino (1999), a censura política à imprensa foi constante durante todo o período do regime militar, ainda que sua efetiva institucionalização viesse a ocorrer entre os anos de 1968, quando da instituição do Ato Institucional nº 5, e 1978, quando se aboliu a censura prévia nos três últimos jornais nos quais ainda atuava – *Tribuna da Imprensa*, *Movimento* e *O São Paulo*. Esse período, por sua vez, divide-se em duas fases distintas: entre 1968 e 1972, quando a censura atinge a todos os periódicos e ocorre sua estruturação legal e profissional e o procedimento restringe-se aos telefonemas e bilhetes enviados às redações; e de 1972 a 1978, quando há a institucionalização da censura prévia aos veículos que oferecem resistência e uma radicalização das ações e o início do processo de *liberalização* da imprensa (AQUINO, 1999, p. 212). Esse último marco tem aspectos fundamentais nas transformações pretendidas pelo regime militar, para a normalização democrática do país de maneira controlada. Um dos eventos importantes, nesse sentido, foi o início da discussão sobre a sucessão de Médici, em 1972, cuja escolha recaiu sobre Ernesto Geisel, sem muita aceitação dentro da chamada linha-dura.

Já na divisão de Kucinski (1998, p. 56-67), a informação foi controlada em quatro fases, sem uma lógica aparente e que oscilava entre ações de baixa intensidade e picos de virulência. A primeira delas, que foi do golpe até o AI-5, caracterizava-se pela existência de uma autonomia jornalística, como já mencionado anteriormente, sem autocensura e com episódios isolados de censura prévia. A segunda fase coincide com os chamados *anos de chumbo*, de 1968 a 1972, caracterizado, mais incisivamente, pela instituição da censura prévia e de mecanismos de controle e pressão mais efetivos, econômicos e políticos. O terceiro período, de 1972 a 1975, sistematiza a autocensura e a censura prévia, aproximando os veículos da grande imprensa ao regime, apesar de algumas análises afirmarem que a censura levou ao afastamento entre ambos, diante do “*caráter essencialmente antiliberal da burguesia proprietária dos jornais, por sua afinidade com os objetivos gerais da repressão, ainda que não endossando explicitamente todos os seus métodos, e por interesses mercantis*” (KUCINSKI, 1998, p. 61). A quarta e última fase corresponde ao período de distensão controlada do padrão

de abertura, de 1975 a 1978, em que a imprensa se transforma em “*principal mecanismo de articulação política durante o governo Geisel*” (ibid., p. 64).

2.2.1 A censura na VEJA

A relação da revista *VEJA* com a censura, da mesma forma que nos demais veículos, acompanhou as determinações dos órgãos responsáveis pelo controle da imprensa. Até 1970, as páginas da revista retratavam a censura incidindo, especialmente, sobre as produções artísticas, que se voltavam para o aspecto da moral e dos costumes. A partir do Decreto 1.077, publicado naquele ano, a *VEJA* adotaria uma postura contrária à censura, substituindo sua aparente neutralidade, como a que utilizava ao tratar da censura nas produções artísticas, para uma crítica mais incisiva, muitas vezes, usando do recurso da ironia, como no caso da história do monge Falcus, personagem criado por Mino Carta inspirado no então Ministro da Justiça Armando Falcão, cercado por “diabinhos”, ou as árvores-símbolo da Editora Abril. No entanto, segundo Casadei (2011), dentro de sua ambiguidade já explicitada entre a defesa de princípios democráticos, porém nos limites restritos dos interesses do controle social, criticava a suposta liberalidade de algumas produções no campo cultural.

Conforme Marconi (1980, p. 84-89), a censura sobre a revista *VEJA* sintetiza o mecanismo de censura imposta à imprensa brasileira naqueles anos, ao “*nasce[r] sem censura, pass[ar] a ser obrigada a acatar os famigerados bilhetinhos contendo as proibições, est[ar] sob censura prévia algumas vezes, e só se viu livre dela com a saída compulsória do seus diretor e fundador Mino Carta*”. A revista, segundo o autor, esteve sob censura prévia durante 119 edições, tendo 10.352 linhas cortadas, 60 matérias totalmente proibidas, assim como 44 fotografias e 20 desenhos e *charges*. Por sua vez, Gazzotti (2001) afirma que a qualidade do material jornalísticos da revista não permitiu que se chegasse até seus leitores o que, efetivamente, ocorria na sociedade, caracterizando uma censura que demonstrava sua eficácia tanto nos momentos de resistência, como nos de conformismo da revista.

Já nas análises de Abreu (1996), a censura que se abateu sobre a *VEJA* teria tido duas fases distintas: (1) de 1968 a 1973, o período mais intenso da repressão, em que

ocorreu de uma forma menos rigorosa da que era imposta aos demais veículos de imprensa da época; e (2) de 1974 a 1976, durante o governo Geisel e, justamente, no período em que a liberalização da imprensa se iniciava, quando passou a ter até mesmo um censor que lia todas suas edições antes do envio para publicação. A partir dessa divisão, Gazzotti (1998) sintetizou o funcionamento da censura sobre a revista em períodos alternados de uma (1) “censura branda”, caracterizada pelos comunicados e telefonemas dos censores sobre os assuntos que não deveriam ser informados em suas páginas, que teria ocorrido do início da revista, em 1968, até dezembro de 1971, voltando a atuar dessa forma de outubro de 1972 a fevereiro de 1973 e em abril de 1974; e (2) da “censura prévia”, onde os materiais eram analisados antes de sua publicação e que correspondeu aos períodos de janeiro a setembro de 1972, março de 1973 a março de 1974, especialmente sobre a sucessão presidencial, e de maio de 1974 a maio de 1976, portanto, por dois anos ininterruptos. Em junho de 1976, como visto, a censura deixa de existir na *VEJA*.

José Roberto Guzzo, editora da revista a partir da saída de Mino Carta, em 1976, em entrevista para Almeida (2009, p. 91), afirma que a censura tinha o objetivo principal “*de não deixar sair coisas que incomodassem ou governo ou que iria prejudicar o projeto deles*”. E em relação a *VEJA*, na época dos telefonemas e dos famosos bilhetinhos, a revista teve que ceder em vários momentos. Caso viesse a ser publicado algo em desacordo, as consequências iriam para a empresa e não para os jornalistas.

Durante todo o período em que a revista esteve sob censura, internamente, coube a Edgard de Silvo Faria, seu diretor-responsável e genro de Giordano Rossi, sócio minoritário da Editora Abril e amigo de Victor Civita, proteger os interesses da empresa, evitando que publicações com conteúdos censurados ou com essa possibilidade, pudessem acarretar a apreensão das edições. Ele não era bem visto por muitos dentro da *VEJA* e se caracterizaria pela figura do mediador, o que levava a que tivesse contatos com muitos que faziam parte da repressão. Mas, segundo ele, essa não era uma aproximação fraternal e sim por “dever de ofício (ALMEIDA, 2009, p. 90).

A censura prévia viria um pouco antes de Geisel assumir o governo, mas permaneceria mesmo com a liberalização. O estopim foi com a informação, na edição 283, de 6 de fevereiro de 1974, sobre a indicação de D. Hélder Câmara, a quem havia sido proibido ser citado na imprensa, para o prêmio Nobel da Paz daquele ano.¹⁰⁷ A consequência da publicação da pequena nota na seção *Datas* foi a presença de um censor – Richard de Bloch – nas instalações da revista. O processo era arriscado para a empresa, já que o censor recebia os exemplares aos domingos, examinava-os e liberava ou não seu conteúdo na segunda-feira, podendo se perder toda uma edição por conta disso, causando um grande prejuízo financeiro. Para minimizar esses efeitos, o diretor editorial recomendou que houvesse um cuidado maior na publicação de assuntos proibidos. Foi o período dos anjinhos e diabinhos, invenção de Mino Carta, que eram publicados nos espaços censurados.

Quando veio a liberalização da imprensa, ainda no início do processo de distensão, a ação do governo fora saudada pela revista, especialmente diante dessas dificuldades. Elio Gaspari, que foi jornalista da *VEJA* e também próximo ao Golbery do Couto e Silva¹⁰⁸, afirmou, em seu livro, que o general quis retirar os censores da revista, mas não teve como, pois o presidente havia se aborrecido com o conteúdo de uma reportagem que fizeram sobre a censura (GASPARI, 2004, p. 35).

A censura permaneceu na revista com a proibição ainda de alguns temas, logo após a posse de Ernesto Geisel. Mas, a *VEJA*, sob o comando de Mino Carta, continuou a publicar matérias que provocaram a irritação de militares (ALMEIDA, 2009). Logo após a publicação de uma charge de Millôr Fernandes, na edição 296, de 8 de maio daquele ano, a censura prévia voltou a ser exercida na revista, que seria analisada em Brasília, o que caracterizava o risco ainda maior de prejuízos. Essa charge mostrava um homem preso a ferros em uma cela e uma voz, fora da porta, dizendo “Nada consta”, em

¹⁰⁷ D. Helder Câmara foi indicado 4 vezes para o Prêmio Nobel da Paz, sendo que a política exterior brasileira fez várias campanhas no exterior para que não fosse agraciado com o prêmio. Um dos fundadores da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e um dos que contribuíram para a formação da Teologia da Libertação na América Latina, D. Helder foi uma das figuras públicas mais perseguidas pela ditadura militar brasileira, por denunciar as torturas e a violência que ocorriam no país.

¹⁰⁸ Em seu livro, Sylvio Frota (2006, p. 500) afirmou que Gaspari recebia “incondicional apoio” de Golbery

alusão à própria frase de Armando Falcão: “nada a declarar”. No alto da página, vinha, em letras menores, a frase: “Millor e os canais competentes”.

No final de janeiro de 1975, foi comunicada a possibilidade de suspensão da censura, dentro do quadro de liberalização da distensão. Mas, em grande parte, devido aos conflitos com as presenças de Mino Carta e Millôr Fernandes, isso não aconteceu. Cerca de cinco meses depois da saída de Mino Carta, em 3 de junho de 1976, a censura foi retirada da *VEJA*, definitivamente. Este feito foi comemorado na edição 405, de 9 de junho, na seção Carta ao Leitor, onde afirmava que:

(...) ao longo desse processo, obviamente, *Veja* sofreu todo o tipo de prejuízos, alguns deles devastadores. (...) nos últimos tempos, o leitor se acostumou a ver o anúncio com a árvore de 11 folhas da Editora Abril – única e silenciosa forma de *Veja* expressar o que lhe ocorria. A partir de agora, e enquanto *Veja* estiver sem censura prévia, as árvores ficarão de fora.

2.3 *VEJA* em seu papel como elite simbólica

Uma das características apontadas no caso do sistema de comunicação do Brasil é a concentração da propriedade dos meios de comunicação, que vem acompanhada de duas características que definem seu perfil: a presença de grupos familiares e a vinculação com as elites políticas, sejam elas locais ou regionais (LIMA, 2012). Martins e Luca (2012) argumentam que os impressos são parte intrínseca da formação do Brasil, cujos personagens, algumas vezes, são exatamente os mesmos ou, em outras, são bastante próximos, diante das intervenções políticas que são decididas dentro das redações dos jornais em muitos dos momentos importantes da história nacional.

O período posterior de redemocratização do país consolidou o modelo de concentração horizontal – oligopolização dentro de uma mesma área do setor de comunicações, como acontece com a televisão -, mas, também, a concentração vertical, em que as diferentes etapas da cadeia de produção e distribuição são integradas, e, principalmente, o monopólio em cruz, em que um mesmo grupo é proprietário de diferentes mídias, abrangendo várias regiões. Na percepção deste alcance, a questão da concentração da propriedade de mídia envolve, além da dimensão econômica, os efeitos

que tem na construção de significação da realidade, distante de ser um canal neutro da informação. Nesse sentido, situar a trajetória da revista *VEJA* envolve recuperar a história da Editora Abril e os caminhos percorridos pela revista durante a ditadura no quadro das elites, buscando os elos estabelecidos entre os diversos projetos políticos do novo quadro democrático e o lugar da imprensa como espaço de conflitos.

A constituição da Editora Abril no Brasil está associada a imagem de sucesso pessoal de Victor Civita. No entanto, segundo Rabelo (1966, p. 24), a Abril teria surgido como o impulso dos interesses dos Estados Unidos em expandirem sua influência na América Latina, constituindo-se no “*maior grupo estrangeiro a operar no Brasil*”.¹⁰⁹ Seu livro, escrito em 1966, não dá conta do surgimento da revista *VEJA* no panorama das revistas de informação do país, mas acentua alguns dos aspectos que envolveram o lançamento da *Realidade*, naquele mesmo ano, e o crescimento da editora Abril em pouco tempo, que é importante resgatar para compreender esses elos e o discurso que foi a base do pensamento liberal que definiu o perfil da *VEJA*.

Victor Civita era um judeu ítalo-americano, nascido em Nova Iorque, que havia trabalhado no grupo *Time-Life* e que veio para o Brasil em 1949. Seu irmão, César Civita, havia fundado, na Argentina, onde já se encontrava há alguns anos, uma Editora Abril, tendo uma árvore como símbolo, onde lançou a revista em quadrinhos *El Pato Donald*. Victor trouxe a ideia para o país e, em 12 de julho de 1950, lançava o primeiro número de *O Pato Donald*, com padrão internacional e com um investimento inicial de US\$ 500 mil de recursos próprios, mais empréstimos obtidos no país e a sociedade dos grupos Smith de Vasconcelos e Gordiano Rossi.¹¹⁰ Rabelo (1966), no entanto, afirma

¹⁰⁹ Genival Rabelo era jornalista e publicou uma série de artigos, a partir de 1966, na *Tribuna da Imprensa*, sobre a presença do capital estrangeiro, principalmente norte-americano, na imprensa brasileira, que foi reunindo na obra aqui citada, reforçando as denúncias feitas pelo então deputado João Calmon na CPI *GLOBO-Times-Life*. Isto também foi tratado na obra de Daniel Herz (1987), que aborda essa CPI.

¹¹⁰ Informações retiradas do próprio site da Editora Abril. O Grupo Abril, atualmente, é reconhecido como uma holding da família Civita – Abrilpar -, reunindo diversas outras empresas, inclusive, tendo como parceiros e sócios a Time Warner, Walt Disney, Vivendi Universal, Viacom, News Corporations, Betelsmann e, ainda, como sócia, o grupo sulafriano Naspers Limited. Disponível em <http://grupoabril.com.br>. Acesso em 2 de março de 2014. Cabral (2012) fornece outros elementos para essa história. Por conta da Constituição de 1946, em seu artigo 160, que vedava aos estrangeiros a propriedade de empresas jornalísticas, Victor Civita se associou a brasileiros e compraram as ações de quatro amigos de seu irmão César Civita, que tinham aberto e registrado a Editora Abril na Junta

que a criação da Abril teria tido um investimento direto do grupo *Time-Life*, lembrando ainda que o próprio Civita era um ex-funcionário desta empresa, dentro de uma estratégia mais ampla dos Estados Unidos de penetrar no mercado brasileiro, que incluía as publicações das revistas *Seleções* e *Visão*.¹¹¹ Outra peculiaridade envolvendo a Editora foi o fato de que, até Victor Civita adquirir cidadania brasileira, as publicações da Abril eram assinadas pelo seu sócio Gordiano Rossi, isso por um período de dez anos, o que era proibido pela legislação brasileira.

Roberto Civita, filho mais velho do dono da Editora Abril, havia se formado em Economia e Jornalismo na Universidade de Pensilvânia e voltara ao Brasil, ajudando seu pai na empresa da família. Tal qual seu pai, atuara no grupo *Time-Life*, como *trainee*, trazendo sua experiência para o país. Ao voltar, em 1958, assumiu a direção de publicidade da revista *Quatro Rodas*, que seu pai havia lançado nos mesmos moldes de sua congênere italiana, posteriormente, assumindo o lançamento e a direção da revista *Realidade*. Ao mesmo tempo, trazia o projeto de uma revista semanal de informação, algo ainda novo no país.

O projeto dessa nova revista, conhecido por “Projeto Falcão”, foi elaborado por Raymond Cohen e levou quase um ano para ser efetivado. Uma das preocupações foi com o corpo de profissionais a ser selecionado. O jornalista italiano Mino Carta foi convidado para ser o diretor de redação. Seu irmão, Luis Carta, havia sido diretor editorial da Abril e tinha indicado Mino para dirigir a *Quatro Rodas*, onde ficou de

Comercial de São Paulo, em 1947. Três meses depois do lançamento da revista *O Pato Donald*, Victor Civita abriu uma gráfica naquela Junta Comercial, já que o referido artigo da Constituição não tratava sobre as gráficas, começando a construir seu império editorial no Brasil.

¹¹¹A revista *Visão* teria importante papel na cobertura econômica e política no período da ditadura, principalmente, voltada para um público composto das elites econômicas do país. Fundada, inicialmente, no Rio de Janeiro, em 1957, pela *Vision Inc.*, transferiu-se para São Paulo. Foi comprada, em 1972, por Said Farah, que veio a ser o ministro da Comunicação Social do governo João Baptista de Figueiredo. Dois anos depois, a revista passou às mãos do empresário Henry Maksoud, um dos principais divulgadores do pensamento liberal de Frederick August von Hayek e dono de um complexo diversificado de empresas privadas que iam da engenharia de projetos, a HIDROSERVICE, a empresas do setor agrícola, grande parte delas atuando em contratos junto ao setor público, até hotéis de luxo. A *Visão* era a segunda revista semanal em circulação no país e evocava, assumidamente, o papel de porta-voz do pensamento liberal, com o intuito de atingir o empresariado, mas também os economistas e tomadores de decisão do governo.

1960 a 1964, quando foi para o grupo *Estado*. Em janeiro de 1968, Mino Carta voltou para a editora para participar do lançamento da nova revista.

A história de aceitação de Mino Carta para participar dessa nova empreitada aparece envolvida em conflitos, inclusive de memórias. Segundo o próprio Carta, essa aceitação estava condicionada ao fato de que teria autonomia absoluta na direção editorial da revista, onde qualquer objeção dos donos da editora somente seria válida depois da mesma estar nas bancas. No entanto, para Roberto Civita, a situação era outra. Mino Carta poderia ter independência para fazer a revista, mas não para determinar sua linha editorial, que era aquela definida pela Editora Abril e por seus proprietários. Em entrevista a Almeida (2009, p. 26), Civita afirmava que:

Eu não vejo nenhuma revista dessa casa, muito menos Veja, como sendo independente de mim. Não faz sentido. Não é por ser dono, é por me considerar editor. Obviamente, cabe ao diretor de redação, hoje inclusive, fazer a revista no dia-a-dia. [...] Portanto, nesse sentido, o diretor de redação tem autonomia. Mas **temos de concordar sobre as grandes linhas**. Se não concordarmos, não tem jogo. **Você não pode ter a editora achando que a livre iniciativa é a solução para o País e ter uma redação que acredita que o ideal é acabar com o lucro ou a iniciativa privada. Isso tem de estar alinhado**. Então, Mino tem razão quando diz que tinha independência. Mas não tinha autonomia. Dentro das linhas estabelecidas por mim e por meu pai, sim.¹¹²

Mino Carta e Roberto Civita visitaram as principais redações de revistas semanais de informações na Europa e nos Estados Unidos, onde aproveitaram para firmar contratos com a *Newsweek*, *Paris-Match*, *Epoca* e a alemã *Der Spiegel*, para aproveitamento do material editorial dessas revistas. Além disso, buscando o aprimoramento de seu corpo profissional, antes mesmo do lançamento da revista *VEJA*, organizaram um Curso Abril de Jornalismo, orientado por José Salomão David Amorim, professor da Universidade de Brasília, que deu o curso em São Paulo. Era um curso voltado para os não-jornalistas, mas também atraiu jornalistas formados, chegando a ter 1.800 inscrições e sendo selecionados cerca de 100 profissionais para um curso de três meses, que tinha, como monitores, jornalistas experientes como Sérgio

¹¹² Grifo da autora desta tese.

Pompeu e seu irmão Renato Pompeu, Tão Gomes Pinto, Ulysses Alves de Sousa, Carlos Souliê do Amaral e Roberto Muggiatti, mais o apoio de Luiz Gonzaga Beluzzo, João Manoel Cardoso de Mello, Fernando Sandoval e Armando Salém (ALMEIDA, 2009, p. 27-28).

Desses 100 participantes do curso, permaneceram 50, que se dividiram entre a redação da revista, na própria São Paulo, e em suas sucursais, no Departamento de Documentação – DEDOC e em outras redações. Além desse grupo mais inexperiente, a *VEJA* passou a ter outros já com carreira consolidada, como Geraldo Mayrink, que se tornou editor de Cultura da revista. Também Dorrit Harazim, jornalista que trazia, em sua bagagem, a experiência de ter sido pesquisadora no *L'Express*, e dois importantes jornalistas – Paulo Henrique Amorim e José Roberto Guzzo, que viria a assumir a direção editorial da revista com a saída de Mino Carta, futuramente, entre outros importantes nomes da imprensa nacional.¹¹³

Até seu lançamento, foram produzidos 13 números zeros da revista e o título, objeto de controvérsias entre Mino Carta, Roberto Civita e seu pai, Victor Civita, foi registrado como *VEJA* acompanhada da palavra *Leia*, que saiu em um tipo bem pequeno. A decisão das duas palavras juntas ocorreu, na verdade, por uma questão judicial, já que não poderia ser registrada o título pretendido sozinho (SOUZA, 1988). Foram realizadas duas festas de lançamento da revista, precedidas por uma das maiores campanhas publicitárias da imprensa do país. A primeira delas, em 7 de setembro de 1968, na sede da Abril, onde foram convidados autoridades, personalidades e os donos das grandes agências de publicidade do eixo Rio-São Paulo, que foram embora com o primeiro exemplar da revista e sua “certidão de nascimento”. O segundo lançamento foi feito no dia seguinte, em uma casa de espetáculos, com cerca de 600 convidados.

Em sua campanha publicitária de lançamento, foram utilizados os espaços das emissoras de televisão, com transmissão das imagens da produção da revista e do trabalho de seus repórteres e diversos depoimentos de personalidades do país, mostrando a importância da leitura e da informação, algo trazido pela nova revista. A

¹¹³ Todo este processo está relatado no primeiro número da revista, na *Carta do Editor* assinada por Victor Civita. Edição 1, 11 de setembro de 1968, p. 20-21.

ideia era de que o novo veículo trazia as informações mais recentes do mundo, que não poderiam ser deixadas de lado pelo público, além de se caracterizar como importante elemento de integração nacional e mesmo com o mundo. O único senão da campanha era que se apresentava uma revista com características de uma revista semanal ilustrada e não semanal de informação, a que, na verdade, se propunha ser. Diferente da ilustrada, que tem seu peso nas imagens, como o próprio nome diz, a proposta da *VEJA* era o texto, a informação, algo novo na imprensa nacional.

Diante de um público reticente e decepcionado, da tiragem do primeiro número em 700 mil¹¹⁴, caiu para 500 mil, 300 mil, 150 mil, chegando a 100 mil exemplares em sua quinta edição, e não vendendo mais que 16 mil exemplares durante cerca de 20 edições (ALMEIDA, 2009, p. 39). A revista ficou em péssima situação financeira, operando no vermelho, mas, ainda assim, com um prejuízo cerca de seis vezes maior que o investimento inicial feito, Roberto Civita e seu pai resolveram mantê-la, com a cobertura dos lucros de suas outras publicações. Durante os dois primeiros anos, as perdas estimadas chegaram a US\$ 6 milhões. Somente em 1972, quando começou a ser implementada a venda por assinaturas, que a revista foi se recuperando, chegando ao número de 100 mil assinantes quatro anos depois, quando se estabilizaria.

Uma das maneiras de sustentar a publicação e cobrir os prejuízos foi a incorporação de encartes semanais sobre a história da conquista da Lua pelo homem, de uma seção de investimentos e outra, com uma entrevista semanal, as “Páginas Amarelas”. De acordo com Souza (1988, p 95),

Roberto [Roberto Civita] sugeriu que para a Entrevista e o Cadernos de Investimentos fosse usado um papel diferente do miolo, de cor bege ou ocre. Havia, no entanto, a disponibilidade de um papel amarelado. Quando o estoque acabou, as “amarelas” já eram consagradas e manteve-se a ideia da cor, embora numa tonalidade mais forte e aplicada sobre o papel normal da revista.

¹¹⁴ A capa do primeiro número trazia a foice e o martelo, símbolos do comunismo, sobre um fundo vermelho, com a chama “O Grande Duelo no Mundo Comunista”, que tratava da invasão da Tchecoslováquia, que acontecera em agosto de 1968. Victor Civita não gostou da capa, pois “*poderia parecer que estávamos fazendo propaganda dos comunistas*” (“Os 20 anos de *Veja*”, O Estado de S.Paulo, 10 de setembro de 1988).

Ambas seções assumiram uma posição privilegiada na revista. As entrevistas publicadas logo nas primeiras páginas traziam vozes, aparentemente neutras e de competência, ou de oposição, como as entrevistas com Yasser Arafat e Farid Sawan, para discutir determinados temas que interessavam à revista, buscando legitimar situações a que eram favoráveis ou explicitar aquilo que deveria ser criticado. E, no caso da seção de *Investimentos*, buscava-se apresentar o mundo dos negócios como algo promissor para o país, estimulando a aplicação de ações e publicando balancetes e informações de empresas nacionais e internacionais que atuavam no país. Nesse ponto, especificamente, ressalta-se que o favorecimento da ditadura militar às grandes empresas não era exposto nas páginas da *VEJA*, exceto quando contrariava os interesses da própria editora (RAUTENBERG, 2011).

Na perspectiva apontada por Wolfsfeld (2011) e por Hallin (1989), da simbiose entre jornalistas e líderes políticos, em que o uso de fontes oficiais torna-se conveniente para os jornalistas, a revista apresentava muitos de seus temas em proximidade com pontos de vista do regime militar. Apesar do fato de haver censura, recomendações quanto ao uso de termos e mesmo pressões diversas, a *VEJA* trazia informações e posicionamentos em que a volta às instituições democráticas era essencial, porém, era preciso o controle das forças de esquerda, qualificadas como “terroristas” em suas páginas, em um discurso semelhante ao oficial. Essa posição conciliatória com a ditadura tinha evidência na própria questão da censura, em seus reflexos econômicos, mas, também pelo o fato de que muitas de suas fontes vinham do próprio grupo de poder. Porém, mesmo durante o processo de redemocratização, não se encontram críticas substanciais à ditadura, em um acordo para uma transição moderada. Permaneciam as críticas aos aspectos econômicos do regime, a crise, o aumento da inflação e do desemprego. Contudo, essa democracia apregoada pela revista ainda não abria espaços para todas as demandas dos movimentos sociais.

No citado editorial de comemoração dos dez anos do lançamento da revista, escrito por Victor Civita, em 1978, reafirmavam-se os princípios nos quais se fundara a publicação, ficando evidente qual o projeto de democracia defendido pelo veículo e por seus proprietários:

O Brasil necessita de mais, não menos, investimentos vindos do exterior”. (...) não admitimos a entrada do Estado nos quais a livre iniciativa pode desincumbir-se sozinha, suprindo-se, quando necessário, num mercado de capitais aberto, amplo e vigoroso.

E, para concluir:

Para começar, queremos afirmar que nos consideramos liberais. (...) E ser liberal, para nós, é querer o progresso com ordem, a mudança pela evolução, a manutenção da liberdade e da iniciativa individuais como pedra angular do funcionamento da sociedade. (...) Por isso nos opomos às greves gerais ou de solidariedade, de inevitáveis prejuízos à nação. (...) E justamente por considerarmos inseparáveis a ordem e a liberdade é que estaremos permanentemente contra a agitação, o desrespeito à propriedade pública e privada, e à baderna.

(Edição 523, de 13 de setembro de 1978, p. 18-19)

Nos avanços e recuos da atuação dos empresários no processo de transição para a redemocratização, justamente a existência de outra frente, a participação dos novos movimentos sociais, seria responsável pelo retrocesso do ímpeto democratizante do conjunto da burguesia brasileira, principalmente pelo do medo do empresariado diante das greves dos trabalhadores de 1978, 1979 e 1980 e o fortalecimento do novo sindicalismo.¹¹⁵ E somente quase ao final do governo Figueiredo, em 14 de dezembro de 1983, que seria sancionada a Lei nº 7.170, abolindo a interferência da LSN no que se referia à imprensa.¹¹⁶

Isso ficará ainda mais evidente quando a redemocratização do país se consolidar, de fato, no caminho da moderação e do acordo entre as elites que iniciaram o projeto, na defesa que a revista fez da candidatura de Tancredo Neves e no apoio à eleição de Fernando Collor de Mello. Neste último, especialmente, a *VEJA* investiu em seu projeto político, acompanhando, também, a implantação, segundo Silva (2009, p. 29-30), de “*elaboração de um ‘projeto nacional’, contribuindo par a organização de certos*

¹¹⁵ Cf: NEGRO, Antonio Luigi. Depois daquele limo: os termos dos divórcios entre revolução e sindicalismo operário (1964-1978). In: Oswaldo Munteal Filho, Adriano de Freixo e Jacqueline Ventapane Freitas (orgs.). “**Tempo negro, temperatura sufocante**”: estado e sociedade do Brasil do AI-5. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. Loyola, 2008.

¹¹⁶ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17170.htm

segmentos de classes dominantes e apontando num rumo nacional, a partir de parâmetros por ela definidos como modernos, ou seja, neoliberais”.

Dentro desse caminho, os donos da Editora Abril participam do movimento que se constitui na defesa de um projeto neoliberal que se consolidou a partir dos anos 1990, colocando sua publicação como mediadora do “novo pacto nacional”, organizando o debate e propondo soluções, em nome “das elites” que “tem influência”, em uma relação da “elite da elite” que incluía os nomes de José Serra, César Maia, Mario Covas, Delfim Netto, Fernando Henrique Cardoso, Lula, Roberto Campos, Antônio Ermínio de Moraes, Mario Henrique Simonsen, Ozires Silva (SILVA, 2009, p. 38-40). E um dos eixos do programa defendido foi a expansão das privatizações e a diminuição da estatização, em um confronto que vinha desde os anos do início da transição de Geisel.

CAPÍTULO 3

IMPrensa E POLÍTICA EXTERNA: RELAÇÕES DO GOVERNO BRASILEIRO COM ANGOLA E COM A QUESTÃO PALESTINA NAS PÁGINAS DE VEJA

A necessidade de manter o suporte econômico da ditadura, abalado pelas crises internacionais dos anos das décadas de 1970 e 1980, aparecia como aspecto fundamental para que a transição política seguisse os rumos ditados pelo grupo do poder. Diante disso, as políticas exteriores do *Pragmatismo Responsável* e da *Diplomacia do Universalismo*, nos governos Ernesto Geisel e João Figueiredo, respectivamente, buscaram estabelecer novas relações com o mundo, de maneira a minimizar os efeitos dessas crises, surgindo, também, como uma das faces das inúmeras disputas entre setores das elites brasileiras que envolveram os projetos externos e internos do regime que iniciava seu processo de redemocratização. Desta forma, neste capítulo, portanto, serão buscados os elementos para analisar essas disputas de projetos para o país, com um enquadramento dos eventos mais críticos da política exterior dos dois governos e de seus contextos, a partir de uma proposta mais descritiva da forma como eram tratados nas páginas da revista VEJA.

O campo de atuação do *Pragmatismo Responsável* e da *Diplomacia do Universalismo* foi um dos aspectos das controvérsias que se estabeleceram durante o período da transição que podem ser percebidas nos discursos que se apresentavam na imprensa. Como mencionado anteriormente, nos períodos das transições, amplia-se a “*incerteza política*”, diante da instabilidade decorrente da divisão que ocorre entre os grupos que participam do processo. Nesse modelo de mudança política que se pretende controlado, as controvérsias surgem até mesmo entre as diversas elites, na luta por uma nova hegemonia, mas sem que abram espaços para demandas populares. Recuperando Sponholz (2010), a controvérsia é instrumento de condução do conflito por parte da

mídia. Nesse sentido, na aproximação com Robinson (2002), essa relação dos consensos e dissensos entre as elites em relação às políticas externas possibilita avaliar o grau de *certeza política* do governo.

Conforme afirma Vizentini (1998), as decisões da política externa são defendidas por alguns setores hegemônicos do bloco de poder que dá suporte ao governo, mas não o seu conjunto, onde é possível que grupos de interesses consigam influir em determinadas áreas do processo decisório. Assim, persiste uma *relação dialética* entre as políticas externa e interna, que identifica que “*nem sempre existe uma afinidade formal absoluta*” nas decisões da política exterior de um país (ibid., p. 15).¹¹⁷ E, nesse contexto, a VEJA, mais do que assumir o papel de um *espaço autônomo* de expressão de demandas, atuava como *ator* na defesa de interesses nem sempre coadunados com os do governo, mas também não aproximados com os movimentos sociais mais combativos, partilhando valores com setores das elites e se inserindo nas disputas sobre o projeto de país que se pretendia com o fim da ditadura.

O ambiente doméstico, longe de ser monocromático, é formado por diferentes forças sociais, políticas e econômicas, que incluem os grupos compostos por indivíduos que participam do processo político e têm a capacidade de interferir, diretamente, no processo decisório, e por aqueles que, apesar de também terem a capacidade de influir nas políticas públicas voltadas para as questões externas, não têm esse acesso direto aos mecanismos para fazerem valer seus interesses.

É difícil imaginar que qualquer política externa, tendo em conta o complexo das pressões e influências que agem sobre ela, possa ser considerada apenas como o simples braço de uma determinada classe dominante, ainda que se identifique como tal. Até mesmo que se considere o fato de que a política externa, como a maioria dos outros aspectos do governo, seja normalmente manipulada por uma elite internacionalmente móvel e sofisticada de dirigentes, cujas percepções e julgamentos serão cruciais para os seus

¹¹⁷ Para Ribeiro (2006), a política externa é o resultado de um processo “*que envolve interesses divergentes, confrontos e negociações entre várias instâncias instituídas ou arenas e entre os atores que delas fazem ou procuram fazer parte*”, devendo ser considerada uma política pública, que compõe um conjunto de ações do Estado que envolve a mobilização de outros atores da sociedade civil. Vizentini (1998, p. 15) afirma que é preciso compreender a política exterior como a “*orientação governamental de determinado Estado a propósito de determinados governos e/ou Estados, ou ainda regiões, situações e estruturas, em conjunturas específicas*”, sendo parte de um sistema mundial.

resultados, não significa que a política externa irá refletir os interesses de uma única classe social.¹¹⁸

(HILL, 2003, p. 240)

Na concepção de Duroselle (2000, p. 57), a política interna dos Estados é um dos principais elementos de compreensão da política exterior, já que “*não há nenhum ato de política externa que não tenha um aspecto da política interna*”. Desta forma, é possível compreender que o alcance e a realização dos objetivos da política externa de cada Estado estejam vinculados aos interesses dos diversos grupos que dela procuram fazer parte no contexto interno. Segundo Milza (2003, p. 373), o problema de identidade que envolve esses grupos “*vincula-se [ao] dos modelos externos que, em alguns países, esta ou aquela facção da classe política e da opinião pública podem reivindicar*”.

Dentre os enfoques teóricos da relação interno/externo, as análises de Putnam (2010), a partir da teoria do jogo de dois níveis, aproximam-se do que envolve ao principal questionamento desta tese, no sentido de se preocupar com o fato de que, mais do que uma relação de influência das questões internas nas políticas exteriores, e seu inverso, o importante é determinar como essa interação se dá, quais as forças que compõem o cenário do jogo e os níveis de influência que se pretende.

A política doméstica e as relações internacionais estão sempre entrelaçadas de alguma forma e as nossas teorias ainda não desvendaram esse quebra-cabeça. É infrutífero debater se a política doméstica realmente determina as relações internacionais ou se é o inverso. A resposta para essa questão é clara: “Algumas vezes uma influencia a outra”. As perguntas interessantes são: “quando influencia?” e “como influencia?”.

(PUTNAM, 2010, p. 147)

Ao se pensar nessa perspectiva, um dos mecanismos pelos quais se encaminham as duas perguntas é o papel da imprensa como condutora de uma opinião pública, ou das muitas opiniões, que se constitui naquilo que Merle (1981) afirma ser um dos fatores extra-institucionais que intervêm na elaboração da política exterior, assim como na própria elaboração das políticas públicas do campo doméstico. A imprensa pode ser

¹¹⁸ Tradução livre da autora.

associada àquilo que Duroselle (2000) designou de *forças profundas* - o conjunto de forças sociais, políticas, econômicas e culturais, que buscam exercer algum tipo de pressão sobre os “homens de Estado” - que tanto pode influenciar quanto pressionar os governos na adoção e nos rumos das políticas externas definidas para os países, assumindo seu papel de *ator político*.¹¹⁹ Por outro lado, a imprensa surge, também, como o meio pelo qual se apresentam os debates entre grupos diversos no campo doméstico, constituindo-se ela mesma em um espaço de conflitos e de interesses próprios das elites. Entrelaçam-se, nesse sentido, os dois perfis da imprensa: como o *espaço* e como *ator político*, membro das elites, cujos valores são compartilhados, que buscam influenciar os processos decisórios do país na defesa dos interesses dos grupos dos quais fazem parte.

Segundo Abreu (2003), o jornalismo internacional foi uma alternativa para que os veículos de comunicação escapassem da censura imposta à imprensa durante a ditadura militar no Brasil. Da mesma maneira que o noticiário econômico ganhara espaço por conta dos problemas da censura com os assuntos da política, o noticiário internacional, em tese, estaria sofrendo uma censura menor e sendo permitido até mesmo a publicação de temas aparentemente conflitantes com o momento político autoritário no país. Indo na mesma direção, Natali (2004) afirma que os jornais cobriam temas internacionais sem muitas limitações da censura, exceto aquelas de uma própria autocensura, com notícias que, paradoxalmente, iam das ações espetaculares dos guerrilheiros Tupamaros à vitória do socialista Salvador Allende e o futuro golpe que o derrubou, além das denúncias feitas pela Anistia Internacional ou pela Comissão de Direitos Humanos da OEA contra o governo do general Augusto Pinochet, entre diversos outros assuntos impensáveis em termos de política nacional.¹²⁰ No entanto, ao

¹¹⁹ Cf. FRANCO, Geisa Cunha. *Opinião Pública e Política Externa na abertura democrática*. Brasília, Juruá Editora, 2009. Ainda que não tenha tido um efeito direto nas decisões sobre o encaminhamento das relações com Angola, a imprensa, junto com os militares da chamada linha-dura, exerceu uma forte pressão na direção do embaixador Ovídio de Andrade Melo, que acabou sendo transferido da Representação Especial - e futura embaixada - de Luanda. Em entrevista dada à autora, em julho de 2011, o embaixador ressaltou o impacto das críticas feitas nos grandes jornais e revistas sobre o reconhecimento da independência angolana como sendo responsável pela mudança das intenções de Azeredo da Silveira e Ítalo Zappa em mantê-lo no cargo.

¹²⁰ O trabalho de Almeida (2009) dá conta de um percentual de 16% de material censurado na *VEJA* sobre essa temática.

analisarmos as reportagens que tratavam de decisões políticas tomadas pelo governo brasileiro em relação ao exterior e não notícias internacionais *stricto sensu*, percebemos que houve até mesmo um tom mais crítico durante o período em que a censura mais rígida perdurava na revista.

Algumas vezes, o noticiário internacional tinha estreita relação com as questões econômicas do país, principalmente, nas temáticas que envolveram os problemas energéticos e os conflitos entre o empresariado nacional e os interesses externos. Em 1975, a questão sobre os chamados contratos de risco entre a PETROBRAS e empresas estrangeiras viria a ganhar vulto nas páginas da imprensa e refletiu os debates entre os grupos de oposição ao regime e o governo. Debate esse que apareceu nas páginas da *VEJA* com a presença dos ministros da Indústria e Comércio, Severo Gomes, e das Relações Exteriores, Azeredo da Silveira. Os debates, então, misturaram-se entre os aspectos econômicos e aqueles ideológicos, em críticas diretas a membros do governo e às suas medidas, que iriam em sentido contrário aos ideais que levaram ao golpe de 1964.

Para Kucinski (1998), teria sido com o aumento da desordem da economia mundial, principalmente, com o fim da convertibilidade do padrão Bretton Woods do dólar em ouro, em 1971, e, posteriormente, com a crise dos preços do petróleo, em 1973, que o jornalismo econômico seria levado ao centro da cobertura da imprensa, deslocando o noticiário político e levando à essa imbricação com as questões internacionais. Amplamente difundido pela imprensa norte-americana, o jornalismo econômico criaria um novo léxico a ser utilizado em todo mundo, com o surgimento de palavras como “petrodólares”, disseminando, também, o medo de que a crise viesse a destruir o sistema capitalista, em um conflito pela prevalência dos valores capitalistas diante da emergência de novas forças, especialmente, no chamado Terceiro Mundo (KUCINSKI, 1998).

Na verdade, misturavam-se as questões das decisões de políticas externas com os questionamentos ao processo político interno e ao modelo econômico estatizante, mais que os aspectos ideológicos que sustentaram a ascensão dos militares ao poder no país. Na perspectiva apontada por esta tese, identificou-se uma divisão entre *notícias*

internacionais, propriamente ditas, e *notícias sobre as decisões da política exterior*, que envolviam questões da política interna e questões econômicas, mas que não se desconectavam da primeira temática apresentada.

O governo Geisel se iniciou em meio à crise mundial do aumento do preço do petróleo¹²¹, com uma desaceleração no crescimento do país, a retomada do processo inflacionário e o aumento do endividamento externo, que se tornaram temas fundamentais no quadro político nacional. Toda essa crise serviria para acirrar descontentamentos com a política econômica, mas também com a situação autoritária de repressão e controle. E levou a que os veículos de comunicação passassem de um noticiário econômico de caráter mais técnico e financeiro, para um perfil de discussão de uma política econômica *stricto sensu*, assumindo, também, a defesa de valores liberais de maneira mais explícita, principalmente considerando os aspectos da estatização que eram reforçados pelo governo de então.

Até o início do governo Geisel, houve uma importante colaboração empresarial no âmbito do processo decisório da política econômica, em seus aspectos formais e informais, ainda que esses últimos sejam mais difíceis de se detectar, já que são relações menos públicas e em torno de demandas específicas. A partir desse quadro, no entanto, os empresários, principalmente, do setor da indústria de base, passaram a se manifestar na imprensa sobre a condução da política econômica e o processo de distensão política, interessados em assumir um papel mais ativo nas decisões de assuntos diretamente ligados aos seus interesses (REZENDE, 2001).

Se, para o regime, em inícios de 1974, a ideia de democracia aparecia vinculada às preocupações com a forma de condução da economia do país e com as eleições que ocorreriam naquele ano, para os empresários, a primeira seria a que geraria os

¹²¹ “O embargo assinalou uma nova era para o petróleo mundial. Assim como a guerra fora importante demais para ser deixada a cargo dos generais, também o petróleo era agora um problema claramente importante demais para ser resolvido pelos empresários do petróleo. O petróleo havia se tornado um assunto de competência de presidentes e primeiro-ministros, de ministros de relações exteriores, finanças e energia, de congressistas e parlamentares, de legisladores e czares, de ativistas e autoridades, e, em particular, de Henry Kissinger, que, conforme admitiu orgulhosamente, até 1973 não entendia nada de petróleo e muito pouco sobre economia internacional” (YERGIN, 2010, p. 694).

questionamentos sobre as dificuldades de participação nos mecanismos decisórios. As eleições daquele ano reiteravam o discurso de que o regime tinha o propósito de consolidar uma democracia, possibilitando abertura para discussões “construtivas” e desqualificando quaisquer manifestações fora dos parâmetros assim definidos. No entanto, os resultados desfavoráveis ao governo, com a votação expressiva da oposição representada pelo MDB, criaram dificuldades para o projeto de distensão que se iniciava.

Recuperando Avritzer (1995) e Boron (1994), destacamos que a permanência de uma cultura autoritária se fazia presente no meio empresarial, concomitantemente às reivindicações de uma normalização democrática institucional. Segundo a citação do general Augusto Fragoso, um dos principais responsáveis pela conformação da ideia da lei de segurança nacional, publicada por Pereira (2010, p. 124), o AI-5 teria representado a

Democracia que concili[ava] a segurança do Estado – ou melhor dizendo, a segurança nacional – com a segurança dos direitos humanos; democracia consciente, não irresponsável; democracia militante, não omissa; democracia participante, não imobilista; democracia ordenada, não caótica; democracia vívida, não suicida; democracia, enfim, que impedindo o arbítrio e distinguindo bem a legítima oposição política da contestação ideológica subversiva...

Desta forma, o conflito entre as elites, especialmente empresariais, e os dirigentes do regime militar durante o governo Geisel, não pode ser definido apenas pela ampliação e aprofundamento do processo de redemocratização. As campanhas empreendidas na *VEJA*, mesmo por aqueles setores mais avançados dessa elite, tinham o objetivo principal de restabelecer os laços corporativos rompidos e construir novas redes de presença direta dentro do próprio aparelho do Estado, levando a um efeito de se apoiar o estabelecimento de uma posição politicamente moderada, dentro do projeto inicial de uma transição controlada (CODATO, 1997).

Os eventos internos e externos que aconteceram nos dois últimos governos militares da transição levaram a que os grupos se apresentassem de maneira mais definida, transpondo suas demandas para além do círculo fechado do poder e travando

uma luta por sua afirmação pública, o que se deu através dos questionamentos feitos na imprensa. As decisões das políticas exteriores entrariam no quadro dos acordos entre esses governos e o atendimento às demandas das elites empresariais do país, defendendo uma política econômica liberal e pendendo para a associação com os interesses dos Estados Unidos, temendo o reforço do centralismo do Executivo diante das medidas tomadas no campo exterior.

Dois desses episódios foram acompanhados de intensas divergências internas entre as elites nacionais, estabelecendo, ainda, elos com o movimento da redemocratização do país, e tiveram importantes repercussões nos veículos de comunicação: (1) o voto brasileiro na ONU condenando o sionismo como uma forma de racismo, um conflito que iniciou-se no governo Geisel, em 1975, com o voto na Assembleia Geral das Nações Unidas, mas que permaneceu durante o governo Figueiredo, quando foi cogitada a abertura de um escritório político para a OLP em Brasília; e (2) o reconhecimento da independência de Angola sob o governo do MPLA, também em novembro de 1975, que teve importantes reflexos nas relações do Brasil com o continente africano nos anos seguintes.

Durante a década de 1970, a agenda do desenvolvimento responderia à emergência e à politização das reivindicações desse Terceiro Mundo, com a predominância do Estado na condução do desenvolvimento dos países que dele faziam parte. Os anos da década seguinte, por sua vez, tiveram que lidar, ainda, com um contexto de crise, acrescido da absorção das novas demandas dos países que saíram do seus antigos status colonial. Mas, além disso, as crises energéticas daqueles anos e o fim do padrão monetário de Bretton Woods levaram a que países como o Brasil tivessem que reorganizar suas estratégias de participação no sistema mundial.¹²² Contudo, a própria ideologia desenvolvimentista tinha duas correntes diferentes, que poderiam ser

¹²² A desintegração do sistema monetário de Bretton Woods, em 1971, é vista, também, como aspecto fundamental da crise econômica mundial da década de 1970. Impulsionado pelos Estados Unidos, ao tomarem a decisão de acabar com a paridade fixa entre o ouro e o dólar, além de dar impulso à livre movimentação de capitais, o fim do regime monetário, aliado aos dois choques do petróleo, em 1973 e 1979, agravaram a situação internacional e acabou por minar as bases do Welfare State nos países mais desenvolvidos e a “estagflação” naqueles em desenvolvimento ou subdesenvolvidos (VADELL, 2005, p. 180-181).

identificadas como: (1) a que via o desenvolvimento associado às relações políticas, econômicas e geopolíticas com os Estados Unidos; e (2) a que reforçava a ideia de um desenvolvimento autônomo, baseado nas forças da nação, que procura estabelecer uma autonomia política dentro do sistema internacional e a formação de um forte núcleo econômico internamente (CERVO, 2003, p. 13).

Essa dicotomia, por seu turno, encontrava sua ressonância no contexto da própria imprensa. Analisando a opinião pública brasileira sobre a política externa do país a partir da década de 1960, Manzur (2000, p. 86-92) afirma que poderiam ser identificados 4 linhas principais que caracterizariam essa relação: (1) a liberal-associacionista, favorável à manutenção das relações privilegiadas com os Estados Unidos, sendo a opção pelo liberalismo econômico, patrocinado por aquele país, o modelo de inserção brasileira na economia mundial; (2) a liberal-nacionalista, pró-ocidental, rejeitando o comunismo, mas não defendendo a associação incondicional aos Estados Unidos, pregando um papel mais proeminente para o Brasil no cenário internacional, como líder dos países subdesenvolvidos, tendo um liberalismo que não rejeitava completamente a intervenção estatal reguladora na economia; (3) a universal-independentista, que não considerava a ameaça comunista como algo relevante e pregava a ampliação das relações internacionais do Brasil, defendendo o fortalecimento da democracia e a independência brasileira diante das duas superpotências da Guerra Fria, fortalecendo, ainda, o movimento terceiro-mundista e o caráter nacionalista da economia; e (4) a radical-nacionalista, que preferia as relações privilegiadas com os países do bloco socialista ao aprofundamento da dependência em relação aos Estados Unidos e aos organismo internacionais, criticando, veementemente, a remessa de lucros para o exterior.

A *VEJA*, apesar de poder ser enquadrada na linha liberal-associacionista, em seu apoio às políticas estadunidenses, rejeitando a intervenção estatal na economia e pregando a livre iniciativa como o projeto mais adequado para o novo país democrático, também apontava para um alinhamento ao posicionamento interno político dos militares, especialmente, no controle dos conflitos sociais contrários ao projeto de redemocratização pelo alto, e pela defesa da proeminência do Brasil no cenário internacional, dentro da linha liberal-nacionalista. No entanto, apesar de reconhecer esse

protagonismo brasileiro no quadro dos países em desenvolvimento, a revista foi extremamente crítica no que se referia ao alinhamento diplomático com as questões do chamado Terceiro Mundo, principalmente, no quadro das relações com a África e com o Oriente Médio.

3.1 VEJA e as políticas do *Pragmatismo Responsável* e da *Diplomacia do Universalismo*

No *imbrólio* energético que foi se construindo nos primeiros anos da transição, as decisões sobre o acordo nuclear com a República Federal Alemã, a construção da Hidrelétrica de Itaipu, a aproximação com os países do Oriente Médio, membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo – OPEP e com os países da África fornecedores petróleo, surgiram com a necessidade de novos parceiros que pudessem viabilizar o desenvolvimento do país, mesmo diante da grave crise que aumentou, enormemente, a dívida externa brasileira. Modificou-se a estrutura produtiva, novas frentes de exportação precisavam ser abertas e novas prioridades econômicas foram definidas, aumentando, com isto, também, a necessidade de capitais, tecnologia e alto consumo de energia.

Diante do novo quadro, as percepções geopolíticas do governo Ernesto Geisel já não tinham tanto o aspecto ideológico como parâmetro para as relações dentro do sistema internacional. Agora, o econômico tornara-se o elemento prioritário, sendo essencial a busca de novos mercados e de suprimento de petróleo.¹²³ Com o nome de *Pragmatismo Ecumênico e Responsável*, essa nova linha da política externa brasileira surgia como a continuidade e a consolidação do projeto de *País Grande* que se constituía no pensamento estratégico brasileiro desde os anos 1950, mas que havia se afirmado, principalmente, durante o governo anterior de Médici (1969-1974).¹²⁴ Mais

¹²³ Entre 1975 e 1979, o petróleo representou cerca de 70% de todas as importações brasileiras (SARAIVA, 1996, p. 145)

¹²⁴ Segundo Milza (2003, p.380), “a busca do consenso pela política externa, visando a integrar as massas e a transcender ideologias antagônicas e as lutas partidárias, pode inclinar os estadistas e os grupos dirigentes a propor ao país “um grande projeto” mobilizador cujo objetivo principal é

ainda, foi a afirmação da multilateralização e mundialização da política exterior do país, que teve sua continuidade no governo seguinte de Figueiredo, desenvolvendo uma diplomacia de largo alcance (VIZENTINI, 1998).

Essas necessidades eram de conhecimento não apenas dos formuladores da política exterior brasileira, mas de seus críticos, que faziam dois movimentos distintos de desqualificação: tiravam qualquer novidade da nova diretriz da política externa, no caso do *pragmatismo*, remetendo às ações dos governos anteriores do regime, e reafirmavam que eram políticas sem resultados expressivos para os interesses nacionais. A *VEJA*, na sua edição de 11 de setembro de 1974, publicava:

Embora só tenha sido formulada com exatidão depois da posse do presidente Ernesto Geisel, em março, a diplomacia pragmática que **agora começa a viver os primeiros momentos embriagantes de sua colheita de sucessos** pode exibir um **razoável número de anos de prática velada**. Talvez não tenha sido apenas em nome de seus postulados, ainda não desenvolvidos, mas certamente foi pela necessidade de melhorar o relacionamento com o mundo árabe que, ainda na **primeira metade do governo Emilio Garrastazu Médici**, o chanceler Mario Gibson Barboza iniciou suas manobras de aproximação com as jovens nações africanas. Ele não voltou sequer com uma bagagem aceitável de acordos comerciais da viagem que empreendeu em 1972 àquele continente, mas **lançou as primeiras pontes que mais tarde** permitiram ao diretor financeiro da Petrobras, o atual ministro da Minas e Energia Shigeaki Ueki, negociar a compra de petróleo em condições mais vantajosas. Evidentemente, não bastou ao Brasil enviar o chanceler em visita de boa vontade aos países africanos, pois a tradicional solidariedade brasileira à política colonialista [...] erguia entre a Petrobrás e os ricos poços do Oriente Médio barreiras que então pareciam intransponíveis.¹²⁵

(*VEJA*, edição 314, p. 38-40)

É importante lembrar que os passos mais polêmicos da política externa do *pragmatismo* ainda não tinham sido dados e a censura era vigente no país - e na revista, quando da publicação do trecho acima citado. A *VEJA* centrava seus ataques, especialmente, na figura do chanceler de Geisel, Antônio Francisco Azeredo da Silveira, e às suas decisões, que confrontavam o alinhamento tradicional da diplomacia brasileira, fazendo críticas diretamente para uma política pública do governo ditatorial,

construir a unidade da nação ou preservar a nação, diante do jogo dissolvente de forças centrífugas”.

¹²⁵ Grifo da autora desta tese.

apesar do chanceler ser muito próximo do Secretário de Estado Henry Kissinger. Nesse sentido, é importante recuperar as relações conflituosas entre o Itamaraty e alguns dos demais representantes dos governos, já que as ações da política externa envolviam, principalmente, além do próprio MRE, os ministérios do Planejamento, da Indústria e Comércio e de Minas e Energia e os interesses do empresariado nacional em suas ligações internas e externas.

Demarcando os conflitos com aquela política delineada pelo Itamaraty, mas mantendo suas controvérsias nos limites em que não atingiam o regime militar como um todo, a *VEJA* publicou, já sem a censura, um balanço dos anos do governo Ernesto Geisel reforçando a “ousadia” do governante no campo da política exterior, em dois papéis, na realidade, opostos: o da *coragem em inovar* e o de *dirigente centralizador das decisões*, este como objeto de muitos dos conflitos entre o governo Geisel e as elites que buscavam o espaço no centro das decisões políticas e econômicas do país.¹²⁶ Com o próprio título demarcando essa ênfase - “A coragem de ousar” -, afirma que o presidente “*comandou em todas as frentes a **controvertida** diplomacia do pragmatismo*”¹²⁷, ou seja, reforçava a personalidade dita autoritária e, ao mesmo tempo, firme de Geisel¹²⁸, e dizia ainda:

Se não fosse presidente, o general Ernesto Geisel provavelmente não recusaria ser ministro das Relações Exteriores. E, na verdade, ele não esteve longe disto. Pois, desde Getúlio Vargas nos primeiros anos da década de 40, nenhum outro chefe de Governo no Brasil, sobretudo depois de 1964, marcou de modo **tão pessoal** a direção da política externa do país – e, raras vezes como nos últimos cinco anos, **essa política inovou tanto e tantas controvérsias produziu**. Da mais criticada de suas decisões (o reconhecimento do governo comunista de Agostinho Neto em Angola em novembro de 1975) à mais espetacular delas (a denúncia do acordo militar com os Estados Unidos em março de 1977), o **presidente e seu chanceler Antônio Francisco Azeredo da Silveira agiram como se fossem uma pessoa só** – outra raridade, que faz lembrar Getúlio Vargas e seu chanceler Oswaldo Aranha.

¹²⁶ A edição 479, de 9 de novembro de 1977, publica uma extensa reportagem sobre o posicionamento do empresariado nacional frente ao governo, especialmente, o questionamento à estatização e o afastamento dos empresários dos centros decisórios do país. Nessa mesma reportagem, são evidenciadas as posições desse mesmo empresariado frente ao processo de redemocratização do país, incluindo os aspectos da pluripartidarização e da anistia.

¹²⁷ Grifo da autora desta tese.

¹²⁸ Em oposição a Azeredo da Silveira, constantemente criticado nas páginas da revista.

Não há hoje no Itamaraty, quem não reconheça que apenas um presidente com a determinação e a autoridade de Geisel poderia levar adiante um tipo de diplomacia – o “pragmatismo responsável”, como a batizou Silveira [...]. Da mesma forma, afirma-se no Itamaraty, que **só um presidente como Geisel teria condições de resistir às enxurradas de protestos contra a permanência de Silveira no ministério** depois do caso angolano e do voto anti-sionista na ONU, também em fins de 1975¹²⁹.

(Edição 549, 14 de setembro de 1979, p. 57-60)

No ano seguinte ao dessa reportagem, já na gestão de Saraiva Guerreiro no MRE, a revista voltava a se posicionar denotando o conflito que havia entre o governo e os grupos das elites econômicas do país em relação ao alinhamento mais próximo do Terceiro Mundo, considerando o chanceler Azeredo da Silveira como o “responsável” pelas formulações da política do *pragmatismo*, segundo alguns representantes desses grupos.¹³⁰ Para a *VEJA*, em outra reportagem sobre a diplomacia brasileira, com o título “*Princípios à parte. No corpo-a-corpo mundial, o Brasil dá seus lances ao preço de antigos alinhamentos*”, tratando sobre a posição do país diante da invasão da embaixada americana em Teerã, o *Pragmatismo Responsável* passava ao largo da coerência ideológica e da tradição do país, caracterizando um quadro de “incerteza política”:

Que política externa é essa? É a política de hoje. A era da diplomacia de contrastes fortes, onde aliados e adversários eram coisas distintas e as posições dos países eram tomadas dentro de uma coerência geral, ficou definitivamente para trás. [...]

O brasilianista americano Stanley Hilton vê [na barganha que Vargas fez durante a Segunda Guerra] um antecedente inequívoco da política externa que a partir de 1974 o Brasil seguiria massivamente sob o nome de “pragmatismo responsável”. Uma diplomacia sinuosa, oportunista, contraditória, mas incapaz sequer de provocar embaraço a seus formuladores e executores. Não há motivos para vexame quando todos em redor se comportam pelos mesmos padrões – adaptado às circunstâncias tropicais do Brasil, “pragmatismo responsável” nada mais é que o equivalente caboclo da *détente* americano-soviética, das reaproximações sino-americano e sino-japonesa, ou da *öspolitk* da Alemanha Ocidental. A crise do petróleo instalada a partir de 1973 acabou por derrubar de vez as aparências que ainda se procurava manter. Começou a era diplomática do *salve-se quem puder* universal. No Brasil, ela recebeu o nome de “pragmatismo”, a quem seu idealizador, o então chanceler Antônio Azeredo da **Silveira, acrescentou o**

¹²⁹ Grifo da autora desta tese.

¹³⁰ Como mencionado, a revista procurava sempre afirmar que, apesar do papel centralizador e da *unidade em uma só pessoa* de Geisel e Silveira nos assuntos da política externa do país, o chanceler era o mentor intelectual de seus rumos.

adjetivo “responsável”, para amenizar o odor de oportunismo que espalhava.¹³¹

(Edição 593, 16 de janeiro de 1980, p. 22-27)

Os resultados dessa política seriam tão inexpressivos, segundo a *VEJA*, que a própria receptividade dos representantes africanos e de outros países do Terceiro Mundo ao discurso de abertura de Azeredo da Silveira da XXXI Assembleia Geral da ONU, em 1976, daria a dimensão da sua superficialidade:

Uma pequena fila de delegados de países subdesenvolvidos, na maioria latino-americanos, chegou a se formar para os cumprimentos de praxe ao chanceler brasileiro Antônio Azeredo da Silveira, ao final de seu discurso [...]. Os africanos não se levantaram, apenas acompanharam os aplausos em homenagem ao representante do Brasil, país com a honra do primeiro discurso nas reuniões anuais da ONU desde sua fundação, em 1948. Mas, ao contrário do ano passado, quando recebeu entusiasmados elogios, Silveira fez, desta vez, um pronunciamento mais genérico, com sugestões para mudar a atual estrutura econômica mundial, desinteressante para os países em desenvolvimento. [...] Mantendo seus contatos nesse tom amistosamente comercial, Silveira pode ignorar a insatisfação de alguns países do Terceiro Mundo com o conteúdo do seu discurso. A representação da Argélia, por exemplo, embora concordando com o ponto de vista econômico do Brasil, lamentou a falta de tomada de posições em “questões candentes como a África do Sul, Oriente Médio e ingresso de Angola na ONU”.

(Edição 422, 6 de outubro de 1976, p. 105)

O governo seguinte de João Baptista de Figueiredo aparecia como o continuador dessa linha da política externa brasileira. Marcado, no plano político interno, pela *abertura* e pela supressão dos instrumentos coercitivos, com o fim do AI-5 e da censura, pela volta do pluripartidarismo, mas, também, por uma intensa mobilização social e pela ação de grupos radicais da linha-dura contrários ao processo, com ataques violentos àqueles movimentos sociais de luta pela redemocratização do país, o governo Figueiredo teve que enfrentar, no plano exterior, os constrangimentos causados pela dívida externa. Conforme Pinheiro (2004, p. 48-49), a nova linha da política externa brasileira permaneceu “*fiel aos pressupostos centrais do globalismo*”, mantendo a política de diversificação de parcerias para fazer frente aos problemas do protecionismo

¹³¹ Grifo da autora desta tese.

das economias dos países avançados, à crescente crise da dívida externa e à nova crise do petróleo, de 1979, mas também ficando mais evidente sua opção em priorizar a relação com os países do Sul, em uma política mais “universalista” que “pragmática”.

Para a revista, no entanto, essa linha diplomática levava o país a negociar “*até [com] o diabo*”, se necessário fosse. Na mesma reportagem da edição 593, de 16 de janeiro de 1980, em que criticava o *pragmatismo* de Azeredo da Silveira, citada acima, dizia que o novo governo de Figueiredo priorizava a questão do petróleo, ainda dentro da mesma linha do governo anterior:

Se já vinha, desde os últimos anos 60, **entrando em choque com os Estados Unidos por questões de comércio exterior**, o Brasil exacerbou ainda mais seus atritos com o poderoso aliado, quando a crise energética se instalou. [...] Princípios, ideologia e alianças à parte, a política externa brasileira se concentrou antes de tudo em assegurar as vitais importações de petróleo.

Esta é a única linha diplomática julgada capaz pelo governo de atender às necessidades que ele definiu para o país. Com ela é que o chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro está trabalho, e o presidente João Baptista.

Pelo sim, pelo não, o Brasil não vai aderir ao boicote de cereais dos russos solicitado pelos americanos. O país precisa de divisas, argumenta-se em Brasília, e venderá soja “até ao diabo”. [...]

Embaraçoso, incongruente, esse estilo diplomático é ainda carregado de incertezas. [...] Em outros casos, o governo alega que sua diplomacia deu resultado.¹³²

Na realidade, o último dos governos militares da ditadura enfrentou a reestruturação do capitalismo mundial, que buscou travar os projetos de desenvolvimento e inserção autônoma do país. O fim da *détente*, junto ao choque do petróleo em decorrência da guerra Irã-Iraque, configurou uma reação dos Estados Unidos, reforçada com a era Reagan, que promoveu uma alta taxa de juros, em 1981, aumentando a dívida externa dos países do Sul atingindo o projeto de desenvolvimento brasileiro (VIZENTINI, 2008). Para completar o quadro, a América Latina, que sentiu, diretamente, os reflexos da crise da dívida em 1981, teve, na guerra entre Inglaterra e Argentina pelas Ilhas Malvinas, em 1982, mais um elemento importante na percepção

¹³² Grifo da autora desta tese.

“de que estava se processando uma rearticulação do sistema internacional fortemente negativa para a autonomia dos países do porte médio do Terceiro Mundo” (VIZENTINI, 2008, p. 63). O Brasil se definia como parte do Terceiro Mundo e do Ocidente, atuando em fóruns internacionais em acordo com o Movimento dos Países Não-Alinhados, ainda que não se assumisse como participante do movimento em si.¹³³ O aumento dos pagamentos da dívida externa, a queda do afluxo do capital estrangeiro e as dificuldades da exportação levaram o país a uma recessão nos anos 1982 e 1983, que obrigou o Brasil a declarar uma moratória, abrindo o caminho para um programa econômico mais recessivo nos anos posteriores.

Em uma reportagem anterior, no auge da crise da embaixada americana em Teerã, a *VEJA* se posicionaria criticamente à política externa do *Universalismo*, na seção Carta ao leitor, que vem a ser o editorial da revista, ou seja, aquilo que se diz da “voz do dono”, ainda que tenha sido escrito por seu Editor-chefe, José Roberto Guzzo. Incluindo, em seu texto, as críticas à continuidade dessa linha diplomática em relação ao *Pragmatismo* de Azeredo da Silveira, e trazendo à lembrança aqueles que teriam sido os “ideais da Revolução”, como era o discurso dos que assumiram o poder em 1964, afirmava, em tom forte:

Entende-se que o Brasil, uma nação extremamente vulnerável quanto ao seu abastecimento de petróleo, tome todos os cuidados para não ficar a seco numa crise internacional. Entende-se que a política externa do país seja pragmática e calculista, mesmo porque esta é uma época em que o interesse nacional de cada um, por todo o mundo, se sobrepõe aos interesses globais da humanidade. Entende-se tudo. Nem por isso, entretanto, deixa de ser profundamente constritor verificar o vazio ético absoluto, sem precedentes, a que o Brasil chegou em sua política externa. Vinte dias inteiros se passaram desde que o Irã, transformado em Estado terrorista, impôs ao mundo um inédito espetáculo de chantagem e pirataria. E, no entanto, tudo o que o Brasil consegue dizer a respeito, até agora, é que não tem nada a ver com isso. [...]

¹³³ Em sua entrevista ao Programa de História Oral do CPDOC/FGV, o Chanceler Saraiva Guerreiro fala das críticas à posição brasileira de priorizar o Terceiro Mundo. Segundo ele, essa era uma crítica a “*não ser levada a sério*”, especialmente porque vinha acompanhada de uma ideia errônea de “*simpatia disfarçada pelo Segundo Mundo*” socialista. E, em uma resposta a Roberto Campos, um dos principais críticos do *Universalismo* do Itamaraty, dizia que essa crítica se baseava em dois pressupostos essencialmente incorretos: a ideia de que haveria um terceiro-mundismo como doutrina ou política, já que seria, na verdade, um estágio que muitos países desejavam superar, e a confusão com a ideia de não-alinhamento, algo que não se consistia em uma opção da política externa de Figueiredo. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista841.pdf>. Acesso em 18 de janeiro de 2013.

Tudo fica ainda mais escuro quando se lembra que o combate ao terrorismo foi, durante anos, o problema número 1 do Estado brasileiro – toda a vida política e constitucional do país esteve, de alguma forma, subordinada a ele. Mas, quando formas ainda piores de terrorismo – piores porque patrocinadas por um governo – são promovidas num fornecedor de petróleo, nossas autoridades as consideram perfeitamente aceitáveis. De pragmatismo em pragmatismo, eis aí onde chegamos. O Brasil, hoje, não apenas silencia diante do Estado terrorista do Irã. Ele não conseguiu, sequer, condenar o bando de estudantes que mantém sob sequestro pessoas inocentes. De tanto ser repetida, a expressão interesse nacional parece ter perdido completamente o seu sentido. A posição submissa do Brasil diante dos países fornecedores de petróleo não deriva de nosso interesse nacional mas do interesse deles. Em Brasília, achou-se apenas mais interessante ser submisso a ter aspirações nacionais.

(Edição 586, 28 de novembro de 1979, p. 19)

Outro elemento que se integrava a esse quadro, o posicionamento da chancelaria brasileira mais alinhado à linha terceiro-mundista, gerava reações dos Estados Unidos, ainda que os conflitos com aquele país tenham sido atenuados no governo Figueiredo. Publicando o relatório do então subsecretário para Assuntos da América Latina no Departamento de Estado americano, Thomas Enders, a *VEJA* apontava para que esse posicionamento também gerava conflitos internos de setores das elites no país, evidenciando a não unanimidade interna para os ditames da linha programática da política externa estabelecida pelo governo Figueiredo:

Ao voltar de sua viagem de oito dias ao Brasil, em agosto último, O subsecretário para Assuntos da América Latina no Departamento de Estado americano, Thomas Enders, redigiu um relatório pouco animador para seu chefe Alexander Haig. A primeira surpresa de Enders foi o pessimismo que diz ter detectado nos setores da sociedade com que manteve contato. [...] Seu relatório também aborda um termo que se tornou moeda corrente no Departamento de Estado: o de que a política exterior desenvolvida pelo Itamaraty, classificada pelos americanos como “terceiro-mundista”, não estaria em sintonia com outros centros importantes de poder da sociedade brasileira, a saber: nas Federações de Indústria e Comércio, parte da imprensa e das Forças Armadas, em setores do governo federal e de alguns estados. [...] não se sabe ao certo a que setores da elite nacional se refere em seu relatório confidencial. Mas sabe-se de sua recomendação no sentido de uma ação em várias frentes por parte dos Estados Unidos, para conter o que considera o crescente distanciamento nas políticas externas entre os dois países.

(Edição 681, 23 de setembro de 1981, p. 33-34)

Recuperando o segundo princípio definido por Wolfesfed (2011) da relação entre a imprensa e a política que estabelece o ciclo *PMPMP*, um dos aspectos que se coloca é a dificuldade do governo Figueiredo em manter o controle sobre o ambiente político da redemocratização do país, especialmente em decorrência da crescente movimentação da sociedade civil, acentuando o quadro das *incertezas políticas* definido por Robinson (2001). Apesar de ser possível argumentar que o fim da censura permitiu uma maior liberdade de expressão dos veículos de comunicação, crises internas que se desenrolavam nesse processo de abertura tiveram reflexos no fluxo das informações e na manutenção do consenso entre as elites do país.

Contudo, esse movimento de construção de uma opinião pública voltada para às questões externas, mas em relação ao contexto doméstico, deu-se de maneira diferenciada entre os governos Geisel e Figueiredo. A política exterior de Geisel, quando os mecanismos de controle e censura eram bastante efetivos, sofreu críticas muito mais incisivas na imprensa, ainda que, como visto, essas fossem direcionadas mais ao seu chanceler, Antônio Francisco Azeredo da Silveira. No governo de Figueiredo, quando a censura já não é mais o parâmetro balizador de atuação da imprensa, por sua vez, haveria uma mudança na direção desse questionamento, que passava ao próprio presidente, enquanto valorizava-se o ministro das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro. Assim, se, naquele primeiro momento, a “personalização” dos erros recaía sobre a figura do Chanceler, enquanto a “institucionalização” dos acertos encontrava sua representação na figura do presidente da República, o governo seguinte vê-se no quadro inverso e o próprio presidente passa a responder, nas páginas da revista, pelas decisões errôneas da política exterior do país que afetavam os interesses domésticos.

Mas, ainda que alguns desses conflitos transparecessem em reportagens da imprensa, pouco se chegava até o público. A própria *VEJA* publicou na edição 389, de 18 de fevereiro de 1976, a entrevista com Wolf Grabendorff que chamava atenção para o fato de que somente o resultado final e não o próprio processo decisório chegaria até o público. Percebe-se, aqui, o espaço possível de uma negociação de interesses entre as elites, onde as controvérsias iriam até o limite de não afetar a estrutura política e econômica.

O Brasil possui um regime que deixa transparecer apenas uma fração de suas atividades na área da política externa. O processo decisório e as controvérsias na formulação da diplomacia brasileira jamais chegam ao conhecimento do público. Por isso, é extraordinariamente difícil aquilatar certas evoluções da política externa, não se sabe como elas foram determinadas pelas convergências (ou apesar das divergências) no seio da elite dominante.

3.2 O reconhecimento da independência de Angola com Geisel e o desenrolar das relações com o país no governo Figueiredo conforme VEJA

A África foi uma área de grande interesse econômico e estratégico para a política exterior do Brasil, principalmente, a partir da metade do século XX. Em sua busca por um desenvolvimento mais autônomo no sistema mundial e de outras possibilidades para seu comércio exterior, o continente africano apresentava-se como uma excelente alternativa. No campo estratégico, a percepção dos formuladores da política exterior no período inicial do regime militar, que acentuava a vulnerabilidade da África às influências comunistas e, portanto, à segurança ocidental, permeou, também, essas relações entre as duas regiões.¹³⁴

Para Saraiva (1998, p. 156),

Essa era a extensão africana de um verdadeiro “projeto geopolítico” que visava à integração nacional do território, o controle sobre o Atlântico Sul e a hegemonia na posição sul-americana do continente. No nível mais profundo, o projeto era também o da aceleração do desenvolvimento pela ideia associativista ao Ocidente e aos sonhos de se tornar um poder internacional.

Importante frente da Política Externa Independente do governo João Goulart, tendo sua importância reduzida com a subida dos militares ao poder e sua

¹³⁴ Essa visão estratégica da “dimensão atlântica” do Brasil, em que a posição brasileira era vista na lógica do sistema de segurança coletivo ocidental, teve em Meira Matos um de seus principais ideólogos, já em seu livro publicado em 1961 – *“Projeção Mundial do Brasil”*. As primeiras diretrizes da política exterior para o continente africano do regime militar tinham suas bases no ocidentalismo e nos compromissos com Portugal (VIZENTINI, 1998).

reaproximação com o alinhamento tradicional com os Estados Unidos, novamente incluída na agenda da política externa brasileira com o Governo Costa e Silva e incrementada no governo seguinte de Médici, somente com a ascensão de Geisel viria a ter um papel mais incisivo.¹³⁵ Saraiva (1998, p. 159) argumenta, ainda, que a diplomacia brasileira para o continente, nas décadas de 1970 e 1980, teve, por base, quatro fundamentos: (1) vinculou-se ao projeto de manutenção do nacional-desenvolvimentismo, baseado na expansão e modernização liderada pelo Estado, através de uma agressiva e eficiente estratégia internacional; (2) teve, como núcleo das relações entre o país e o continente africano, o pragmatismo econômico e comercial, na busca de novos mercados e parceiros, além da necessidade compensar a vulnerabilidade energética brasileira com a inclusão de uma política de suprimento do petróleo africano através da África negra, especialmente, Nigéria e Angola; (3) com a chamada “política africana”, o Brasil manteve certa influência no Atlântico Sul, sem a militarização da região e sem interferência direta das potências estrangeiras; e (4) o Brasil construiu novos vínculos mais diretos e independentes com os países de expressão portuguesa, na defesa de uma cultura e história comuns, mas fora da Comunidade Luso-Brasileira.

Além desses aspectos, a questão das relações com o continente africano passava pelo papel político relevante que a África estava adquirindo no diálogo Norte-Sul, para onde, também, havia se voltado a política externa do Brasil. Nesse sentido, associando-se aos resultados dessas relações para o desenvolvimento industrial nacional, da busca de novos mercados para exportação dos produtos brasileiros, especialmente, bens manufaturados, serviços e tecnologias, com a troca de matérias-primas africanas, essas relações também se traduziam no apoio às demandas do Brasil nos fóruns internacionais, especialmente em relação aos interesses brasileiros no projeto

¹³⁵ Ainda conforme Saraiva, apesar da ação mais proativa do governo Médici em direção a África, a política exterior de seu período adotou posições conservadoras, como o apoio ao colonialismo português, pois a defesa da autodeterminação e não-intervenção defendida pela diplomacia e pelo governo brasileiro tinha, em contrapartida, o temor da influência comunista na região vizinha do Atlântico. A imprensa, de um modo geral, também pendia para a defesa de Portugal. Em 1972, o então Chanceler Gibson Barboza visitou o continente africano para buscar novos modos de cooperação, mas excluiu as colônias portuguesas do roteiro. A viagem de Barboza foi alvo de oposição portuguesa e representou, internamente, o quadro de divergência entre o Ministério da Fazenda, próximo dos interesses portugueses, e o Itamaraty, que buscava a aproximação com os países independentes (SARAIVA, 1998, p. 180).

hidrelétrico de Corpus e Itaipu (GONÇALVES e MIYAMOTO, 1993). Nesses fóruns internacionais, as posições dos países africanos tendiam para o apoio aos interesses da Argentina, ainda mais ao se considerar o alinhamento brasileiro com Portugal, contrário aos processos de independências de suas colônias. Uma mudança de postura da chancelaria brasileira possibilitava que esse apoio viesse em sua direção.

Nesse novo contexto, uma questão antiga tornava-se o maior desafio para a diplomacia brasileira: como equilibrar o relacionamento com Portugal, que contara, desde sempre, com apoio do Brasil à manutenção da política colonizadora, com o que se tentava estabelecer com as próprias colônias portuguesas na África? As circunstâncias envolvendo a crise dos preços do petróleo, em 1973, vieram a dar outro rumo às tradicionais posições brasileiras quanto ao colonialismo português, ainda que marcada por certa ambiguidade nas ações. A aliança entre a África negra e os países árabes, fortalecida com a emergência da OPEP e a crise, tinha seu ponto central na defesa do processo de independência das colônias portuguesas no continente africano. A crise do petróleo, aproximando as nações africanas, libertas ou em processo de libertação, dos países árabes, tornara-se um elemento essencial nas considerações sobre as relações do Brasil com as nações africanas e com Portugal. Em seu discurso de abertura da XXIX Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1974, o ministro Azeredo da Silveira reafirma a postura da política externa do Brasil, inserida no conjunto das novas diretrizes do *Pragmatismo Responsável*, condenando o *apartheid* sul-africano, seu apoio à causa palestina e a necessária descolonização portuguesa no continente africano (CORRÊA, 2007, p. 347-355).

O reconhecimento de que as necessidades energéticas do país ditavam os rumos da política exterior foi apontado pelo artigo publicado em setembro de 1974, onde *VEJA* afirmava que:

Dentro desse quadro, não é difícil concluir que as modificações políticas ocorridas em Portugal, em abril, representaram um enorme alívio para a diplomacia brasileira [...]. No entanto, é possível supor que, mesmo sem essa ajuda providencial, as necessidades comerciais da Petrobrás acabariam por ditar modificações substanciais na área diplomática.

(Edição 314, 11 de setembro de 1974, p 38-40)

Esse foi o contexto no qual se inseriu o reconhecimento brasileiro da independência de Angola, sob o governo do Movimento Popular de Libertação de Angola - MPLA¹³⁶, resistindo a inúmeras pressões internas e externas. Internamente, a comunidade portuguesa no país e outros grupos de interesse, buscavam influenciar a opinião pública através da grande imprensa no sentido de não apoiar o movimento e se posicionando contra a decisão brasileira. Externamente, mesmo com a nova constituição política advinda com a Revolução dos Cravos, em Portugal, que caminhava para a solução do problema colonial, pressões vinham de Lisboa para que o país não apoiasse o processo de descolonização no continente africano, além da própria pressão dos Estados Unidos que viam a luta em Angola dentro da disputa pela hegemonia no continente. Palco final da Guerra Fria, em que forças das potências hegemônicas se enfrentaram travestidas de forças locais, importante peão no jogo do xadrez do petróleo, o reconhecimento de Angola pelo governo brasileiro, no entanto, foi visto como uma possibilidade de recolocar o país em uma posição mais forte no sistema internacional, inclusive, na barganha com o governo estadunidense.

A despeito do compromisso firmado em Alvor, em janeiro de 1975, onde o governo português, junto com os principais líderes dos movimentos de libertação, estabeleceu um governo de transição tripartite¹³⁷, a partir de março já recomeçavam as lutas que ressuscitaram a guerra civil e que somente viria a se encerrar, efetivamente, em 2002. Os Estados Unidos, que já haviam patrocinado com dinheiro e armas a FNLA e também a UNITA, determinaram ações para desestabilizar o novo governo angolano, contribuindo assim para o recrudescimento da guerra em Angola. Agostinho Neto, então, solicita ajuda militar a Cuba, que apoiada pela União Soviética, atende com o envio de tropas para o território angolano, o que determinou, em grande parte, os

¹³⁶ O governo do MPLA foi qualificado pelas forças conservadoras da época de "marxista", mesmo que essa definição só viesse a ser adotada pelo movimento de libertação após o seu primeiro Congresso Ordinário, realizado em 1977, quando assume a designação "MPLA-PT" (MPLA - Partido do Trabalho) e inclui, nos seus estatutos, a designação de partido marxista-leninista. Disponível em <http://www.mpla.ao>.

¹³⁷ Na entrevista feita pela autora com o embaixador Ovídio de Andrade Melo, este afirmava que até mesmo esta divisão do poder entre os três movimentos tinha relação com a divisão de poder internacional, pois existiam outros movimentos na disputa, mas que foram, não apenas ignorados, como subjugados no processo de independência angolano.

ataques dos grupos internos brasileiros ao reconhecimento de Angola pelo presidente Geisel. Segundo Spektor (2009, p. 117),

a ex-colônia havia se convertido para agentes da CIA, tropas cubanas e sul-africanas, recursos financeiros dos Estados Unidos, da China e da União Soviética, além de mercenários e serviços secretos de Alemanha Oriental, Grã-Bretanha, França, Romênia, Índia, Israel, Argélia, Zaire, Uganda, Vietnã do Norte e Coreia do Norte. Angola estava agora no centro da Guerra Fria.

Diante do fato consumado pelo Acordo de Alvor sobre a inexorável independência da colônia portuguesa, o governo Geisel providenciou o imediato estabelecimento da Representação Especial em Luanda, em janeiro de 1975, tendo à frente, o embaixador Ovídio de Andrade Melo, que saiu de Londres para assumir a Representação. Com essa atitude, o governo brasileiro rompia com o posicionamento tradicional dos governos militares de aliança com Portugal na questão africana e ampliava o diálogo com as novas nações do continente. E foi através do embaixador que o Brasil manteve interlocução com as três forças que disputavam a hegemonia política em Angola.

Antes de se fixar no país, Ovídio de Andrade Melo, conhecido no meio diplomático por suas posições mais à esquerda, encontrou os três líderes das facções que lutavam pelo poder em Angola: Holden Roberto, Agostinho Neto e Jonas Savimbi, esperando contar com a concordância dos três para a abertura do Escritório de Representação brasileiro. Em agosto, o embaixador expediu o telegrama em que apontava a necessidade de reconhecer o MPLA quando chegasse a data prevista para a independência, conforme o Acordo de Alvor. Esse diálogo do embaixador Andrade Melo não foi considerado pela *VEJA*, seja pela pouca relevância dada pela revista, na época, ao papel do embaixador, ou pelo interesse em acentuar um discurso diferenciando Ítalo Zappa, chefe do Departamento de África, Ásia e Oceania do MRE, do próprio chanceler brasileiro Azeredo da Silveira.¹³⁸

¹³⁸ Na mesma entrevista feita por esta autora com o embaixador, este dá a entender que, apesar da seriedade de Zappa, a quem considerava um grande amigo, em oposição a Azeredo da Silveira, a quem via como alguém arrogante e antiético, o diplomata de origem italiana era “*muito ambicioso*”,

A revista publicou, um mês antes da assinatura do Acordo de Alvor (Edição 328, de 18 de dezembro de 1974), uma reportagem que falava da visita de Silveira e Zappa ao continente africano, onde este último teria se encontrado com os líderes dos movimentos de independência de Angola. No texto, Zappa era o responsável por “*criar uma via de acesso a essa realidade política emergente*”, conforme suas próprias palavras. Ainda que o discurso de Azeredo da Silveira, feito no Senegal, sobre o direito à autodeterminação dos povos, a articulação da política brasileira para o novo Estado independente que se constituía fora afirmada, por diversas vezes, como um projeto de Ítalo Zappa e ignorava o papel do embaixador Ovídio de Andrade Melo.

Apesar do Brasil ter se comprometido com a neutralidade entre as três forças, a realidade dos fatos teria levado o país a reconhecer o governo do MPLA. O despacho do Itamaraty que informava que o reconhecimento pelo governo brasileiro deveria se dar em 10 de novembro de 1975, às 20 horas de Brasília, portanto, exatamente, meia noite em Luanda, somente chegou ao embaixador na véspera. Na mesma data do reconhecimento, seria levado para assinatura de Geisel, o decreto que determinava a abertura da embaixada do Brasil em Luanda. Mas, a presença brasileira seria repleta de movimentos contraditórios anteriores. Ítalo Zappa havia sugerido o fechamento do escritório de representação em Luanda, que teve manifestação contrária de Andrade Melo. Diante dos argumentos, Geisel e Azeredo da Silveira mantiveram a decisão de reconhecer o "governo instalado" em Luanda, no entanto, diminuindo o nível das relações com as autoridades do governo angolano.¹³⁹

Como afirma Saraiva (1996), o reconhecimento da independência de Angola foi muito importante para o fortalecimento da posição brasileira no sistema internacional, particularmente entre os países do então chamado Terceiro Mundo, com o crescimento não apenas das transações mercantis com os países africanos, mas pela ampliação,

tinha entrado “*para a carreira e queria ser promovido*”, “*queria receber todos os prêmios e promoções*”, segundo ele, para justificar sua opção pela nacionalidade brasileira e não italiana.

¹³⁹ O telegrama está em anexo. Na entrevista dada à autora, o embaixador Ovídio de Andrade Melo ironizou o telegrama de Zappa, que havia informado do interesse de portugueses em Angola em se transferirem para o Brasil. O embaixador afirmou que a única manifestação que houve foi de um grupo que reclamava do governador português e que ele havia dito que não poderia fazer nada sobre isso.

também, do comércio com os países árabes, envolvendo as duas questões polêmicas em um mesmo quadro geral. O processo de descolonização e a necessidade de incorporar as ex-colônias ao modelo capitalista de produção e consumo, ao mesmo tempo em que se buscava a consolidação das instituições democráticas nessas regiões, levava a que a ideia do desenvolvimento fosse além de uma questão de política interna dos países, assumindo uma importância como um problema internacional (CAMPOS, 2005).

A revista *VEJA* publicou o maior número de reportagens sobre o processo angolano entre os meses finais de 1975 e os iniciais de 1976. Sem afirmar, diretamente, sua posição, reproduziu artigos publicados em jornais da grande imprensa para justificar sua crítica ao reconhecimento da independência angolana sob o MPLA, ao mesmo tempo em que publicava artigos tratando das notícias internacionais sobre o processo em Angola, em que eram recorrentes a posição marxista do movimento comandado por Agostinho Neto e a presença de cubanos e soviéticos no auxílio ao novo governo.¹⁴⁰

A segunda-feira da semana passada, 10 de novembro, bem que poderá ser comemorada no futuro como o Dia do Pragmatismo Responsável, se a história ainda por ser escrita das relações internacionais der razão ao patrono da nova política externa brasileira, chanceler Antônio Francisco Azeredo da Silveira. Pois, nesse dia – e antes mesmo que os países do bloco socialista o fizessem –, o Brasil reconheceu a independência angolana e, implicitamente, a hegemonia do Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA) na antiga colônia portuguesa (veja a reportagem na página 30). [...] As duas decisões [o voto condenando o sionismo na ONU] exigiram dos diplomatas brasileiros, nos dias seguintes, paciência, pormenorizadas, defensivas explicações, além de uma cultivada indiferença pelas reações desfavoráveis que ambas suscitaram. O Estado de S.Paulo classificou como ‘irresponsável’ o pragmatismo de Azeredo da Silveira [...]. Para os diplomatas, explicar o instantâneo reconhecimento de Angola seria, comparativamente, a tarefa menos difícil. “A decisão nada mais foi que o prosseguimento da política iniciada em fevereiro último, quando o Brasil designou uma representação especial junto ao governo de transição instalado em Luanda antes da independência definitiva”, assegura um alto funcionário do Itamaraty. A argumentação não é desprovida de lógica: proclamada a República Popular de Angola, na terça-feira passada, deixaria de existir automaticamente aquela representação transitória. Nesse momento, não reconhecer o governo do MPLA significaria não apenas romper formalmente com o Movimento, como também suprimir o único vínculo diplomático existente entre os dois países. Essa ruptura seria, no entender das fontes da chancelaria ouvidas pela *VEJA*, um duro golpe para a política africana traçada pelo presidente Ernesto Geisel.

¹⁴⁰ Nessa edição, além do artigo sobre a posição da política exterior, a revista publicou uma extensa reportagem sobre o processo de independência, que tinha o sugestivo título de “*A independência dos inimigos*”. A capa da edição, por sua vez, trazia o comediante Chico Anísio com o título “As proezas do médium Chico Anísio”.

“Onde Portugal errou, nós acertamos”, comentou, eufórico, o diretor do Centro de Estudos Afro-Asiáticos do Conjunto Universitário Cândido Mendes, do Rio, José Maria Nunes Pereira da Conceição [...]. No Itamaraty, ninguém vê motivos para duvidar dessa previsão.

(Edição 376, 19 novembro de 1975, p. 24)

No caso de Angola, a aproximação era um processo delicado internamente, tornando-se alvo de discussão dentro do Itamaraty e entre as forças da chamada “linha-dura”, que viam a aproximação como um ataque frontal ao ideário anticomunista do regime instalado em 1964.¹⁴¹ Além disto, também incorporava outras forças que tinham interesses próximos aos estadunidenses, para quem a postura da diplomacia brasileira com o ato do reconhecimento criara problemas de ordem diversa. O reconhecimento do governo do MPLA foi um desafio à política dos Estados Unidos para a África Austral, ainda que tivesse havido contatos anteriores entre Azeredo da Silveira e Henry Kissinger, no sentido de se saber a posição clara do governo daquele país. A única questão que ficou fora desses contatos foi a presença das forças cubanas logo após a declaração de 11 de novembro.

Em seu depoimento, no entanto, Azeredo da Silveira afirma ter consultado os Estados Unidos antes mesmo do reconhecimento da independência de Angola e que esses não se opuseram, assim como também concordaram Alemanha, Inglaterra e França (SPEKTOR, 2010, p. 95). No entanto, supostamente, Silveira não teria conhecimento da presença de cubanos em território angolano (SPEKTOR, 2009, p. 120). Em uma entrevista concedida ao Embaixador John Crimmins, Silveira afirmava que recebera a informação vinda dos serviços da Embaixada americana de que forças cubanas estariam em território angolano, mas que “lamentava” por ter sido comunicado quando “*não há mais tempo*”.¹⁴² Geisel, por sua vez, afirmou que o Brasil já sabia da presença de tropas cubanas em Angola, mas a posição favorável do país à independência angolana era fundamental, ainda mais considerando que “*o importante é*

¹⁴¹ O general Sylvio Frota foi um dos que se colocaram frontalmente em oposição à decisão de Geisel e de Azeredo da Silveira. Em suas memórias, trata especialmente da questão do reconhecimento da independência de Angola e da repercussão negativa que teve junto às Forças Armadas (FROTA, 2006, p. 190).

¹⁴² “Entrevista concedida ao Senhor Embaixador John Crimmins”, 13 de novembro de 1975, Arquivo CPDOC, AAS mre de 1974.03.26, p 4254.

que em Angola há petróleo”, que foi explorado pela Braspetro, associada, posteriormente, a outras empresas (CASTRO e D’ARAÚJO, 1997, p. 344-345). O embaixador Ovídio de Andrade Melo relata que os cubanos somente teriam entrado em Angola no próprio dia da independência e a informação da presença de forças de Cuba no país por parte do governo do Estados Unidos foi vista com desconfiança, especialmente ao se considerar a participação ativa da CIA nos acontecimentos da então colônia (MELO, 2009, p. 133-135).¹⁴³

O que ia para a opinião pública através da *VEJA*, no entanto, acentuava a presença cubana no país, contrariando as afirmações do governo e, especialmente, a posição dos Estados Unidos na região. Em várias edições, inclusive já quando a chefia do Itamaraty tinha sido passada ao chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro, a revista trazia artigos questionando o reconhecimento brasileiro “quase que imediato” do governo de Agostinho Neto. Segundo *VEJA*, a própria permanência de Azeredo da Silveira à frente do Itamaraty fora colocada em jogo por conta da atitude brasileira:

[...] especulava-se, também, sobre a continuidade da linha adotada pelo Itamaraty em relação a Angola e até mesmo sobre a permanência de Azeredo da Silveira no Ministério Geisel. Diplomatas ouvidos por *VEJA*, de fato, admitiam que o ‘pragmatismo responsável’ de Silveira não vem obtendo o apoio unânime de todos os círculos de decisão. O chanceler, informavam, teria sido alvo de críticas pelo estabelecimento de relações com a República Popular da China. Com maior intensidade ainda, houve reservas quanto ao voto anti-sionista na ONU – que coincidiu com o reconhecimento do governo de Agostinho Neto em Angola. E, nas últimas semanas, o envolvimento cada vez mais ostensivo de soviéticos e cubanos ao lado do MPLA teria aumentado as preocupações com a adequação da diplomacia africana do Brasil – tema que vem sensibilizando especialmente aéreas voltadas para as questões da segurança.

(Edição 382, 31 de dezembro de 1975, p. 23)¹⁴⁴

¹⁴³ Isto foi reafirmado na entrevista feita pela autora, em julho de 2011. Segundo seu relato, que também consta de seu livro de memórias, os aviões cubanos desembarcavam um batalhão de seiscentos homens na base militar de Grafanil, próximo ao aeroporto em Luanda, sendo encaminhados, imediatamente, para as frentes de batalha no sul e no norte de Luanda, passando longe da cidade. Eles “embrenhavam-se no mato” e serviriam para auxiliar na defesa ao MPLA dos ataques dos sul africanos.

¹⁴⁴ Como mencionado, a revista era bastante crítica em relação ao chanceler Azeredo da Silveira. Quase todas as reportagens davam um caráter negativo à sua gestão. Em contrapartida, a atuação do embaixador Ítalo Zappa era enaltecida como a do “verdadeiro artífice” da política africana brasileira, mas, nesse caso, ressaltando os aspectos positivos dessa relação.

Um dos principais resultados do ato da diplomacia brasileira foi que, tão logo o governo Geisel reconheceu o MPLA como legítimo representante do povo angolano, abriram-se portas para negociação com os países produtores de petróleo, aliviando as pressões da crise que vinha ocorrendo desde 1973 (MELO, 2000). Contudo, essas relações não aconteceram sem conflitos, permanecendo a desconfiança de muitos países africanos sobre o real posicionamento brasileiro sobre os problemas políticos daquele continente. A própria demora no estabelecimento da embaixada em Luanda teria seus reflexos nas relações que se pretendia com Moçambique, resultando na confusão que levou ao afastamento de Ovídio de Melo do país, com a designação como novo Encarregado de Negócios, por telegrama ao Ministro das Relações Exteriores de Angola José Eduardo dos Santos, do então Conselheiro Affonso Celso de Ouro Preto. Nas palavras de Ovídio de Melo para a entrevista dada a esta tese, Silveira teria dito ao próprio embaixador que “*a pressão está terrível*”. Essa pressão seria dos militares da chamada linha-dura, mas também de outros setores, como a imprensa internacional e brasileira.¹⁴⁵ Tirando o peso da decisão do presidente Geisel e colocando-a sob a responsabilidade individual do embaixador Ovídio de Melo e do chanceler Azeredo da Silveira, a revista afirmava que

Por que foi substituído o encarregado de negócios do Brasil em Angola, ministro Ovídio de Andrade Melo? Na terça-feira da semana passada, o jornal O Estado de S.Paulo afirmava que a decisão fora tomada pelo presidente Ernesto Geisel, que teria manifestado “grande desgosto” pela atuação do diplomata após examinar os informes por ele remetidos ao Itamaraty. Com base em seus relatórios é que o governo brasileiro teria decidido reconhecer, há dois meses, o governo do Movimento Popular para Libertação de Angola (MPLA), que detém o controle de dois terços do território da antiga colônia portuguesa e recebe assistência militar da União Soviética e de Cuba. A notícia provocou perplexidade no Itamaraty. Diplomatas que haviam lido alguns despachos de Andrade Mello os classificaram de “corretos” e “imparciais”. As primeiras reações oficiais foram neutras: “O Ministério nada tem a comentar sobre o assunto”, dizia [...] o porta-voz do Itamaraty. No fim da tarde, porém, o chanceler Antônio Francisco Azeredo da Silveira reuniu-se com os principais auxiliares, entre eles o ministro Ítalo Zappa, chefe do Departamento de Ásia, África e Oceania. Decidiu-se, então, redigir uma nota sobre o assunto e submetê-la à aprovação da Presidência da República antes de divulgá-la.

(Edição 382, 31 de dezembro de 1975, p. 23) ¹⁴⁶

¹⁴⁵ Todo o episódio está relatado no livro de memórias do embaixador Ovídio de Andrade Melo, “*Recordações de um removedor de mofo no Itamaraty*” (2009, p. 85-156)

¹⁴⁶ Em entrevista dada ao jornalista Elio Gáspari, Andrade Melo afirmou que a imprensa apenas reproduzia as notícias das agências internacionais, publicadas de acordo com interesses de grupos

Também segundo Spektor (2010, p. 77), a política externa era uma das peças do projeto político interno de Geisel, em uma conexão definida desde o início de seu governo. Com o argumento de que os custos da aproximação como MPLA não gerariam os resultados pretendidos, as críticas permaneceram durante o governo Geisel e seguiram em frente no governo seguinte.

A linha posterior da política exterior do Brasil, a *Diplomacia do Universalismo* de João Baptista de Figueiredo e do novo chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro, reafirmava suas prioridades no continente africano para a África lusófona, com destaque para a relação com Angola. No entanto, as controvérsias que existiam na política externa anterior quanto às então colônias portuguesas na África não foram de todo dissipadas. E as desconfianças com o continente foram acrescidas das instáveis relações estabelecidas com a África do Sul. Durante o governo de João Figueiredo, o Brasil recebeu inúmeras visitas de representantes de países africanos, firmando contratos bilaterais, estabelecendo relações diplomáticas até então inexistentes, criando comissões conjuntas.¹⁴⁷

Em junho de 1980, foi a vez do próprio Chanceler Saraiva Guerreiro visitar países do continente, como Zâmbia, Moçambique, Tanzânia, Zimbábue e Angola, onde ratificou a posição brasileira de condenação ao apartheid sul-africano e à proliferação de armas nucleares de destruição em massa, o apoio à independência do Zimbábue e à causa da SWAPO na Namíbia (VIZENTINI, 1998). Em 1983, Saraiva Guerreiro visitou, novamente, a África, indo ao Gabão, Costa do Marfim e Guiné-Bissau, onde reafirmou a prioridade do continente na política exterior brasileira. Culminando esse processo, em novembro de 1983, o presidente Figueiredo realizou a primeira visita de um presidente sulamericano ao continente africano, indo a Nigéria, Guiné-Bissau, Argélia, Senegal e Cabo Verde, com uma comitiva que incluía, além dos representantes

internos. “*Ex-embaixador Ovídio de Mello critica a atuação da diplomacia brasileira e comenta seu papel na crise angolana*”, Folha de S. Paulo, 18 de abril de 1999, seção Mundo. Ver também revista *Veja*, n. 382, 31 de dezembro de 1975, seção Diplomacia, p. 23, sobre a saída do embaixador Andrade Melo de Angola.

¹⁴⁷ Segundo Vizentini (1998, p. 328), o Brasil quase enviou tropas para defender Angola dos ataques da África do Sul, em 1981. As primeiras viagens de um Chanceler brasileiro a Angola e a Moçambique, neste último, com algumas reservas e desconfianças, foram feitas por Guerreiro.

do governo brasileiro, os presidentes das Câmaras Nacionais de Indústria, do Comércio e da Agricultura, o presidente da PETROBRÁS, o diretor da CACEX do Banco do Brasil, entre outros (MRE, 1983).

Atenuando o tom das críticas, reportando-as, mais firmemente, às ações do *pragmatismo* anterior de Azeredo da Silveira, mas, nem por isso, reforçando aspectos positivos sobre as relações com o continente africano, as reportagens da *VEJA* voltaram-se para os aspectos comerciais dessas relações. Em junho de 1980, publicava a reportagem que poderia sintetizar o posicionamento da revista em relação à política que se iniciara com Geisel e estava sendo continuada por Figueiredo. Com o título “Final de festa. Guerreiro volta, a África retoma seus problemas”, afirmava que:

Luanda, quinta e última capital africana visitada pela diplomacia itinerante brasileira em onze exaustivos dias, acabou sendo um final frio para uma viagem pioneira. A rigor, Angola tinha tudo para ser um fecho de ouro da turnê. Até os interesses brasileiros são volumosos e tendem a crescer. A Petrobrás tem uma presença modesta, que deve se ampliar. O grupo Pão de Açúcar organiza o abastecimento da cidade e ajuda o governo a tornar eficientes as suas “lojas do povo” – que por conta própria não estavam conseguindo distribuir alimentos em Luanda. Outra empresa, a SISAL, prepara pessoal e reforma oito hotéis, para tornar a cidade viável a estrangeiros. [...] foi um país tenso, inseguro, que recebeu os brasileiros [...]. Nos encontros formais, o chanceler Paulo Jorge se irritava quando indagado sobre a presença cubana no país. E uma fiscalização exagerada impedia os brasileiros, durante todo o tempo, de falar com autoridades angolanas, de tirar fotos, de andar sozinhos pelas ruas. [...] Como Angola não está sozinha envolta em problemas [...] resta saber se as pressões do chanceler, válidas para a etapa diplomática, se confirmarão nas fases seguintes da aproximação. Afinal, essas serão fases mais concretas, nas quais o diplomata profissional deve ceder lugar a empresários, técnicos, estudantes ou até mesmo, turistas.

(Edição 615, 18 de junho de 1980, p. 46)

Além dos aspectos cultural e energético, a questão africana da política externa brasileira deve ser vista, também, nos quadros das relações do Brasil com os Estados Unidos. A busca da autonomia externa por parte do Brasil, representada em suas demandas protecionistas, nas questões dos limites das 200 milhas, da não assinatura do Tratado de Não-Proliferação das Armas Nucleares, a busca de novos espaços na Europa, África, Ásia e Oriente Médio, levou a atritos diplomáticos com os Estados Unidos, mais diretos durante o governo Geisel e menos acirrados, ainda que presentes, no governo João Figueiredo. Os processos das independências das colônias portuguesas

em África foram palcos importantes das ações das superpotências mundiais, no xadrez da Guerra Fria. O posicionamento brasileiro favorável à descolonização africana rompia com o alinhamento das posições estadunidenses para a região e foram elementos de negociações entre os dois países em diversas outras questões internacionais¹⁴⁸ (SARAIVA, 1998). E as relações do Brasil com a África do Sul entravam como mais elementos de conflito, com pressões à esquerda e à direita do governo, entre aqueles que questionavam o não rompimento das relações com aquele país e os que pressionavam para que se mantivessem os laços comerciais e de segurança, envolvendo as propostas de militarização do Atlântico Sul (VIZENTINI, 1998).

3.3 Os investimentos dos petrodólares para a superação da crise econômica: a difícil questão palestina e os nexos com as nações árabes e africanas produtoras de petróleo

O outro pólo das controvérsias que se estabeleceram entre o processo interno de transição política para a redemocratização no Brasil e os passos vistos como necessários para seu suporte, no campo exterior, envolveu a questão do petróleo. Os países do Oriente Médio ganharam importância fundamental para o Brasil após a primeira crise do petróleo, em 1973¹⁴⁹, permanecendo como uma região de grande interesse comercial durante os anos dos governos Ernesto Geisel e João Figueiredo. Conforme Vizentini (1998), as relações do Brasil com os países do Oriente Médio não abrangiam, apenas, a garantia das importações de petróleo e de abertura de mercados para os produtos agrícolas, manufaturas, serviços e armamentos, mas era a possibilidade de uma cooperação estratégica nos planos diplomático, econômico e militar, em projetos

¹⁴⁸ Documentos liberados nos Estados Unidos apresentam a situação do processo de independência angolano e as repercussões da posição brasileira no reconhecimento da legitimidade do governo do MPLA, em seus conteúdos, ressaltando a aproximação do Movimento, principalmente, com os cubanos.

¹⁴⁹ Conforme Yergin (2010), a Guerra de Yom Kippur foi a mais destruidora e intensa das guerras entre árabes e israelenses e trouxe uma das armas mais potentes do que as que foram fornecidas pelas superpotências: o petróleo, uma arma usada na forma de embargos, cortes de produção e restrições às exportações. A questão do petróleo teve mudanças dramáticas nos anos 1970, com a demanda se nivelando à produção disponível, levando a que fosse acabando o excedente de vinte anos e levando a que o mundo se tornasse cada vez mais dependente do petróleo do Oriente Médio e do norte da África.

conjuntos que envolviam PETROBRÁS, a indústria de armamentos e a iniciativa privada. Tanto a crise de 1973, como a de 1979, que atingiram o projeto desenvolvimentista nacional, envolveram não apenas o Itamaraty, mas outros órgãos que utilizaram a compra do petróleo árabe como instrumento para as exportações brasileiras e diminuição do déficit da balança comercial (FARES, 2007).¹⁵⁰

A matriz energética nacional era centrada no petróleo, quase que integralmente suprido pelas importações. Com a crise, seriam necessárias soluções para a manutenção dos altos índices de crescimento que vinham desde os anos do chamado *milagre*. O novo governo de Ernesto Geisel, que assumiu em meio aos reflexos dessa primeira crise, não desacelerou o ritmo do crescimento, mesmo diante do aumento dos preços e da alta dos juros. No escopo do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), enviado em 10 de setembro de 1974 para o Congresso, dentre as tarefas necessárias para a manutenção do crescimento do país, estava a consecução de uma política de energia, vista como peça-chave da estratégia nacional, de maneira a reduzir a dependência externa do país às importações do petróleo (BRASIL, 1974, p. 17). Desta forma, as alternativas, além do incentivo ao programa do álcool combustível, da possibilidade da energia nuclear e do aumento da produção interna do petróleo, incluíam a aproximação maior com os países árabes e, também, africanos, como a Nigéria, produtores de petróleo.

A estratégia brasileira para a superação da difícil conjuntura econômica passava por uma nova orientação da política externa do país que envolvia um posicionamento de acordo com os interesses árabes, inclusive na ONU, em relação à causa palestina e o consequente afastamento em relação a Israel, contrariando, desta maneira, os interesses dos Estados Unidos. Nesse contexto que se enquadra o voto brasileiro condenando o sionismo como uma forma de racismo, em 10 de novembro de 1975. Na verdade, a reafirmação de seu posicionamento anterior, favorável à questão. Porém, internamente, esse ato da diplomacia brasileira aumentou os conflitos entre os que pautavam uma

¹⁵⁰ Gibson Barboza visitou o Oriente Médio pouco antes da guerra de 1973, para tratar da questão do petróleo e por conta do mercado potencial dos países árabes. Em 11 de maio de 1971, o Brasil assinou um Acordo de Cooperação Comercial com o Iraque e, no ano seguinte, a BRASPETRO assinou o contrato de risco para a exploração das áreas iraquianas de Majnoon e Nahr Umr (VIZENTINI, 1998).

política externa mais *pragmática* e aqueles que preconizavam a manutenção do tradicional alinhamento com os Estados Unidos.

Conforme Santos (2003, p. 13-14), o governo de Ernesto Geisel passou a defender com mais veemência o direito de autodeterminação do povo palestino, criticando a ocupação pela força de seus territórios, diminuindo-se as referências à questão terrorista e enfatizando-se a importância e vantagens do comércio e da cooperação do país com os países do Oriente Médio. O ápice desse posicionamento seria o discurso proferido pelo Chanceler Azeredo da Silveira na Abertura da sessão da Assembleia Geral de 1974, quando enunciou mudanças no posicionamento da política exterior do Brasil, com o apoio à independência da África portuguesa, a condenação ao regime segregacionista da África do Sul e fez um importante discurso voltado para a situação do Oriente Médio (CORRÊA, 2007, p. 315).

A posição mais firme por parte da diplomacia brasileira já havia sido acertada quando da visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Arábia Saudita, Omar Al Sakkaf, em setembro de 1974, que cobrou esse posicionamento ao ministro Azeredo da Silveira, respondido afirmativamente e correspondido no ano seguinte, fazendo com que o Brasil fosse incluído na lista dos países a receberem o petróleo árabe (SILVA e PILLA, 2012, p. 116).¹⁵¹ Naquele mesmo ano, o Brasil votou favoravelmente à resolução 3236, que concedia o status de observador para a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) na Assembleia Geral das Nações Unidas.

Essa visita seria utilizada como uma forma de ridicularização do chanceler brasileiro nas páginas da revista. A reportagem que tinha como título “*Aos beijos e*

¹⁵¹ Em 1974, o ministro das Relações Exteriores saudita, Omar Al-Sakhaf, é convidado e visita o Brasil, sendo recebido em audiência especial pelo próprio presidente da República, Ernesto Geisel, além de encontros com os ministros das Relações Exteriores, Antônio Azeredo da Silveira, da Indústria e Comércio, das Minas e Energia e o Secretário do Planejamento. Como resultado dessa visita, foi assinada uma Declaração Conjunta entre os dois Chanceleres, em 4 de setembro de 1974, em que são definidos os novos parâmetros das relações bilaterais entre os dois países e onde ambos ministros confirmam a necessidade da criação de uma nova ordem econômica internacional que trouxesse um equilíbrio maior também para os países em desenvolvimento. Além disso, expressam seu apoio ao direito soberano de cada país em explorar e desenvolver seus próprios recursos em benefício de seus povos e a necessária solução pacífica para a questão do Oriente Médio, com a retirada das tropas das áreas ocupadas militarmente e o reconhecimento dos direitos legítimos do povo palestino (FUNAG, 2001).

abraços...” trazia, não apenas na foto da reportagem, mas na própria capa da revista, a suposta subserviência brasileira às necessidades do petróleo árabe, que chegaria ao *ridículo* de reproduzir *costumes estranhos*. Se a capa dessa edição tinha uma foto em que apareciam os ministros Omar al Sakkaf e Azeredo da Silveira em um *caloroso* abraço, a legenda da foto da reportagem, em que apareciam os dois ministros, agora, dando os costumeiros beijos da cultura árabe, trazia a ironia desse ato de Silveira para criticar o modelo da política externa, a que considerava como subserviente dos interesses do petróleo: “*o pragmatismo também é sentimental*”. Em alguns trechos, a reportagem insinuava sobre ser o petróleo o aspecto principal das relações que se estabeleciam naquele encontro diplomático. Talvez de todas as reportagens analisadas, esta tenha sido a que mais se utilizou de metáforas e ironias para questionar os caminhos da diplomacia *pragmática* brasileira.

Mas a diplomacia pragmática que, perfurando em secretos poços do Itamaraty, jorra novidades aparentemente inesgotáveis também tem os seus arabescos. E foi percorrendo essas linhas intrincadas que ornaram a carreira que o ministro das Relações Exteriores, Antônio Francisco Azeredo da Silveira, pode realizar mais um **salto acrobático** para os “realinhamentos indispensáveis” encomendados pelo presidente Ernesto Geisel [...].

E como demonstração do interesse mais profundo e permanente que o governo brasileiro dedica a tais problemas, [Silveira] acrescentou um **inequívoco apoio** às reivindicações dos líderes árabes mais moderados, em seus desentendimentos com Israel. [...] A cautelosa e progressiva escalada do pragmatismo responsável no Oriente Médio, portanto, ficou na semana passada por conta do “reconhecimento dos direitos dos palestinos”. Essa alusão, tradicionalmente evitada porque parecia ferir compromissos brasileiros assumidos na criação do Estado de Israel, sem dúvida bastou para conferir à missão Sakkaf o privilégio de inaugurar um novo arco do triunfo político, em desfiles de visitantes árabes: os palestinos que, à falta de solos e subsolos, representam os muçulmanos deserdados do petróleo, constituem um ponto de preocupação fundamental para a diplomacia dos donos de poços petrolíferos. [...] Sakkaf cumpriu com exemplar dedicação a parte formalmente comercial e diplomática de sua visita, numa demonstração de que o pragmatismo hoje exercitado no Itamaraty tem também adeptos fora das fronteiras brasileiras.¹⁵²

(Edição 314, 11 de setembro de 1974, p. 22-27)

Em 17 de outubro de 1975, reuniu-se o Comitê Social, Humanitário e Cultural da ONU para discutir uma resolução que definiria o sionismo como “uma forma de

¹⁵² Grifo da autora desta tese.

racismo e discriminação racial”, a ser votada na Assembleia Geral, que contrariava, frontalmente, a posição dos Estados Unidos. O Chanceler brasileiro era favorável à abstenção, no entanto, Ernesto Geisel não aceitou a abstenção no Comitê e foi informado de que a maioria dos países latinoamericanos iria votar favoravelmente à resolução na Assembleia. Silveira diria que a diplomacia brasileira fora “mal informada” a respeito da posição dos demais países da América Latina (SPEKTOR, 2010, p. 112-113). A reação do Departamento de Estado norte-americano, em notas formais aos governos que haviam votado a favor da resolução, foi mal recebida pelo governo brasileiro. A *VEJA* publicou essas críticas do governo dos Estados Unidos, mas acentuando aquilo que seriam os “equívocos” da chancelaria brasileira.

O governo brasileiro, por sua vez, justificaria seu voto como não hostil aos judeus ou ao judaísmo, mas que, pela cultura brasileira avessa ao racismo, não seria possível se admitir que o reconhecimento do Estado de Israel dependesse da aceitação das teses sionistas. A posição pragmática da Chancelaria brasileira levaria a confrontos externos, nos interesses não apenas de Israel, mas dos Estados Unidos, e internos, de grupos ligados a esses interesses, apesar do ministro Azeredo da Silveira afirmar o contrário.¹⁵³ A resolução obteve 72 votos favoráveis, de muitos países do continente africano, países do mundo socialista, de um Portugal em mudanças com a Revolução dos Cravos de 1974 e, na América Latina, do México e do Brasil. Do outro lado, 35 votos contrários e 32 abstenções.

A *VEJA* publicou quatro reportagens, entre final de outubro de 1975 e início de janeiro do ano seguinte, especificamente, associando o voto brasileiro ao mesmo equívoco apontado em relação ao reconhecimento da independência angolano por parte

¹⁵³ O então deputado estadual pela ARENA, representante da comunidade judaica, David Roysen, faz violentas críticas ao posicionamento do Itamaraty e do governo brasileiro. Da mesma maneira, a grande imprensa se posicionaria contra o voto brasileiro. E, da mesma forma que fez em relação a Angola, o ex-ministro Sylvio Frota faria críticas contundentes ao voto brasileiro na ONU e as relações com a causa palestina: “O dia 11 de novembro de 1975 foi marcado por dois acontecimentos internacionais, recebidos com bastante desagrado pela opinião militar, quer pela falta de coerência com os postulados revolucionários de 1964, quer pela contradição flagrante com o tradicional respeito às posições alheias, desde que, sob qualquer forma, não afetem nossos direitos, interesses ou compromissos assumidos. Estes dois eventos foram o reconhecimento da República Popular de Angola e o voto a favor da resolução que declarava o sionismo ‘uma forma de racismo e de discriminação racial’. O reconhecimento de Angola já mereceu, de minha parte, lacônicas apreciações; focalizarei, agora, a questão do sionismo.” (FROTA, 2006, p. 191).

do governo brasileiro. E, da mesma forma que fazia em relação a Angola, ao acentuar as relações do MPLA com o comunismo cubano e soviético, a revista reforçava o discurso do terrorismo da Organização para Libertação da Palestina e da figura de Yasser Arafat, que permaneceram em entrevistas publicadas na parte nobre das *Páginas Amarelas* em anos posteriores.¹⁵⁴ Ao se considerar que o país havia instaurado um regime no intuito de impedir a instalação de ideias exógenas e longe da tradição ocidental do país, tendo como medidas, a perseguição a terroristas, não se coadunavam os discursos interno e externo do regime militar, que foram criticados pela revista, mesmo estando sob censura. Além disso, a revista se posicionava favoravelmente ao relacionamento privilegiado com os Estados Unidos e Europa. Por outro lado, diferente da questão africana, a possibilidade de investimentos dos chamados *petrodólares* e os interesses de empresas brasileiras na região, atenuaram, em parte, as críticas no governo seguinte de João Baptista de Figueiredo. No entanto, a revista procurava indicar, como dois pólos distintos, a questão árabe, de caráter econômico, da questão palestina, vista pelo aspecto político.

A primeira reportagem foi a já citada visita do ministro al Sakkaf ao Brasil.¹⁵⁵ A mais incisiva foi a mesma que questionou o reconhecimento da independência angolana e criticava os caminhos tomados pelo *pragmatismo* da política externa brasileira. Nessa edição, da mesma forma que com Angola, faz uma extensa reportagem sobre os conflitos ocorridos nas Nações Unidas até chegar à aprovação do voto condenando a política sionista de Israel. Com o título “O vendaval anti-sionista”, colocava o Brasil na contramão dos interesses das potências ocidentais, notadamente os Estados Unidos, que ameaçaram com retaliação aos países que votaram favoravelmente à resolução, e dizendo ter sido “uma batalha perdida” para o embaixador israelense.

E poucas vezes, segundo comentaram veteranos diplomatas [...] o mundo, na medida que é representado nas Nações Unidas, tinha estado tão amarguradamente dividido como na segunda-feira. Deu um lado, a maioria composta por países árabes, o bloco comunista, grande parte dos países afro-asiáticos e dois latino-americanos de primeira importância: o México e o Brasil. A minoria, além de Israel, incluía todos os países desenvolvidos menos o Japão, que se absteve, dez latino-americanos e quatro africanos. [...]

¹⁵⁴ Edição 677, 27 de agosto de 1981.

¹⁵⁵ Edição 314, 11 de setembro de 1974.

[N]o Vaticano, cujas relações com Israel estão longe de ser boas [...] [disse que] a decisão “não serve à causa da Justiça”. [...] Sobretudo, passaram a ser estudadas represálias contra os países que votaram a favor da moção ou que se abstiveram e que dependem, em algum grau, da ajuda e apoio americanos – o Brasil, inclusive.

(Edição 376, 19 de novembro de 1975, p. 40-41)

Contudo, apesar da posição do Brasil de apoio à causa palestina, não houve uma abertura para a instalação de uma representação da OLP no país. Azeredo da Silveira afirmava que não houve nenhum pedido de países árabes para que fosse aberto um escritório da Organização no Brasil, exceto do Egito. Segundo ele, a imprensa da época afirmava que um dos secretários da Liga Árabe no país cuidava dos assuntos da OLP, mas que isso não acontecia (SPEKTOR, 2010, p. 119-121). O Brasil apoiou a decisão da Assembleia Geral da 1977 em estabelecer o dia 29 de novembro como o Dia Internacional de Solidariedade ao Povo Palestino, mas absteve-se na votação que previa a criação de um Estado palestino na Faixa de Gaza e na Cisjordânia, o que acabou por frustrar os delegados árabes (SANTOS, 2003). Porém, em maio de 1979, o Brasil reconhecia a OLP como legítima e única representante do povo palestino, ainda que não fosse permitida a abertura do escritório da organização na capital brasileira. Para a diplomacia do país, a questão palestina estava imbricada com a política energética brasileira. Na XXXIV Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU e em seu primeiro discurso, em 1979, o Chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro retomaria a questão.¹⁵⁶

Internamente, a instalação do escritório era objeto de críticas pela imprensa e em debates no Legislativo brasileiro, que não aceitava que as necessidades energéticas, fundadas no petróleo árabe, ditassem os rumos da política do país.

¹⁵⁶ “É preciso considerar que, depois de 73, a OLP tinha conseguido congregar sob uma única liderança suas diversas facções, havia sido reconhecida pelas Nações Unidas, como um movimento de liberação nacional, o que quer dizer que, quanto aos assuntos atinentes à situação dos palestinos, ela tinha o direito de ser ouvida na comissão competente, ou no plenário se fosse o caso. Então, nós reconhecíamos a OLP como tal. Não como um Estado, que não era. Isto é importante, quando se falar mais adiante do Escritório da OLP. Sempre a reconhecemos como um elemento real, na situação, que não podia ser ignorado em termos de uma eventual negociação” (CPDOC, 2010).

Não faltaram, também, duras críticas à vinda da OLP para o Brasil, sobretudo entre a comunidade de origem israelita. [...] Ecoou, no Rio de Janeiro, o presidente da Associação Religiosa Israelita, Daniel Kripper: “A decisão brasileira poderá trazer sérios problemas para a própria segurança do país. Afinal, a OLP costuma se unir a grupos radicais de oposição e promover a subversão interna, onde quer que esteja”¹⁵⁷.

Houve críticas, igualmente, de fora da comunidade judaica. “A decisão parece ter sido exclusivamente política”, opinou no Rio o jurista Heleno Fragoso. “A ideia é infeliz, pois a OLP é uma organização cuja modalidade de ação é nitidamente terrorista”.

(Edição 560, 30 de maio de 1979, p. 38)

E, segundo *VEJA*, mesmo os representantes da OLP não davam uma grande atenção à instalação do escritório, a não ser no sentido de interromper as “*copiosas remessas de dinheiro para os cristãos libaneses, que combatem os palestinos ao sul de Beirute, patrocinadas pela comunidade judaica de São Paulo*” (Edição 564, 27 de junho de 1979, p. 34).

Em Brasília, de todo modo, o tema provoca desconforto, mesmo porque o reconhecimento da OLP, responsável por atos terroristas em todo o Oriente Médio, significa uma brecha na política do governo diante dos movimentos extremistas.

(Edição 559, 23 de maio de 1979, p. 28)

A boa recepção aos árabes restringia-se aos negócios comerciais que poderiam ser feitos. Mas, uma política exterior que consolidasse o afastamento do alinhamento com os Estados Unidos poderia atingir os interesses comerciais de parte das elites e não poderia ser justificada, apenas, pela necessidade de garantir o petróleo árabe para o país. Contudo, o “imenso campo vazio” das relações com o Oriente Médio não podia ser desprezado.

[...] na esteira de um crônico déficit do petróleo, o Brasil torna-se cada vez mais uma extensão das tensões no Oriente Médio – e são cada vez mais ásperas as reações ao que acontece lá. [...] Novas tensões, de qualquer forma,

¹⁵⁷ Na edição 684, de 14 de outubro de 1981 a revista publica a nota “*OLP se candidata em 1982 pelo PT*”. Na verdade, não se tratava de uma “candidatura” da organização, mas da candidatura do presidente da Federação das Entidades Árabes-Palestinas Brasileiras, Souheil Sayegh, que concorria a deputado estadual pelo partido.

virão na esteira da instalação de um escritório da OLP em Brasília – media que o governo brasileiro já absorveu como “inevitável”.

(Edição 587, 5 de dezembro de 1979, p. 44)

O principal alvo da revista e dos grupos pró-Israel no Brasil era o representante da OLP, que se apresentava como o “funcionário” da Liga dos Estados Árabes, Farid Sawan. Tido como “*diplomata da guerra*”, obtinha a cobertura de embaixadas árabes no país, provocando reações da comunidade judaica com “*declarações pouco diplomáticas*”, se “*dedicando a uma virulenta guerra verbal contra Israel*” e denunciando “*integrantes do ‘bando sionista’ nos grandes jornais*” (Edição 599, 27 de fevereiro de 1980, p. 3-5). Esses adjetivos foram retirados da entrevista feita com Sawan no espaço nobre da revista, as Página Amarelas. A entrevista conduzida pela jornalista Mariângela Hamu traduzia a imagem de um extremista com uma vida secreta, talvez associada à um passado terrorista, que não tinha nem mesmo a elegância de reconhecer a boa receptividade brasileira à sua vinda ao país. E, ainda segundo a revista, a representação formal da OLP no país somente seria possível com o afastamento de Said da função de porta-voz do grupo (Edição 679, 9 de setembro de 1981, p. 34).

Em 1982, pela primeira vez, um Chefe de Estado brasileiro abria a Sessão Ordinária da Assembleia Geral das Nações Unidas e reafirmava a posição do Brasil em relação às questões no Oriente Médio (CORRÊA, 2007, p. 455). Esse viés pró-árabe da política externa brasileira gerava críticas internas, com argumentos de que não dava os resultados esperados, sendo vista como uma postura antiética e longe das tradicionais posições políticas brasileiras de alinhamento ao eixo ocidental. Apesar da postura proativa da diplomacia brasileira em relação à questão da palestina, esta não se daria somente com avanços.

Especialmente importante, a questão palestina, ligada à lógica do pan-arabismo, vinha sendo colocada na agenda de discussão das relações entre o Brasil e o Iraque. Em 1979, o Iraque, que assumira o papel de líder na defesa do pan-arabismo, condicionava o fornecimento de petróleo ao país àquela abertura do escritório da OLP em Brasília. Diante disto, as relações do Brasil com o Iraque passariam pelas posições assumidas pelo primeiro em relação ao problema palestino. Em muitos momentos, a despeito de

uma resistência do Itamaraty, que preferia concentrar a agenda bilateral em assuntos econômicos, os interesses iraquianos eram principalmente políticos. Não havia uma dissociação clara entre economia e política da parte daquele país.

O pedido iraquiano gerou uma intensa reação daqueles que consideravam a imposição externa como uma forma de chantagem, diante do alto grau de dependência brasileira do petróleo iraquiano. Isto seria inconcebível, segundo Azeredo da Silveira, pois *“o único compromisso que o petróleo cria é um compromisso global, geral, de uma posição política, mas não envolve uma dependência como outros tipos de dependência podem envolver, afetando inclusive a própria soberania brasileira”* (SPEKTOR, 2010, p. 122). Mas, a revista associou, em diversas reportagens, a necessidade de adquirir o petróleo árabe a subserviência aos ditames de uma política de apoio à questão palestina:

De pragmatismo em pragmatismo, onde acabará a política externa? [...] Transmitida pelo vice-presidente do Iraque, Taha Muhiddin Ma'arouf, então em visita oficial ao país, a solicitação de abertura de um escritório da OLP em Brasília criou mais de um mal-entendido. [...] Em suma, o reconhecimento não deve vir já, pois significaria uma **capitulação aberta demais** diante da pressão do Iraque. Mas poderá tornar-se inevitável se o governo, **pragmaticamente**, decidir que não há outra saída. [...] Existe nos meios diplomáticos israelenses uma preocupação de que o Brasil seja obrigado a importar do Iraque não somente petróleo, mas também a política da OLP.

(Edição 560, 30 de maio de 1979, p. 38)

Nessa relação comercial tendo o petróleo como principal produto, ascende uma outra importante área de comércio entre o Brasil e os países árabes: a venda de armamentos – principalmente, tanques e carros de assalto brasileiros -, que causou, inclusive, preocupação ao governo dos Estados Unidos, o principal fornecedor de armas para o governo saudita. No entanto, apesar dos esforços, não houve um grande sucesso na redução do déficit brasileiro nas relações comerciais com os países da região. O Brasil aumentou sua pauta de exportações, principalmente, produtos alimentícios, produtos manufaturados, com especial atenção à indústria de armamentos, e os serviços, especialmente, na área de engenharia, onde foram feitas grandes obras em parcerias com empresas brasileiras, como a construção da estrada de ferro no Iraque pela construtora

Mendes Junior. Também era crescente a busca brasileira pelos petrodólares para o financiamento de projetos nacionais. Apesar das muitas visitas entre os representantes brasileiros e de países árabes, esses preferiam investir nos países desenvolvidos.

A exportação de serviços de engenharia civil do Brasil para o Iraque foi um dos ramos mais importantes do relacionamento bilateral entre os dois países. A Mendes Jr abriu portas para que outras empresas brasileiras participassem do comércio bilateral entre os países, como a Sadia, a Massey-Ferguson e a Volkswagen.¹⁵⁸ Em 1982, foi criado o Banco Brasileiro-Iraqiano, em associação com o Rafidain Bank (TRAUMANN, 2011). A parceria com o Iraque assumiu um papel relevante no projeto de desenvolvimento econômico do Brasil. Com um mercado em potencial e na sua qualidade de grande exportador de petróleo, o país precisava importar de alimentos a manufaturados, fazendo com que o país figurasse como o terceiro parceiro comercial brasileiro, em 1977. Todo esse quadro denotava a complexidade das relações do Brasil com o Oriente Médio, passando pela questão dos palestinos.

No entanto, da mesma maneira que a política brasileira para o continente africano, também as relações Brasil-Estados Unidos influenciaram, a todo momento, as relações brasileiras com os países árabes. Por um lado, quando do afastamento das determinações estadunidenses para a região, e por outro, ao não abdicar de sua posição como “Ocidente”. A primeira crise do petróleo, em 1973, representou um ponto de inflexão na política exterior brasileira para o Oriente Médio. Ao lado da questão do suprimento do petróleo comprado pelo Brasil na região, o componente comercial de outros produtos além desse assumiria o caráter de preeminência, dado o profundo desequilíbrio na balança comercial entre ambos.¹⁵⁹

¹⁵⁸ O presidente da Volkswagen do Brasil, Wolfgang Sauer, fechou um negócio com o Iraque, em que trocaria seus veículos – 175 mil veículos modelo Passat - por petróleo para depois revender este produto à PETROBRÁS, atravessando “o país com caminhões carregados de petróleo até a Jordânia, onde o produto seria embarcado para o Brasil”. O Brasil procurou estreitar os vínculos com outros países exportadores de petróleo, como o Kuwait, Omã, Emirados Árabes e Bharein. No caso do Kuwait, inclusive, o governo daquele país adquiriu os 10% das ações da Volkswagen do Brasil, que pertenciam ao Grupo Monteiro Aranha (TRAUMANN, 2011).

¹⁵⁹ Para Azeredo da Silveira, seria uma “ilusão” pensar que a balança seria equilibrada, já que o consumo nos países árabes era restrito às elites, mas que, mesmo assim, a aproximação possibilitou compensar a importação de petróleo com a exportação de mercadorias e serviços (SPEKTOR, 2010, p. 124).

CAPÍTULO 4

UMA ANÁLISE DISCURSIVA DAS *CONTROVÉRSIAS* SOBRE A POLÍTICA EXTERNA PRESENTES NAS PÁGINAS DA *VEJA*

A imprensa é um campo, em si mesmo, discursivo, em que a notícia que é veiculada para o público se define dentro de uma complexa relação entre linguagem e prática social. Especialmente, é um discurso de poder, que tem os interesses políticos e econômicos dos atores envolvidos na disputa pela construção de um consenso presentes na sua produção e onde as ideologias definem esse espaço de luta pela hegemonia. Conforme Fiorin (2007), o discurso não é apenas o conjunto de frases, mas é o espaço das relações contratuais ou polêmicas e a materialização das formações ideológicas.

Desta forma, o intuito principal deste capítulo é apresentar os caminhos metodológicos e suas interfaces com os aspectos teóricos discutidos até aqui, buscando os elementos que inserem a revista *VEJA* como ator político relevante no quadro da política nacional, na defesa de um projeto próprio que pretendia tornar-se de senso comum. Considerada a maior revista semanal de informação do país e uma das maiores do mundo, a *VEJA* teve um crescimento baseado, principalmente, em uma agressiva campanha para conseguir assinantes, após os fracassos financeiros de seus anos iniciais. Além disso, a revista investiu na sua digitalização completa, do primeiro número às edições atuais, aumentando ainda mais o potencial de alcance de seu público-leitor, sem contar a afirmação autoconstruída de se constituir como “fonte fidedigna” de informações sobre a história do país. É importante ressaltar, inclusive, o papel que a revista ainda assume no panorama político brasileiro, mesmo com as críticas que recaem sobre o perfil conservador que se tornou dominante em suas páginas.¹⁶⁰

¹⁶⁰ Segundo os dados publicados pela Editora Abril, coletados até agosto de 2014, a segmentação do público leitor da *VEJA* está distribuída da seguinte maneira: 15% de leitores da classe A; 51% da classe B; 30% da classe C; 3% da classe D e E. Isso denota uma fatia maior voltada, exatamente, por uma classe média, concentrada na região Sudeste do país. Disponível em: <<http://www.publiabril.com.br/marcas/veja/revista/informacoes-gerais>>.

Apesar do *corpus* ser mais reduzido, ao se considerar que a escolha do objeto para análise recaiu sobre um único veículo de comunicação – a revista *VEJA* – e sobre um conjunto de artigos que abrange temas tratados com menos ênfase que aqueles que se relacionam com as questões da política doméstica, suas características apresentadas em um recorte temporal longo e, conseqüentemente, com um grande volume de edições, junto à própria seleção dos eventos, permitem que se possa construir um quadro de inferências aplicadas à relação imprensa/política no Brasil nos anos da ditadura e, especialmente, na sua transição para a democracia posterior. A possibilidade de um estudo qualitativo com essas características permitiu identificarem-se alguns elementos que passariam despercebidos em um estudo estatístico de um volume maior de dados, como os elementos discursivos que denotam essas relações de poder e a expressividade reduzida nos assuntos voltados à política exterior, mas que se constituíram em uma arena importante de lutas por posições hegemônicas. Não obstante, a investigação não desconsiderou uma quantificação simplificada, como a frequência em que os temas eram publicados na revista, onde a existência significativa daquele silenciamento ou de uma superficialidade sobre questões importantes não deixaram de ser considerados, e a evolução do número de edições durante o período, que mostrou seu crescimento substancial com o passar dos anos, culminando em sua posição atual no mercado midiático brasileiro.

Toda essa opção metodológica refletiu-se desde o primeiro momento da escolha do próprio veículo a ser analisado. O estudo tendo por base as revistas, excluindo os demais meios de comunicação, como o rádio, a televisão e mesmo os jornais diários, levou em consideração, inicialmente, as características definidas por Gramsci (2006) baseadas no conceito de *Revistas-tipo* por ele criado. Em sua análise, o autor construiu uma classificação das revistas em três tipos, segundo o leitor, o modo de sua compilação e os fins a que pretendem atingir, dividindo-os em: teórico, crítico-histórico-bibliográfico e o de cultura geral. (GRAMSCI, 2006, p.200-201). O primeiro deles combina elementos diretivos com um corpo editorial especializado, capaz de “fornecer, com uma certa periodicidade, um material cientificamente elaborado e selecionado”; o segundo tipo consiste no “exame analítico de obras, feito do ponto de vista dos leitores da revista que não possam, em geral, ler as próprias obras”,

permitindo que aquele leitor comum, que não tem o hábito “científico” do trabalho especializado, possa, também, “assimilar” o “sentido” deste hábito e elabore uma atividade crítica; e o terceiro tipo de revistas é aquele que Gramsci classificou como de “cultura geral”, pertencente ao que denomina de “senso comum” ou “bom senso”, que busca “*modificar a opinião média de uma determinada sociedade (...), introduzindo ‘novos lugares-comuns’*”, tendo algumas características de redação que as diferenciam das demais, como “*um certo distanciamento (de modo a não assumir tons de pregador), mas com cordial interesse pela opinião média*”, “*as revistas deste tipo podem ter grande difusão e exercer uma profunda influência*” (GRAMSCI, 2006, p.208-209). É neste último tipo que a *VEJA* se insere, não como proposta revolucionária, mas no reforço da construção de um consenso hegemônico por parte das elites e a partir de uma proposta de modelo político e econômico para o país fundado nos princípios liberais, como ela mesmo assumia.

É importante destacar que, para Gramsci, as concepções de “senso comum” e “bom senso” não se caracterizam como algo que permanece imóvel e rígido, mas, considerando que é este senso comum “*o documento de sua [de toda e qualquer corrente filosófica] efetividade histórica*”. Ou seja, a unicidade de uma opinião pública não é dada, mas construída historicamente. Apesar do discurso de democracia que a revista definia como dado, natural, buscava-se a construção de um modelo de democracia forjado entre seus pares, não inclusivo. Atuando como formadora de opinião pública para a disseminação do projeto neoliberal que se estabeleceu a partir dos anos 1990, em um quadro internacional marcado pelo fim da Guerra Fria e, no campo doméstico, na consolidação da democracia institucional no país, com a posse do primeiro presidente eleito pelo voto direto após os anos da ditadura militar, serviu como um poderoso instrumento de propaganda deste modelo, apresentando-o como alternativa mais consistente ao projeto anterior.

Além do enquadramento nessa tipologia, a proposta de uma análise a partir de revistas e não de outros veículos encontra o suporte na definição dada por Vilas Boas (1996) de que as revistas possuem algumas características específicas que as diferenciam dos demais veículos da imprensa, permitindo uma informação mais interpretativa e aprofundada de determinados temas. Essas características essenciais são sua

periodicidade - semanal, quinzenal ou mensal, e não diária como nos jornais usuais, suas temáticas e formatos diferenciados, com visual mais sofisticado, textos mais criativos que fornecem um maior número de informações, preenchendo o que o autor chama de “vazios informativos” das coberturas imediatas dos outros veículos, como os jornais diários, impressos e televisivo, e rádios. Esse tratamento textual que é dado na produção da notícia, ao mesmo tempo em que permite um tempo maior para a pesquisa e interpretação das informações, evidencia sua não imparcialidade, levando às revistas a assumirem seu papel de formadoras de opinião.

Nesta perspectiva, viu-se necessário compreender como se constrói o discurso da imprensa e as redes de poder que o envolvem, fazendo com que, para esta tese, a opção se desse por um estudo pelo método qualitativo tendo como referencial os pressupostos da *Análise Crítica do Discurso* - ACD, definidos, entre outros, por Fairclough (2001) e Van Dijk (1988, 2012). Um dos pressupostos da ACD é que o texto se constitui no resultado de vários discursos diferentes e negociados, onde também se refletem as diferenças de poder, caracterizando um espaço de lutas que envolve as ideologias em disputa. Um dos meios para se perceber e buscar a compreensão da circulação e da operação da ideologia no meio social é, justamente, na sua configuração no discurso da mídia, espaço de ideologias presentes na esfera pública que se dá através da linguagem e que incorpora relações de poder exercidas na sociedade. Através dos discursos midiáticos, constroem-se sentidos e imagens.

Por meio dos pressupostos da ACD ou, conforme denomina Van Dijk (2012, p. 10), os *Estudos Críticos do Discurso* (ECD), é possível verificar nos momentos de disputas, como os períodos de transição política, o reflexo desses confrontos entre os atores políticos nos enunciados construídos pelas personagens que participam da produção da notícia: os jornalistas, os donos dos veículos e as fontes. Os estudos a partir das ACD buscam interpretar o discurso político, em particular, as formas pelas quais se refletem e perpetuam as estruturas de poder na sociedade. Como afirma Wodak (2004), esta é uma disciplina que se ocupa, fundamentalmente, de analisar as relações de dominação, discriminação, controle e poder que se manifestam através da linguagem. Neste sentido, o discurso tem intenções conscientes que refletem as posições sociais dos produtores e receptores e podem revelar as estratégias de dominação política,

contribuindo, assim, para evidenciar as possibilidades de um discurso contra-hegemônico.

De modo geral, esse tipo de análise acaba se voltando para os editoriais dos veículos de informação. Considerando que é um texto argumentativo, apresentando um determinado tema, discutindo e analisando o assunto a partir de valores determinados, o editorial possuiu uma característica institucional, mesmo que escrito por um único editor, em que se representa a visão de mundo desse veículo. Segundo Van Dijk (1988, p. 13), a principal função dos editoriais “*é a expressão e a comunicação persuasiva de opiniões*”, que permite se examinar o discurso ideológico presente na sociedade. Nesse sentido, mais do que a opinião única do dono, visto que a o processo de construção de edição de um veículo de comunicação envolve diversos atores, o editorial acaba representando opiniões partilhadas entre os vários editores e outros grupos sociais a quem pertencem (VAN DIJK, 1995). Assim, através dos textos de opinião, são definidas as posições ideológicas ou morais que servem de identificação com seu público, aquilo que Verón (1983) denominou como o “contrato de leitura”, ou seja, a ligação que se define entre o veículo e seus leitores. A *VEJA*, que teve a presença forte de Mino Carta na sua direção do início da revista até sua saída tumultuada, usava os espaços dos editoriais na defesa aberta do projeto liberal da própria revista, como se viu na edição de seus dez anos, mencionada anteriormente.

No entanto, no caso do *corpus* selecionado, verificou-se que essas opiniões estiveram presentes em outros espaços da revista, naturalizados a partir de uma “neutralidade informativa”.¹⁶¹ Ao se iniciar o processo de recolhimento dos dados, percebeu-se que os temas sobre política externa ficavam distribuídos em seções diversas, envolvendo os aspectos políticos e econômicos, sem uma aparente ligação entre eles, ainda que não seja o que, de fato, acontecia. Nos momentos em que os interesses das elites voltavam-se para os aspectos econômicos, as temáticas apareciam nas páginas econômicas da revista, especialmente, naquelas direcionadas ao empresariado nacional. Já quando esses interesses envolviam os projetos de

¹⁶¹ Como visto, a “neutralidade informativa” é um dos *mitos* da profissão do jornalista. E, recuperado a mencionada afirmação de Barthes (2009), o mito naturaliza os valores burgueses.

redemocratização que se pretendia, os temas tinham acentuados espaços políticos, relacionando-os às questões da política interna, aproximando-se das primeiras páginas. É a partir da identificação dos *enquadramentos*, vistos na análise discursiva da revista que esses elos podem ser percebidos.

4.1 Alguns dos conceitos básicos das ACD

O conceito de “análise de discurso” é objeto de várias interpretações sobre a relação que se estabelece entre a linguagem e o sentido que a ela se dá e os efeitos sociais e políticos que estabelece. Mas, justamente por buscar esses efeitos na construção de uma realidade, tornou-se um caminho metodológico importante não apenas no âmbito da linguística como também no seio das ciências sociais, mais ainda, no que se refere aos estudos sobre mídia, espaço discursivo por excelência.

Contudo, as aproximações que se encontram entre as diversas teorias, principalmente, na importância do discurso nessa construção social da realidade, encontram, da mesma maneira, diferenças significativas, especialmente, nos aspectos discursivos extralinguísticos. Muitas vezes, a distinção entre a utilização de métodos de *Análise de Discurso – AD*, de *Análise de Conteúdo* ou das *ACD* não encontra fronteiras claras sobre as opções que se fazem no caminho da pesquisa. Podemos pensar, inicialmente, que este é um campo interdisciplinar, onde os diversos métodos encontram pontos de aproximação e distanciamento.

Considerando não ser o objetivo desta tese uma discussão conceitual sobre a análise de discursos, mas entendendo como necessário identificar os postulados que a nortearam, serão abordados, de forma bastante reduzida, os conceitos que envolvem a metodologia utilizada para a base de análise do *corpus* selecionado, com mais atenção aos pressupostos da *ACD*. Na realidade, como afirma Van Dijk (2012, p. 10-11), a *Análise Crítica dos Discursos* não é um *método de análise*, já que se constitui, antes de tudo, por um “*domínio de práticas acadêmicas, uma análise transdisciplinar distribuída por todas as ciências humanas e sociais*”.

A Análise de Discurso foi, durante muito tempo, um dos referenciais mais importantes neste campo de análise, com maior projeção na França através, principalmente, de Michel Pêcheux¹⁶², tratando da língua em seu processo histórico e privilegiando as condições de produção e recepção textual e os efeitos de sentido que produz. Neste sentido, a AD tinha como objeto de investigação o modo como os indivíduos interagem pela linguagem, enfocando seu uso concreto, como prática social, e a produção de sentido do discurso em seu processo de interação social, de maneira a detectar os processos de reprodução social do poder hegemônico que se dá através da linguagem. Conforme Orlandi (2013, p. 19), a Análise de Discurso se constituiu a partir de três pilares epistemológicos, articulando o linguístico ao sociohistórico e ao ideológico: em torno da Linguística de Saussure e da afirmação da não transparência da linguagem; da Psicanálise de Lacan, no que se refere à intervenção do inconsciente; e do Marxismo de Althusser.

Outra corrente teórica usualmente mencionada nos estudos sobre discurso, a Análise de Conteúdo, cronologicamente anterior à AD, se define por um conjunto de técnicas que tem no rigor do método a base epistemológica de sua construção, buscando uma descrição objetiva e sistemática do conteúdo da comunicação. Seu olhar voltava-se, mais acentuadamente, com o tratamento quantitativo e na possibilidade de fornecer técnicas precisas e objetivas que validem suas descobertas, na garantia de uma neutralidade conferida pelo método. No caminho de um diálogo com outras teorias no campo da análise de discurso, a AC se constituiu em um

conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a “discursos” (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. O fator comum dessas técnicas múltiplas e multiplicadas – desde o cálculo de frequências que fornece dados cifrados, até a extração de estruturas traduzíveis em modelos – é uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência. Enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre os dois polos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade.

(BARDIN, 2011, p. 15)

¹⁶² O pensamento de Pêcheux viria a ter muita influência no Brasil nos anos das décadas de 1980 e 1990, principalmente na UNICAMP.

Em finais dos anos 1970, outra vertente teórica – a Análise Crítica do Discurso (ACD) - surgia tendo seu foco no discurso como prática social, porém a partir de bases diferentes daquelas desenvolvidas pela Análise de Discurso e da Análise de Conteúdo. Especialmente preocupada com as estratégias do discurso das elites, partiu da referência de um estudo de oposição a esse discurso, na formulação de propostas de ação de um contrapoder à situação hegemônica. Sua linha de pensamento gira em torno da noção de que o discurso constitui e é constituído por práticas sociais em que se revelam o abuso de poder que se constrói a partir da linguagem na produção, na manutenção e na transformação das relações sociais. Neste sentido, uma contribuição importante veio do conceito de hegemonia de Gramsci, em seu entendimento de que um poder hegemônico tem, em seu próprio germe, uma força contra-hegemônica.

Os discursos, a partir das ACD, são constrangidos por ideologias e relações de poder, cujos efeitos recaem na construção das próprias identidades sociais. O poder exerce o papel de manter as relações de produção e a reprodução da dominação de classe. Como diz Van Dijk (2012, p. 4)

ao invés de focalizar problemas puramente acadêmicos ou teóricos, a ciência crítica toma como ponto de partida problemas sociais vigentes, adotando o ponto de vista dos que sofrem mais, e analisa de forma crítica os que estão no poder, os que são responsáveis, e os que dispõem de meios e oportunidades para resolver tais problemas.

Assim, o primeiro dos elementos a serem considerados nas ACD é o próprio conceito de DISCURSO. Diferente de outras definições conceituais, este é um modo particular de construir um assunto, tendo relação dialética com a estrutura social (FAIRCLOUGH, 2001). O discurso não é tão-somente um “objeto verbal” autônomo, mas situa-se social, cultural, histórica e politicamente (VAN DIJK, 2012). A constituição discursiva de uma sociedade decorre de uma prática social arraigada em estruturas sociais concretas e é orientada para elas, não se constituindo em um livre jogo de ideias. Segundo ainda Fairclough (2001), o discurso é uma prática política e ideológica. Como prática política, estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas em tais relações. E em sua prática ideológica, o discurso

constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados de mundo nas diversas posições das relações de poder.

Diferente da perspectiva estruturalista, em que discurso se define pelo conglomerado de palavras ou sentenças, cujo sujeito é um reproduzidor de um sistema linguístico e a língua uma estrutura variável; ou mesmo da perspectiva de Pêcheux do discurso como materialização ideológica, sendo o sujeito o depósito de ideologia, sem vontade própria; Fairclough (2001) constrói a ideia do discurso como uma prática social reprodutora e transformadora de realidades sociais, sendo o sujeito tanto o receptor da ideologia, quanto transformador de suas práticas discursivas, ressignificando as formações discursivas e reestruturando a dominação ideológica. Qualquer evento discursivo é, ao mesmo tempo, um texto, uma prática discursiva e uma prática social, a partir do qual o autor concebe sua perspectiva tridimensional do discurso como a dimensão da análise linguística em si, de seu processo interacional e das circunstâncias institucionais da sociedade. A natureza dialética do discurso o define como constituindo e sendo constituído pela realidade social, incluindo os elementos de sua própria resistência, contrariando a ideia de reprodução passiva. Neste quadro, até mesmo a análise que se faz do discurso remete a que o pesquisador assuma seu próprio papel ativo em seu posicionamento ideológico.

Para analisar o discurso como uma prática social tanto política quanto ideológica, Fairclough (2001, p. 100) propõe um modo de análise tridimensional baseada em:

a) análise textual, que é pautado nas categorias de estrutura textual - que se refere às próprias propriedades organizacionais do texto e à ordem de combinação dos elementos -, de coesão - que trata das ligações entre as frases, em seus mecanismos de referências, os campos semânticos, sinônimos e conjunções -, de gramática e de vocabulário - em sua combinação em frases e nas palavras individuais, nos sentidos e nas propriedades dos textos;

b) análise discursiva, que seria focada na análise da produção, da distribuição e do consumo do texto, assim como das condições das práticas discursivas, a partir das

categorias de forças dos enunciados - que se refere aos tipos de atos de fala -, de coerência do texto - que se relacionam às conexões e inferências necessários e seu apoio em pressupostos ideológicos - e da análise intertextual - que se refere às relações dialógicas entre o texto e outros textos (intertextualidade) e às relações entre ordens de discurso (interdiscursividade);

c) análise da prática social, que se preocuparia em verificar a matriz social do discurso, as ordens do discurso e os efeitos ideológicos e políticos do mesmo, em sua existência material nas práticas das instituições, o local das marcas das lutas de classe, a luta pela hegemonia. Na categoria ideologia, levam-se em conta os aspectos do texto possíveis de serem investidos ideologicamente, que correspondem aos sentidos das palavras, as metáforas, os estilos. Na categoria hegemonia, são consideradas as orientações da prática social, sejam políticas, ideológicas, econômicas e culturais, investigando o texto no processo de articulação, desarticulação e rearticulação de complexos ideológicos.

Fairclough (2001) define que toda prática entrecruza vários elementos sociais - atividades, sujeitos e suas relações sociais, instrumentos, objetos, tempo e espaço, formas de consciência, valores e discursos - que se articulam no jogo dialético discursivo.

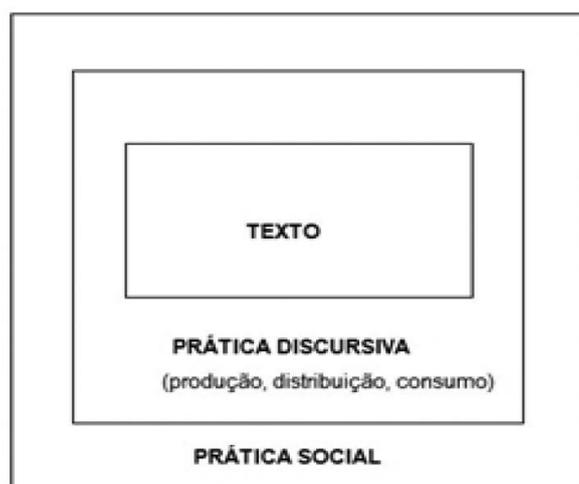


FIGURA 2: QUADRO TRIDIMENSIONAL DE ANÁLISE DO DISCURSO SEGUNDO FAIRCLOUGH (2001)

Na perspectiva de Chouliaraki & Fairclough (1999), as práticas sociais são constituídas por três elementos, além do discurso (momento linguístico/semiótico): as relações sociais, a atividade material e o fenômeno mental (crenças, valores, desejos, ideologias). Segundo Resende e Ramalho (2006, p. 36), a análise parte de um problema que, geralmente, é baseado em relações de poder, na naturalização de discursos particulares como sendo universais, para seguir na identificação de elementos da prática social que sustentam o problema verificado e que constituem obstáculo para mudança estrutural, e, posteriormente, para a verificar se existe uma função particular para o aspecto problemático do discurso e dos modos possíveis de ultrapassar os obstáculos.

Dentro de uma *tipologia* pela qual o poder é exercido por intermédio do discurso, aquele que se dá pela mídia pode ser inserido em uma forma de influência, onde as notícias não apenas “descrevem” um evento e suas possíveis consequências, mas apresentam, e naturalizam, as ações e as representações das elites, fabricando aquela base consensual do poder e identificando os atores que *têm* esse poder (VAN DIJK, 2012). A limitação do acesso ao discurso e o modo de divulgação, em que a seleção das informações se constitui em um dos elementos de sua modulação, traduzem, também, essas relações de poder e de hegemonia.

Outra conceituação importante nas ACD é o de CONTEXTO. Os discursos são históricos e somente podem ser entendidos em referência a seus contextos. Não apenas os termos em suas transformações gramaticais, mas em suas conotações ideológicas. Nesse sentido, uma análise crítica envolve o reconhecimento do ambiente que envolve esse discurso, seus atores e suas relações. Segundo Van Dijk (2012, p. 18-19),

Se o discurso controla mentes, e mentes controlam ação, é crucial para aqueles que estão no poder controlar o discurso em primeiro lugar. Como eles fazem isso? Se eventos comunicativos consistem não somente de escrita e falas “verbais”, mas também de um contexto que influencia o discurso, então primeiro passo para o controle do discurso é controlar seus contextos. (...) Isso significa que precisamos examinar em detalhe as maneiras como o *acesso* ao discurso está sendo regulado por aqueles que estão no poder, como é tipicamente o caso de uma das formas mais influentes de discurso público, qual seja, o da mídia de massa (...).

Pensando nisso, foi avaliado que, para compreender o discurso construído pela *VEJA* em torno das disputas políticas na defesa de valores compartilhados pelas elites a qual fazia (faz) parte, era necessário recuperar as análises sobre o próprio processo de transição política, incluindo os elementos da política externa como variáveis fundamentais desse processo. Não se trata do contexto como elemento externo ao discurso, mas como constituinte desse discurso, principalmente no papel que se atribui à mídia na construção de referenciais simbólicos, partindo de elementos da realidade concreta.

Dentro do arcabouço da ACD, foi utilizado por esta tese, também, o conceito de IDENTIDADE, que tem relação com a origem social, a classe, as atitudes, as crenças daquele que fala, expressa nas formas linguísticas e dos significados selecionados pelo falante, atribuindo uma identidade para si e para o outro que fala e no compartilhamento de valores dentro do grupo social. A utilização deste conceito partiu da identificação da imprensa, representada tanto pelos proprietários dos meios de comunicação como pelos jornalistas, como membro das elites simbólicas, partilhando os valores com as outras elites e, no caso da transição brasileira, na defesa de um projeto de democracia.

Por último, os conceitos de CRÍTICA, IDEOLOGIA e PODER, a partir da perspectiva da ACD, corresponderiam a um certo distanciamento dos dados, mas, ao mesmo tempo, analisariam o estabelecimento e a conservação de relações desiguais de poder, com o objetivo de desmistificar os discursos por meio da decifração da ideologia. Esse poder não se efetiva, apenas, através das formas gramaticais que se encontram no texto, mas no controle que uma pessoa é capaz de exercer sobre uma situação social através desse texto. Conforme Wodak (2004, p. 31),

Nos textos, as diferenças discursivas se negociam. Estão regidas por diferenças de poder que se encontram, por sua vez, parcialmente codificadas no discurso e determinadas por ele e pela variedade discursiva. Como consequência, os textos são com frequência arenas de combate que mostram as pistas dos discursos e das ideologias encontradas que lutaram e batalharam pelo predomínio.¹⁶³

¹⁶³ Tradução da autora.

4.2 Identificação do *corpus*

Conforme mencionado anteriormente, o material de imprensa analisado foi composto do conteúdo das publicações de *VEJA* que envolveram as questões referentes a dois eventos da política exterior do governo ditatorial em seu processo de transição. Ao considerarmos a ideia de conteúdo, ampliamos o olhar de análise, por incorporarmos as reportagens, mas também as notas, entrevistas, anúncios, capas, quaisquer espaços onde os temas fossem abordados na revista. Complementando este *corpus* principal na revista, foram levantados documentos, discursos e entrevistas que possibilitassem, no cotejamento com as matérias publicadas, buscar a possível influência no processo decisório e as relações entre os atores envolvidos no processo político. A identificação e o tratamento dessa documentação seguiram os mesmos procedimentos de análise da revista, no que tangia aos atores produtores e receptores dos mesmos, seus elos e sua leitura discursiva.

Como exemplificam alguns dos documentos constantes dos anexos, essa seleção documental compôs um *corpus* que incluiu os discursos dos presidentes e dos chanceleres, trocas de correspondências¹⁶⁴ e os documentos liberados pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos sobre as temáticas, onde as preocupações apontadas nas disputas dos atores políticos brasileiros apareciam como questões, também, daquele país em suas conversações internacionais. Essa documentação encontra-se disponível no site do *National Security Archives*¹⁶⁵, da Universidade George Washington, que reúne a principal documentação liberada sobre as ditaduras latinoamericanas e outras relações envolvendo a política externa dos Estados Unidos, mas também no site do Departamento de Estado, com os documentos relativos ao *Foreign Relation of the United States Series*¹⁶⁶, liberados através do *FOIA – Freedom of Information Act*. Também foram vistas as documentações constantes das bibliotecas dos presidentes Gerald Ford¹⁶⁷ e Jimmy Carter¹⁶⁸. A importância desses documentos

¹⁶⁴ Especialmente, os documentos que estão nos arquivos do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas e os discursos publicados na *Revista Brasileira de Política Internacional*, do Ministério das Relações Exteriores, e dos presidentes Ernesto Geisel e João Baptista de Figueiredo.

¹⁶⁵ Disponível em: <http://www2.gwu.edu/~nsarchiv/>.

¹⁶⁶ Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/about-frus>.

¹⁶⁷ Disponível em: <http://www.fordlibrarymuseum.gov/library/docs.asp#Presidency2>.

evidencia-se na recuperação das ações da política exterior do Brasil que eram objeto de preocupação dos Estados Unidos, mas que se viram desconsideradas, em muitos momentos, pela revista, levando ao questionamento sobre os motivos de seus silenciamento como uma das variáveis da análise. Trazendo uma desta análises como exemplo, o reconhecimento da independência de Angola como momento-chave permaneceu como importante questão da política exterior estadunidense, que acompanhava os movimentos posteriores da guerra civil naquele país, que persistiu até 2002, quando da morte de Jonas Savimbi, líder da UNITA.

O recorte temporal acompanhou aquele definido por Codato (2005, p. 83) como os estágios de *transformação* e *dissolução* do regime militar, respectivamente, os governos de Ernesto Geisel (1974-1979) e João Baptista de Figueiredo (1979-1985), os dois últimos governos militares, propriamente ditos, da ditadura brasileira, abrangendo o período de março de 1974, quando o primeiro desses presidentes tomou posse, até março de 1985, quando o presidente Figueiredo deixou o poder e um novo presidente civil assumiu. Como já mencionado, o período de transição configura-se como um momento de disputas por novas hegemonias. Os dois últimos governos militares, apesar de representarem o processo de mudança política da ditadura para a democracia no país, tiveram características diferenciadas no que tange ao relacionamento imprensa, principalmente nos mecanismos de cerceamento de seu funcionamento, além de representarem momentos de *incerteza política*.

Apesar da pesquisa ter se concentrado nas notícias envolvendo os eventos de política externa identificados no decorrer desta tese, a metodologia envolveu uma primeira leitura superficial de todas as edições da revista durante o período determinado, de maneira a se identificar o perfil geral que foi sendo construído no decorrer dos anos em que ganhava espaço no mercado. Esse total correspondeu a 572 edições, de março de 1974 a março de 1985. Nesse corpo mais geral, foram levantadas tiragens, em uma análise que se fez acompanhar do cotejamento com o contexto de fortalecimento da grande imprensa.

¹⁶⁸ Disponível em: <http://www.jimmycarterlibrary.gov/>.

Ainda que não tivesse alcançado a mais de 1 milhão de edições mensais, como passou a acontecer dos anos 1990 em diante, a revista, que começou com uma série de problemas econômicos, com redução de anunciantes e de tiragens, o que levou a Editora Abril a investir, agressivamente, nas assinaturas individuais, teve um crescimento significativo nos finais dos anos 1970, quando o país entra em um novo momento da redemocratização, com a anistia e o fim do bipartidarismo, estabilizando em uma média de 500.000 mil edições/mês nos anos da década seguinte. Como mencionado, a maior parte passou a ser voltada para as assinaturas, que foi uma das estratégias utilizadas pela Abril quando da queda inicial de anunciantes. Sua primeira edição foi lançada com uma tiragem de 700 mil exemplares, chegou a 100 mil logo na sua quinta edição e caiu para 16 mil nas vinte edições seguintes, levando a que ficasse em situação crítica. A venda por assinaturas começou a ser implementada em 1972, levando à estabilização da revista nos anos posteriores. A partir de 1976, ano em que a Editora Abril conseguiu a liberação do empréstimo que solicitou à Caixa Econômica Federal, a revista passou a editar cerca de 170 mil exemplares/semana, aumentando para cerca de 250 mil exemplares/semana dois anos mais tarde, até chegar, no começo da década de 1980, a uma média de 400 mil exemplares/semana. Em dados de agosto de 2014, a revista tem uma tiragem de 1.132.356 exemplares, sendo 906.215 somente de assinaturas.¹⁶⁹

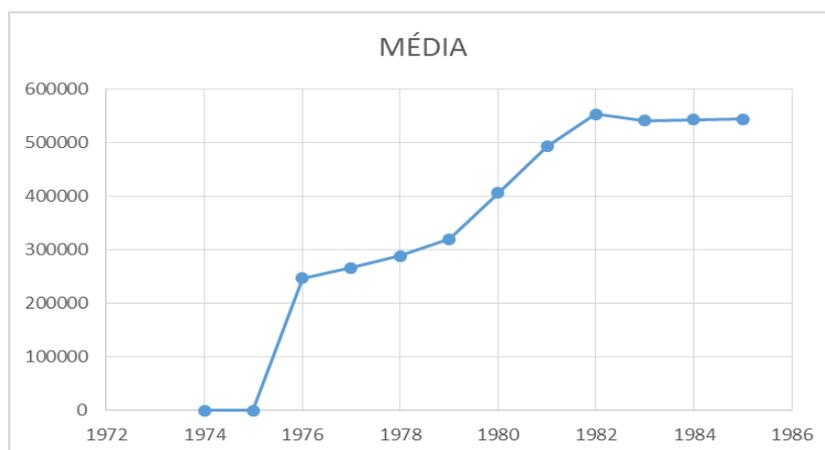


GRÁFICO 1 – TIRAGEM MÉDIA ANUAL DE MARÇO DE 1974 A MARÇO DE 1985¹⁷⁰

¹⁶⁹ Dados disponíveis no próprio site da Editora Abril, referentes ao levantamento do IVC – Instituto de Verificação de Circulação: <<http://www.publiabril.com.br/marcas/veja/revistas/informacoes-gerais>>.

¹⁷⁰ A revista somente passou a informar a tiragem, em suas edições, a partir de agosto de 1976.

Posteriormente, buscou-se uma identificação preliminar dos espaços onde eram tratados os temas internacionais, sem diferenciar quanto suas definições como assuntos gerais e assuntos de política externa, nos dois veículos.¹⁷¹ Apesar de buscar os elos entre os temas e sua localização, foram vistos, também, os gêneros jornalísticos - as reportagens, as editoriais, cartas dos leitores, notas e outros, sua função como material informativo e/ou publicitário e a relação entre título, conteúdo e imagem (NASCIMENTO, 2002, p. 77). Contudo, ao fazer esse levantamento preliminar, foram considerados outros elementos de composição, como as capas – “vitrines” que chamam atenção para determinados temas que eram aprofundados nas edições -, em que imagens e textos remetem àquilo que se pretende definir como importante, em uma hierarquia de temas, para a discussão pública, as imagens que compunham as reportagens e outros espaços, como os anúncios e as cartas dos leitores.¹⁷²

Tendo feito esse levantamento geral, foram selecionadas para análise discursiva apenas as reportagens que tratassem de **Política Externa** - envolvendo os aspectos políticos e econômicos - ou **Notícias Internacionais**, relacionadas aos eventos específicos, diferenciando, ainda, as *notas*, *reportagens* mais aprofundadas e os *editoriais*.¹⁷³ Nessa distinção, recorreu-se ao conceito de *enquadramento*. Conforme Porto (2002), os enquadramentos são os recursos que organizam o discurso através de práticas específicas (seleção, ênfase, exclusão etc), que acabam por construir uma determinada interpretação dos dados. O posicionamento da reportagem, a partir da perspectiva do enquadramento de Wolfsfeld (2011), no cotejamento com o contexto a

¹⁷¹ Não há uma identificação imediata do título da reportagem no sumário da revista, o que torna necessário que as edições sejam vistas por mecanismos específicos de busca, além daquela leitura inicial.

¹⁷² Em grande medida, as manchetes estampadas nas capas de jornais e revistas assumem o papel de instrumentos para definição da agenda pública, conforme a concepção da *agenda setting*.

¹⁷³ Para buscar compreender os mecanismos de como a imprensa tratava as questões de política externa, é preciso fazer a distinção sobre o que identifica uma notícia internacional de um determinado tema daquela que trate de políticas externas *stricto sensu*. Nessa divisão, as notícias sobre o exterior podem ser definidas em três grupos: (1) aquelas que tratam de eventos estrangeiros, não necessariamente associados ao país; (2) as que tratam, especificamente, das questões de política externa; e (3) as notícias que tratam de questões econômicas, de ordem pública e, também, privada. Para fins da tese, os três grupos foram rearrumados em dois ambientes: o ambiente externo, que envolve o primeiro grupo das notícias internacionais e que segue os princípios do jornalismo internacional; e o ambiente doméstico, escopo desta tese, em que estão envolvidas as decisões de política externa e as questões econômicas, com interações entre os atores domésticos, seus interesses e possibilidade de influência nos assuntos externos.

que se referia, possibilitou identificar alguns dos elementos sobre a condução pretendida pela revista no sentido de defender um projeto de democracia econômica, onde a presença do Estado fosse reduzida em relação ao livre mercado, tendo, na outra ponta, uma democracia política com a participação da sociedade civil, porém com o controle dos movimentos sociais. A política externa, neste caso, era vista em sua relação com os interesses dos grupos que apoiavam essa desestatização econômica e nas possíveis ameaças que levaria um posicionamento decisório do governo desfavorável a esses interesses.

Em momentos de crítica mais incisiva a uma decisão nesse campo, ainda que a *VEJA* estivesse sob censura, os eventos eram tratados nas primeiras partes da revista, inclusive, tendo sido criada uma seção específica para abordar os assuntos de política externa denominada **DIPLOMACIA**. Esta seção, no entanto, não aparecia em todas as edições e sua localização na revista variou de acordo com a relevância dada os eventos, sendo que, ainda, trazia reportagens sobre questões de política externa de outros países que não o Brasil. Nos anos do governo Figueiredo, a seção não deixou de existir, mas outros espaços da revista tratavam das questões de política exterior, como a seção **RADAR**, onde entravam diversas pequenas notas, em assuntos domésticos, internacionais e sobre política externa.

A localização e a periodicidade dessas seções foram identificadas como variáveis importantes. A seção **DIPLOMACIA** tinha, como características, textos maiores, não apenas *informativos*, mas de gênero também *opinativo*, tendo como ponto focal, no governo Ernesto Geisel, a crítica às decisões do chanceler Azeredo da Silveira e do Pragmatismo Responsável, ainda que travestido em um perfil de objetividade. Tratava não apenas das questões de política exterior brasileira, abordando notícias de outros países, como o encontro entre Jimmy Carter com o presidente chinês Hua Guofen, publicada na edição 619, de 16 de julho de 1980. Já a seção **RADAR** não era específica para questões de política exterior, sendo voltada para dar pequenas notícias, sinais, como em um radar, sobre temas econômicos e políticos. Os temas de interesse externo acabavam inseridos nessas questões. A seção passou a ser publicada em 31 de outubro de 1979, edição 582, no governo do general Figueiredo.

Além dessas divisões, a revista diferenciava a “política interna”, em seções com este título ou, então, “Brasil”, dos assuntos de política exterior, que vinham, ou nas duas seções citadas acima, ou em reportagens específicas. Em assuntos mais polêmicos, como o reconhecimento de Angola e o voto condenando o sionismo na ONU, a revista publicou extensas reportagens dentro daquilo que foi identificado como **NOTÍCIAS INTERNACIONAIS**. Em grande medida, a defesa de uma linha ideológica ficava mais evidente nessas reportagens do que nas que tratavam das decisões do governo. O argumento da censura, nesse caso, torna-se incongruente ao se considerar que os temas eram tratados muito próximos e interligados em menções constantes dos próprios textos, mesmo nos períodos em que a censura prévia persistia na revista, como se viu no trabalho de Gazzotti (1998) sobre o formato que essa teve na *VEJA* durante o período.

Como a coleta dos dados envolveu os elementos discursivos do texto e suas condições de produção, e diante da hipótese central de que a imprensa é, também, parte das elites, em sua condição de *elite simbólica*, foram coletadas as informações da própria empresa e de seus atores, buscando os nexos desse enquadramento nas elites a que pertenciam ou em sua posição “híbrida”¹⁷⁴, nas relações com as demais elites políticas, econômicas e sociais, que foram apresentadas no corpo da tese, especialmente, no segundo capítulo. Além disso, essas redes de comunicação envolvem editores, redatores, colaboradores e anunciantes, ou seja, as demais vozes que participam da construção do discurso veiculado pela revista, como força social que definia seu projeto político.

Como afirma Van Dijk (2012), um contexto é a situação social do evento comunicativo e envolve, dentre outras propriedades, os participantes envolvidos na comunicação, assim como seus papéis sociais. E, dentro da linha teórico-metodológica estabelecida nos pressupostos das *ACD* de Fairclough (2001), no que corresponde à análise da conjuntura que envolve o discurso, buscou-se, conforme apresentado nos capítulos anteriores, identificar a própria constituição da revista como ator político e os elos que definiam seu perfil, na associação com o contexto político.

¹⁷⁴ Segundo Perissinotto (2003, p. 2), refere-se “ao indivíduo que transita de diferentes maneiras por diversos setores da elite”.

No caso dos anunciantes, foi feito um levantamento completo das empresas que anunciavam nas páginas da revista, buscando suas relações com as questões elencadas para a análise. Nesse levantamento, no entanto, apenas nos anos finais do governo Figueiredo é possível perceber que os espaços de propaganda dão maior destaque para as empresas de construção civil que tinham importantes laços com os negócios feitos pelo governo brasileiro com o Oriente Médio.¹⁷⁵ A maior parte dos anunciantes era de bancos e empresas seguradoras, empresas de investimentos, empresas automobilísticas, empresas da aviação civil, empreiteiras, eletrodomésticos, bebidas e cigarros, que representavam, por sua vez, a proposta liberal defendida nas páginas da revista. Contudo, a relação mais próxima entre anunciantes e os interesses defendidos pela revista dava-se nas questões políticas internas, principalmente, com o crescimento dos movimentos sociais e as greves, mais ao final do governo João Figueiredo, no confronto pela redemocratização do país.¹⁷⁶

Se o espaço das *páginas amarelas* das entrevistas que dariam voz àquela “ideologia da competência” (CHAUI, 2010), com opiniões balizadas ou facilmente refutadas, no caso de uma manipulação que envolve “aquilo que não se quer”, os editoriais, como o que foi utilizado por Victor Civita para fazer um balanço dos dez anos da revista, portanto, ainda dentro da ditadura, mas já sem a censura, representavam os espaços de defesa de seus projetos e dos interesses a quem representavam. Mais ainda, o espaço do editorial encontrava, na representação de uma “neutralidade” das informações, a naturalização de uma concepção de mundo e de uma nova ordem neoliberal. As questões envolvendo os movimentos sociais que eram estampadas na revista, na verdade, eram dirigidas não aos seus sujeitos, mas aos que teriam a possibilidade de seu controle – o empresariado e o próprio governo.

¹⁷⁵ Como o volume de informações sobre os anunciantes é muito grande, diante do recorte temporal, optou-se apenas por apresentar os principais grupos.

¹⁷⁶ Como exemplos, as edições 522, de 6 de setembro de 1978 e 862, de 13 de março de 1985.

4.3 Análise quantitativa e qualitativa dos dados

A pesquisa feita por Almeida (2009, p. 180) levantou as matérias que não foram publicadas por conta da censura, durante aqueles anos. Especialmente naquilo a que se refere esta tese, as questões sobre política externa, o levantamento as denominou de *Questões Internacionais*. Nessa unidade temática, foram 22 matérias, em um total de 138, correspondendo a 16%, de matérias censuradas, com uma grande variedade de subtemas, sendo, segundo a autora, a editora mais visada pelos censores. Além das matérias propriamente ditas, outras seções da revista sofreram a supressão de sua publicação, como a editoria das Cartas de Leitores. No caso do tema *Questões Internacionais*, correspondeu a 10,52% do total do material censurado (ALMEIDA, 2009, p. 284).

Essa unidade temática foi dividida em 13 subtemas: Espanha, Argentina, Chile, Alemanha, Cuba, Estados Unidos, França, Relação entre Igreja e Estado na América Latina, Itália, México, Israel, Relação Europa/Estados Unidos x União Soviética, União Soviética (ALMEIDA, 2009, p. 230). Percebe-se que um possível subtema sobre o continente africano não se inclui, tampouco Oriente Médio, que poderia ser relacionado ao subtema de Israel. Essa aproximação se deu mais ao tema de *Questões Econômicas*, no subtema “Petróleo/Petrobras”, que, ainda segundo o levantamento da autora, versariam sobre os contratos de riscos que se pretendia firmar com as multinacionais, como saída para a crise internacional do petróleo que afetava a economia brasileira.

Já a análise quantitativa simplificada feita para esta tese, como mencionado anteriormente, fez um levantamento inicial de 572 edições. Desse total, foram identificadas 97 edições com o tema geral sobre QUESTÕES PALESTINAS, sendo 36 com notícias sobre POLÍTICA EXTERNA e as restantes 61 edições com NOTÍCIAS INTERNACIONAIS. Em relação a ANGOLA, foram analisadas 122 edições com o tema geral África, sendo, no quadro das notícias sobre política externa, 24 edições específicas sobre a relação daquele país com o Brasil. Neste quadro, umas das questões percebidas foi o baixo percentual das notícias sobre os temas no total das edições. No entanto, mais do que representar a atuação da censura mais rígida naqueles anos, pode-se pensar na perspectiva do silenciamento proposital. No quadro do anexo 2, podemos

verificar que os temas foram publicados nos momentos mais críticos das decisões do governo brasileiro em relação aos eventos, até mesmo durante o período da censura prévia que vigorava na edição da revista. Por outro lado, ainda que fossem temas relevantes para a política exterior e mesmo para a política econômica do país, os temas, permaneciam somente nas notas ou nas reportagens internacionais, na grande maioria, de forma crítica e sem tanto destaque.

Esses levantamentos iniciais foram fundamentais para que fossem feitos os levantamentos *secundários*, identificando as reportagens para serem analisadas, dentro da proposta da ACD. Nessas análises, foram vistos, especialmente, os componentes para identificar o discurso dentro do referencial do “quadrado ideológico” definido por Van Dijk (2012), que descreve acontecimentos ou características dos objetos discursivos em diferentes níveis de generalização ou especificação, de acordo como os enunciados procurem enfatizar as ações dos atores envolvidos. A base dessa estratégia argumentativa se assenta em quatro matrizes: (1) as propriedades e/ou ações **positivas** do “Nós” são enfatizadas; (2) as propriedades e/ou ações **positivas** do “Eles” são abrandadas; (3) as propriedades e/ou ações **negativas** do “Eles” são enfatizadas; (4) as propriedades e/ou ações **negativas** do “Nós” são abrandadas (VAN DIJK, 2012, p. 136-137). Especialmente durante o período do Chanceler Antônio Francisco Azeredo da Silveira, ficou evidenciada essa clivagem.

Essa análise deu-se, primordialmente, a partir de alguns elementos do texto, como: as *estruturas não verbais*, que envolvem as imagens e os *layouts* das páginas onde se localizavam as matérias, buscando identificar quem eram *Eles* ou *Nós*; a *sintaxe*, onde se localiza a responsabilidade da ação, caracterizada nas orações ativa e passiva; o *léxico* gramatical, as palavras utilizadas para denotar as matrizes negativas e positivas do *Eles/Nós*; os *dispositivos retóricos*, como as figuras de linguagem da metáfora e da ironia, as *ressalvas*, em que esse sentido do negativo/positivo mais se evidencia (VAN DIJK, 2012, p. 136-137).

Nessa perspectiva, também foram analisadas as categorias da *intertextualidade*, os *atores sociais* envolvidos e as *metáforas* utilizadas. Tais categorias mostram essenciais na compreensão da prática social do discurso, ao perceberem as vozes

específicas que falam e que calam, e as formas pelas quais dizem, especialmente, os elementos argumentativos que constituem o discurso. Conforme Resende e Ramalho, na análise sobre uma reportagem da própria *VEJA* sobre a invasão do Iraque,

A naturalização tanto da representação que privilegia determinados atores e vozes, quanto das metáforas que inculcam sentidos negativos ao grupo político médio-oriental possibilita a ação da ideologia por meio da violência simbólica (...)

(RESENDE e RAMALHO, 2006, p. 113)

Um texto jornalístico, que corresponde, na verdade, a constituição de vários textos na edição de uma publicação, segue determinados modelos de estrutura onde os elementos acima mencionados se formam. Uma notícia é formada, basicamente, por três partes compostas pelo título, cabeça ou o *lead* e corpo. Em sua estrutura convencional, tem-se, em uma matéria, o título; o *lead* e, muitas vezes, o *sublead*, um desdobramento brasileiro do primeiro, para situar os eventos, visualmente, na página; os eventos principais e o contexto que o envolve; os comentários e a avaliação. Se o título nem sempre tem a identificação imediata com o conteúdo da notícia, o *lead*, que assumiu um papel fundamental na modernização da imprensa, é aquele que seduz o leitor e traduz o enquadramento da notícia, que é apresentada de uma maneira condensada para que se tome conhecimento do que se quer tratar e busca persuadir a leitura até seu final.

Algumas categorias do discurso noticioso são intuitivamente reconhecidas: o cabeçalho precede o lead e juntos precedem o resto da notícia. Juntos expressam os tópicos mais importantes do texto. Pode-se introduzir a categoria sumário englobando o cabeçalho e o lead. O cabeçalho junto com o lead sumaria as notícias e expressa a macroestrutura semântica. Ora este constrangimento estrutural vai condicionar a totalidade do discurso de forma hierárquica, até ao nível das microestruturas do discurso noticioso, de acordo com uma lógica de coerência local e global. O acesso às macroestruturas semânticas e aos tópicos constitui uma importante forma de controlo como é fácil de verificar com os editores noticiosos que decidem quais os tópicos que serão objecto de cobertura noticiosa.

(CORREIA, 2005, p. 95)

Surgido na imprensa dos Estados Unidos ao final do século XIX, o *lead* tem a função de relatar, no primeiro parágrafo do texto e de forma sintética, os fatos mais importantes da notícia, a partir das respostas a seis perguntas básicas: *O quê? Quem?*

Quando? Como? Onde? Por quê? O redator da matéria, segundo os manuais de jornalismo, deve observar cinco exigências básicas: (1) que se apresente um resumo do fato; (2) que se identifiquem os lugares e as pessoas envolvidas no contexto; (3) recupere-se o peculiar na história que envolve a notícia; (4) a atualidade das notícias sobre o evento; e (5) que estimule o leitor a ir até o fim da matéria.

No quadro abaixo, são apresentados, sinteticamente, três exemplos das análises que foram feitas, naquelas que foram consideradas como as matérias mais significativas envolvendo os temas gerais selecionados, publicadas nas edições 314, 376, que tiveram publicadas três matérias que se complementam, e 599¹⁷⁷:

ED.	TÍTULO DA MATÉRIA	1º PARÁGRAFO/LEAD	ELEMENTOS DO DISCURSO
314	DIPLOMACIA. Aos beijos e abraços...	<i>Mactub. Bem que os textos sagrados há 1400 anos haviam provido os muçulmanos com reservas de fatalismo para todas as ocasiões, até mesmo as surpresas da política internacional. Pois se tudo, reza o Corão, “está escrito” em caracteres ilegíveis nos livros do destino, nem por um momento conseguiram abalar a fé e a serenidade do xeque Omar Abbas al Sakkaf os agnósticos repórteres que, reunidos à sua volta na sala 9 do Hotel Nacional de Brasília, sexta-feira da semana passada, pretenderam adicionar algumas gotas dos 70 bilhões de toneladas de petróleo saudita ao combustível generosamente sentimental que aquece, cada vez mais, a amizade entre Brasil e a Arábia. Imperturbável dentro de um terno preto ricamente talhado, Sakkaf fez ouvidos de mercador a essas insinuações. “Deus realizou essa grande vantagem”, rebateu o ministro dos Negócios Estrangeiros da Arábia Saudita, invocando cinco vezes a intervenção divina numa</i>	A seção onde a matéria se localiza – DIPLOMACIA – já denota o tema principal da matéria. Contudo, se essa aparece como neutra, o título, que é o sumário das informações mais importantes da notícia traduz um juízo de valor não explicativo do conteúdo, levando mais à curiosidade do leitor pelo recurso da ironia. A ironia do título é complementada, principalmente, pelas legendas das fotografias. Não há um <i>lead</i> explicativo, mas o primeiro parágrafo faz aquele papel de “cabeça” da matéria jornalística, que se compõem de outros pequenos textos que a complementam. Nessa primeira parte, as metáforas são mais presentes na apresentação de uma cultura diferente. Essas diferenças tendem a ser mais enfatizadas, porém, na oposição às críticas feitas ao chanceler Azeredo da Silveira, no corpo da matéria, o <i>ELES</i> é visto de forma positiva. O <i>NÓS</i> , por sua vez, não representava a própria revista, mas o governo brasileiro, que se apresentou culturalmente inferior à “exótica” cultura árabe. Os principais atores nomeados são o xeque al Sakkaf, que também era categorizado por seu cargo, e o chanceler Azeredo da Silveira. Mas, também estão referenciados os “agnósticos repórteres”, cuja adjetivação transparece o conflito entre a racionalidade política e a

¹⁷⁷ Essas análises foram realizadas para cada uma das matérias selecionadas.

		<p><i>entrevista onde a imprensa queria que reinasse absoluto o petróleo: “Nós nos tornamos amigos íntimos, que é inestimável, pois amizade não se compra com dinheiro e cortesia.”</i></p>	<p>religiosidade árabe, representada no discurso direto entre aspas em que o xeque afirma ter sido <i>Deus</i> o responsável pela amizade entre os dois países, caracterizando sua intertextualidade. Por outro lado, o exotismo não desqualifica o representante árabe, apresentado como ocidentalizado e com mais firmeza que Azeredo da Silveira, denotando que essa religiosidade era mais pragmática que a própria política definida pelo governo brasileiro.</p>
376	DIPLOMACIA. Na defensiva.	<p><i>A segunda-feira da semana passada, 10 de novembro, bem que poderá ser comemorada no futuro como o Dia do Pragmatismo Responsável, se a história ainda por ser escrita das relações internacionais der razão ao patrono da nova política externa brasileira, chanceler Antônio Francisco Azeredo da Silveira. Pois, nesse dia – e antes mesmo que os países do bloco socialista o fizessem –, o Brasil reconheceu a independência angolana e, implicitamente, a hegemonia do Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA) na antiga colônia portuguesa (veja a reportagem na página 30). E confirmou no plenário das Nações Unidas – na solitária companhia de Cuba e do México, entre todos os vizinhos latino-americanos – o voto que já havia dado na Comissão de Assuntos Sociais, Humanitário e Culturais da ONU a favor da resolução que “condena o sionismo como uma forma de racismo e discriminação social” (VEJA n. 373, de 29-10-75).</i></p>	<p>Da mesma maneira que a matéria anterior, esta se localiza na seção DIPLOMACIA, já definindo o tema geral. E o título, também não explicativo, aponta para uma direção de confronto, em uma posição, evidentemente, de inferioridade em relação ao oponente, já que aquele que está na defensiva costuma ser colocado na posição de mais fraco. Não há um <i>lead</i>, mas o primeiro parágrafo faz o resumo do que trata a reportagem, abordando os pontos principais da mesma, já com as chaves da compreensão a que quer apresentar: a crítica ao Pragmatismo e ao seu chanceler, a aproximação do país com países do bloco socialista, o que vai na contramão das propostas do regime que assumiu em 1964 (isso será retomado em matérias posteriores, mantendo a crítica à decisão brasileira), a não aceitação do MPLA como poder hegemônico em Angola, a associação do voto condenando o sionismo a uma postura “equivocada” diante desse quadro. O recurso da intertextualidade, neste caso, remetia a outras matérias publicadas. Essa matéria tem um componente visual que, apesar de não ter relação com seu conteúdo, leva, em um primeiro olhar, para a crítica a que se propôs. Ao lado da reportagem, que não é muito extensa, uma foto do general Ariel Pacca da Fonseca, Comandante da 2ª Região Militar de São Paulo, com a legenda: “Pacca: em defesa da democracia”. Essa foto dá a impressão, no primeiro momento de fazer parte da reportagem.</p> <p>Duas matérias internacionais complementam o questionamento feito pela revista aos dois posicionamentos brasileiros, com os títulos: “ANGOLA. A independência dos inimigos”, que</p>

			começa associando a independência feita como um processo sem a presença popular e sem consenso do comando do MPLA; e “Nações Unidas. O vendaval antissionista”, que dizia ter sido uma batalha perdida por Israel, criticando o posicionamento brasileiro que foi no sentido oposto aos das “nações ocidentais”.
599	Farid Sawan. O diplomata da guerra.	<i>O representante da OLP no Brasil ataca Israel, queixa-se da imprensa brasileira e afirma que jamais foi advertido pelo Itamaraty.</i>	Essa matéria é a entrevista dada por Farid Sawan, representante da OLP no Brasil, destacada nas <i>Páginas Amarelas</i> , espaço privilegiado da revista. Menos para mostrar os pontos de vista dos palestinos, a entrevista se esforça em criminalizar Sawan, em oposição a Israel. A crítica ao posicionamento brasileiro evidencia-se na temporalidade de “jamais” o Itamaraty ter se posicionado contra aquele que pregaria a guerra e não a paz. Além disso, o <i>lead</i> não explicita as críticas que ele faz à imprensa brasileira, que assume a posição de defensora dos princípios democráticos. O período que foi de 1979 a 1980 teve, nas páginas da <i>VEJA</i> , algumas reportagens sobre a questão da implantação do escritório da OLP no Brasil, mas que vieram acompanhadas das notícias internacionais sobre a revolução iraniana e o caso do sequestro da embaixada dos Estados Unidos em Teerã.

QUADRO 2 – ANÁLISE DOS PRIMEIROS PARÁGRAFOS DAS MATÉRIAS DAS EDIÇÕES 314, 376 E 599¹⁷⁸

O *OUTRO negativo* representando o Ministro das Relações Exteriores Azeredo da Silveira, enquanto o *OUTRO positivo* representando seu sucessor pode ser visto nas duas matérias abaixo, a primeira que está indicada no quadro acima, onde a “subserviência” pragmática do governo Geisel colocava o país em uma posição de inferioridade, e a matéria sobre o papel do chanceler Saraiva Guerreiro na projeção do Brasil nos negócios mundiais. A diferença persiste no próprio comportamento pessoal de cada um dos ministros. Enquanto, no primeiro, acentuava-se um certo exibicionismo histriônico, cujas ações não atendiam aos interesses nacionais, mas aos seus interesses

¹⁷⁸ No anexo 6, encontram-se outras reportagens e capas analisadas para esta tese, ainda que não seja a totalidade do corpus selecionado.

pessoais, o ministro de Figueiredo representava a personalidade calma, discreta, porém mais eficaz.

A bandeira brasileira entre as 22 bandeiras em Cancim: para o chanceler Saraiva Guerreiro, bom palco

Sakka e Silveira: o pragmatismo também é sentimental

Bandeiras justas ao vento

O Brasil no mapa-múndi

Sem estridências, o Itamaraty chefiado por Saraiva Guerreiro faz uma política externa própria

Uma, com duas páginas, foi distribuída aos jornalistas e às delegações estrangeiras em 300 cópias, enfrentando frontalmente, e previsivelmente, as posições defendidas pelo presidente Ronald Reagan. Criticava o *Itamaraty* americano, o comércio do mercado mundial "por um punhado de empresas multinacionais", a validade de que as nações pobres se crescem a receber ajuda das nações ricas adotando o modelo clássico do capitalismo e, ainda, "o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e o GATT", o acordo transaccional de tarifas.

A nota versou, com cinco páginas ou 132 linhas a pouco, omitia esses severos pontos de vista. Foi essa que o ministro leu no plenário — cumprindo a exigência de brevidade que o protocolo de Cancim impôs a todos os participantes. Mas a primeira é que arribou o noticiário, no Brasil e mesmo fora do

Brasil — pelo a agência cubana Prensa Latina a transmitir, em louvores, a Havana, provocando a ironia do porta-voz do Itamaraty, Bernardo Pereira: "É bom que os cubanos parem de elogiar nossa política internacional, senão a gente acaba se entediando".

ÓTICA TORTEA — Periclit, evidentemente, estava brincando. Se há uma dúvida que já não alienaria diplomatas brasileiros é o temor de que a política externa gerenciada pelo Itamaraty, por incompatibilidade com os padrões conservadores da política interna de Brasília, resuscite na casa figura como a do embaixador Décio de Moraes. Nos anos 50, de monólito, ele costumava advertir os jovens terceiros secretários afilados: "Este negócio de política externa dá bolo".

E a verdade é que dava. O ministro Antônio Horta, por exemplo, foi cassado em 1964 porque a carreira o levava a militar no Comitê de Descolonização da ONU. Mas a simpatia pela descolonização, que vinte anos atrás dava bolo, é hoje o programa oficial do ministro Saraiva Guerreiro, preferir da confiança que o Brasil pede às jovens nações africanas. Muita coisa mudou na diplomacia brasileira, nesse meio-tempo. Há duas décadas, o cantor Ary Toledo ex-

Um saho acrobático para os "relinhos indispensáveis" encomendados pelo presidente Erasmo Gólg, ditando um pó solidamente plastado em território da retórica conquistada anteriormente pelos freio-cortado da Casa.

Estava escrito — "Surpreende-nos e preocupa-nos constatar que as atenções mundiais para o problema do Oriente Médio pareçam virar apenas em função das crises 'umanitárias novas rapais', afirmou Silveira no discurso de saudação a Sakka, quarta-feira à noite. E, como demonstração do interesse mais profundo e permanente que o governo brasileiro dedica a tais problemas, acrescentou um arquivado após as reivindicações dos líderes árabes mais moderados, em seus desdobramentos com Israel. "Acreditamos que a desocupação de todos os territórios submetidos pela força e o reconhecimento dos direitos dos palestinos são componentes fundamentais para qualquer tratamento considerado da questão".

Na verdade, mesmo que apenas superficialmente e num texto sem o volume diplomático do Corão, as declarações de Silveira também já estavam escritas: na parte em que se refere à devolução de terras ocupadas nas guerras entre árabes e israelenses, elas foram talitadamente desentranhadas da Resolução 242, votada com apoio do Brasil, em novembro de 1947, na Organização das Nações Unidas". Durante muitos anos, essa ar-

ma secreta da imaginação diplomática criadora enfiou-se nos anos do Itamaraty, até que, nos últimos meses do ano passado, uma neutralidade exageradamente simpática em relação aos pontos de vista árabes no Sinai passou a ser desautorizada pelo boicote no fornecimento de combustíveis. Diante dessa emergência e após um rápido barulho de ódio, ela reapareceu rebaixada, ainda no governo passado, quando o então chanceler Mário Gibson Barbosa apresentou o ministro libanês do Exterior, Georges Pund Nisfi, em visita a Brasília, com uma breve referência à resolução da ONU. E, oportunamente reafirmada, bastou que dali por diante a posição brasileira fosse reiterada cada vez com mais ênfase. Pois, de resto, como não esquecer de incluir em seu discurso o ministro Silveira, "a objeção à guerra de conquista é uma constante na história brasileira".

Esperemos elaborada — A cautela e progressiva subida do pragmatismo responsável no Oriente Médio português, ficou na semana passada por conta do "recolhimento" dos direitos dos palestinos". Essa alusão, tradicionalmente evitada porque parecia ferir compromissos.

* Pela resolução aprovada após a Guerra dos Seis Dias, Israel deve retirar suas tropas de territórios ocupados no Sinai, Golan, Jordânia e parte da Faixa de Gaza. O Brasil votou a favor da resolução em novembro de 1947, na Organização das Nações Unidas. Durante muitos anos, essa ar-

Como visto, são vários os elementos constitutivos de um discurso. Além do texto escrito, a gramática espacial e visual consiste, também, em um desses elementos. A disponibilização das informações no espaço da revista denota o enquadramento desejado. Com isso, acrescentou-se ao escopo dessa análise, a relação entre a imagem e o texto em si, a segmentação em espaços definidos ou em manchetes que procuram dar ênfase a um determinado tema, a visibilidade dos atores envolvidos, as modalidades dos discursos e seus acessos e os ângulos dos enquadramentos. Como afirma Oliveira (1993, p. 81), "a página impressa é o plano gráfico que deveria ser conscientizado como problema plástico, como um outro 'medium' icônico e não verbal, interpretante de seu outro: o simbólico-verbal com raízes entranhadas no livro".

Em alguns números da VEJA, especialmente, um tema no qual se procurava dar mais atenção, apesar de não ser o assunto principal da edição, a chamada não vinha nas

manchetes das capas, mas em faixas destacadas no alto, como seções especiais, o que aconteceu na edição sobre a independência de Angola. As três capas das matérias selecionadas no quadro acima foram significativas para as análises imagéticas: a da edição 314 trazia a reportagem sobre a visita do ministro árabe al Sakkaf; a da edição 376, que abordou a independência angolana; e a da edição 599, onde foi publicada a entrevista de Farid Sawan, todas, da mesma forma, utilizando da ironia para desqualificar a linha da política externa do *Pragmatismo* de Azeredo da Silveira e a *Diplomacia do Universalismo* de Saraiva Guerreiro, que permitiu a instalação do escritório da OLP no país.

Na primeira delas, de 11 de setembro de 1974, ainda não tinham acontecido as decisões mais polêmicas do *Pragmatismo*, porém, a reportagem principal mantinha o questionamento a uma “diplomacia pragmática”, de resultados ainda incertos, especialmente, naquela desqualificação do próprio chanceler brasileiro, no que se referia à aproximação com os países árabes. Os reflexos da crise do petróleo de 1973 já se faziam sentir, afetando a economia brasileira. No cotejamento com o conteúdo da reportagem principal, percebe-se que alguns dos elementos visuais presentes na capa serviram como suporte para as críticas que feitas no texto escrito.

Nessa análise, é possível perceber que o *outro*, o *estranho*, que corresponde à figura do ministro al Sakkaf, representa, na verdade, a “elegância ocidental”, a força, mesmo não abdicando de seus costumes, em oposição à subserviência de Silveira. O título da reportagem – “Aos beijos e abraços...” – remete ao abraço dado entre os dois ministros, estampado na capa, onde o “comedimento” do ministro árabe se contrapõe à demonstração de efusiva alegria do ministro brasileiro, de estatura bem mais baixa que a de seu interlocutor. A tarja no alto apresentava um tema eminentemente econômico, aparentemente sem relação com a questão central apontada pela capa. Contudo, remete à necessidade de se criarem alternativas à dependência nacional do petróleo, tema central das relações do Brasil com o Oriente Médio. Os caracteres utilizados também lembram as letras árabes, dando quase a ideia de um quadro complementado pelas filigranas.



No texto completo no interior da edição, essa imagem pode ser remetida às expressões, que destacam que o ministro al Sakkaf, apesar de sua cultura “exótica”, não tinha sua “fé e serenidade” abaladas diante da pressão dos jornalistas, “imperturbável dentro de um terno preto ricamente talhado”, uma “figura mimeticamente ocidental, com hobbies de milionário”. Do outro lado, o ministro Azeredo da Silveira realizava “saltos acrobáticos” para dar sentido aos “realinhamentos indispensáveis” à política exterior brasileira, que era “perfurada em secretos poços do Itamaraty”. Em análises futuras, publicadas na revista, sobre a política externa daqueles anos, esse evento foi retomado, lembrando dos “beijos e abraços calorosos” dados pelo chanceler do país em seu colega árabe.

É importante destacar que a revista fazia uma distinção importante entre os crescentes interesses nesse setor econômico em relação às pressões relacionadas ao petróleo. Se, no governo Geisel e início do governo de Figueiredo, os interesses do Iraque, por exemplo, eram tratados na vinculação direta aos palestinos, em uma postura reativa por parte da revista, os projetos posteriores das obras que estavam sendo levadas adiante por empresas brasileiras naquele país, além da venda de armamentos, passou a ter um evidente destaque positivo, em um processo de esquecimento das posturas anteriores ligadas à causa palestina.

A outra capa, da edição 376, foi publicada quando do reconhecimento da independência de Angola sob o comando do MPLA e do voto brasileiro na ONU condenando o sionismo. Nela, vem estampada a figura de Chico Anísio com a legenda “Proezas do Médiun Chico Anísio”. O Chanceler Azeredo da Silveira, que já havia dado “saltos acrobáticos” e fora visto como alguém que fazia “mágica” para enquadrar os princípios do *Pragmatismo* aos interesses nacionais, parece estar representado na figura do comediante que adivinha o futuro. No texto mencionado no quadro, é bom lembrar, a ideia de “futuro”, de adivinhação, permeia as atitudes do chanceler, como dito no próprio texto sobre esse futuro dizer que fora uma decisão acertada.

No entanto, apesar da capa, a independência da antiga colônia portuguesa foi o tema central daquela edição. Apenas anunciada na tarja no alto da capa, já dava o caminho de uma interpretação em que a independência era conflituosa. As reportagens no interior, inclusive em termos de imagens, reforçaram a ideia contida na chamada. O posicionamento da diplomacia brasileira ficou restrito aos comentários na seção DIPLOMACIA, enquanto as demais reportagens traziam elementos sobre o conflito que ocorriam no processo de independência de Angola.



No governo seguinte de Figueiredo, tendo o ministro Saraiva Guerreiro à frente da chancelaria brasileira, as ênfases dadas nas capas da revista ficaram mais em torno das questões internas, especialmente, das greves, das crises econômicas e da sucessão presidencial, no Brasil e nos Estados Unidos. A capa da edição onde foi publicada a entrevista de Farid Sawan, em meio aos festejos do carnaval carioca, não dá nenhuma referência ao texto, mas questiona a credibilidade do governo ao associar bicheiros a políticos. Nesse sentido, aquele aparente distanciamento entre texto e imagem retoma uma proximidade pelo questionamento feito a uma possível associação espúria.



Em relação à política externa, o relacionamento do país com a América do Sul, a guerra das Malvinas e os problemas em torno de Itaipu foram mais acentuadas do que o relacionamento com a África, mesmo quando da viagem de Figueiredo àquele continente, e o problema envolvendo a questão palestina. Apenas três capas, duas sobre a guerra no Líbano e uma sobre o “massacre palestino”, remetiam à questão, ainda que não diretamente. No relacionamento com os países do Oriente Médio, a proximidade dava-se a partir do comércio de armas. No entanto, diferente do período em que Silveira

esteve à frente do MRE, as capas não desqualificavam, diretamente, a linha da política exterior adotada, ainda que questionassem a firmeza de Figueiredo na condução do processo de abertura frente aos problemas do contexto interno, especialmente, não concordando com a vinculação das necessidades econômicas do petróleo ao afastamento de Israel, diante do apoio do governo na questão palestina.

4.4 A interação entre imprensa e política nos quadros dos consensos e dissensos sobre a política externa da transição expressa em VEJA

Partindo para identificar os pontos de consensos e dissensos na relação estabelecida entre a revista e o contexto político da transição, nos moldes dos quadros estabelecidos por Hallin (1989) e Robinson (2001; 2002), da interação que ocorre especialmente nos momentos de *incerteza política* e onde o controle dos eventos por parte do governo da transição, tal qual o segundo princípio de Wolfsfeld (2011), algumas premissas apresentaram-se de modos menos diretos do que aqueles definidos pelos autores. Apesar desses modelos terem sido construídos dentro da perspectiva de situações envolvendo imprensa e política externa em regimes democráticos, especialmente nas situações de guerra e crises humanitárias, procurou-se, nesta tese, não os reproduzir, diretamente, mas encontrar as relações estabelecidas de consensos e dissensos que se refletiram no debate interno da transição. Neste sentido, foram consideradas algumas variáveis, vistas a partir daquelas análises sobre o discurso produzido na revista. Em especial, esses consensos e dissensos no quadro da censura na revista e em geral, no contexto dos fenômenos políticos domésticos.

Nas análises do material produzido na VEJA, conforme está sintetizado no anexo2, verificou-se que os momentos de maior crítica aos dois eventos selecionados corresponderam, justamente, ao período inicial da transição, sob o governo Geisel e com o Chanceler Azeredo da Silveira à frente do MRE, sendo que um deles, o que envolvia a questão palestina, permaneceu em uma esfera de conflitos no governo Figueiredo. Esse período, internamente, respondia pela liberalização controlada da imprensa, de maneira as elites controlarem o próprio processo de redemocratização.

Além disso, o questionamento das elites empresariais ao temperamento centralizador de Geisel crescia diante das crises, da estatização predominante da economia, atingindo, diretamente, os interesses do empresariado com ligações externas mais fortes. Do outro lado, a *diplomacia comercial* do Itamaraty deixou os limites das controvérsias dentro dos interesses dos negócios que essa diplomacia poderia se alcançar.

Apesar da *distensão* inicial vir acompanhada de confrontos, o governo manteve o controle político, fosse pela censura ainda existente, fosse pelo controle dos grupos de oposição. Quando a situação se apresentava com a possibilidade de crise, o processo recuava, como aconteceu em 1977 e a decretação do Pacote de Abril. Por sua vez, o contexto com que o presidente João Figueiredo se deparou apresentava um quadro mais complexo, de crises econômicas e energéticas, envolvendo, ainda, o confronto entre as elites e os movimentos sociais, principalmente, de trabalhadores, que cresciam desde 1978, com as greves no ABC paulista.

No caso do período inicial da distensão, durante o ano de 1974, onde a liberalização da imprensa aparecia como instrumento de controle, em que a censura afrouxava ou apertava as cordas de acordo com o comando do governo, ainda mantinha-se uma valoração positiva às decisões da diplomacia brasileira, nas matérias publicadas nas páginas da revista. Um dos argumentos remeteu-se a que a *VEJA* encontrava-se sob censura prévia. Contudo, os reflexos da crise econômica, que nem mesmo a implantação das diretrizes do II PND conseguiram reduzir os efeitos, a própria necessidade de superação energética diante da crise mundial do petróleo e o questionamento do empresariado que se viu afastado do processo decisório durante o governo Geisel, mesmo que já fosse algo que vinha acontecendo no governo anterior de Médici, representou aquelas fissuras já mencionadas na base de sustentação do regime que se evidenciaram nas críticas à linha da política externa, justamente onde os aspectos econômicos das decisões políticas se evidenciavam. Esses dissensos foram apresentados nos meios de comunicação, porém, mantiveram-se nos limites restritos de questionamento das ações do regime, mas não completamente em relação ao modelo econômico vigente e mesmo ao afastamento dos movimentos sociais que era mantido sob controle do governo autoritário.

Novamente trazendo o levantamento da valoração dos temas publicados na revista, evidenciava-se a postura crítica, principalmente, nos assuntos concernentes à questão do Oriente Médio que se confrontava com o posicionamento dos Estados Unidos, como no caso palestino. Isto ocorreu tanto no governo Geisel, como no do general Figueiredo. Apenas os negócios das empreiteiras, que consistiam na base principal de anunciantes da *VEJA*, com países da região tinham uma valoração positiva da ação do Estado brasileiro pelos empresários, como no caso do Iraque, nas negociações de veículos, as obras de infraestrutura que faziam no país e na venda de armamentos. Nesse quadro, os conflitos permaneciam nos limites da *controvérsia entre as elites*, em que se pode pensar em dois grupos específicos de interesses: um mais pragmático, acompanhando o projeto de desenvolvimento nacional projetado pelo grupo no poder, e outro mais alinhado com os interesses hegemônicos e a presença do capital estrangeiro na economia nacional. Ao mesmo tempo em que os petrodólares representavam a possibilidade de investimento e de manutenção da economia no favorecimento das elites, seu contraponto político, o reconhecimento da questão palestina, ainda que justa, representava uma oposição aos interesses dos Estados Unidos.

Nos momentos de maior *incerteza* política do processo de transição, especialmente nos conflitos com os crescentes movimentos sociais no governo Figueiredo, a revista manteve um posicionamento mais favorável às decisões sobre política externa, excetuando-se aquela já mencionada em relação à causa palestina, especialmente, porque contrariava os interesses ligados a Israel, alinhado dos Estados Unidos, que tinham um poderoso lobby no país. Assim, situaria-se na *esfera do consenso*, dentro de um quadro de livre expressão, mas onde forças contrárias à redemocratização do país, apesar de ter feito de um mesmo bloco de apoio à ditadura, passou a representar uma ameaça ao modelo que se pretendia.

Já em relação a Angola, a partir do reconhecimento da independência da ex-colônia, a revista assumiu uma valoração negativa, somente publicando reportagens mais positivas na gestão de Saraiva Guerreiro. De maneira mais geral, as reportagens acompanhavam o movimento da diplomacia estadunidense, centrando as críticas no que seria o alinhamento do novo país africano independente com o comunismo,

especialmente, a presença dos cubanos na região. Assim, percebe-se, na valoração dada aos temas sobre a Angola independente, o componente político de crítica a um posicionamento considerado incoerente por parte de um regime que se supunha combater ideologias “estranhas” ao alinhamento ocidental, acompanhou o quadro de conflitos da Guerra Fria, que tinha, no país, um grande tabuleiro de xadrez. Ao se verificar documentos norte-americanos das conversações até mesmo com Moscou e Pequim, viu-se que o alvo principal era a presença de cubanos, auxiliando na consolidação difícil da independência, diante das guerras civis.

Podemos sintetizar a valoração da revista dada aos temas conforme o quadro 3 abaixo:

QUESTÃO ANGOLANA		QUESTÃO PALESTINA/NEGÓCIOS ÁRABES	
GOVERNO ERNESTO GEISEL	GOVERNO JOÃO BATISTA DE FIGUEIREDO	GOVERNO ERNESTO GEISEL	GOVERNO JOÃO BATISTA DE FIGUEIREDO
<p>CRÍTICO em relação ao modelo da política exterior do Pragmatismo Responsável e à figura do Chanceler Azeredo da Silveira.</p> <p>POSITIVO em relação ao presidente Geisel</p>	<p>CRÍTICO em relação ao modelo da política exterior da Diplomacia do Universalismo e à figura do próprio presidente Figueiredo.</p> <p>POSITIVO em relação ao Chanceler Saraiva Guerreiro</p>	<p>CRÍTICO à política brasileira de subserviência aos interesses árabes quanto à questão palestina, por conta do petróleo, com o conseqüente afastamento das posições dos Estados Unidos.</p> <p>POSITIVO em relação ao presidente que teria tomado as decisões por falta de informações corretas do Itamaraty.</p>	<p>CRÍTICO também à política exterior brasileira, que estaria, ainda, dependente do petróleo árabe, confrontando Israel, aliado dos Estados Unidos.</p> <p>POSITIVO em relação ao comércio com os países árabes, a entrada de “petrodólares”, a venda de armamentos e a participação de empresas brasileiras de construção civil nos países da região.</p>

Ainda no quadro apresentado no anexo 2, os períodos de um enquadramento mais crítico corresponderam ao período mais intenso da censura na revista. Considerando as perspectivas já apontadas por Abreu (2003), isso seria decorrente do fato de que os assuntos internacionais teriam uma maior liberdade de sua expressão. Contudo, as críticas vinham às decisões do próprio governo, ao pensarmos na política exterior como uma política pública, diante de um quadro que questionava a aproximação com países não ocidentais. Os termos “terroristas”, o fantasma do “comunismo angolano”, o alinhamento terceiro-mundista, eram vistos como a quebra do modelo de democracia liberal que vinha sendo construída pelas elites, principalmente, empresarial, e que se contrapunham aos dogmas defendidos por essas elites quando da deposição do regime de João Goulart. Os apoios ou críticas apresentadas nas matérias publicadas acompanharam esse mesmo movimento interno de aproximação e afastamento nos interesses dessas elites, mais do que, efetivamente, o confronto político com o governo.

Ao fazermos o confronto do conteúdo publicado na revista sobre esses eventos da política exterior com o posicionamento doméstico do empresariado, de defesa do projeto liberal e contra a estatização do governo militar, que encontrava um espaço de vocalização em suas páginas e, também, com a defesa de um projeto de democracia defendido pela própria *VEJA*, percebemos que há uma linha consistente entre os posicionamentos. Ainda que a censura tenha sido uma variável importante para se definir o funcionamento da imprensa nos anos da ditadura, os espaços de questionamento permaneceram. Recuperando o contexto de produção da revista, identificamos, por exemplo, que as críticas foram mais incisivas quando da presença de Mino Carta, também o período de maior censura. No entanto, o mesmo Mino Carta publicou, em vários momentos, a defesa de um projeto liberal.

CONCLUSÃO

Na compreensão de um jornalismo como espaço diferenciado e legítimo de *difusão* do consenso, é mobilizada a noção de uma objetividade possível, ainda que reconhecidamente limitada, na *reprodução* das diferentes opiniões sobre temas cuja relevância é pressuposta a partir de critérios profissionais "neutros". As vozes tornadas públicas são justamente aquelas que se inserem em uma configuração prévia dos discursos, que permite a expressão dentro dos limites daquilo que os jornalistas consideram publicamente relevante e politicamente razoável. O "equilíbrio" constituído é, portanto, a reiteração das perspectivas sociais dos jornalistas, a partir de um conjunto específico de vozes chamadas a compor uma ordem discursiva fundada nos valores sociais compartilhados pelos integrantes do campo jornalístico em um dado contexto político. Ou seja, não existe uma neutralidade.

Com o processo de redemocratização do país, a imprensa passou a assumir o espaço de disseminação de um discurso da necessidade de mudança do modelo político e econômico autoritário e estatizante, ao mesmo tempo em que o próprio regime mantinha o controle sobre a publicidade dos problemas institucionais. No entanto, ao lado do discurso, aparentemente, liberalizante, permanecia a defesa de uma posição autoritária de manutenção dos atos de exceção para conter qualquer subversão da ordem. A democracia seria aquela embasada nos pressupostos que o regime militar havia definido, em que a segurança e a ordem conseguida após 1964 era um dos componentes, especialmente, para controlar os demais setores sociais que ganhavam força. A persistência do discurso era da implantação de um modelo democrático proposto pelos militares, em que fossem controladas a participação política e a atuação dos movimentos dos trabalhadores, que possibilitassem a negociação por salários e por outras reivindicações. Na parte das elites brasileiras, essa democracia não era aberta e sim deveria ampliar sua participação no processo decisório e cercear a “democracia excessiva” dos demais movimentos sociais.

Ao examinarmos os modelos de análises sobre as transições políticas, mais especificamente, ao olharmos para o processo da redemocratização brasileira, um dos caminhos aponta para a ideia de que foi um processo iniciado pelas divisões internas das elites no poder, dentro da perspectiva de um pacto que buscou evitar uma ruptura abrupta da ordem autoritária, preservando alguns de seus principais atores e interesses. No entanto, ainda que prevaleça esta perspectiva de seu caráter moderado, ressalta-se a existência de uma disputa por novas hegemonias na luta pelo poder, que não ocorreu sem conflitos, envolvendo pressões diversas da sociedade sobre o Estado ditatorial, através de múltiplos atores, levando à produção de *imaginários sociais concorrentes e antagonistas*, como afirmou Baczko (1985).

As divisões das elites geram um processo de competição de influências no processo político, que inclui o próprio mecanismo de acesso ao controle da opinião pública. E, nos momentos de transições políticas, esse mecanismo constitui-se em recurso fundamental do poder, em uma disputa onde entram em consideração não apenas os recursos políticos, econômicos e sociais, mas, também, os recursos simbólicos para a busca do consenso, evidenciando os aspectos ideológicos na manutenção dessa dominação. Aquele que detém o poder pretende que este se torne a visão de mundo hegemônica, naturalizando a dominação. Ao se considerar essa perspectiva, ressalta-se a questão do papel das lutas por influência como a forma pela qual a legitimidade se constitui no exercício da dominação por aqueles que detêm os recursos simbólicos. Esses não se encontram, apenas, no controle e no acesso ao discurso público por aqueles que têm o poder reconhecido ou a autoridade, mas fazem parte do próprio universo das elites.

Assim, essa influência também é exercida pela produção e articulação do discurso controladas por aqueles que detêm o capital simbólico – as *elites simbólicas* –, com poder para determinar a forma desses discursos. Essas *elites simbólicas* desempenham um papel fundamental na sustentação ideológica que permite o exercício e a manutenção do poder, que se baseia em vários tipos de negociação, aceitação, contestação e consenso. A decisão sobre o que se torna público tem, também, por base, critérios que conferem acesso preferencial das demais elites ao principal espaço de

difusão das ideologias: os meios de comunicação. Nesse sentido, não são dissociados poder ideológico, poder econômico e poder político.

A imprensa pode ser vista como o suporte ideológico do bloco hegemônico, pelo qual aqueles que detêm o poder controlam e influenciam o público, exercendo o poder de definir o modo de produção dos discursos e a agenda de discussão pública. Pelos mecanismos de seleção, limites e controles, o jornalismo define o que o pode estar em disputa e quais os conflitos que merecem visibilidade, estabelecendo o contato entre o Estado e a sociedade ao fornecer a base comum das narrativas sobre a política. Exercendo sua função como *aparelho privado de hegemonia*, seus mecanismos de seleção mantêm o controle e o consenso hegemônicos, fazendo com que a imprensa não entre em conflito com as outras instituições políticas, diluindo, assim, a identificação e diferenças entre os atores políticos. Mesmo em sua função de *accountability*, a imprensa responde aos interesses das empresas de comunicação e age no sentido de influenciar a formação de políticas, por meio direto sobre aqueles que detêm o controle político ou moldando as crenças e preferências do público.

Partindo desta perspectiva, também entendemos a imprensa como uma das instituições de poder, que estabelece uma relação exercida em uma rotina de naturaliza – e mistifica – o papel da mídia como ator autônomo e desinteressado. Na base dessa relação, está a simbiose entre os jornalistas e as elites políticas, que define um papel para a imprensa que vai além de agir como porta-voz das elites, ao se considerar que ela possui, como visto, o controle dos acessos ao discurso público, o que a torna parte da estrutura de poder. Com a suposição de uma objetividade jornalística, a imprensa atua com objetivos políticos, pela seleção restritiva de temas e as reconstruções de realidades sociais e políticas a partir de um sistema de valores e ideologias dos próprios profissionais da imprensa e das empresas de comunicação, constituintes das *elites simbólicas*.

Retomando o contexto que envolve esta tese, um dos primeiros movimentos da transição política brasileira foi a *liberalização* da imprensa, que reforça um ideal de *democracia*, presente no ambiente discursivo de todos os regimes, até mesmo naqueles não democráticos. No entanto, ainda que fazendo parte do escopo das medidas de

recuperação dos direitos civis retirados pela ditadura, surgiu, também, como um dos instrumentos de controle das forças que compunham o quadro de oposição, de maneira a controlar, da mesma forma, o projeto de redemocratização articulado pelas elites. No entanto, em um movimento menos esperado, ao abrir esses espaços, a liberalização permitiu que novas forças que não faziam parte das elites garantissem uma visibilidade, criando uma ambivalência resultante desse processo, onde, por um lado, permitiu que a elite autoritária mantivesse sua influência, enquanto, por outro lado, facilitou a redemocratização de muitas maneiras.

Nos confrontos por um novo modelo político, podem-se identificar duas arenas de lutas diferenciadas: aquela em que a democracia surgia em projetos distintos das elites e dos movimentos sociais, onde a “espontaneidade social” aparecia como uma das dinâmicas do sistema político; e outra, em que as disputas davam-se no interior das próprias elites, mas que evitavam, justamente, que aquela primeira arena de luta ganhasse espaço. Nesta última disputa, não haveria uma alteração no padrão de dominação, levando a que as mudanças desejadas tivessem um caráter moderado na própria argumentação das elites como projeto ideal de democracia.

Especialmente na transição brasileira, o “argumento de moderação” se fez presente. Os movimentos sociais crescentes ameaçavam o projeto concebido pelos grupos do poder, que serviriam como salvaguarda aos atores políticos que atuaram na repressão e, também, dos representantes do grande capital que apoiaram, desde os primeiros momentos, os militares que assumiram o governo ditatorial. No governo Ernesto Geisel, o primeiro dos governos da transição, o Ato Institucional nº 5 permanecia como instrumento atuante de controle, visto como necessário e reivindicado pelos militares, mas, também, por frações do empresariado nacional. A partir de João Figueiredo, o último dos governos dos generais, quando esses instrumentos legais deixam de existir, a negociação e a conciliação esbarram na emergência das demandas da sociedade e na ação direta e violenta dos militares contrários à mudança do comando do país. Como saída, as elites caminham no sentido de ampliar seus espaços na defesa da iniciativa privada, dando apoio ao governo, em troca do apoio ao seu projeto político, mantido sob controle.

Neste quadro de reflexões que a revista *VEJA* - criada no momento de maior fechamento da ditadura militar e que se sustenta até os dias de hoje no mercado brasileiro na defesa de um projeto liberal que ganhou mais força nos anos da redemocratização - foi pensada como objeto de pesquisa, ao reconhecer que, nesse momento de disputas hegemônicas, ela perde parte do seu papel de *veículo* para assumir o de *ator político* na defesa de um projeto que se viu vencedor ao final da ditadura. Como mencionou Silva (2013), a *VEJA* procura apagar determinados rastros de seu próprio passado, promovendo “*a perda da noção histórica*” e agindo na conformação daquela naturalização de um projeto liberal como fenômeno inexorável, na dissimulação dos conflitos que se estabeleceram para sua constituição. Menos como resposta direta a uma dicotomia ditadura *versus* democracia, que tem a censura como baliza de atuação da imprensa, a revista define-se no escopo dos conflitos em torno dos projetos de redemocratização.

Para além disso, reconhecemos que *VEJA* é, também, a composição de vários sujeitos: a família Civita, seus editores e jornalistas. Ressalta-se, contudo, que, apesar de reconhecer essas várias vozes, esta tese está tratando da revista como ator que se define como homogêneo, ainda que não seja, e que se diz tradutor daquilo que sintetiza a opinião pública da sociedade. Mesmo que tenha claro que seu público é composto pelos setores médios e pelas elites brasileiras, reveste-se dos conceitos de impessoalidade e imparcialidade para construir uma posição de porta-voz dos “interesses” de toda a sociedade, definindo o modelo político mais adequado para o país.

Quando recuperamos a tipologia de Revista-tipo gramsciano e situamos a *VEJA* como de “cultura geral”, identificamos os elementos que construíram esse discurso homogêneo a partir da introdução dos “lugares comuns” que reforçavam um conceito de democracia baseada no mercado e na iniciativa privada, controlando os movimentos sociais, mas que traduziam, a partir de reportagens de características, aparentemente, informativas, reforçadas nas entrevistas que vinham destacadas, uma autoafirmação de defensora da liberdade política. A denúncia da censura e a mitologia construída, posteriormente, sobre sua luta pela liberdade de imprensa, muito em torno dos famosos anjos e demônios e do “Monge Falcus” e das famosas árvores-símbolo da Abril, que persistiram quando Mino Carta esteve à frente da revista, reforçaram esta imagem e

permaneceram no imaginário de senso comum, na lógica do chamado “quarto poder” fiscalizador neutro do poder.

Porém, a *VEJA* defendia um projeto político e econômico específico, abrindo espaço para as vozes que coadunavam com suas propostas e silenciando para aquelas que fossem contrárias aos seus interesses, como ocorreu quando do crescente movimento operário nos anos do governo Figueiredo, ao afirmar que esses movimentos consistiam em retrocesso para a democracia que se estabelecia e apoiava às medidas repressivas do Estado ainda ditatorial. A defesa da liberdade era econômica, não social. Os porta-vozes do liberalismo tinham espaço privilegiado e as matérias eram elaboradas tendo os embates políticos como referenciais, reforçando as críticas ao estatismo que acabou sendo assumido pelos governos militares, na defesa da desregulação do mercado brasileiro e abertura ao capital externo. Se, no primeiro momento após o golpe, e antes dele, havia o consenso de que era preciso o controle do Estado, o centralismo que foi sendo assumido, principalmente ao final do governo Médici e que ganhou mais força com o governo Geisel, passou a representar a contramão do que se pretendia e começou a ser questionado, mesmo em um contexto de censura explícita.

Neste quadro, as relações com o restante do mundo também assumiram um papel fundamental. Um dos campos em que essas disputas por hegemonia se evidenciaram foi o das decisões de política exterior. O projeto de redemocratização levado adiante por Ernesto Geisel e por João Figueiredo tinha relação próxima com as políticas exteriores de ambos os governantes. A necessidade de manter o suporte econômico da ditadura, abalado pelas crises internacionais, era fundamental para que a transição seguisse os ditames dos grupos que estavam no poder. Vendo a política externa e política interna como extremos de um *continuum*, a política exterior brasileira, estabelecida entre os anos 1960 e 1980, associou-se à questão do desenvolvimento, onde ganharam vulto as questões sobre o processo de descolonização do continente africano e os conflitos no Oriente Médio e as crises energéticas da década de 1970.

No campo doméstico, mesmo que ainda sob os efeitos dos anos do *milagre*, a crise do petróleo de 1973 levou a que o país sofresse com o aumento da sua dívida externa e a necessidade de obter novas frentes de exportação, capitais, tecnologia e

novas formas de se obter a energia necessária para levar adiante seu projeto de desenvolvimento. Para tanto, o econômico tornava-se prioritário em detrimento dos aspectos ideológicos. A crise se estendeu e se aprofundou com o segundo choque do petróleo, em 1979, e com a crise dos juros altos decretados pelos Estados Unidos, que levou a um endividamento dos países da América Latina, incluindo o Brasil.

E, dentro desse quadro, o governo brasileiro assumiria duas posições explícitas que vieram a criar conflitos no campo externo, das relações com os Estados Unidos, e no campo doméstico, naqueles grupos que se aproximavam da política norte-americana. Em 1975, o Brasil aprovou a resolução da ONU condenando o sionismo como uma forma de racismo, ferindo, frontalmente, os interesses de Israel e de seu tradicional aliado, os Estados Unidos. E o segundo grande movimento da política externa, que ocorreu no mesmo momento, que foi o reconhecimento da independência de Angola sob o comando do MPLA, um movimento que se definiu como marxista, ainda que não no primeiro momento, mas que contou com o apoio da antiga URSS e de Cuba na luta anticolonial. O governo militar, que assumiu o poder com a retórica de combater o comunismo, reconheceu o novo país antes mesmo que qualquer outro país ocidental o fizesse.

A imagem de credibilidade, construída a partir de um referencial ético em torno dos conceitos de imparcialidade, neutralidade e objetividade, teve uma importante base na cobertura dos temas internacionais pela *VEJA*. Os acontecimentos do cenário internacional ganhavam relevância nas suas páginas, apresentadas como neutras, ainda que as fontes privilegiadas fossem as vozes oficiais, com ênfase naquelas que reforçassem o projeto liberal defendido. Como visto, essas notícias não tratariam, no primeiro momento, de assuntos de política externa. Contudo, muitas dessas notícias, aparentemente neutras, reforçavam um posicionamento defendido pela própria revista ou daqueles que a utilizavam como porta-voz, em relação à uma decisão do governo brasileiro, como aconteceu em relação aos dois eventos selecionados para análise. Se o espaço das notícias internacionais era o espaço possível diante da censura imposta pelo Estado ditatorial, a publicação de notícias de decisões da política externa de maneira crítica ou favorável, em que a censura surgiria na sua configuração, tinha estreita ligação com as notícias internacionais que eram publicadas nas mesmas edições.

Em um processo de distensão política, de início de uma liberalização da imprensa, porém ainda sob censura, de emergência de novas forças políticas e de controle da transição pelas elites, as questões da política externa surgiam como mais um elemento polarizador. Nas páginas da VEJA, se a figura do Presidente Ernesto Geisel e os ideais do regime deveriam ser preservados, o mesmo não se caracterizou na presença do Chanceler brasileiro. As controvérsias, mantidas nos limites dos controles das elites, encontraram em Azeredo da Silveira seu alvo evidente. O governo seguinte de João Figueiredo, marcado, internamente, pelo aprofundamento da transição, em seu processo de *abertura*, e pela suspensão dos instrumentos coercitivos, como o AI-5, a decretação da anistia e o fim do bipartidarismo, junto à emergência dos movimentos sociais e de trabalhadores, teve a contrapartida da crise da dívida externa e de uma nova crise do petróleo, em decorrência da guerra entre o Irã e o Iraque. A *Diplomacia do Universalismo* manteve a presença na África, mas encontrou os obstáculos de uma recessão no continente africano, e intensificou a cooperação com os países do Oriente Médio, ainda que enfrentando as dificuldades da guerra Irã-Iraque, negociando o petróleo em troca do comércio de armamentos, manufaturados e serviços, especialmente, no campo da construção civil. No entanto, diferente do governo anterior, as críticas voltavam-se mais à própria figura do presidente da República, que tinham menos controle do quadro político doméstico, conseqüentemente, sobre o ciclo *PMPMP*. Por outro lado, o chanceler Saraiva Guerreiro tinha uma visão mais favorável nas páginas da VEJA.

Segundo Abreu (2003), no caso da ditadura militar brasileira, para além do aspecto específico da linha adotada pela política exterior daqueles anos e das crises econômicas que ocorreram no plano internacional, a censura surgia como a variável principal para que os veículos de comunicação voltassem sua atenção para o noticiário internacional e econômico, diminuindo o volume das notícias da política nacional. Nas pesquisas realizadas sobre as notícias internacionais e sobre as decisões dos governos em relação à política exterior do país, publicadas na VEJA, observou-se que o impedimento ao questionamento às questões de política doméstica não se aplicava, no mesmo modelo, às questões sobre política exterior. Contudo, uma tomada de decisão de política externa pode ser vista, também, como uma política pública de caráter

doméstico. As propostas divergentes foram apresentadas de maneira crítica, especialmente durante os primeiros anos da transição de Geisel, em que os mecanismos de controle da censura ainda persistiam, na “personalização” das decisões em torno do chanceler Azeredo da Silveira. No entanto, quando os mecanismos da censura deixaram de existir, as críticas diminuíram no que tangia à política externa levada à frente pela *Diplomacia do Universalismo*, notadamente em relação às questões econômicas.

Desta forma, no desenvolvimento desta tese, definiu-se os elos entre as políticas interna e externa como aquele *continuum* mencionado, em que as decisões tomadas no sentido dos interesses exteriores de um país respondem ao nível de restrições que o ambiente doméstico define sobre os decisores. E, dentre os diversos atores que constituem o ambiente doméstico, a imprensa surge como uma das forças que buscam influenciar o processo, dentro de uma disputa que ocorre menos na esfera do público e mais no espaço entre as elites. A construção do consenso aparece como um processo de lutas invisíveis entre forças hegemônicas e contra-hegemônicas, onde o controle dos discursos insere-se na atuação da imprensa em *esferas* que se movimentam de acordo com os acontecimentos e as mudanças políticas e sociais. Essas esferas definem os limites das expressões dos processos sociais em disputa: pelo silenciamento, pela marginalização ou pela deslegitimação. Os discursos hegemônicos assumem valores “universais”, enquanto os contradiscursos deixam de fazer parte da agenda pública definida a partir da mídia.

Não é possível deslocar o funcionamento do ambiente externo de um contexto histórico-político interno e da dimensão que a informação internacional possui dentro da estrutura dominante. Segundo Moraes (1997, p. 12-13), a mídia que se molda dentro e fora dos países, torna-se agente de “*difusão de discursos legitimadores da ideologia do mundo sem fronteiras*”, universalizando padrões de informação, consumo e entretenimento, como “máquinas integradoras” na formação do consenso. Ela ocupa lugar central na sociedade capitalista mundial, constituída pelo Estado e por megacorporações financeiras e industriais, propagando uma ideologia que vê no mercado a regulação das demandas coletivas. É possível vislumbrar este modelo na teoria desenvolvida por Wolin (2008), de amadurecimento político do poder corporativo, em que o Estado que surge da Guerra Fria é aquele que consolida o poder

do capital, deixando de lado a democracia participativa. A intimidação e manipulação feita pelas grandes corporações são camufladas pela indústria do entretenimento, de relações públicas e da sociedade de consumo. Os meios de comunicação bloqueiam qualquer coisa que enfraqueça ou complique sua capacidade de influenciar, eliminando aquilo que possa trazer ambiguidade ou diálogo a um consenso estabelecido pelo sistema.

O período de Ernesto Geisel foi o de confronto direto com a imprensa, porém, tendo os mecanismos da censura evitando as críticas na figura do presidente. Eis porque o chanceler Azeredo da Silveira, ainda que amigo de Henry Kissinger e, portanto, com proximidade com os Estados Unidos, recebeu a maior carga de críticas dos meios de comunicação. Além disso, a própria figura do ministro é envolta em conflitos. E Geisel, tal qual o princípio de Wolfsfeld (2011), manteve o controle do ciclo *PMPMP*. Quando foi preciso, utilizou-se da imprensa para o controle das forças de oposição, denunciando escândalos e ações da chamada linha-dura. Permitiu a liberalização da imprensa, retirou a censura de alguns veículos de comunicação, mas lançava mão de novos mecanismos repressivos.

No governo de Figueiredo, em um quadro de conflitos muito mais emergentes e onde as forças sociais ganharam espaço, ainda que não tenha sido definida até mesmo uma democracia institucional, as decisões sobre o encaminhamento da política exterior, mesmo sendo questionadas quanto o alinhamento aos ditames de uma relação inserida na ideia de Terceiro Mundo, manteve o tom das críticas em volume mais reduzido. Ao se deparar com um quadro em que o controle político enfrentava grandes dificuldades, excetuando a ainda questão política com os palestinos, a revista passou a ter a questão econômica como foco principal. As *controvérsias* permaneceram na esfera das elites e, com a emergência de outras forças sociais, pregando uma democratização mais abrangente e inclusiva, a revista diminuiu seus ataques, inserindo sua relação na esfera do *consenso*.

A *incerteza política* foi um fator de controle das relações doméstico/externo, porém, em um quadro com alguns elementos diferenciados em relação àquele construído por Robinson (2011). O governo da distensão de Geisel manteve os rumos

iniciais do processo de transição, reduzindo as *incertezas políticas*, justamente pelo controle do quadro político interno e do ciclo *PMPMP*. No entanto, as crises em relação ao externo acentuaram os conflitos, predominando o espaço das controvérsias que se mantiveram entre as elites na defesa de um projeto desregulamentador.

Por sua vez, no governo da abertura de Figueiredo, a *incerteza política* no campo doméstico foi predominante. As críticas que eram publicadas na revista, no entanto, ficaram delimitadas nos limites em que não atingiam o projeto de redemocratização limitante construído pelas elites. No caso de alguma ameaça a este projeto, construíam-se um consenso na defesa dos interesses das elites. Apesar dessa incerteza no processo político interno, as decisões da política exterior, excetuando as questões políticas em relação ao Estado palestino, até mesmo porque tinham estreitas relações com os interesses das elites com os Estados Unidos e Israel, país aliado daquele, tiveram posicionamento mais favorável. Em meio às crises da dívida externa e do segundo choque do petróleo, era preciso abrirem novas frentes de negócios no exterior. Além disso, Figueiredo reduziu os atritos com os Estados Unidos, que haviam sido acentuados no governo anterior de Geisel, apesar da amizade entre Azeredo da Silveira e Henry Kissinger.

O quadro 4 abaixo sintetiza essas relações da *VEJA* nos governos de Ernesto Geisel e João Batista de Figueiredo, em torno do consenso ou dissenso estabelecido pelas elites, a partir do modelo definido por Robinson (2001) e Hallin (1989):

GOVERNO	GRAU DE (IN)CERTEZA POLÍTICA	NÍVEL DE CONSENSO DAS ELITES / POLÍTICA DOMÉSTICA	NÍVEL DE CONSENSO DAS ELITES / POLÍTICA EXTERNA	POSIÇÃO DA VEJA
Ernesto Geisel	Maior controle do ciclo <i>PMPMP</i> Baixo grau de incerteza	Consenso em torno da transição controlada, porém com críticas ao centralismo de Geisel	Maior dissenso, porém sem questionar a política econômica	<i>Esfera das controvérsias legítimas</i> (política externa) <i>Esfera do consenso</i> (política doméstica)
João Batista de Figueiredo	Menor controle do ciclo <i>PMPMP</i> Alto grau de incerteza	Dissenso mais incerteza política	Consenso	<i>Esfera do consenso</i> (política externa) <i>Esfera das controvérsias legítimas</i> (política doméstica – transição moderada, sem participação social)

Desta forma, percebe-se que a relação da imprensa com os últimos governos militares, ainda que tenha começado o processo de fim da censura sobre o noticiário político e tenham sido abertos os espaços para a reivindicação da redemocratização do país, viveria uma “situação ambígua”, em que a imprensa “denunciava” o regime, mas conhecia os limites de sua atuação, tentando preservar sua autonomia e manter as condições para exercer sua profissão, ou seja, mantinha-se nos limites possíveis das *controvérsias legítimas* entre as elites e no quadro das *incertezas políticas* que conduziram as fases do processo de redemocratização do país. A revista *VEJA* surge, diante desse quadro, como “mediadora” de um projeto que se estabeleceu com o fim da ditadura militar, em que era defendido um programa liberal de diminuição do Estado, que acabou sendo consolidado a partir de 1990.

Ao se recuperar os modelos de Hallin (1989) e Robinson (2001; 2002; 2008), de uma interação entre a mídia e a política nas *esferas das elites*, destaca-se que a revista *VEJA* publicava, em suas páginas, os conflitos entre setores das elites e o projeto de redemocratização que estava sendo construído pelo governo ditatorial brasileiro, porém, excluindo outros grupos sociais da discussão desses projetos ou marginalizando os projetos que esses grupos também buscavam colocar na pauta política. Se, no campo doméstico, o diálogo dava-se na medida dos limites de uma legislação cerceadora, os temas em torno do ambiente da política exterior do país eram tratados como balizas de negociação de seus interesses. A *VEJA* foi construindo um público-leitor que, apesar de um discurso voltado para as elites, alcançou outros grupos sociais, na busca da formação de um consenso que se dá pela naturalização desse discurso para toda a sociedade. Atingindo, como visto, uma grande parcela da classe média brasileira, ajudou na construção do consenso desses valores na democracia que se seguiu aos anos da ditadura.

Os indícios da atuação da imprensa brasileira, durante a transição política brasileira, ao questionar o modelo político, mas não os modelos econômicos e sociais do regime militar, remetem à sua configuração dentro da *esfera da controvérsia legítima*, porém, assumindo um papel mais ativo na presença de uma *incerteza política*, buscando influenciar as decisões governamentais. A partir da liberalização da imprensa, vozes de oposição encontraram espaços para se manifestarem. No entanto, nem todas tinham a

mesma amplitude, especialmente, se fossem confrontados os modelos de democratização política com o de democratização econômica. As análises do tratamento dado às decisões da política externa nas páginas da *VEJA* possibilitam identificar os espaços possíveis em que a imprensa buscou influenciar processos políticos internos e externos, confirmando as hipóteses desta tese de que o comportamento entre imprensa e política, naquele período, deu-se dentro do mesmo modelo de *pacto* para a redemocratização do país, defendendo uma democracia institucional limitada nos interesses das elites.

A *VEJA* atuou, desde seu início, não como um *espaço autônomo* de expressão de demandas, mas como *ator*, membro de uma *elite* que tinha os recursos simbólicos como instrumento de poder, na defesa de interesses nem sempre coadunados com os do governo, tampouco aproximados com os movimentos sociais mais combativos. A revista partilhou valores com setores das elites e se inseriu nas disputas sobre o projeto de país que se pretendia com o fim da ditadura, no movimento dialético entre as políticas interna e externa, que representavam aquele projeto de desenvolvimento.

Os *consensos* e *dissensos* que ocorriam nos debates sobre as decisões de política externa não representavam demandas de setores populares, mas as clivagens em torno do projeto desenvolvimentista para o país, onde duas correntes tinham maior expressividade: a que defendia a manutenção das relações tradicionais com os Estados Unidos e a que via a necessidade de um desenvolvimento autônomo para o país. Os *consensos* e *dissensos* que ocorriam nos debates sobre as decisões de política externa não representavam demandas de setores populares, mas as clivagens em torno do projeto desenvolvimentista para o país, onde duas correntes tinham maior expressividade: a que defendia a manutenção das relações tradicionais com os Estados Unidos e a que via a necessidade de um desenvolvimento autônomo para o país.

Conforme Munck e Leff (1997), os períodos de transições dos regimes políticos são momentos formadores ou fundadores, exercendo influência em seus resultados, mesmo que um processo de transição de regimes autoritários não possa ser definido nos mesmos termos de uma consolidação democrática. Configurada nesse paradoxo entre a necessidade de uma imprensa livre, definida naqueles parâmetros de democracia, e uma

realidade da atuação política e econômica dos veículos de comunicação, é preciso perceber os elementos que dificultam o desempenho pleno dessa função democrática. Desta maneira, um estudo da relação entre imprensa e política no processo da redemocratização brasileira, que veio a definir o perfil do sistema midiático constituído na democracia que se seguiu ao longo período ditatorial, conforme a hipótese inicial defendida nesta tese, pode contribuir, também, para a discussão sobre os limites dos interesses que envolvem esta relação em contextos presentes. E onde a dicotomia democracia-liberdade de imprensa *versus* ditadura-censura deixa de ser o elemento primordial de análise, ao se reconhecerem outros atores presentes na constituição da relação entre imprensa e política.

Esta tese buscou contribuir na tentativa de mensurar e analisar aspectos empíricos não apenas de fenômenos acontecidos em um passado recente, mas de outros que permitam avaliar a relação entre mídia e a democracia hoje constituída. Além de procurar aprofundar os questionamentos sobre o papel da imprensa como agente de mudança social, para além de representar um poder autônomo e desinteressado, naturalizando uma objetividade que reproduz interesses das elites. No período ditatorial brasileiro, a censura aparece como elemento mais visível, porém os processos de disputas encontraram seus espaços no campo em torno das questões da política exterior, dentro de uma relação dialética *interno e externo* que se apresentava na imprensa. Se, por um lado, essas disputas apareciam como neutras, resultantes daquelas características informativas da revista, eles traduziam uma visão única do liberalismo como chave para o desenvolvimento do país, rechaçando projetos outros, limitando seu acesso à opinião pública.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Claudio. **A regra do jogo: o jornalismo e a ética do marceneiro**. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

ABREU, Alzira Alves de. **A mídia brasileira na transição democrática**. XXVIII Encontro Anual ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 2004 Caxambu. *Anais...* Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=3956&Itemid=31>. Acesso em: 13 maio 2012.

_____. (org.). **Mídia e política no Brasil: jornalismo e ficção**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2003.

_____. **A modernização da imprensa (1970-2000)**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2002.

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. Tradução Iraci D. Poleti. 2ª. ed. São Paulo, Boitempo, 2004.

ALBUQUERQUE, Afonso de. **O paralelismo político em questão**. *Revista Compolitica*, v. 2, pp. 6-28, 2012. Disponível em: <http://compolitica.org/revista/index.php/revista/article/view/43>. Acesso em: 15 julho 2013

ALMOND, Gabriel A.; VERBA, Sidney. **The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations**. Sage Publications, Inc., 1989.

ALMEIDA, Jorge. **A relação entre mídia e Sociedade Civil em Gramsci**. *Revista Compolitica*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, pp. 120-132, mar-abr, 2011. Disponível em: <<http://compolitica.org/revista/index.php/revista/article/view/8/6>>. Acesso em: 13 maio 2012.

ALMEIDA, Maria Fernanda Lopes. **Veja sob censura: 1968-1976**. São Paulo, Jaboticaba, 2009.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

AMADO, João. **Da redação do Jornal do Brasil para as livrarias: Os idos de março e a queda em abril, a primeira narrativa do golpe de 1964**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

ANDRADE, Jefferson de. **Um jornal assassinado: a última batalha do Correio da Manhã**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.

AQUINO, Maria Aparecida. **Censura, imprensa, Estado autoritário (1968-1978)**. Bauru, Edusc, 1999.

AVRITZER, Leonardo. **Cultura política, atores sociais e democratização**. Uma crítica às teorias da transição para a democracia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 28, ano 10, junho de 1995. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_28/rbcs28_09.htm>. Acesso em 12 junho 2010.

BACHRACH, Peter e BARATZ, Morton. S. **Poder e Decisão**. In: CARDOSO, Fernando Henrique (org.). *Política & Sociedade*. São Paulo: Nacional, 1979, pp. 43-52.

BACZKO, Bronislaw. **A imaginação social**. In *Enciclopédia Einaudi*, s. 1. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Editora Portuguesa, 1985.

BAFFA, Ayrton. **Nos porões do SNI**. O retrato do monstro da cabeça oca. Rio de Janeiro, Objetiva, 1989.

BAGDIKIAN, Ben H. **O monopólio da mídia**. Tradução Maristela M. de Faria Ribeiro. São Paulo: Scritta, 1993.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdos**. Tradução de Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARTHES, Roland. **Mitologias**. 4ª ed. Tradução de Rita Buongiorno, Pedro de Souza e Rejane Janowitz. Rio de Janeiro, DIFEL, 2009.

_____. **L'ancienne rhétorique**. *Communications*, 16, 1970, pp. 172-223. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/honpe/prescript/article/comm_0599-8018_1970_num_16_1_1236>. Acesso em: 07 julho 2013.

BAUM, Matthew A. e POTTER, Philip B. K. **The Relationships between Mass Media, Public Opinion, and Foreign Policy: Toward a Theoretical Synthesis** *Annual Review of Political Science*, vol. 11, pp. 39-65, jun 2008. Disponível em: <<http://www.annualreviews.org/doi/pdf/10.1146/annurev.polisci.11.060406.214132>>. Acesso em: 12 junho 2010.

BENNETT, W. Lance. **Toward a Theory of Press-State Relations in the United States**. *Journal of Communication*, vol. 40, n. 2, Jun 1990, pp. 103-125. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1460-2466.1990.tb02265.x/abstract>>. Acesso em: 12 junho 2010.

BENSON, Rodney; HALLIN, Daniel C. **How states, markets and globalization shape the news: The French and U.S. National Press, 1965-1997**. *European Journal of Communication*, London, v. 22, n. 1, pp.27-48, 1 mar. 2007. Disponível em: <<http://ejc.sagepub.com/cgi/content/abstract/22/1/27>>. Acesso em: 27 outubro 2010.

BERMEO, Nancy. **Myths of Moderation: Confrontation and Conflict during Democratic Transitions**. In: *Comparative Politics*, Vol. 29, n. 3, Transitions to Democracy: A Special Issue in Memory of Dankwart A. Rustow, Apr. 1997, pp. 305-322. Disponível em: <http://www.constitutionnet.org/files/Bermeo%20Myths%20of%20Moderation_Confrontation%20and%20Conflict%20During%20Democratic%20Transition.pdf>. Acesso em: 15 julho 2013.

BIROLI, Flávia. **Limites da Política e Esvaziamento dos Conflitos: o Jornalismo como Gestor de Consensos**. *REVISTA ESTUDOS POLÍTICOS*, Rio de Janeiro, UFRJ/UFF, n.6, 2013/01, pp. 126-143. Disponível em: <<http://revistaestudospoliticos.com/wp-content/uploads/2013/10/6p126-143.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2014.

_____; MIGUEL, Luis Felipe. **Orgulho e preconceitos: a “objetividade” como mediadora entre o jornalismo e seu público**. *OPINIÃO PÚBLICA*, Campinas, vol. 18, n. 1, junho 2012, pp. 22-43. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v18n1/v18n1a02>>. Acesso em: 10 agosto 2014.

BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos**. Organizado por Michelangelo Bovero. Tradução Daniela Beccaccia Versiani. 20ª. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

_____; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Tradução Carmen C. Varriale *et al.* 11ª. ed. Brasília: Editora UnB, 1998.

BORON, Atilio A. **Estado, Capitalismo e Democracia na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

- BOTTOMORE, Tom B. **As elites e a sociedade**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.
- BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Lisboa: Fim de Século, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- BRASIL. **II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979)**. Brasília, 1974. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/anexo/ANL6151-74.PDF>. Acesso em: 10 setembro 2009.
- BRUNEAU, Thomas. **Brazil's political transition**. In: HIGLEY, John; GUNTHER, Richard (eds). *Elites and Democratic Consolidation in Latin America and Southern Europe*. New York, Cambridge University Press, 1992, pp. 257-281.
- BUCCI-GLUCKMANN, Christinne. **Gramsci e o Estado**. Tradução de Angelina Peralva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- BURTON, Michael; GUNTHER, Richard; HIGLEY, John. **Introduction: elite transformations and democratic regimes**. In: HIGLEY, John; GUNTHER, Richard (eds). *Elites and Democratic Consolidation in Latin America and Southern Europe*. New York, Cambridge University Press, 1992, pp. 1-37.
- CABRAL, Eula Dantas Taveira. **Internacionalização da mídia brasileira: análise do Grupo Abril**. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, v.1, ano 3, p. 142-152, 2006. Disponível em: <http://alaic.net/revistaalaic/index.php/alaic/article/view/14/14> . Acesso em: 27 agosto 2014.
- CAMPOS, Taiane. las Casas. **Desenvolvimento, desigualdades e Relações Internacionais: uma introdução ao debate**. In: CAMPOS, Taiane las Casas (org.). *Desenvolvimento, desigualdades e Relações Internacionais*. 1a.ed.Belo Horizonte: PUCMinas, 2005, pp. 7-10.
- CAPARELLI, Sergio. **Autoritarismo e meios de comunicação no Cone Sul**. In MELO, José Marques de (org.). *Comunicação e transição democrática*. Porto Alegre, Mercado Aberto/Intercom, 1985, pp. 234-245.
- CAPELATO, Maria Helena e PRADO, Maria Lígia Coelho. **O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.
- CARVALHO, Aloysio C. de, A Rede da Democracia – O GLOBO, O JORNAL e Jornal do Brasil na queda do governo Goulart (1961/1964). Niterói, EdUFF, 2010.
- CASADEI, Elisa Bacheга. **A censura representada nas páginas de VEJA**. *Revista PJ:BR*, ECA/USP, ano VIII, n. 14, 2011. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/pjbr/arquivos/artigos14a.htm>. Acesso em: 13 setembro 2013.
- CERVO, Amado Luiz. **Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático**. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 46, n. 2, pp. 5-25, julho-dezembro 2003. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/358/35846201.pdf>>. Acesso em: 11 de agosto de 2009.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. Tradução Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. 2ª. ed., 1ª reimp. São Paulo: Contexto, 2013.
- _____. **Discurso das mídias**. 2ª. ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- CHAUÍ, Marilena. **Simulacro e poder**. 2ª. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.

_____. **Cultura e Democracia**. 11ª ed. São Paulo, Cortez, 2006.

CHOMSKY, Noam. **Media Control**. The Spectacular Achievements of Propaganda. 2nd. ed. Seven Stories Press, 2002. Kindle edition

CHOULIARAKI, Lillie; FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse in Late Modernity**. Rethinking Critical Discourse Analysis. Edinburgh University Press, 1999.

CODATO, Adriano Nervo. **Elites e instituições no Brasil: uma análise contextual do Estado Novo**. Tese (Doutorado em Ciência Política). Campinas: UNICAMP, 2008.

_____. **Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia**. *Revista de Sociologia e Política*. 2005, n.25, pp. 83-106. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782005000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 abril 2010.

_____. **Sistema estatal e política econômica no Brasil pós-64**. São Paulo, Hucitec, 1997.

CONNIFF, Michael L. e McCANN, Frank D. (eds). **Modern Brazil**. Elites and Masses in Historical Perspective. The University of Nebraska Press, 1989.

CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas. **O Brasil nas Nações Unidas – 1946-2006**. ed. rev. atual. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

CORREIA, João Carlos (org.). **Comunicação e Política**. Corvília: Universidade da Beira Interior, 2005.

COSTA, Paulo Roberto Neves. **A elite empresarial e as instituições democráticas: cultura política, confiança e padrões de ação política**. *OPINIÃO PÚBLICA*, Campinas, v. 18, n. 2, Nov. 2012, p. 452-469. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762012000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 4 julho 2013.

COSTA LIMA, Luiz. **O controle do imaginário & A afirmação do romance**. São Paulo, Companhia das Letras, 2009.

COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andréa de Paula (Orgs.). **Ler Gramsci, Entender a Realidade**. Rio de Janeiro, *Civilização Brasileira*, 2003.

_____. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

CURRAN, James. **Media and Power**. London: Routledge, 2002. e-Book

D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (orgs.). **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

DAHL, Robert. **Análise Política Moderna**. 2ª. ed. Tradução de Sergio Bath. Brasília: Editora UnB, 1988.

DASSIN, Joan R. **The Brazilian Press and the Politics of Abertura**. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, vol. 26, n. 3, August 1984, pp. 385-414.

DAVIS, Aeron. **Journalist-Source relations, mediated reflexivity and the politics of politics**. *Journalism Studies*, Cardiff, UK, v. 10, n. 2, p.204-219, 25 fev. 2009. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14616700802580540#.VGi8_fnF-VB>. Acesso em: 13 abril 2013.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Coletivo Periferia e eBooks Brasil, 2003. e-Book.

VAN DIJK, Teun A. van. **Discurso e poder**. Organização de Judith Hoffnagel e Karina Falcone. 2ª.ed., 1ª. reimp. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. **Opinions and Ideologies in Editorials**. *Paper for the 4th International Symposium of Critical Discourse Analysis, Language, Social Life and Critical Thought*, Athens, 14-16 December, 1995. Disponível em: <<http://www.discursos.org/unpublished%20articles/Opinions%20and%20ideologies%20in%20editorials.htm>>. Acesso em: 13 abril 2013.

_____. **News as discourse**. New Jersey, 1988.

DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato R. **A consolidação democrática no Brasil**: atores políticos, processos sociais e intermediação de interesses. In: DINIZ, Eli, BOSCHI, Renato e LESSA, Renato. *Modernização e consolidação democrática no Brasil*: dilemas da Nova República. São Paulo, Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1989, pp. 15-75.

_____. **A transição política no Brasil**: perspectivas para a democracia. X Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisas em Ciências Sociais, Campos do Jordão, SP, outubro de 1986. Anais. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=6225&Itemid=371>. Acesso em: 10 março 2011.

_____. **A transição política no Brasil**: uma reavaliação da dinâmica da abertura. **Revista Dados**. Rio de Janeiro, vol 28, no. 3, 1985, pp. 329-346.

DOBRY, Michel. **Les voies incertaines de la transitologie** : choix stratégiques, séquences historiques, bifurcations et processus de path dependence. In: *Revue française de science politique*, 50e année, n°4-5, 2000. pp. 585-614. Disponível em: < http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/rfsp_0035-2950_2000_num_50_4_395499>. Acesso em: 15 novembro 2013.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado**. Ação política, poder e golpe de classe. 2ª. ed rev. Petrópolis, Vozes, 1981.

DUARTE, Celina Rabello. **Imprensa e redemocratização no Brasil**. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 26, n. 2, 1983, pp. 181-195.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Todo império perecerá. Teoria das relações internacionais**. Tradução de Ane Lize Spaltemberg de Siqueira Magalhães, Brasília: EdUnB, 2000.

EAGLETON, Terry. **Ideologia. Uma introdução**. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista; Editora Boitempo, 1997.

ENTMAN, Robert M. **Projections of Power**. Framing News, Public Opinion, and U.S. Foreign Policy. Chicago & London, The University of Chicago Press, 2004. Kindle edition

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília, Ed. UNB, 2001.

FARES, Seme Taleb. **O Pragmatismo do Petróleo**: as relações entre o Brasil e o Iraque, de 1973 a 2007. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais), Brasília, Universidade de Brasília, 2007.

FICO, Carlos. **Além do golpe**: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro, Record, 2004.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. 8. ed. rev. atual. São Paulo, Ática, 2007.

FRANCO, Geisa Cunha. **Opinião Pública e Política Externa na abertura democrática**. Brasília, Juruá Editora, 2009.

FROTA, Sylvio. **Ideais Traídos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

FUNAG. **Relações entre o Brasil e o Mundo Árabe: construção e perspectivas**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2001.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Encurralada**. São Paulo: Cia da Letras, 2004.

GAZZOTTI, Juliana. **A revista VEJA e o obstáculo da censura**. *Revista Olhar*, ano 3, n. 5-6, pp. 1-9. Jan-dez 2001. Disponível em: < <http://www.ufscar.br/~revistaolhar/pdf/olhar5-6/artcensura.pdf>>. Acesso em: 5 novembro 2011.

_____. **Imprensa e Ditadura: a revista *Veja* e os governos militares (1968-1985)**. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política), São Carlos, Universidade Federal de São Carlos, 1998.

GEDDES, Barbara. **O que sabemos sobre democratização depois de vinte anos? Opinião Pública**, Campinas, v.7, n. 2, Nov. 2001, pp. 221-252. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762001000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 5 novembro 2011.

_____; ZALLER, John. **Sources of Popular Support for Authoritarian Regimes**. *American Journal of Political Science*, Vol. 33, No. 2, May, 1989, pp. 319-347. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2111150>>. Acesso em: 5 novembro 2011.

GENTILLI, Victor. **A imprensa brasileira mudou bastante depois do AI-5...mas não como decorrência dele**. In: MUNTEAL FILHO, Oswaldo; FREIXO, Adriano de; FREITAS, Jacqueline Ventapane (orgs.). *“Tempo negro, temperatura sufocante”*: estado e sociedade no Brasil do AI-5. Rio de Janeiro, Editora PUC-Rio; Contraponto, 2008, pp. 289-314.

GEORGE, Alexandre L.; BENNETT, Andrew. **Case Studies and Theory Development in the Social Sciences**. MIT Belfer Center for Science and International Affairs, 2005. Kindle edition

GIDDENS, Anthony. **Elites in the British class: structure**. In STANWORTH, Philip & GIDDENS, Anthony. *Elites and power in British Society*. Cambridge University Press, 1974, 1-21.

GILBOA, Eytan. **Global Communication and Foreign Policy**. *Journal of Communication*, pp. 731-748, December 2002. Disponível em: . Acesso em: 14 janeiro 2009.

_____. **Mass Communication and Diplomacy: A Theoretical Framework**. *Communication Theory*, v. 10, n. 3, pp. 275-309, Aug. 2000. Disponível em: . Acesso em: 14 janeiro 2009.

GONÇALVES, Williams da Silva.; MIYAMOTO, Shiguenoli. **Os militares na Política Externa Brasileira: 1964-1984**. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 12, pp. 211-246, 1993. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/asp/dsp_edicao.asp?cd_edi=26>. Acesso em: 12 janeiro 2009.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere - Os Intelectuais. O Princípio Educativo. Jornalismo**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. 8.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GUNTHER, Richard e MUGHAN, Anthony (ed.). **Democracy ant the Media**. A comparative perspective. Cambridge University Press, 2000.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da Esfera Pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Tradução de Flávio R. Kothe. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HALLIN, Daniel C.; MANCINI, Paolo. **Comparing Media Systems**. Three models of media and politics. New York, Cambridge University Press, 2007. Kindle edition

_____. **The “uncensored war”**. The Media and Vietnam. University of California Press, 1989.

HEINZ, Flávio (Org). **Por Outra História das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

HERMAN, Edward S. e CHOMSKY, Noam. **Manufacturing consent**: the political economy of the mass media. New York, Pantheon e-Books, 2002. Kindle edition

_____. **The Media’s Role in U.S. Foreign Policy**. *Journal of International Affairs*, Summer 1993, vol. 47, n. 1, pp. 23-45. Disponível em: < <https://www.questia.com/library/journal/1G1-14469108/the-media-s-role-in-u-s-foreign-policy>>. Acesso em: 15 maio 2012.

HERZ, Daniel. **A história secreta da REDE GLOBO**. Porto Alegre: Tche! Ed. Ltda, 1987.

_____. **O controle técnico e legal**. In MELO, José Marques de (org.). *Comunicação e transição democrática*. Porto Alegre, Mercado Aberto/Intercom, 1985, pp. 80-111.

HEWITT, Christopher J. **Elites and the distribution of power in British society**. In: STANWORTH, Philip; GIDDENS, Anthony (eds). *Elites and power in British Society*. Cambridge University Press, 1974, pp. 45-64.

HIGLEY, John e BURTON, Michael G. **The elite variable in democratic transitions and breakdowns**. *American Sociological Review*, vol. 54, n. 1, Feb., 1989, pp. 17-32. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2095659>>. Acesso em: 24 março 2012.

HILL, Christopher. **The changing politics of foreign policy**. Palgrave Macmillan, 2003.

HIRSCHMAN, Albert O. **A retórica da intransigência**: perversidade, futilidade, ameaça. São Paulo: Companhia das letras, 1991.

HOHLFELDT, Antonio. **Os estudos sobre a hipótese de agendamento**. *Revista Famecos*, Porto Alegre, n. 7, Nov. 1997, pp. 42-51, nov. 1997. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/viewFile/2983/2265>>. Acesso em: 15 maio 2012.

HOLLANDA, Cristina Buarque de. **Teoria das elites**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

HUNTINGTON, Samuel. **A terceira onda**: democratização no final do século XX. São Paulo: Ática, 1994.

IYENGAR, Shanto; KINDER, Dpnald R. **News That Matters**: Television and American Opinion. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

JEANNENEY, Jean-Noël. **A mídia**. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1996, pp. 213-225.

KUCINSKI, Bernardo. **A síndrome da antena parabólica.** Ética no jornalismo brasileiro. 1ª. reimp. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda.** Jornalistas e censores do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo, Boitempo, FAPESP, 2004.

_____. **Entre censores e jornalistas:** colaboração e imprensa no pós-1964. In: CPDOC; UFF; UFRJ; APERJ. (Org.). *1964-2004; 40 ANOS DO GOLPE. DITADURA MILITAR E RESISTÊNCIA NO BRASIL.* Rio de Janeiro: 7Letras, pp. 80-90, 2004a.

LASSWELL, Harold D. **A estrutura e a função da comunicação na sociedade.** In: COHN, Gabriel (Org.). *Comunicação e indústria cultural.* 4ª ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1978, pp. 105-117.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. **Instituições e transições políticas:** o lugar da mídia. In: 13o. *Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Comunicação, COMPÓS,* São Bernardo, SP, 2004. Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_597.pdf>. Acesso em: 5 maio 2009.

_____. **Mídia e transição democrática:** a (des)institucionalização do pan-óptico no Brasil. In: ABREU, Alzira Alves de, LATTMAN-WELTMAN, Fernando, KORNIS, Mônica Kornis. *Mídia e política no Brasil: jornalismo e ficção.* Rio de Janeiro, Editora FGV, 2003, pp. 129-183.

LEIS, Héctor Ricardo Leis e ASSMAN, Selvino J. Aproximações entre a ditadura e a democracia. *Ciências Sociais,* Unisinos, São Leopoldo, Vol. 46, N. 2, mai/ago 2010, pp. 116-120. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/viewFile/476/72>. Acesso em: 15 maio 2012.

LESSA, Renato. **Reflexões sobre a gênese de uma democracia banal.** In: DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato; LESSA, Renato (orgs.). *Modernização e consolidação democrática no Brasil: dilemas da Nova República.* São Paulo, Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1989, pp. 77-187.

LIMA, Venício A. de. **Mídia:** Teoria e Política 2ª ed. 2ª reimpr. São Paulo, Fundação Perseu Abramo. 2012.

_____. **Mídia** crise política e poder no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

LINZ, Juan; STEPAN, Alfred. **A transição e consolidação da democracia** – a experiência do sul da Europa e da América Latina. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Um longo presente:** O papel da imprensa no processo de redemocratização - a Folha de São Paulo em 1974. *Revista Tempo e Argumento,* Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013. pp. 72 - 107.

LUCA, Tania Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos.** In: PINSKY, C. B. (org.) *Fontes Históricas.* São Paulo, Contexto, 2005, pp. 111-153.

MANZUR, Tania Maria Pechir Gomes. **Opinião Pública e Política Exterior nos Governos de Jânio Quadros e João Goulart.** Tese (Doutora em História). Brasília, Universidade de Brasília, 2000.

MARCONI, Paolo. **A censura política na imprensa brasileira (1968-1978).** 2.ed. São Paulo: Global, 1980.

MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tania Regina de (orgs.). **História da imprensa no Brasil.** 2ª. ed. 1ª. reimp. São Paulo, Contexto, 2012.

MARX, Karl. **Liberdade de imprensa**. Tradução Cláudia Schilling e José Fonseca. Porto Alegre, L&PM, 2006.

MATTOS, Sérgio. **Mídia controlada: a história da censura no Brasil e no mundo**. São Paulo, Paulus, 2005.

MELO, Ovídio de Andrade. **Recordações de um removedor de mofo no Itamaraty: relatos de política externa de 1948 à atualidade**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

_____. **O reconhecimento da Angola pelo Brasil em 1975**. *Comunicação & Política*, pp. 75-133, maio/ago, 2000. Disponível em: <<http://www.cebela.org.br/imagens/Materia/2000-2%20075-133%20ovidio%20de%20andrade%20melo.pdf>>. Acesso em: 10 setembro 2009.

MERLE, Marcel. **Sociologia das relações internacionais**. Tradução de Ivonne Jean. Brasília: Editora UnB, 1981.

McCHESNEY, Robert W. **Rich media, poor democracy**. Communication Politics in Dubious Times. University of Illinois Press, 1999.

McCOMBS, Maxwell E. e SHAW, Donald L. **The Agenda Setting function of mass media** *The Public Opinion Quarterly*, vol 36, n. 2, Summer, 1972, pp. 176-187. Disponível em: <http://www.unc.edu/~fbaum/teaching/PLSC541_Fall06/McCombs%20and%20Shaw%20POQ%201972>.pdf. Acesso em: 10 maio 2011.

MIGUEL, Luis Felipe. **Os meios de comunicação e a prática política**. *Lua Nova*, São Paulo, n.55-56, p. 155-184, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n55-56/a07n5556.pdf>>. Acesso em: 21 novembro de 2014.

MILANI, Carlos R. S. e PINHEIRO, Letícia. **Política externa brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública**. *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro, vol. 35, janeiro/junho 2013, pp. 11-41. Disponível em: <http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/media/1artigo351.pdf>. Acesso em: 18 de dezembro de 2014.

MILIBAND, Ralph. **Análise de classes**. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (orgs.). *Teoria social hoje*. São Paulo: Editora UNESP, 1999, pp. 471-502.

_____. **O Estado na sociedade capitalista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

MILLS, Charles Wright. **The Power Elite**. With a new afterword by Alan Wolfe. Oxford University Press, 2000. Kindle edition

MILZA, Pierre. **Política interna e política externa**. In: REMOND, René (Org.). *Por uma História Política*. 2. ed., Rio de Janeiro, Ed. FGV, pp. 365-399, 2003.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). **Presidente João Figueiredo visita cinco países africanos**. *Resenha de Política Exterior do Brasil*, Brasília, n. 39, pp. 3-35, outubro-novembro-dezembro 1983. Disponível em: <http://cafemundorama.files.wordpress.com/2011/11/rpeb_39_out_nov_dec_1983.pdf>. Acesso em: 10 setembro 2009.

MONCLAIRE, Stéphane. **Democracia, transição e consolidação: precisões sobre conceitos bestializados**. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, 17, Nov. 2001, pp. 61-74. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782001000200007&script=sci_arttext>. Acesso em: 15 novembro 2013.

MORAES, Dênis de. **Comunicação, Hegemonia e Contra-Hegemonia**: a contribuição teórica de Gramsci. *REVISTA DEBATES*, Porto Alegre, v.4, n.1, pp. 54-77, jan.-jun. 2010. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/debates/article/viewFile/12420/8298>>. Acesso em: 10 maio 2011.

MOSCA, Gaetano. **The rulling class**. (Elementi di Scienza Politica). Tradução de Hannah D. Kahn. MCGRAW-HILL BOOK COMPANY, INC., 1989. e-Book.

MUNTEAL FILHO, Oswaldo; FREIXO, Adriano de; FREITAS, Jacqueline Ventapane (orgs.). **“Tempo negro, temperature sufocante”**: estado e sociedade no Brasil do AI-5. Rio de Janeiro, Editora PUC-Rio; Contraponto, 2008.

NASCIMENTO, Patrícia Ceolin. **Jornalismo em revistas no Brasil**: um estudo das construções discursivas em *Veja* e *Manchete*. São Paulo: ANNABLUME, 2002.

NATALI, João Batista. **Jornalismo Internacional**. São Paulo, Contexto, 2004.

NEGRO, Antonio Luigi. **Depois daquele limo**: os termos dos divórcios entre revolução e sindicalismo operário (1964-1978). In: MUNTEAL FILHO, Oswaldo; FREIXO, Adriano de; FREITAS, Jacqueline Ventapane (orgs.). **“Tempo negro, temperature sufocante”**: estado e sociedade no Brasil do AI-5. Rio de Janeiro, Editora PUC-Rio; Contraponto, 2008, pp. .

NYE, Joseph. **The future of power**. 1st ed. Public Affairs, 2011.

O'DONNELL, Guillermo e SCHMITTER, Philippe C. **Transições do regime autoritário**: primeiras conclusões. São Paulo, Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **Democracia e Defesa Nacional**. A criação do Ministério da Defesa na presidência de FHC. Barueri, São Paulo: Editora Manole, 2005.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. **Política Externa Brasileira**. São Paulo: Ed. Saraiva, 2005.

OLIVEIRA, Maria Rosa Duarte. **João Goulart na imprensa**: de personalidade a personagem. São Paulo: ANNABLUME, 1993.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso**: Princípios e Procedimentos. Campinas: Pontes, 2013.

PAGE, Benjamin I. **The Mass Media as Political Actors**. *Political Science and Politics*, vol. 29, n. 1 (Mar, 1996), pp. 20-24. American Political Science Association. Disponível em: <http://www.jstor.org/stabel/420185>. Acesso: 15 maio 2012.

PARETO, Vilfredo. **The rise and fall of elites**: an application of theoretical sociology. With an introduction by Hans L. Zetterberg. New Jersey: Transaction Publishers, 1991.

PEREIRA, Anthony W. **Ditadura e repressão**: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina. Tradução de Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

PERISSINOTTO, Renato. **As elites políticas**: questões de teoria e método. Curitiba: Ibpx, 2009.

_____. **Poder**: Imposição ou consenso ilusório? Por um retorno a Max Weber. In: NOBRE, Renarde Freire (org.). *O poder no pensamento social*: dissonâncias. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, pp. 29-58.

_____. e CODATO, Adriano Nervo. **Classe social, elite política e elite de classe: por uma análise societalista da política**. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 2. Brasília, julho-dezembro de 2009, pp. 243-270.

Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/6583/5309>>. Acesso em: 5 novembro 2013.

_____. **Notas metodológicas sobre estudo de elites.** *Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira*, Universidade Federal do Paraná, 2003.

PIERANTI, Octavio Penna. **O Estado e as Comunicações no Brasil:** Construção e Reconstrução da Administração Pública. Brasília-DF, Abras/Lecotec, 2011.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Autoritarismo e transição.** *Revista USP*, Brasil, n. 9, mai. 1991, pp. 45-56. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25547>>. Acesso em: 18 novembro 2013.

PINTO, Milton José. **Comunicação e discurso:** introdução à análise de discursos. 2ª ed. São Paulo, Hacker Editores, 2002.

PORTO, Mauro P. **Enquadramentos da Mídia e Política.** *XXVI Encontro Anual da ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS*, Caxambu, 2002. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=4400&Itemid=317>. Acesso em: 15 novembro 2013.

POWLICK, Philip J.; KATZ, Andrew Z. **Defining the American Public Opinion/Foreign Policy Nexus.** *Merston International Studies Review*, vol. 42, n. 1, May 1998, pp. 29-61. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/254443>>. Acesso em: 23 abril 2010.

PUTNAM, Robert D. **Diplomacia e política doméstica:** a lógica dos jogos de dois níveis. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 18, n. 36, Jun. 2010, pp. 61-74. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782010000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 novembro 2013.

RABELO, Genival. **O capital estrangeiro na imprensa brasileira.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

RAMOS, Murilo Cesar. **Papel dos meios de comunicação de massa na abertura política brasileira.** In MELO, José Marques de (org.). *Comunicação e transição democrática.* Porto Alegre, Mercado Aberto/Intercom, 1985, pp. 246-263.

RAUTENBERG, Edina. **A Revista VEJA e as empresas de construção civil (1968-1978).** Dissertação (Mestrado História, Poder e Práticas Sociais), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2011.

REMOND, René (org.). **Por uma História Política.** Tradução Dora Rocha. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Vivian. **Análise de discurso crítica.** São Paulo: Contexto, 2006.

REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil:** repressão e pretensão de legitimidade 1964-1984. Londrina, Editora UEL, 2001.

RIBEIRO, Cláudio Oliveira. **As formas do mesmo:** notas sobre a formulação e execução da política externa brasileira no pós Guerra Fria. *Revista Espaço Acadêmico*, Maringá, n. 64, setembro 2006. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/064/64ribeiro.htm>>. Acesso em: 10 setembro 2010.

ROBINSON, Piers. **The CNN effect reconsidered:** mapping a research agenda for the future. *Media, War & Conflict*, vol. 4, n. 1, Apr. 2011, pp. 3-11. Disponível em: <<https://www.escholar.manchester.ac.uk/api/datastream?publicationPid=uk-ac-man-scw:121971&datastreamId=POST-PEER-REVIEW-PUBLISHERS.PDF>>. Acesso em: 15 agosto 2013.

_____. **The role of media and public opinion.** In SMITH, Steve; HADFIELD, Amelia; DUNNE, Tim (eds). *Foreign Policy: theories, actors, cases*. Oxford University Press, 2008. pp. 137-153.

_____. **The CNN Effect Revisited.** *Critical Studies in Media Communications*, vol. 22, n. 4, October 2005, pp. 344-349. Disponível em: http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/07393180500288519#.VGkrV_nF-VA>. Acesso em: 15 agosto 2013.

_____. **THE CNN EFFECT.** The myth of news, foreign policy and intervention. London, New York: Routledge, 2002. Disponível em: <https://www.academia.edu/4463866/The_CNN_Effect_The_Myth_of_News_Foreign_Policy_and_Intervention>. Acesso em: 26 abril 2010.

_____. **Theorizing the Influence of Media on World Politics.** Models of Media Influence of Foreign Policy. *European Journal Communication*, vol. 15, n. 4, Dec. 2001, pp. 523-544. Disponível em: <<http://ejc.sagepub.com/content/16/4/523.abstract>>. Acesso em: 26 abril 2010.

_____. **World politics and media power:** problems of research design. *Media, Culture & Society*, vol. 22, 2000, pp. 227-232. Disponível em: <<http://mcs.sagepub.com/content/22/2/227>>. Acesso em: 23 abril 2010.

_____. **The CNN effect:** can the News media drive foreign policy? *Review of International Studies*, vol. 25, n. 2, apr. 1999, Published on line 8 september 2000, pp. 301-309. Disponível em: <http://journals.cambridge.org/abstract_S0260210599003010>. Acesso em: 23 abril 2010.

ROCHER, Guy. **Sociologia Geral.** Vol. 5. Lisboa: Editorial Presença, 1971.

SALLUM JÚNIOR, Brasília. **Transição política e crise de Estado.** *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n.32, abril 1994, pp. 133-167, 1994. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451994000100008>. Acesso em: 18 novembro 2013.

SANTOS, Norma Breda. **As posições brasileiras nas Nações Unidas com relação ao Oriente Médio (1945-2002):** equidistância, pragmatismo e realismo. *Cena Internacional – Revista de Análise em Política Internacional*, ano.5, n.2, pp. 5-22, 2003. Disponível em: <https://cafemundorama.files.wordpress.com/2011/11/cena_2003_2.pdf>. Acesso em: 13 fevereiro 2014.

SARAIVA, José Flavio Sombra. **A África e o Brasil:** Encontros e Encruzilhadas. *Ciências & Letras*, n. 21 e 22, 1998, pp. 115-172.

_____. **O lugar da África:** a dimensão atlântica da política externa brasileira de 1946 a nossos dias. Brasília, Ed. UNB, 1996.

SCHILLER, Herbert. **As corporações multinacionais de mídia e a transição democrática na América Latina.** In HAUSSEN, Doris Fagundes (org). *Sistemas de comunicação e identidades na América Latina*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1993, pp. 15-28.

SCHUDSON, Michael. **The news media as political institutions.** *Annual Review Of Political Science*, Palo Alto, Ca, v. 5, pp.249-269, jun. 2002. Disponível em:

<<http://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev.polisci.5.111201.115816?journalCode=polisci>>
. Acesso em: 10 setembro 2014.

SCHLESENER, Anita. **A crítica de Gramsci à Teoria das Elites: Pareto, Mosca e Michels e a democracia burguesa.** In: V COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX ENGELS, 2007, Campinas. *Anais do Colóquio*. Campinas: Cemarx/UNICAMP, 2007. pp. 1 - 10. Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt1/sessao4/Anita_Schlesener.pdf>. Acesso em: 5 novembro 2013.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos.** São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SHARE, Donald e MAINWARING, Scott. **Transição pela transação: democratização no Brasil e na Espanha.** *Dados*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, 1986, pp. 207-236.

SILVA, Carla Luciana. **VEJA: o indispensável partido neoliberal (1989-2002).** Cascavel, Edunioeste, 2009.

_____. **VEJA: o indispensável partido neoliberal (1989 a 2002).** (Tese) Programa Interinstitucional de Pós-Graduação em História UFF-UNIOESTE. Niterói, 2002.

SILVA, André Luiz Reis; PILLA, Bruno. **O Oriente Médio na política externa brasileira (1947-2011): aproximação, distanciamento e engajamento.** *Ciência & Letras*, Porto Alegre, vol. 51, pp. 111-133, jan-jun 2012. Disponível em: <<http://seer1.fapa.com.br/index.php/arquivos>>. Acesso em: 13 fev 2014.

SILVA, Golbery do Couto e. **Conjuntura política nacional. O poder executivo & Geopolítica do Brasil.** 3ª edição. Rio de Janeiro, Ed. José Olympio, 1981.

SMITH, Anne-Marie. **Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil.** Rio de Janeiro, Editora FGV, 2000.

SOARES, Glaucio Ary Dillon. **O papel das elites nas transições democráticas.** *Em Debate*, Belo Horizonte, vol. 6, n. 1, mar. 2014, pp. 55-60. Disponível em: <http://www.researchgate.net/profile/Glaucio_Soares/publication/265595430_O_PAPEL_DAS_ELITES_NAS_TRANSIES_DEMOCRATICAS_O_PAPEL_DAS_ELITES_NAS_TRANSIES_DEMOCRATICAS/links/54136b4f0cf2bb7347db2309>. Acesso em: 16 setembro 2014.

_____. **A censura durante o regime autoritário.** *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 4, n. 10, pp. 21-43, jun. 1989. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=227:rbc-10&catid=69:rbc&Itemid=399#2>. Acesso: 10 setembro 2010

SOROKA, Stuart N. **Media, Public Opinion, and Foreign Policy.** *The Harvard International Journal of Press/Politics*, vol. 8, n. 1, jan 2003, pp. 27-48. Disponível em: <<http://hij.sagepub.com/content/8/1/27.abstract>>. Acesso em: 23 abril 2010.

SOUZA, Ulysses Alves de. **A história secreta de Veja.** *Imprensa*, setembro 1988, p. 75-105.

SPEKTOR, Matias. **Azeredo da Silveira: um depoimento.** Rio de Janeiro, Editora FGV, 2010.

_____. **Kissinger e o Brasil.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2009.

SPONHOLZ, Liriam. **O papel do jornalismo nas controvérsias.** *Estudos em Jornalismo e Mídia*, Ano VII, n. 1, Janeiro a Junho de 2010, pp. 165-172. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo>>. Acesso em: 15 maio 2013.

STANWORTH, Philip; GIDDENS, Anthony. **Elites and power in British Society.** Cambridge University Press, 1974.

STOPPINO, Mario. **Poder.** In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Trad. Carmen C. Varriale et al. 11ª. ed. Brasília: Editora UnB, 1998, pp. 933-943.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade.** Uma teoria social da mídia. 12ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

TOSTES, Suzane Conceição Pandolfi. **Revista VEJA e a luta de classes dos anos 1980: FIESP e CNI contra CUT e o PT pelo olhar de VEJA durante os anos 1985-1989.** (Dissertação) Programa de Pós-Graduação em História UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, 2012.

TRAUMANN, Andrew Patrick. **No meio do fogo cruzado: a participação do Brasil no conflito Irã-Iraque.** *Revista Litteris*, Rio de Janeiro, n. 7, março 2011. Disponível em: <http://revistaliter.dominiotemporario.com/doc/Artigo-_Guerra_Ira-Iraque_Patrick.pdf>. Acesso em: 27 agosto 2013.

VADELL, J. **Economia Política das Relações Internacionais: uma introdução ao papel dos Estados, dos mercados e das instituições em face das principais abordagens.** In: CAMPOS, T. C. Desenvolvimento, Desigualdades e Relações Internacionais. Minas Gerais: PUC Minas, 2005. p. 170-196.

VERON, Eliseo. **Quand lire, c'est faire: l'enonciation dans le discours de la presse écrite**”. Tradução Orlando de Barros. Paris, Institut de Recherches et d'Etudes Publicitaires (IREP), 1983. Texto de estudos Mestrado/Doutorado de História/UERJ, 1996-2001.

VILAS BOAS, Sérgio. **O estilo magazine: o texto em revista.** São Paulo: Summus Editorial, 1996.

VITULLO, Gabriel E. **Transitologia, consolidologia e democracia na América Latina: uma revisão crítica.** *Revista de Sociologia e Política*, Nov 2001, no.17, p. 53-60. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n17/a05n17>. Acesso em: 18 novembro 2013.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações Internacionais do Brasil – de Vargas a Lula.** 3ª ed. rev. ampl. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

_____. **A Política Externa do Regime Militar Brasileiro: Multilateralização, Desenvolvimento e Construção de uma Potência Média (1964-1985).** Porto Alegre, Editora da Universidade/ UFRGS, 1998.

VROMEN, Ariadne. **Debating Methods: Rediscovering Qualitative Approaches.** In: MARSH, David & STOKER, Gerry (editors). *Theories and Methods in Political Science*. 3rd. ed. New York, Palgrave Macmillan, 2010, pp. 249-266.

WEBER, Max. **Sociologia da imprensa: um programa de pesquisa.** *Estudos em Jornalismo e Mídia*, Florianópolis, v. 2, n. 1, pp.13-21, jan. 2005. Semestral. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2084/1825>>. Acesso em: 8 abril 2009.

_____. **Ciência e política: duas vocações.** São Paulo: Cultrix, 1999.

WEEKS, Jessica L. **Autocratic Audience Costs: Regime Type and Signaling Resolve.** *International Organization*, vol. 62, n. 1, 9 jan. 2008, pp. 35-64. Disponível em:

<http://www.jstor.org/discover/10.2307/40071874?uid=3737664&uid=2&uid=4&sid=21105214457143>. Acesso em 19 dezembro 2013.

WODAK, Ruth. **Do que trata a ACD** – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v.4, n. esp., pp. 223-243, 2004.

WOLFSFELD, Gadi. **Making Sense of Media and Politics**. Five Principles in Political Communication. Routledge, Taylor & Francis Group, 2011. Kindle edition

_____. **Media and political conflict: News from the Middle East**. Cambridge University Press, 1997.

WOLIN, Sheldon S. **Democracy Incorporated**. Managed Democracy and the Specter of Inverted Totalitarianism. Princeton University Press, 2008.

YERGIN, Daniel. **O petróleo**. Uma história mundial de conquistas, poder e dinheiro. Tradução Leila Marina U. Di Natale, Maria Cristina Guimarães, Maria Christina L. de Goés. São Paulo, Paz e Terra, 2010.

ZIZEK, Slavoj (org.). **Um mapa da ideologia**. 4ª reimp. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ADORNO, Theodor. **A indústria Cultural**. In: COHN, Gabriel (org.). *Comunicação e Indústria Cultural*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977, pp. 287-295.

ANDERSON, Perry. **Balço do neoliberalismo**. In: GENTILI, Pablo e SADER, Emir (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1998, pp. 9-23.

ARON, Raymond. **Social Structure and the Ruling Class: Part 1**. *The British Journal of Sociology*, Vol. 1, No. 1 (Mar., 1950), pp. 1-16. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/587304>. Acesso em: 13 junho 2012

_____. **Social Structure and the Ruling Class: Part 2**. *The British Journal of Sociology*, Vol. 1, No. 2 (Jun., 1950), pp. 126-143. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/587553>. Acesso em: 13 junho 2012

ARTURI, Carlos. **O debate teórico sobre mudança de regime político: o caso brasileiro**. *Revista Sociologia e Política*, Curitiba, 17, Novembro, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n17/a02n17.pdf>>. Acesso em: 10 fevereiro 2010.

AVRITZER, Leonardo; COSTA, Sergio. **Teoria crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina**. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 47, n. 4, 2004, pp. 703-728. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v47n4/a03v47n4.pdf>>. Acesso em: 10 fevereiro 2010.

BARBOSA, Marialva Carlos. **Imprensa e poder no Brasil pós-1930**. Em *Questão*, Porto Alegre, v. 12, n. 2, pp. 215-234, jun./dez. 2006.

BERELSON, Bernard. **Democratic Theory and Public Opinion**. *The Public Opinion Quarterly*, Vol. 16, No. 3 (Autumn, 1952), pp. 313-330. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2745778>>. Acesso: 05/11/2011

BLOCH, Yaeli; LEHMAN-WILZIG, Sam. **An exploratory modelo f media-government relations in international crisis: U.S. Involvement in Bosnia (1992-1995).** *Media in Conflict*, pp. 153-173, 2001. Disponível em: <http://proflw.com/wp-content/uploads/academic/27._an_explanatory.pdf>. Acesso em: 10 fevereiro 2010.

BOLAÑO, César. **Indústria Cultural: informação e capitalismo.** São Paulo, Hucitec, 2000.

BORON, Atilio A. **Sobre “regímenes” y gobiernos.** *Blog de Atilio Boron*, setembro 2013. Disponível em: <<http://www.atilioboron.com.ar/2013/09/sobre-regimenes-y-gobiernos.html>>. Acesso em: 10 agosto 2014.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Notas introdutórias ao modo tecnoburocrático ou estatal de produção.** *Estudos Cebrap* 20, abril-junho 1977, pp. 77-109.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet.** São Paulo: Zahar, 2006.

BURTON, Michael G.; HIGLEY, John. **Elite Settlements.** *Texas Papers on Latin America*, Institute Latin America Studies, University of Texas at Austin, sd. Disponível em: <<http://lanic.utexas.edu/project/etext/llilas/tpla/8701.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2012.

CALLAGHAN, Karen; SCHNELL, Franke. **Assessing the democratic debate: How the News media frame elite policy discourse.** *Political Communications*, v. 18, pp. 183-212, 2001.

CAMARGO, Julia Faria. **Mídia e Relações Internacionais.** Lições da invasão do Iraque em 2003. Curitiba, Juruá Editora, 2009.

CAMARGO, Nelly de e PINTO, Virgílio B. Noya. **Communication policies in Brazil.** Paris, The Unesco Press, 1975.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **A ditadura dos empreiteiros: as empresas de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1864-1985.** Tese, UFF, 2012.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Estado e sociedade no Brasil (notas preliminares).** *Cadernos CEBRAP*, 1972. Disponível em: http://www.cebrap.org.br/v2/files/upload/biblioteca_virtual/estado_e_sociedade_no_brasil.pdf. Acesso em 12 dezembro 2013.

CARTA, Mino. **Castelo de âmbar.** Rio de Janeiro, Record, 2000.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso.** Coordenação da tradução Fabiana Komesu. 3ª ed. São Paulo, Contexto, 2012.

CHESTERTON, Gilbert Keith. **The wisdom of father Brown.** The Pennsylvania State University. A Penn State Electronic Classics Series Publication, 2005.

CODATO, Adriano Nervo. **Estado militar, política econômica e representação de interesses: Constrangimentos da transição democrática no Brasil nos anos oitenta.** *Espacio Abierto*, octubre-diciembre, 2003/vol. 12, número 004 Asociación Venezolana de Sociología Maracaibo, Venezuela pp. 493-521.

CONVERSE, Philip E. **Changing Conceptions of Public Opinion in the Political Process.** *The Public Opinion Quarterly*, Vol. 51, Part 2: Supplement: 50th Anniversary Issue(1987), pp. S12-S24. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/2749185> .Acesso: 01/05/2012

COOK, Fay Lomax et al. **Media and Agenda Setting: Effects on the Public, Interest Group Leaders, Policy Makers, and Policy.** *The Public Opinion Quarterly*, Vol. 47, No. 1 (Spring, 1983), pp. 16-35. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/2748703> .Acesso: 15/02/2012

COPPEDGE, Michael. **Democratizations and Research Methods.** New York, Cambridge University Press, 2012. Kindle edition

CORRÊA, Luiz Felipe Seixas (org.). **O Brasil nas Nações Unidas: 1946-2006.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

_____. **Comunicação e Poder.** Corvilha: Universidade da Beira Interior, 2002.

CURRAN, James. **Reinterpreting the democratic roles of the media.** *Brazilian Journalism Research*, vol. 3, n. 1, 2007, pp. 31-54. Disponível em: < <http://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/98/97>>. Acesso em: 10 maio 2012.

DAHL, Robert. **Análise Política Moderna.** 2ª. ed. Tradução de Sergio Bath. Brasília, Editora UnB, 1988.

DARTON, Robert e ROCHE, Daniel (orgs). **A revolução impressa: a imprensa na França, 1775- 1800.** Tradução Marcos Maffei Jordan. São Paulo: EDUSP, 1996.

_____. **O significado cultural da censura: a França de 1789 e a Alemanha Oriental de 1989.** *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ano 7, n. 18, 1992.

DEBNAM, Geoffrey. **Nondecisions and Power: The Two Faces of Bachrach and Baratz.** *The American Political Science Review*, Vol. 69, No. 3 (Sep. , 1975), pp. 889-899. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/1958397> .Acesso: 25/11/2011

EDITOR, O. **Linha do tempo da resistência à ditadura militar no Brasil (1960-1985).** *Estudos Avançados*, [S.l.], v. 28, n. 80, p. 153-184, jan. 2014. ISSN 1806-9592. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/79690/83692>>. Acesso em: 05 Agosto 2014.

EDWARDS III, George C. & Wood, B. Dan. **Who Influences Whom? The President, Congress, and the Media.** Disponível em <http://www.jstor.org/stable/2585399> .Acesso: 15/02/2012

ENTMAN, Robert M. **Democracy without citizens.** Media and the decay of American politics. New York, Oxford, Oxford University Press, 1989.

ESSER, Frank; PFETSCH, Barbara (eds.). **Comparing Political Communications: Theories, Cases, and Challenges (Communications, Society and Politics).** New York, Cambridge University Press, 2004. Kindle edition

FAIRCLOUGH, Norman. **Language and Power.** 10th imp. Longman Group UK Limited, 1996.

_____. **Media discourse.** London, 1995.

FARIAS FILHO, Milton Cordeiro. **Elites políticas regionais.** Contornos teórico-metodológicos para identificação de grupos políticos. *Dados*, Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 26 n° 77 Outubro /2011, p. 175-249.

FERNANDES, Antônio Sérgio Araújo. **Path dependency e os estudos históricos comparados.** Artigo apresentado no XXIV Simpósio Nacional de História da Associação Nacional de História – ANPUH, 2007. Disponível em: <http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/>

FERREIRA, Giovandro Marcus. **Uma proposta metodológica para o estudo da imprensa a partir das mutações na problemática de análise do discurso.** *EPTIC – Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación*, vol. VIII, n. 1, ene-abr 2006.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano, v. 4).

FICO, Carlos. **La classe média brésilienne face au régime militaire.** Du soutien à La désaffection (1964-1985). In: BOISARD, Stéphane; ENDERS, Armelle; VERDO Geneviève. *Vingtième Siècle. L'Amérique latine des régimes militaires. Revue D'Histoire.* Numéro 105. Janvier-Mars. France: Corlet Imprimeur, 2010, p. 155-168.

FIGUEIREDO, João Baptista de. **Mensagem ao Congresso Nacional.** Brasília, Imprensa Nacional, 1980.

FREIXO, Adriano de; FREITAS, Jacqueline Ventapane. **A imprensa brasileira e o reconhecimento da independência de Angola.** *Revista Tensões Mundiais: Revista do Observatório das Nacionalidades*, v. 7, n. 13, pp. 235-259, jul-dez 2011.

FONSECA, Virgínia Pradelina da Silveira. **O jornalismo no conglomerado de mídia.** Reestruturação produtiva do capitalismo global. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação), UFRGS, Porto Alegre, 2005.

FROELICH, Gilval Mosca. As matrizes ideológicas do II PND (1975-1979). *PESQUISA & DEBATE*, SP, volume 18, número 1 (31) pp. 1-26, 2007.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade.** Tradução Raul Fiker. 5. Reimp. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere – Maquiavel.** Notas sobre o Estado e a política. Vol. 3. 2. ed. Rio de Janeiro Civilização Brasileira, 2002.

_____. **Escritos políticos** (vol. 2: 1921-1926). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. **Os jornais e os operários.** *Marxists Internet Archive*, 2005. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/gramsci/1916/mes/jornais.htm>>. Acesso em: 18 março 2011.

GROELING, Tim; BAUM, Matthew A. **Journalists' Incentives and Media Coverage of Elite Foreign Policy Evaluation.** *Conflict Management and Peace Science*, n. 26, pp. 437-470, 2009. Disponível em: <<http://cmp.sagepub.com/cgi/content/abstract/26/5/437>>. Acesso em: 25 nov. 2009.

GUAZINA, Liziane. **O CONCEITO DE MÍDIA NA COMUNICAÇÃO E NA CIÊNCIA POLÍTICA: DESAFIOS INTERDISCIPLINARES.** *REVISTA DEBATES*, Porto Alegre, v.1, n.1, p. 49-64, jul.-dez. 2007.

GUMUCIO-DAGRON, Alfonso. **Informar no es comunicar.** *Página12*, Miércoles, 06 de octubre de 2010. Disponível em: <<http://www.pagina12.com.ar/diario/laventana/26-154407-2010-10-06.html>>. Acesso em: 7 outubro 2010.

GUILLAMET, Jaume; SALGADO, Francesc (eds.). **El Periodismo em las transiciones políticas.** De la Revolución Portuguesa y la Transición Española a la Primavera Árabe. Madrid, Editorial Biblioteca Nueva, 2014. Kindle edition

HALLIN, Daniel C.. **The Media, the War in Vietnam, and Political Support**: A Critique of the Thesis of an Oppositional Media, *The Journal of Politics*, Vol. 46, No. 1 (Feb., 1984), pp. 2-24, Disponível em <http://www.jstor.org/stable/2130432> .Acesso: 15/02/2012

HAUSSEN, Doris Fagundes (org.). **Sistemas de comunicação e identidades na América Latina**. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1993.

HEDGES, Chris. 2011: A Brave New Dystopia. In: A Progressive Journal of News and Opinion. Disponível em http://www.truthdig.com/report/item/2011_a_brave_new_dystopia_20101227/P200. Acesso em 10 de janeiro de 2014.

HOLZHACKER, Denilde Oliveira. **Atitudes e percepções das elites e da população sobre política externa brasileira nos anos 90**. Tese (Doutorado em Ciência Política), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

HOWLETT, Michael. **A Dialética da Opinião Pública**: efeitos recíprocos da política pública e da opinião pública em sociedades democráticas contemporâneas. *OPINIÃO PÚBLICA*, Campinas, Vol.VI, nº2, 2000, pp. 167-186.

JACOBS, LAWRENCE R. & SHAPIRO, ROBERT Y. **Lyndon Johnson, Vietnam, and Public Opinion**: Rethinking Realist Theory of Leadership. *Presidential Studies Quarterly* 29, no. 3 (September), 1999, p. 592-616.

_____; _____. **Toward the Integrated Study of Political Communications, Public Opinion, and the Policy-Making Process, PS: Political Science and Politics**, Vol. 29, No. 1 (Mar., 1996), pp. 10-13, <http://www.jstor.org/stable/420182> .Acesso: 15/02/2012

KINNE, BRANDON J. **Decision Making in Autocratic Regimes**: A Poliheuristic Perspective. *International Studies Perspectives* (2005) 6, 114–128.

KINZO, Maria D'Alva G. **A democratização brasileira**: um balanço do processo político desde a transição. *São Paulo em Perspectiva*, 15 (4), 2001.

LASAGNA, Marcelo. **Las determinantes internas de la política exterior**: un tema descuidado en la teoría de la política exterior. *Estudios Internacionales*, pp. 387-409

LASSWELL, Harold D. **Política**: Quem ganha o que, quando, como. Brasília: Editora UnB, 1984.

LAZARFELD, Paul F. **Public Opinion and the Classical Tradition**. *The Public Opinion Quarterly*, Vol. 21, No. 1, Anniversary Issue Devoted to Twenty Years of Public Opinion Research (Spring, 1957), pp. 39-53. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2746788>>. Acesso em: 15 fev. 2012.

LECHINI, Gladys. **Argentina y África em el espejo de Brasil**: ¿política por impulsos o construcción de una política exterior? 1. ed. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

LESSA, Antônio Carlos Moraes. **Instabilidade e mudanças**: os condicionantes históricos da política exterior brasileira sob Geisel (1974-1979). *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, n. 34, pp 73-81, jan./mar 1997. Disponível em:

LEVI, Lucio. **Regime Político**. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Trad. Carmen C. Varriale et al. 11ª. ed. Brasília: Editora UnB, 1998, p. 1081-1084.

LIMA, Venício A. **Liberdade de expressão x Liberdade de imprensa: Direito à comunicação e democracia.** São Paulo, Publisher Brasil, 2010.

LINZ, Juan J. **Totalitarian and Authoritarian Regimes.** London: Lynne Rienna Publishers, 2000.

LINZ, Juan J.; STEPAN, Alfred. **Problems of Decocratic Transition and Consolidation.** Southern Europe, South America, and Post-Communist Europe. Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 1996. Kindle edition

MACARINI, José Pedro. **Crise e política econômica: o governo Figueiredo (1979-1984).** *Texto para Discussão.* IE-UNICAMP, Campinas, n. 144, junho de 2008. Disponível em: <www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=1774&tp=a>. Acesso em: 17 de maio de 2009.

MACARINI, José Pedro. **Crise e política econômica: o governo Figueiredo (1979-1984).** *Texto para Discussão.* IE-UNICAMP, Campinas, n. 144, junho de 2008. Disponível em: <www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=1774&tp=a>. Acesso em: 17 de maio de 2009.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação.** 6. ed. ampl. Tradução de Maria Cecília P. de Souza-e-Silva, Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2013.

MAINWARING, Scott; BRINKS, Daniel; PÉREZ-LIÑÁN, Anibal. **Classificando regimes políticos na América Latina.** *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 44, n. 4, 2001, pp. 645-687.

_____. **Transitions to democracy and democratic consolidation: theoretical and comparative issues.** *Working Paper #130.* The Helen Kellog Institute for International Studies, - November 1989.

MÁLAGA, Pedro Farias Batlle. **El papel de la prensa en la transición española.** La prensa y las transiciones políticas a la democracia. *TEMAS COMUNICAR*, vol. 13, pp. 71-77, 1999.

MANCUSO, Wagner Pralon. **O empresariado como ator político no Brasil: balanço da literatura e agenda de pesquisa.** *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, 28, pp. 131-146, jun. 2007.

MANTEGA, Guido. **O governo Geisel, o II PND e os Economistas.** Relatório de Pesquisa n. 3, EAESP/FGV/NPP, 1997.

MARCUM, John A. **Lessons of Angola.** *Foreign Affairs*, v. 54, n. 3, pp. 407-425, Apr. 1976. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/20039585>>. Acesso em: 29 out. 2011.

MARSH, David; STOKER, Gerry (Eds.). **Theory and Methods in Political Science.** 3rd. ed. Palgrave Macmillan, 2010.

MATTA, Fernando Reyes (org.). **A informação na Nova Ordem Internacional.** Tradução de Paulo Kramer e Sigrid Sarti. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

MCLUHAN, Marshall. **Myth and Mass Media.** *Daedalus*, Vol. 88, No. 2, Myth and Mythmaking (Spring, 1959), pp. 339-348. <http://www.jstor.org/stable/20026500> .Acesso: 15/02/2012

MELO, José Marques de (org.). **Comunicação e transição democrática.** Porto Alegre, Mercado Aberto/Intercom, 1985.

MENDES, Ricardo Antonio Souza. **Ditaduras civil-militares no Cone Sul e a Doutrina de Segurança Nacional – algumas considerações sobre a Historiografia.** *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013. p. 06 - 38.

- MIGUEL, Luis Felipe. **Meios de Comunicação de massa e política no Brasil**. *Diálogos Latinoamericanos*, n. 3, pp. 43-70, 2001.
- MILL, John Stuart. **Sobre a Liberdade**. Tradução e organização de Ari R. Tank. São Paulo, Hedra, 2010.
- MILTON, John. **Areopagítica** - Discurso sobre a liberdade de expressão. São Paulo, Almedina Brasil, 2009.
- MONTEIRO, Thiago Francisco. **Análise dos projetos políticos “transicionais” dos militares da Argentina, Brasil e Chile em perspectiva comparada**. 36º Encontro Anual, ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS.
- MORAES, Dênis de (org.). **Globalização, mídia e cultura contemporânea**. Campo Grande, Letra Livre, 1997.
- MUNCK, Gerard; LEFF, Carol. **Modes of Transition and Democratization**. South America and Eastern Europe in Comparative Perspective. *Comparative Politics*, 29(3), 1997, pp. 343-362.
- MUÑOZ, Rafael Quirosa-Cheyrouze y (ed). **Prensa y Democracia**. Los medios de comunicación en la Transición. Madrid, Editorial Biblioteca Nueva, 2013. Kindle edition
- NERONE, John C. **Last Rights: Revisiting Four Theories of the Press**. University of Illinois Press, *On Social Responsibility*, 1995, pp. 77–100.
- NOHLEN, Dieter; B. FERNÁNDEZ, Mario. **Democratization y política exterior**. Anlisis comparada en torno a tres casos: Argentina, Brasil y Uruguay. *Estudios Internacionales*. Pp. 229-259
- PÁDUA, Gesner Duarte. **A revista Veja e o processo de redemocratização do Brasil: uma perspectiva histórica**. Trabalho apresentado no GT de História do Jornalismo, integrante do 9º Encontro Nacional de História da Mídia, Ouro Preto, 2013.
- PAYNE, Leigh A. **Brazilian Business and the democratic transition**. New attitudes and influence. In Ernest Bartell and Leigh A. Payne. *Business and Democracy in Latin America*. University of Pittsburgh Press, 1995, pp. 217-256.
- PIERSON, Paul **Politics in time**. History, Institutions, and Social Analysis. Princeton University Press, 2004. Kindle edition
- PINHEIRO, Letícia. **Política externa brasileira**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2004.
- RANDALL, Vicky, **The Media and Democratisation in the Third World**, *Third World Quarterly*, Vol. 14, No. 3, Democratisation in the Third World (1993), pp. 625-646, <http://www.jstor.org/stable/3992490>. Acesso: 15/02/2012
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950**. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 31, 2003, pp. 147-160. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2186/1325>>. Acesso em: 10 março 2007.
- ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha. **A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina**. Vol. II. Tradução Maria Alzira Brum Lemos, Silvia de Souza Costa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

ROSI, Bruno Gonçalves. **As relações Brasil-África no regime militar e na atualidade.** *Revista Conjuntura Austral*, vol. 2, n. 3-4, pp. 31-46, dez 2010 – mar 2011.

ROUQUIÉ, Alain (coord.). **Os partidos militares no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Record, 1980.

SANGUINÉ JÚNIOR, Jairo. **A IMPRENSA E O PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL.** *Sociedade em Debate*, Pelotas, 4(3): 19-35, novembro/1998.

SANTANA, Carlos Ribeiro. **O aprofundamento das relações do Brasil com os países do Oriente Médio durante os dois choques do petróleo da década de 1970:** um exemplo de ação pragmática.

SANTOS, João de Almeida. **O princípio da hegemonia em Gramsci.** Lisboa: Vega Universidade, 19--.

SCHAMIS, Hector E. **Reconceptualizing Latin American Authoritarianism in the 1970s:** From Bureaucratic-Authoritarianism to Neoconservatism. *Comparative Politics*, Vol. 23, No. 2 (Jan., 1991), pp. 201-220. Published by: Ph.D. Program in Political Science of the City University of New York. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/422361>. Acesso: 29 janeiro 2012.

SCHNEIDER, Ben Ross. **Business Politics and the State in Twentieth-Century Latin America.** New York, Cambridge University Press, 2004. Kindle edition

SEIB, Philip. **Headline Diplomacy.** How News Coverage affects Foreign Policy. Westport Connecticut, Praeger Publishers, 1997.

SENRA, Álvaro de Oliveira. **Após Geisel:** crise do desenvolvimentismo e afirmação do neoliberalismo no Brasil. In: FREIXO, Adriano; Munteal Fº, Oswaldo (orgs.). *A ditadura em debate:* Estado e sociedade nos anos do autoritarismo. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2005, pp. 183-203.

SERRANO, Estrela (1999). **Jornalismo e elites do poder.** Biblioteca On-Line de Ciências da Comunicação. Disponível em <http://bocc.ubi.pt/pag/serrano-estrela-jornalismo-elites-poder.html>. Acesso: 14 outubro 2013.

SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (orgs.). **A volta aos quartéis.** A memória militar sobre a abertura. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

_____; _____. (orgs.). **21 anos de regime militar:** balanços e perspectivas. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1994.

SOARES, Samuel Alves. **Controles e autonomia:** as Forças Armadas e o sistema político brasileiro (1974-1999). São Paulo: Editora UNESP, 2006.

SODRE, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil.** Rio de Janeiro, Mauad, 1999.

SOMAVIA, Juan. **A estrutura transnacional de poder e a informação internacional.** In: MATTA, Fernando Reyes (org.). *A informação na Nova Ordem Internacional.* Tradução de Paulo Kramer e Sigrid Sarti. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980, pp. 31-51.

SOTO, Ángel. **El Mercurio y la difusión del pensamiento político-económico liberal 1955-1970.** Santiago: Ediciones Centro de Estudios Bicentenario, 2003.

SPARKS, Colin. **Media and Transition in Latin America.** *Westminster Papers in Communications and Culture*, London, University of Westminster, vol. 8, n. 2, pp. 154-177, 2011. Disponível em: <<http://www.westminster.ac.uk/?a=119279>>. Acesso em: 15 junho 2014.

STANWORTH, Philip; GIDDENS, Anthony. **Elites and power in British Society**. Cambridge University Press, 1974.

STEIBEL, Fabio; MARINKOVA, Milena. **Positivo, negativo ou neutro?** Um olhar de métodos mistos sobre a variável “valência” em análises de conteúdo jornalístico. *Revista da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação/E-Compos*, Brasil, v. 16, n. 2, pp. 1-22, mai-ago 2013.

SVOLIK, Milan W. **The Politics of Authoritarian Rule**. New York, Cambridge University Press, 2012. Kindle edition

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A Democracia na América**. Tradução de J. A. G. Albuquerque. 2.ed., São Paulo, Abril Cultural, 1979, Coleção Os Pensadores.

VILLALTA, Danielle. **O surgimento da revista *Veja* no contexto da modernização brasileira**. *INTERCOM* – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Salvador/BA, 2002. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2002/congresso2002_anais/2002_NP2VILLALTA.pdf>. Acesso em: 17 agosto 2009.

VOTMER, Katrin. **Comparing media systems in new democracies**. East meets South meets West. *Central European Journal of Communication*, vol. 1, pp. 23-40, 2008.

ZALLER, John. **A Theory of Media Politics**. How the Interests of Politicians, Journalists, and Citizens Shape the News. University of Chicago Press, 1999.

ZANONE, Valerio. **Quarto Poder**. In: BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Coordenação de tradução João Ferreira. 1. ed. Brasília, Editora UnB, 1998, pp. 1040-1041.

ZEN, Luis Fernando Guimarães. **“A conciliação das elites”**: projeto hegemônico de democracia na VEJA. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2009.

ZUGASTI, Ricardo. **A forge of Consensus**. The press during the transition to democracy in Spain. *Media History*, v. 18, n. 2, pp. 207-217, mar. 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/13688804.2012.663870>>. Acesso em: 13 abril 2013.

ANEXO 1

PRINCIPAIS MARCOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS DA CENSURA À IMPRENSA DURANTE A DITADURA MILITAR¹⁷⁹

9 fevereiro de 1967	Foi promulgada a Lei nº 5.250, conhecida como “Lei da Imprensa”, cujo artigo 20 não permitia a “prova da verdade” aos ocupantes dos altos cargos públicos
13 de março de 1967	Constituição de 1967, cujo artigo 150 assegurava a liberdade de imprensa
13 de março de 1967	Decreto-lei nº 314, a Lei de Segurança Nacional, que, junto com a CF de 1967, passou a reger, praticamente, todas as relações entre o Estado militar e a sociedade civil
21 de novembro de 1968	Lei nº 5.536, que dispõe sobre a censura de obras teatrais e cinematográficas, mas sem nenhuma menção à censura das atividades da imprensa
13 de dezembro de 1968	Decretação do Ato Institucional nº 5. Logo no dia seguinte ao da assinatura do ato, militares invadiram redações de diversos veículos que haviam protestado contra a arbitrariedade crescente.
20 de março de 1969	Lei nº 510, que alterava o decreto-lei 314
29 de setembro de 1969	Decreto-lei nº 898, uma nova edição da LSN, ainda mais rigorosa que a anterior, com penas mais severas para os crimes que violassem a segurança do país, inclusive, o banimento
17 de outubro de 1969	Emenda Constitucional nº 1, que, em seus artigos 30 e 154, vedava a publicação de pronunciamentos que levassem à <i>subversão da ordem</i> , com pena de cassação dos direitos individuais e políticos de dois a dez anos
22 de janeiro de 1970	Promulgado o Decreto-lei nº 1.077, estabelecendo a censura
Janeiro de 1970	“Recomendações para a imprensa escrita, falada e televisada/ Ministério da Justiça”, recebidas pela Polícia Federal, no início de setembro de 1970, sobre como agir em relação à censura
29 de março de 1971	Produzido o Documento “secreto” 165-B, encaminhado ao Ministério da Justiça, discriminando os dez temas cuja publicação era proibida
4 de janeiro de 1975	Fim da censura prévia no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i>
Março de 1975	Fim da censura prévia no jornal <i>O Pasquim</i>
16 de junho de 1975	Informe 209, produzido do CIE, fazendo um relatório sobre a ditadura militar, acentuando a “liberalização controlada da imprensa”
3 de junho de 1976	Fim da censura prévia na revista <i>VEJA</i>
6 de junho de 1978	Fim da censura prévia no <i>Movimento, O São Paulo e Tribuna da Imprensa</i>
13 de outubro de 1978	Promulgada a Emenda Constitucional nº 11, suspendendo os efeitos do AI-5

¹⁷⁹ Todos os documentos legais estão disponíveis no site do governo federal: <<http://www.planalto.gov.br/>>.

ANEXOS 2

QUADRO 5 – VALORAÇÃO DOS TEMAS PUBLICADOS NA VEJA EM RELAÇÃO AOS EVENTOS DA POLÍTICA EXTERIOR

ANO	TEMA	VALORAÇÃO	PERÍODO DE PUBLICAÇÃO	CENSURA NA VEJA	EVENTOS DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA RELACIONADOS AOS TEMAS
1974	ÁFRICA/ ANGOLA	POSITIVA	18/12/1974	Censura prévia	Em 19 de março, o presidente Ernesto Geisel comunicava as novas diretrizes da política exterior do Brasil, batizada como <i>Pragmatismo Ecumênico e Responsável</i> ;
	QUESTÃO PALESTINA	POSITIVA	9/10/1974		O Brasil é o primeiro país a reconhecer o novo governo português, resultante da Revolução dos Cravos que pôs fim ao regime salazarista;
		CRÍTICA	11/9/1974		O governo brasileiro estabelece relações diplomáticas, em julho, com o Qatar, Bahrein, Emirados Árabes Unidos, Sultanato de Omã e Kuwait;
1975	ÁFRICA/ ANGOLA	CRÍTICA	25/06/1975 a Dezembro/ 1975	Censura prévia	O Brasil é o primeiro país do Ocidente a reconhecer a independência da República da Guiné-Bissau, em 16 de julho;
		CRÍTICA	29/10 a Dezembro/ 1975		Em 13 de novembro, o Brasil apoia a Resolução que reconhece a OLP como “único representante legítimo do povo palestino”.
	QUESTÃO PALESTINA	CRÍTICA			Em 8 de janeiro, o país reconhece Angola como Estado independente. Em 11 de novembro, foi reconhecido, oficialmente, a independência angolana sob o governo do MPLA, como um gesto de aproximação com a África Negra;
1976	ÁFRICA/ ANGOLA	CRÍTICA	Janeiro a 18/02/1976	Censura prévia	O chanceler Azeredo da Silveira propôs, em 1º de setembro, nas Nações Unidas, uma Nova Ordem Econômica Internacional;
		CRÍTICA	Todas as matérias no ano sobre o tema		Em 10 de novembro, o Brasil vota, na ONU, a favor da Resolução que considera o sionismo como uma forma de racismo e discriminação racial;
	ÁFRICA/ ANGOLA	POSITIVA	12/05 a 09/06/1976		FIM DA CENSURA
1977	ÁFRICA/ ANGOLA	CRÍTICA	09/02/1977	SEM CENSURA	Em 5 de janeiro, foram abertas seis novas embaixadas na África: Burkina Faso, Angola, Guiné Equatorial, Lesoto, Moçambique e São Tomé e Príncipe;
	QUESTÃO PALESTINA	CRÍTICA	Todas as matérias sobre o tema		Em 21 de fevereiro, o Secretário Henry Kissinger vem ao Brasil, onde é firmado o Memorando de Entendimento entre o Brasil e os EUA para Consultas Mútuas;
					Em 3 de junho, foi determinado o bloqueio econômico para Rodésia, apoiado pelo país;
					Em 9 de novembro, é assinado o primeiro contrato de risco para prospecção e exploração de petróleo por uma firma estrangeira britânica.
					Em 11 de março, o Brasil denuncia o Acordo de Assistência Militar com os Estados Unidos, diante das crescentes críticas dos Estados Unidos sobre as violações dos direitos humanos.

1978	ÁFRICA/ ANGOLA	POSITIVA	26/04 a 17/5/1978	SEM CENSURA	O presidente dos Estados Unidos, Jimmy Carter, visita o Brasil, por conta dos atritos constantes entre os dois países; O presidente Geisel visita a Alemanha, para ajustes no Acordo Nuclear de 1975.
	QUESTÃO PALESTINA	CRÍTICA	Todas as matérias sobre o tema		
1979	ÁFRICA/ ANGOLA	CRÍTICA	14/03/1979	SEM CENSURA	Ramiro Saraiva Guerreiro assume o Ministério das Relações Exteriores com a posse de Figueiredo; Em fevereiro, o mundo sofre com o segundo choque petrolífero, decorrente da Revolução Iraniana; Em maio, o Brasil demonstra interesse na compra de petróleo do Iraque e de Angola.
	QUESTÃO PALESTINA	CRÍTICA	Todas as matérias sobre o tema		
1980	ÁFRICA/ ANGOLA	POSITIVA	04/07 a Dezembro/ 1979	SEM CENSURA	Ainda no campo energético, em 7 de janeiro, foi firmado o acordo Brasil-Iraque de cooperação no campo dos usos pacíficos da energia nuclear; Em 14 de outubro, o Brasil reafirma seu apoio à independência do Zimbábue, ex-Rodésia, e a SWAPO, na Namíbia, e condena a <i>apartheid</i> ;
	QUESTÃO PALESTINA	POSITIVA	Janeiro a 11/06/1980 23/1/1980		
1980	ÁFRICA/ ANGOLA	CRÍTICA	18/06/1980	SEM CENSURA	O chanceler Saraiva Guerreiro visita cinco países do continente africano: Angola, Moçambique, Zâmbia, Tanzânia e Zimbábue.
	QUESTÃO PALESTINA	CRÍTICA	Até 1/10/1980		
1981	ÁFRICA/ ANGOLA	POSITIVA	28/10/1981	SEM CENSURA	Aumento da taxa de juros nos Estados Unidos acaba por dar início à “crise da dívida” que afetou a economia nacional;
	QUESTÃO PALESTINA	CRÍTICA	24/6/1981 a 28/10/1981		
1982	ÁFRICA/ ANGOLA	POSITIVA	Janeiro a Dezembro/ 1982	SEM CENSURA	Moratória brasileira da dívida externa; Visita de Figueiredo aos Estados Unidos Em 8 de junho, o Brasil defende a evacuação dos territórios ocupados por Israel, bem como faz veementes críticas às suas ações contra o Líbano; Assinado o protocolo de intenções sobre comércio entre Brasil e Iraque Em 30 de novembro, Ronald Reagan, presidente dos Estados Unidos, visita o país; Saraiva Guerreiro defende a cooperação econômica na reunião inaugural do Grupo dos 77. Aproximação com os países do Terceiro Mundo.

1983	ÁFRICA/ ANGOLA	POSITIVA	Janeiro a 23/11/1983	SEM CENSURA	<p>Em 6 de janeiro, o país assina a Primeira Carta de Intenções junto ao FMI;</p> <p>Em julho, um incidente com aviões líbios que transportavam armas brasileiras para a Nicarágua ganha as páginas da imprensa;</p> <p>Em novembro, João Figueiredo faz uma visita a cinco países do continente africano, sendo o primeiro presidente sulamericano a fazer uma viagem deste tipo;</p>
1984	ÁFRICA/ ANGOLA	CRÍTICA	04/01/1984	SEM CENSURA	<p>Em 7 de fevereiro, o secretário de Estado George Shultz, visita o país e firma novo Memorando de Entendimento sobre Cooperação Industrial-Militar entre Brasil e Estados Unidos, relançando a operação militar bilateral interrompida em 1977;</p> <p>Acordo sigiloso de Delfim Neto com o FIM;</p> <p>Divergências com os Estados Unidos por conta da Lei de Informática.</p>
1985					<p>Em janeiro, começa a funcionar a Usina Nuclear Angra I. Em 15 de março, assume como presidente do Brasil, José Sarney.</p>

gerais, disponho-me a, de imediato, de modo a caracterizar a posição que antes esbocei, enviar funcionário diplomático, em serviço provisório, para substituir o Cyro e reforçar, com dois agentes de segurança, a parte de proteção física do Chefe da Representação Especial, no entendimento de que aí permaneceriam apenas tais funcionários, uma vez que já devem ter sido evacuados os familiares de brasileiros lotados na Representação Especial. Creio que tanto você, quanto o Ovídio, me concedem o crédito de ser um chefe acima de tudo humano. O que ^{acabo de dizer} ~~está no contexto~~ representa, pois, o somatório de minhas convicções honestas e de minha avaliação do quadro, olhado quer do ponto-de-vista do interesse nacional brasileiro, quer de considerações essencialmente humanas. ^{Leia e destrua esta telegrafia, inclusive a fita respectiva.} Uma abraço muito afetuoso para Cyro, Ovídio e você do

SILVEIRA

Autoriza

Minutado em
05 / AGO 75

ANEXO 4

TELEGRAMA DO EMBAIXADOR OVÍDIO DE ANDRADE MELO AO ITAMARTY SOBRE A PRESENÇA DE CUBANOS EM ANGOLA¹⁸¹

RECEBIDO

Decreto nº 60.417/67 — Classificação alterada para
 Ostensivo Reservado Confidencial Secreto
por ordem de _____

REPRESENTAÇÃO ESPECIAL EM ANGOLA
EM 20/11/75.

CONFIDENCIAL
G/SG/DAO/DAF/
ESCALADA PUBLICITARIA ET SEUS EFEITOS
NA SITUAÇÃO POLÍTICO MILITAR ANGOLANA.

513. 5.1300. A INTERVENC

AO ESTRANGEIRA DESENCADEADA PELO ZAIRE ET PRINCIPALMENTE PE
LA AFRICA DO SULVG ASSOCIADA COM GRUPOS COLONIALISTAS PORTU
GUESV NAO ALTEROU A ESSENCIAVG MAS TAO SOMENTE A APARENC
IA DA SITUAÇÃO POLITICO MILITAR EM ANGOLA PT A COLUNA DE ME
RCENARIOS QUE INVADIU O PAIS VINDO DA NAMIBIA SUBIU PELO LI
TORAL DISPERSANDO AS FORÇAS DO M P L A MUITO INFERIORMENTE
ARMADA ET TREINADASVG IMPONDO AAS POPULAÇÕES DAS CIDADES C
OSTEIRASVG PREDOMINANTE MENTE M P L A VG UMA NOVA O CUPAÇÃO
PELAS FORÇAS DA UNITAVG DA FNLA ET DE CHIPENDAPT SE ANTESV
D EM MOCAMEDESVG BENGUELA VG LOBITO A UNITAVG A FNLA ET CHI
PENDA NAO TINHAM POPULARIDADE NEM FORÇAS PARA MANTER SEVG C
OMO FICOU COMPROVADO EM AGOSTOVG MUITO MENOS TERA AGORAVG
QUANDO A POPULAÇÃO PRESENCIA ESSA ASSOCIAÇÃO ESPURIZ COM PI
DES ET BRANCOS MERCENARIOS DE TODA ESPECIEPT A COLUNA INVAS
ORA VAI ENCONTRANDO VITÓRIAS PORQUE TEM EXTREMA MOBILIDADEPT
COM TANQUES LIGEIROSVG HELICOPTEROSVG PASSAVG ATACA ADIANT
EVG MUITO LONGEVG INESPERADAMENTEPT EH A VITÓRIA DA TÉCNICA
MILITAR NUM PAIS EM QUE A GUERRA EH FEITA A PEHVG MUITO LE
NTAMENTE COM ARMAS POUCO SOFISTICADASPT MAS OS MERCENARIOS
NAO PODEM PARARPT ESSE SANGRENTO PASSEIO QUE DAO PELO PAISV
G NAO ACUPA PROVINCIASVG APENAS TEMPORARIAMENTE CIDADESPT O
MPLA SE DISPERSA OU TORNA SE CLANDESTINO NAS CIDADES ATACA
DASVG MAS PERMANECEPT O INTERIOR DA PROVINCIA CONTINUA MPLA
PT AS TROPAS NATIVAS DA UNITAVG DA FNLA ET DE CHIPENDA ACUP
AM A CENTRO DOS BURGOS MAS LOGO SE DESENTENDEM PT

161686
①
ver pg. 4

Tag-906-431/774

¹⁸¹ Disponível em: <<http://arquivosdaditadura.com.br/documento/galeria/telegrama-diplomata-ovidio-mello-ao#pagina-1>>

RE**TELEGRAMA RECEBIDO**

Decreto nº 60.417/67 — Classificação alterada para

-Ostensivo -Reservado -Confidencial -Secreto

por ordem de _____

REPRESENTAÇÃO ESPECIAL EM LUANDA TEL 513 :CONF SEGUNDA PARTE

(2)

NA VERDADE O MÁXIMO QUE OS MERCENARIOS CONSEGUEM É RESTABELECER NAS CIDADES POR QUE PASSAM A PRECÁRIA SITUAÇÃO QUE HAVIA EM AGOSTO ÚLTIMO LOGO APÓS A INSURREIÇÃO POPULAR QUE EXPULSOU A BARRA UNITÁ DE LUANDA QUANDO SE IMOBILIZAM COMO SE IMOBILIZARAM PERANTE A RESISTÊNCIA DO MPLA AO NORTE NA ZONA DE CAXITO ESSES MERCENARIOS ANTES TÃO AGUERRIDOS SÃO CAPTURADOS FACILMENTE E ENTÃO PASSAM A CAUSAR DOLORE PELO VAZIO DE SEUS PROPOSITOS PELA PUSILANIMIDADE COM QUE AS PÁSSAS PEDEM PERDAO FECHAS PÁSSAS EM SUMA TUDO NÃO PASSAM PARA ELES E PARA SEUS MANDANTES DE UMA ASSAVENTURA FECHAS PÁSSAS POIS QUALQUER PESSOA DE JUÍZO DESDE O INÍCIO COMPREENDERIA QUE SE OS PORTUGUESES COM CENTENA DE MILHRES DE TROPA NÃO CONSEQUIRAM REETER ANGOLA EM OUTROS TEMPOS UNS CINCO MIL SOLDADOS DA FORTUNA POR MAIS BEM ARMADOS E TREINADOS QUE SEJAM NÃO TÊM PESO SUFICIENTE PARA ALTERAR O BALANÇO DE FORÇAS ORA EXISTENTE NESTE PAÍS JÁ CURTIDO POR QUATORZE ANOS DE GUERRA A ASSAVENTURA FECHAS PÁSSAS ASSIM CONCEBIDA NÃO TEM POIS FINALIDADE MILITAR SERIA E DURÁVEL SENÃO FINALIDADE IMEDIATISTA PUBLICITÁRIA E POLITICAMENTE A ASSAVENTURA FECHAS PÁSSAS DE ANGOLA TORNA SE LOGO UM SUCESSO A IMPRENSA ESCRITA E FALADA DE CERTOS PAÍSES PASSOU A ENCARAR AS ANDANÇAS DESSA ASSAVENTURA EXERCÍTO DE BRANCALEONE FECHAS PÁSSAS COMO ASSAVENTURA VITÓRIAS DECISIVAS QUE REVELAM A FRAQUEZA DO GOVERNO DE LUANDA FECHAS PÁSSAS E DADO QUE CERTA IMPRENSA DE PAÍSES IMPORTANTE ASSIM O PROCLAMA A ASSAVENTURA TAMBÉM TEM EFEITOS POLÍTICOS INTERNACIONAIS BIEN RETARDA OS RECONHECIMENTOS QUE O GOVERNO DE ANGOLA PODERIA LICITAMENTE ESPERAR FAZ COM QUE SO RECONHECAM ANGOLA AQUELES PAÍSES QUE SEMPRE A AJUDARAM NA GUERRA DE LIBERTAÇÃO OU AQUELES PAÍSES



TELEGRAMA RECEBIDO

87

Decreto nº 60.417/67 — Classificação alterada para
 Ostensivo Reservado Confidencial Secreto
 por ordem de _____

REPRESENTAÇÃO ESPECIAL EM LUANDA TEL 513 ÚLTIMA PARTE (4A.)

4

INICIATIVA DESTA PT

A UPI DENUNCIA A PRESENÇA EM ANGOLA DE DOIS MIL ET QUATRO CENTOS CUBANOSVG QUE NUNCA FORAM AQUI NOTADOS NEM PELOS BOATEIROS PORTUGUESESPT KISSINGER JAH MENCIONA A ASPAS AJUDA MACICA SOVIETICA FECHASPVG A PRESENÇA DE QUATROCENTOS RUSSOSVG QUANDO NA VERDADE SOH HAH ONZE QUE CHEGARAM ONTEM AO HOTEL TROPICO ET QUE PODEM SER TECNICOS MILITARESVG INSTRUTORES PARA USO DAS ARMAS NOVAS DESTINADAS A ATALHAR A INVASÃO PT NAO TERAO CERTOS GOVERNATES APRENDIDO PELO MENOS ALGUMA COISA NO PROCESSO DE DESCOLONIZAÇÃO QUE VAI PELO MUNDO PTIN TERROG NO DESESPERO QUE TEM PELA SOBREVIVENCIA DO SEU REGIME DE APARTEIDVG A AFRICA DO SUL PARECE DISPOSTA A QUALQUER LOUCURAVG MESMO QUE ISSO APRESSE SEU FIMPT DA MESMA FORMA AGEM OS COLONIALISTAS PORTUGUESES QUE AGORA PRETENDEM RETOMAR A COLONIAPT MAS QUE OUTROS PAISES MAIS RESPONSAVEIS SEJAM LEVADOS DE ROLDAOVG NA DEFESA DE INTERESSES DA AFRICA DO SULVG OUDOS ULTRAS PORTUGUESESVG EH INCOMPREENSIVELPT CREIO QUE O BRASILVGPARA QUE NAO TENHA UMA GUERRA PROLONGADAVG DE CRESCENTES PROPOCOES DO OUTRO LADO DO ATLANTICOVG DEVERIA ESTUDAR O PROBLEMA DESTA ESCALADA PUBLICITARIAPTVG POLITICAVG PROPICIATORIA DE UMA ESCALADA MILITAR VG COM VISTAS A EXERCER DE ALGUMA FORMA O SEU PODER DE EQUILIBRIOVG DE BOM SENSO ET MODERACAOPTE SE ASSIM PUDE FAZER TERAH PRESTADO I NESQUECIVEL SERVICO A ANGOLA ET AA AFRICAPT PARA COMPROVAR A VISÃO PLACIDA QUEVG EM LUANDAVG ATEH AGORAVG POSSO TER DA SITUAÇÃO MILITAR EXISTENTE EM ANGOLAVG A DESPEITO DESSA INVASÃO DE MERCENARIOSVG ENVIO POR OFICIO DECLARAÇÕES FEITAS PELO MINISTRO DA DEFESA DO NOVO GOVERNOPTFINAL

!

Handwritten marks and symbols on the right side of the page, including a large bracket and a question mark.

OVIDIOMELO

FIG: Que tal?

E' de Passos!

RE

TELEGRAMA RECEBIDO

Decreto nº 60.417/67 — Classificação alterada para

- Ostensivo - Reservado - Confidencial - Secreto

por ordem de _____

DCD
DTI



63

REPR. ESP. LUANDA TEL 513 COM TERCEIRA PARTE

AQUELES PAISES

QUEVG COMO O BRASILVG NAO TENDO AQUIH INTERESSES EGOISTAS DE CURTO PRAZOVG CUIDAM DO ESTABELECIMENTO DE RELACOES MUTUAMENTE PROFICUAS ET DURADOURASPT O PEQUENO NUMERO RELATIVO DOS RECONHECIMENTOS JAH ALCANCADOS PELO NOVO GOVERNO PASSA POR SUA VEZ A SER USADO TAMBEM COMO ARMA POLITICA ET PUBLICITARIABPT SERVE PARA INJECTAR NO CONTEXTO ANGOLANO UMA CONOTACAO IDEOLOGICA QUE ESTE GOVERNO NAO TERIA NECESSARIAMENTE NEM PRETENDIA TERPT ET GRADUALMENTE INSERE A QUESTAO DA SIMPLES DESCOLONIZACAO ET RECONSTRUCAO DE ANGOLA ENTRE OS GRANDES TOPICOS DA GUERRA FRIAVG O QUE PERMITE QUE A INTERVENCAO JAH ESBOCADA MAIS ADIANTE SE AMPLIEVG SE NECESSARIO FORPT ANTE ESSE PERIGOVG O GOVERNO DE LUANDA SE VOLTA PARA OS QUE PHDEM AJUDA LOVG PARA OS QUE SEMPRE O AJUDARAMVG PARA OS QUE NAO LHE RECUSAM AJUDA AGORAPT ET ASSIM A ESCALADA PUBLICITARIA CRESCE EM PAROLAGEMVG PERMITINDO EM SEU RASTRO UMA ESCALADA DE GUERRA VG NAO SOH EM ANGOLA VG MAS EN TODO O SUL DA AFRICAPT A DELEGACAO DE MOCANBIQUE QUE AQUIH ESTEVE PARA A INDEPENDENCIA ACREDITA QUE SE A AFRICA DO SUL ATACAR ANGOLA MAIS ABERTAMENTEVG NAO DEIXARAH DE ATACAR TAMBEMVG SIMULTANEAMENTEVG MOCANBIQUEVPT O CONGO BRAZZAVILLEVG A GUINEH BISSAU JAH OFERECERAM VOLUNTARIOS A ANGOLAPT CUBAVG SE AINDA NAO O FEZVG NESTAS CIRCUNSTANCIAS NAO DEIXARAH DE FAZE LOPT ET A UNIAO SOVIETICA SOBRIAMENTE ADVERTE QUE AJUDARAH ANGOLA VG SEM ESPECIFICAR CONOVG MAS PRESUNIVELMENTE COM ARMAS TAO MODERNAS QUANTO A DOS MERCENARIOSPT O ZIRE CHAMA SEUS ENDAIXADORES NOS PAISES SOCIALISTAS ASPAS PARA CONSULTAS FECHASPT ET AMEACA ROMPIMENTO DE RELACOESPT IDI AMH RESTAURA A CUSTO AS RELACOES COM A UNIAO SOVIETICAVG QUE ESTIVERAM AA DEIRA DO ROMPIMENTOVG DURANTE A SEMANA PASSADAVG POR INICIATIVA DESTAPT

DCD
DTI



DCD
DTI



DCD
DTI



DCD
DTI



ANEXO 5

ANÁLISE DO DEPARTAMENTO DE ESTADO NORTE-AMERICANO SOBRE O RECONHECIMENTO DE ANGOLA PELO GOVERNO BRASILEIRO

Margaret P. Grafeld Declassified/Released US Department of State EO Systematic Review 06 JUL 2006

Message Text

CONFIDENTIAL

PAGE 01 BRASIL 09965 181259Z

45 L
ACTION ARA-10

INFO OCT-01 AF-06 EUR-12 ISO-00 CIAE-00 DODE-00 PM-04 H-02

INR-07 L-03 NSAE-00 NSC-05 PA-01 PRS-01 SP-02 SS-15

USIA-06 IO-10 SAM-01 AS-01 SAJ-01 ARAE-00 /088 W
----- 059469

P R 181210Z NOV 75
FM AMEMBASSY BRASILIA
TO SECSTATE WASHDC PRIORITY 2543
INFO AMEMBASSY ADDIS ABABA
AMEMBASSY KINSHASA
AMEMBASSY LISBON
AMCONSUL LOURENCO MARQUES
AMEMBASSY PRETORIA

C O N F I D E N T I A L BRASILIA 9965

E.O.11652: XGDS-1
TAGS: PFOR, PINT, BR, AO
SUBJECT: REACTION TO BRAZILIAN RECOGNITION OF MPLA AS GOVERNMENT OF
ANGOLA

REF: BRASILIA 9749

1. SUMMARY: BRAZIL'S DECISION TO EXTEND IMMEDIATE RECOGNITION TO NEWLY INDEPENDENT AND MPLA-CONTROLLED ANGOLAN REGIME HAS BEEN INTERPRETED VARIOUSLY IN PRESS AS MEANS OF GETTING IN ON GROUND FLOOR WITH NEW STATE, MAINTAINING SOLIDARITY WITH OTHER NEW PORTUGUESE-SPEAKING NATIONS OF AFRICA, AND SUPPORTING ANGOLAN INDEPENDENCE FACTION THAT IS NOT REPRESENTATIVE OF PORTUGUESE CULTURE IN AFRICA. SOME PRESS OBSERVERS HAVE CRITICIZED MOVE AS IMPRUDENT OR VIOLATION OF PRINCIPLE OF NON-INTERVENTION, AND REFLECT CONCERN PREVALENT IN MILITARY AND CONSERVATIVE CIRCLES THAT DECISION AGAIN PLACES BRAZIL IN CLOSE ALIGNMENT WITH COMMUNIST OR RADICAL THIRD-WORLD STATES. BEGIN XGDS. FOREIGN MINISTER SILVEIRA TOLD AMBASSADOR THAT EFFECTS OF RECOGNITION ON MOZAMBIQUE'S ATTITUDE FIGURED IN FOREIGN MINISTRY'S DECISION AS WELL AS GOB'S CONCERN THAT IT WOULD HAVE HAD TO WITHDRAW ITS SPECIAL MISSION IN LUANDA
CONFIDENTIAL

CONFIDENTIAL

PAGE 02 BRASIL 09965 181259Z

IF RECOGNITION HAD NOT BEEN EXTENDED QUICKLY. END XGDS. END SUMMARY.

Margaret P. Grafeld Declassified/Released US Department of State EO Systematic Review 06 JUL 2006

DECISION, NOTING THAT IT IS NOT POSSIBLE TO IDENTIFY A SINGLE GOVERNMENT IN SUCH A FLUID SITUATION AND THAT BRAZIL, IN OPTING FOR THE MPLA, IS RECOGNIZING THE PRO-COMMUNIST FACTION IN THE CONFLICT. THE CHIEF OF SNT'S CENTRAL AGENCY, GENERAL SEBASTIAO CASTRO, ALSO EXPRESSED OPPOSITION. A LOCAL NEWS CORRESPONDENT TOLD AN EMBASSY OFFICER THAT MILITARY SOURCES HAD COMMENTED TO HIM THAT MPLA WAS UNACCEPTABLE AS THE NEW GOVERNMENT OF ANGOLA BECAUSE OF ITS DEPENDENCE ON CUBAN AND SOVIET SUPPORT. A FEDERAL SENATOR AND LEADER OF THE GOVERNMENT PARTY ARENA, WHO IS RESERVE ARMY OFFICER, TOLD EMOFF THA BRAZIL'S RECOGNITION --LIKE ITS VOTE ON ANTI-ZIOISM RESOLUTION--IS ONE MORE ACT WHICH PLACES BRAZIL IN COMPANY OF THOSE STATES WHOSE SYSTEMS IT ABHORS.

6. BEGIN XGDS-1. IN A NOVEMBER 12 MEETING WITH AMBASSADOR, FOREIGN MINISTER SILVEIRA REHEARSED THE REASONS FOR THE BRAZILIAN DECISION TO MOVE IMMEDIATELY ON RECOGNITION. IN ADDITION TO REPEATING POINTS SET OUT IN REFTEL, SILVEIRA STATED THAT ONE CONSIDERATION HAD BEEN THE FACT THAT BRAZIL ALREADY HAD HAD A SPECIAL MISSION IN LUANDA AND THAT, IF THE GOB HAD NOT RECOGNIZED QUICKLY, THE MISSION WOULD HAVE HAD TO BE WITHDRAWN, WITH UNCERTAIN PROSPECTS FOR ITS FUTURE RE-INSERTION. MORE COGENTLY, SILVEIRA INDICATED THAT THE EFFECTS ON MOZAMBIQUE HAD FIGURED IN ITAMARATY'S CALCULATIONS. (THIS REFERENCE WAS MADE IN THE CONTEXT OF A RUNDOWN OF THE SILVEIRA-CHISSANO MEETING IN NEW YORK, IN WHICH, ACCORDING TO SILVEIRA, CHISSANO HAD STATED THAT MOZAMBIQUE WOULD ESTABLISH RELATIONS WITH BRAZIL. SILVEIRA IMPLIED TO THE AMBASSADOR THAT HE HOPED THAT THE MOVE ON ANGOLA WOULD HASTEN MOZAMBICAN ACTION-- BRAZIL AND MOZAMBIQUE ANNOUNCED DIPLOMATIC RELATIONS AT THE AMBASSADORIAL LEVEL ON NOVEMBER 15.) SILVEIRA ALSO PROFESSED THE BELIEF THAT THE MPLA WAS NOT SO RADICAL AS MANY PEOPLE THOUGHT: HERE HE REFERRED TO CONFLICTS WITHIN THE MPLA BETWEEN "MODERATES"
CONFIDENTIAL

CONFIDENTIAL

PAGE 04 BRASIL 09965 181259Z

AND RADICALS. HE COMMENTED THAT, IN ANY EVENT, AFRICAN NATIONALISM WAS SO STRONG THAT IT WOULD PREVENT ANGOLA'S BECOMING A COMMUNIST PUPPET. END XGDS-1.
CRIMMINS

CONFIDENTIAL

NNN

ANEXO 6

ALGUMAS CAPAS E REPORTAGENS DO CORPUS



SOBRE A POLÍTICA EXTERIOR DE FIGUEIREDO:

Caracterização positiva para o Chanceler Saraiva Guerreiro e as diretrizes de sua política exterior.





Zappa: contatos políticos

DIPLOMACIA
Um bom início

Nos últimos dias de novembro, quando o character brasileiro Antônio Francisco Azeredo da Silveira iniciou uma breve visita oficial ao Senegal, seguiu com sua comitiva até a capital, Dakar, o ministro Ítalo Zappa, chefe do Departamento de Assis, África e Oceania, do Itamaraty. Mas, enquanto Azeredo da Silveira retornava pouco depois por Lisboa, Ítalo Zappa teve que enfrentar uma viagem bem mais extenuante, que o levou a sete países em apenas dez dias, para se encontrar com os líderes dos movimentos de libertação das colônias portuguesas no continente africano.

No quarta-feira da semana passada, após haver cumprido esse roteiro, ele retornou a Brasília e anunciou os resultados obtidos: "Era uma missão necessária e urgente: criar uma via de acesso a essa realidade política emergente. Agora isso existe". No entanto, para dar os primeiros passos nessa direção, ele se defrontou com algumas dificuldades, além das longas distâncias a vencer para realizar os inúmeros compromissos de sua pauta. E para isso teve de cumprir seu roteiro de acordo com os constantes deslocamentos de seus interlocutores, todos possíveis governantes das futuras nações africanas, atualmente empenhadas na árdua tarefa de achar soluções para suas divergências políticas internas, visando para isso, sequencialmente, dentro



de seu próprio país e mesmo fora dele.

Os encontros — Como suas divergências entre grupos discutiram a previsão sobre qual deles realmente conseguiria a formação de seus próprios governos, o diplomata brasileiro estendeu suas consultas indiscriminadamente a todos os representantes dos grupos políticos africanos. Assim, na Tanzânia, Ítalo Zappa conferiu com Agostinho Neto, o filho de um pastor que conquistou União de Moçambique em Lisboa e Coimbra, e o líder do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). No dia seguinte teve com Holden Roberto, dirigente da Frente de Libertação Nacional de Angola (FNLA), depois de localizá-lo em Kimbumba, no Zaire, e dois dias depois, já em Angola, ele conseguiu se encontrar finalmente com Wilson Santos, representante da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). Pouco no extremo da situação angolana, que a missão brasileira se deparou com um panorama ainda sem definições políticas precisas, produto das disputas de influência entre correntes que apóiam o MPLA e a FNLA, sem ainda também os interesses defendidos pela UNITA.

Mas ao chegar a Moçambique, depois de uma inesperada aventura a bordo de um F47 holandês, que serviu ao II Governo Mundial, visando ao contrato temporário, Zappa voltou a ser recebido por Simão Manuel, do Fronte de Libertação de Moçambique (Frelimo), com quem já havia se encontrado na Tanzânia durante três horas. Este segundo encontro foi

desconfortavelmente formal. Em todo caso, bastante produtivo, pois a Frelimo parece ter garantido o controle efetivo do poder, num clima de vitória de independência, já marcada para julho de 1975.

Apresentação política — Durante essas hostilidades regionais, Zappa foi surpreendido pelo completo desconhecimento dos líderes africanos sobre o Brasil, que nunca foi visitado por nenhum deles, mas pode contar a favor a semelhança do sistema com que eles falam o português e a profunda fidelidade devota às mesmas raízes culturais e raciais.

Para um tão delicado roteiro de relacionamento, sob o risco constante de preparar as sucessibilidades naturais de nações que apenas começam a nascer, tais semelhantes representaram, sem dúvida, excelentes condições. Mas em nenhum momento foi possível — nem isso estava programado pelo Itamaraty — dar aos trabalhos de Zappa estratégias que não fossem as de estabelecer prévios contatos de natureza política, pois o chanceler Azeredo da Silveira já havia proclamado em sua viagem ao Senegal "o direito de os novos governos nas próprias definições, sem interferência de qualquer espécie". Em futuros próxiolos, o Brasil poderá oferecer às novas nações ajuda em áreas da educação e da saúde. Mas ainda está todo para tratativas no campo comercial. Assim, todos os esforços estarão concentrados para a instalação da embaixada em Luanda, Angola, após a



Pucca: em defesa da democracia

DIPLOMACIA
Na defensiva

A segunda-feira da semana passada, 10 de novembro, bem que poderá ser considerada um dia como o Dia de Pragmatismo Responsável, se a história ainda por ser escrita das relações internacionais der razão ao parâmetro da nova política externa brasileira inaugurada por Antônio Francisco Azeredo da Silveira. Pois, nesse dia — e antes mesmo que o país do bloco socialista o fizesse —, o Brasil reconheceu a independência angolana e a autonomia política do Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA) na antiga colônia portuguesa (veja a reportagem na página 20). E confirmou no plenário das Nações Unidas — na solitária companhia de Cuba e do México, entre todos os vizinhos latino-americanos — o voto que já havia dado na Comissão de Assuntos Sociais, Humanitários e Culturais da ONU a favor da resolução que condena o sistema como "uma forma de racismo e de discriminação racial". (VEJA n.º 373, de 29-10-74.)

Hora de explicar — As duas decisões expõem aos diplomatas brasileiros, nos dias seguintes, pacíficos, permeabilizadas, defensivas explicações, além de uma cautelada indiferença pelas reações desfavoráveis que ambas suscitarão. Em sucessivos editoriais, O Estado de S. Paulo classificou como "responsável" o pragmatismo de Azeredo da Silveira, cujo comprometimento a China foi requerido pelo deputado Emanuel Waner, mas (MORER). Não se acredita, porém, que a Ares se sinta autorizada a apresentar a convocação do chanceler.

Para os diplomatas, explicar a inesperada reconhecimento de Angola seria, comparativamente, a tarefa menos difícil. "A decisão nada mais foi que o cumprimento da política incluída em fevereiro último, quando o Brasil dignou-se uma representação especial enviada ao governo de transição instalado em Luanda antes da independência definitiva", assegura um alto funcionário do Itamaraty. A argumentação não é de desprezo à lógica: proclamada a República Popular de Angola, na terça-feira passada, declarou de estar automaticamente aceita representação transitoria. Nesse momento, não reconhecer o governo do MPLA significaria não apenas romper formalmente com o Movimento, como também suprimir o único vínculo diplomático existente entre os dois países. Essa ruptura seria, no entender de fontes da chancelaria ouvidas por VEJA, um duro golpe para a população africana dirigida pelo presidente Ernesto Gueuz. "Onde Portugal criou,

nós acertaremos", comentava, cético, o diretor do Centro de Estudos Afro-Asiáticos do Conselho Universitário Cláudio Mendes, do Rio. José Maria Nunes Pereira da Conceição, ao ser divulgada a notícia do reconhecimento de Angola. No Itamaraty, ninguém foi movido a se levantar contra a decisão.

Uma certa ansiedade — Tampouco se dividiu aí do acordo do voto anti-socialista, embora as justificativas nem sempre se revelem cristalinas. Os funcionários diplomáticos fazem questão de citar, por exemplo, a declaração feita pelo chefe da delegação do Brasil nas Nações Unidas, embaixador Sérgio Correa da Costa, de que "o voto brasileiro não é, nem poderia ser, em qualquer hipótese, interpretado como hostil aos judeus ou ao islamismo", mesmo porque "não há no Brasil qualquer discriminação legal, social ou de outro tipo contra grupos étnicos ou religiosos". Esse argumento, que dificilmente poderia ser posto em dúvida, não responde porém, à questão pragmática do que o Brasil irá ganhar de fato por ter votado contra o sistema. Um primeiro balanço na constabilidade das relações internacionais após a votação na ONU, indicaria até que decisão, além de não haver proporcionado maiores palpáveis, começa a apresentar perigosos prejuízos para o governo brasileiro. Talvez por isso o Itamaraty não consegue esconder no fim da semana uma certa ansiedade quanto ao futuro das suas já arrastadas relações com o Estado Unidos. Mas não que renuncias — e impugnações — a certos negócios. A ajuda financeira fornecida por Washington — apenas 19 milhões de dólares no exercício 1973/74 —, o que preocupa a realidade era a decisão americana de levar à ONU uma resolução a favor da antiga sua própria política no mundo inteiro — e não a rejeição a favor da rejeição ou seja, o país que votaram pelo sistema. O porta-voz do Departamento de Estado Robert Anderson, disse a VEJA que "a resolução não se dirige a nenhum governo em especial". Segundo ele, tratava-se de um voto a todos os governos, sem exceção, que visa a resolver um problema específico, "onde quer que exista". Mas, em Brasília, a proposta foi qualificada de "demagógica" e como "tentativa de interferir em assuntos internos de outros países". Em todo caso, o repúdio é intenso inclusive em face do EIA, pela sorte dos seus cidadãos em muitas partes do mundo lá fora, não se explica em termos apenas morais ou exclusivamente a partir de pressões preocupações humanitárias.

Por enquanto, em Brasília, parece vigorar a determinação de não responder às críticas americanas, cuja incidência ao sistema e sobre aspectos da situação política nacional.

SOBRE ANGOLA:

Positiva para a atuação do Ministro Ítalo Zappa, encarregado das relações com o continente africano, e crítica ao Pragmatismo Responsável e ao Chanceler Azeredo da Silveira. Na mesma edição, uma reportagem sobre a Angola liberta em guerra civil.



Angolanos comemoram a independência em Luanda: pela frente, um longo caminho a percorrer

ANGOLA
A independência dos inimigos

Ao longo da primeira fila, defronte o palácio erguido para a proclamação da independência, jovens guerrilheiros, com as metralhadoras entre os braços, zolavam pela segurança dos convidados de honra. Um pouco afastados, ocupando toda a intensa praça sem árvores do Campo 1.º de Maio, milhares de pessoas, contidas por um cinturão de soldados, também aguardavam o início da cerimônia. Era quase meia-noite de segunda-feira passada em Luanda, e o cântico de que vive a ser o 28.º país independente da África estava em festa — e em pé de guerra.

Repulcantes, arse o olhar reverente e emocionado da multidão presente, um velho combatente do 4 de fevereiro de 1961 — data do início da luta armada contra Portugal — batizou a bandeira da nova nação, em lugar do pavilhão português, que, pouco antes, tremulava pela última vez em Angola. O "vanguarda derrastado pelos angolanos" durante o período colonial era representado por uma larga faixa vermelha. Uma outra, curta, simbolizava o continente africano. E, no centro de bandeira, a mistura de uma roda dentada, coroa para uma catana, representava a indústria e o campo.

"Alguns creem em longo caminho a percorrer antes que Angola seja completamente independente", disse ao ocasião Agostinho Neto, o líder do Movimento Popular da Libertação de Angola (MPLA, apelido pela União Soviética), vencendo sua conhecida incapacidade para discursos de massa. De fato, a solene proclamação da independência de Angola e sua continuação em República Popular, embora ocorrendo efetivamente quase 500 anos de colonialismo português na África, não exigiu a qualquer da soberania política. Pois o MPLA, apenas seita a posse de Luanda e de uma parte do país — e sua governa, na verdade, apenas seita agora outra segunda fase.

Capital provisória — Poucas horas mais tarde, em seu centro de operações de Angola, 150 quilômetros ao norte de Luanda, o líder da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA, anti-comunista; Holden Roberto, proclamava uma República Popular e Democrática de Angola. Em sua homenagem, uma "marcha de independência" foi simultaneamente acada em Nova Lisboa, no centro-ov. por Jonas Savimbi, líder da UNITA (União Nacional para Indepe-

Entrevista: FARID SAWAN

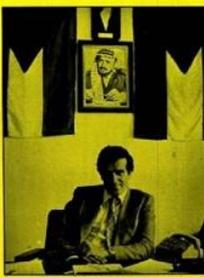
O diplomata da guerra

Representante da OLP no Brasil ataca Israel, queixa-se da imprensa brasileira e afirma que jamais foi advertido pelo Itamaraty

Por Mariângela Hama

Sobre sua vida particular, Farid Sawan, representante oficial da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) no Brasil, decididamente não gosta de falar. Informa apenas que nasceu "na Palestina" em 1948 e se tornou médico cirurgião na Espanha — desocultado, ele se recusa até mesmo a fornecer o endereço da casa que alugou por 18 000 cruzeiros mensais em Brasília. Mas Sawan chega a extremos de agressividade quando é convidado a discutir sobre temas políticos, sobretudo os ligados ao conflito entre a OLP e Israel. Desde que chegou ao Brasil, há exatamente um ano, ele vem se dedicando a uma virulenta guerra verbal contra Israel com uma sem-cerimônia que o transformou em protagonista de sucessivos incidentes.

Numa sequência de declarações pouco diplomáticas, Sawan denunciou a existência de integrantes do "bando sionista nos grandes jornais", e em círculos ligados à embaixada de Israel. Em novembro passado, convidado para proferir uma palestra no decorrer do curso MDB no bairro de Pinheiros, em São Paulo, foi silenciado por uma manifestação de jovens israelitas. Na semana passada, sob a ameaça de ser repreendido pelo Itamaraty por ter distribuído um livro que acusa o primeiro ministro israelense, Menachem Begin, de "grande terrorista internacional", o representante da OLP parecia tranqüilo — e especialmente confiante na proteção que lhe é oferecida pelos embaixadores israelenses. Gesticulando vivamente, e sempre convencido de que "a grande imprensa" não quer ouvir o que ele tem a dizer, Sawan falou a VEJA durante duas horas:



Sawan: "Begin é um criminoso internacional"

"Khomeini aparece ao lado de um macaco"

VEJA — O fato de ainda não ter sido autorizada a abertura de um escritório da OLP em Brasília é absurdo, em parte, e sua excessiva incoerência. O senhor admite que fala demais para os padrões da diplomacia?

SAWAN — Acho suficiente ter ficado calado durante os últimos 32 anos. Acho suficiente os palestinos serem os donos proibidos de falar desde 1948, quando foram expulsos de sua pátria. Minha função é relatar a verdade sobre meu povo, a verdadeira situação dos palestinos e os crimes que se cometem

contra eles dia e noite, tanto na terra palestina ocupada, como nos acampamentos de refugiados no Líbano, onde são bombardeados com napalm e outras bombas de fabricação proibida internacionalmente. Fato: aqui para falar o que não publicam os meios de informação.

VEJA — Por que o senhor acha que não publicam?

SAWAN — Porque existe no Brasil um controle dos meios de comunicação. A maioria dos grandes jornais não tem correspondente no mundo árabe mas tem em Israel. Não tem, portanto, informações que não venham de Israel. Quando há um conflito no Oriente Médio, os jornais enviam correspondentes que são treinados assim que termina o conflito. Na falta de correspondentes próprios, os meios de comunicação vivem das agências internacionais. Algumas delas controladas pelo imperialismo americano e pelo sionismo.

VEJA — O senhor está insuportável que os meios de comunicação no Brasil não controlados pelos sionistas? Não são podemos concordar com tal acusação?

SAWAN — Esta é outra questão — eu me refiro ao pouco espaço que alguns dos grandes jornais do Brasil dedicam aos interesses palestinos. Existem agências de notícias — como a agência palestina Wafa, agências iraquianas, sírias e libanesas — que informam diretamente sobre os bombardeios israelenses, sobre a violação dos direitos humanos na Palestina ocupada. Essas agências árabes não conseguem espaço nos grandes jornais do Brasil. Outro aspecto do problema é a propaganda anti

VEJA, 27 DE FEVEREIRO, 1980



A reunião em Manhattan e o discurso do embaixador Mayshar: a solidariedade americana a Israel

NAÇÕES UNIDAS

O vendaval anti-sionista

A batalha na noite da última segunda-feira, entre outros países, tem expressão, o embaixador israelense na ONU, Chaim Herzog, tentou nos dias anteriores aos trabalhos da Assembleia Geral, em Nova York, e a ONU, por maioria, declarou a votação "uma forma de racismo e de discriminação racial".

Tudo os lugares reservados às delegações e aos observadores, sem exceção, estavam repletos no plenário. Os países para a bandeira de império, finalmente desistiu nos últimos anos, embora não agressivamente diplomática, a ser também reservada ao público através de uma ligação completa — mediante de segurança por temor a incidentes semelhantes a ocorridos no passado, terminando o discurso de Herzog, Israel parecia um país industrializado menos o Japão, que se absteve de latam-americanos e países africanos.

Esses assuntos eram, na verdade, previstos. Foi a Assembleia Geral, antes, já votara duas vezes favorável à causa palestina: uma, aprovando a criação de um Comitê para o Oriente Médio, Direção Executiva do Povo Palestino e outra promovendo a participação da Organização de Libertação da Palestina em qualquer negociação patrocinada pela ONU sobre o Oriente Médio. De qual-quer forma, mesmo sendo previsto num

pleno dominado pela maioria de países dos seguintes, terceiro e quarto momentos, a aprovação não deixou de provocar emocionadas reações.

"Foi não, o povo judeu, sua resolução baseada no direito de autodeterminação de seu povo, em vez de um direito de povo judeu, não se impoem." Foi uma declaração "desafortunada a pouco tempo atrás", disse o representante israelense e representante Olaf Palme. Em Genebra, o Conselho Mundial das Igrejas, sob o comando do representante de 271 igrejas protestantes, católicas e ortodoxas, pediu à ONU que renuncie a medida.

"Ato infame" — No Vaticano, o papa reagiu com Farid Sawan, dizendo de ser "uma carta de desculpas" para a causa da "justiça". E, fora de Israel, foi nos Estados Unidos que se ouviram os clamores mais fortes. "Os EUA se levantam para declarar perante o mundo que não reconhecem, não apoiam e não patrocinam jamais com esta intenção, o embaixador Mayshar". "Em toda a nossa história eu pigoreira, não houve nenhuma assembleia que tivesse provocado tal insensatez na opinião norte-americana".

Mayshar não exigiu a imprensa americana, um momento solenemente de ponto de vista, condensa duramente a reação. O Senado e o Câmara dos Representantes aprovaram por unanimidade "revelar" a participação dos Estados Unidos na ONU. O primeiro presidente Gerald Ford declarou a "ação in-

terferência com Mayshar se manifestou antes para pressões políticas de todo o mundo que tinham apoio por muitos países — incluindo que a maioria dos países orientais a Israel, não tem tempo.

Amarga dívida — Os delegados que não aplaudiram com Mayshar se manifestaram ligados. E pouco antes, segundo os numerosos veteranos diplomatas com Hugo Gonzalez, representante de VEJA em Nova York, o mundo no qual ele se representa pela Nações Unidas, toda estado são naturalmente divididos entre os seguidores. De um lado, a maioria composta por países árabes, o lado comunista, grande parte dos países africanos e dos latino-americanos de primeira importância e México e o Brasil. A maioria, além de Israel, incluiu todos os países industrializados menos o Japão, que se absteve de latam-americanos e países africanos.

Esses assuntos eram, na verdade, previstos. Foi a Assembleia Geral, antes, já votara duas vezes favorável à causa palestina: uma, aprovando a criação de um Comitê para o Oriente Médio, Direção Executiva do Povo Palestino e outra promovendo a participação da Organização de Libertação da Palestina em qualquer negociação patrocinada pela ONU sobre o Oriente Médio. De qual-quer forma, mesmo sendo previsto num

VEJA, 19 DE NOVEMBRO, 1975

SOBRE A QUESTÃO PALESTINA

Petróleo pode abrir porta à OLP

Nas conversações de autoridades brasileiras com os governos árabes que fornecem petróleo será retomada, por iniciativa dos iraquianos, a questão da abertura de um escritório oficial da Organização para a Libertação da Palestina — a OLP. Em princípio, o Brasil não gosta de lidar, sobretudo pelos problemas internos que poderia surgir do estabelecimento de relações com Yasser Arafat. No entanto, se esse ponto tornar-se crucial no debate para o fornecimento de petróleo a preços razoáveis, o governo brasileiro já chegou à conclusão de que permitia a abertura do escritório. A ida do ministro da Desburocratização, Hélio Beltrão, às festas pelo 25.º aniversário do início da guerrilha argentina já foi um primeiro passo para o estabelecimento de conversações políticas com líderes árabes — ou melhor, com muitos líderes árabes.

O Brasil ganhará um novo Estado

Até 1981 o governo criará um novo Estado. O território de Rondônia será promovido e, com isso, nos eleições de 1982 entrará mais três senadores. A decisão foi tomada para evitar maiores complicações administrativas no território, cujo desenvolvimento já transbordou a possibilidade de ser administrado pela União.

Num armário, a ata de um regime

Foram encontrados no Palácio do Planalto, entregues a guarda competente, a maioria das atas dos gabinetes que governaram o país durante o período parlamentarista que foi de 1961 a 1963. Nessa época, o senador Tasso de Lencastre foi primeiro-ministro, o senador Franco Montoro foi ministro do Trabalho e o deputado Ulysses Guimarães foi ministro da Indústria e do Comércio. As reuniões do Ministério eram gravadas ou transcritas por técnicos antes de serem transformadas em atas. Achar-se tanto as atas e as atas quanto as atas. Há uma sensível diferença entre o que os ministros dizem nas reuniões e o que permitiam que fosse divulgado.

O professor conhece bem a CIA

Chega na próxima semana ao Brasil um grupo de professores americanos que discutirá, em São Paulo, o tema "Relações nas Relações Internacionais". No grupo está Ray Cline, da Universidade de Georgetown. Até 1974, quando brigou com Henry Kissinger, Cline foi um dos mais importantes funcionários da comunidade de informações de Washington. Não só chegou ao posto de diretor de inteligência

Radar

o Planejamento da CIA como participou de alguns momentos gloriosos da organização. Foi ele quem bateu o martelo na elevação em torno da autenticidade do teste do discurso de Nikita Krushchev contra o stalinismo, em 1956. A pedido do diretor da CIA, Allen Dulles, Cline julgou o teste entregue aos americanos pelo serviço secreto iraquiano. Era verdadeiro, assegurou Cline. Nove anos depois, numa reunião com o presidente Lyndon Johnson, diante da confusa situação surgida na República Dominicana, ocupada por tropas dos EUA e do Brasil, Cline aconselhou que se entregasse o poder a Joaquín Balaguer. Um ano depois Balaguer era eleito presidente.

Delfim acha os números da dívida

As últimas contas feitas pelo ministro Antônio Delfim Netto dão conta de que a dívida externa das empresas estatais brasileiras soma 20 bilhões de dólares, mais de 600 bilhões de cruzeiros. Esse número amargo soma-se a outra constatação: o déficit público brasileiro chegará a 360 bilhões de cruzeiros em 1980, o equivalente a 5% da renda nacional. Para Delfim, um país pode ser bem administrado se o seu déficit não ultrapassar os 2%. No país que tem 50 milhões, esse 2% de déficit são produzidos apenas pelo buraco das empresas estatais, que chega a 100 bilhões.

Breve, uma carruagem no cerrado

O coronel do Palácio do Planalto estuda um novo ritual para a cerimônia de entrega de credenciais de embaixadores estrangeiros. O novo protocolo incluirá uma velha carruagem cuja que viveu os seus últimos tempos albergada no quartel do Regimento de Cavalaria de Guarda e agora passa por trabalhos de restauração. Não, os futuros embaixadores passarão em revista dois pelotões de cavalaria, e não mais uma tropa de infantaria. Semelhante corimonial é utilizado, por tradição, pelo Palácio de Buckingham e, por empatia, em diversas nações africanas.

Fidel resolveu ser simpático

No longo dos últimos meses, Fidel Castro iniciou uma ofensiva de simpatia em relação ao Brasil. Parou de criticar nosso governo em discursos ou conversas diplomáticas e chegou até mesmo a mostrar grande cordialidade com a delegação de observadores brasileiros que esteve em Havana para a Conferência dos Não-Alinhados. Tanto nas Nações Unidas quanto em países do Terceiro Mundo, embaixadores brasileiros têm sido convidados para almoços e jantares pelos seus colegas cubanos. Cline não quer arriscar a possibilidade de um restabelecimento de relações com Brasília.



Hélio Beltrão



Fidel Castro

VEJA, 7 DE NOVEMBRO, 1979

